

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE

**Em nome da revolução: a trajetória social e política da
Ala Vermelha (1967-1985)**

Adriana Maria Ribeiro

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EM NOME DA REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA SOCIAL E
POLÍTICA DA ALA VERMELHA (1967-1985)**

ADRIANA MARIA RIBEIRO

Sob a Orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Seropédica, RJ
Dezembro de 2018

R484n

Ribeiro, Adriana Maria, 1974 Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985) /Adriana Maria Ribeiro. 2018. 251 f.: il.

Orientador: Jean Rodrigues Sales. Tese (Doutorado.-- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2018.

1. esquerda. 2. revolução socialista. 3. ditadura militar. I. Sales, Jean Rodrigues, 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO E
DOUTORADO

ADRIANA MARIA RIBEIRO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História -
Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e
Cultura.

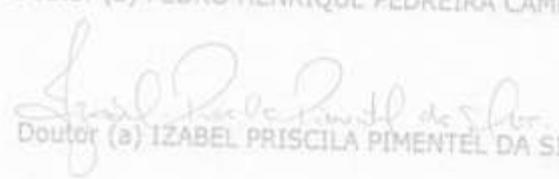
TESE APROVADA EM 19/12/2018

Banca Examinadora:


Doutor (a) JEAN RODRIGUES SALES - UFRRJ
(Orientador e Presidente)


Doutor (a) FELIPE SANTOS MAGALHAES - UFRRJ


Doutor (a) PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS - UFRRJ


Doutor (a) IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA - UERJ


Doutor (a) ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ - UFF

À vó (*in memoriam*), à mãe e à dinda, porque a elas devo o que sou.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Jean Sales, orientador de minhas pesquisas de mestrado e de doutorado, agradeço todos os debates que me ajudaram a pensar os caminhos da esquerda revolucionária brasileira e por me encorajar a prosseguir com a tese. Aliás, coragem é a palavra de ordem dessa pessoa tão exigente quanto solidária.

Aos professores Paulo Fontes e Alexandre Fortes sou grata pelas sugestões de leituras e de abordagens para o tema de pesquisa. Obrigada também aos professores Marieta de Moraes Ferreira e Luís Edmundo Moraes que, na ocasião da defesa da dissertação, em 2013, destacaram a importância da humanização dos agentes históricos nos trabalhos acadêmicos e cujas dicas foram incorporadas à redação da tese. À Alejandra Estevez, Izabel Pimentel, Pedro Campos e Felipe Magalhães agradeço pela participação na Banca de Defesa, pelas críticas e pelos elogios tecidos sobre o trabalho. A Darlan Montenegro e a Muniz Ferreira agradeço as contribuições que deram na ocasião do Exame de Qualificação, todas me ajudaram a repensar aspectos da pesquisa. A Muniz ainda sou grata pela cessão de documentos.

Aos amigos Adriana Serafim, Felipe Ribeiro, Abner Sótenos, Leonardo Ângelo da Silva, Sabrina Machado e Rafael Viana registro a gratidão pelos acalorados debates e pelos afetos que nos unem dentro e fora da Academia.

Aos irmãos Vilma, Vania e Reginaldo de Oliveira reafirmo minha gratidão pelo cuidado e pelo amor de sempre, lembrando que há mais mistérios entre o Céu e a Terra do que podemos imaginar. Obrigada à Cláudia Nunes e à Conceição Pugliese pelos cuidados com a minha saúde, os quais foram indispensáveis para eu chegar aqui.

A Hugo Barbosa, o menino preto pobre da fronteira da favela e jovem físico poliglota, agradeço pelas aulas de Inglês que me ajudaram na aprovação em Língua Estrangeira para o doutorado e, principalmente, por toda a generosidade dedicada a mim. À Sheila Bento, Sonia Sabatini, Rosineide Monteiro e Cláudia dos Anjos sou grata pelo acolhimento e pelos afetos recíprocos. A ajuda de vocês foi fundamental para eu prosseguir com a caminhada.

A André, o presente da vida, sou grata por todos os dias se tornar a vida presente.

*O espelho e os sonhos são coisas semelhantes, são
como a imagem do homem diante de si próprio.*

(José Saramago)

RESUMO

RIBEIRO, Adriana Maria. **Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)**. 2018. 238p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Este trabalho trata da trajetória social e política do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), surgido em 1967 a partir de uma cisão no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O grupo organizou-se em torno de militantes experientes, alguns egressos das Ligas Camponesas e com passagens pela China e pela antiga União Soviética. A maioria dos quadros, porém, era jovem, vinda principalmente dos meios estudantis. No que se refere às formulações teóricas, a organização filiou-se ao maoísmo e objetivou implantar a guerrilha rural no país por meio do modelo de guerra popular prolongada, a qual mesclou elementos do foquismo. Tão logo surgiu, o grupo lançou-se às ações armadas, em especial ações de expropriação de valores e de propaganda revolucionária. Nessa fase, o partido concentrou os seus quadros e as suas atividades em São Paulo. Em 1969, passou a ser duramente atingido pelos agentes da repressão, o que contribuiu para iniciar, de modo pioneiro, a autocrítica em relação à tática de luta armada no Brasil. Desarticulado, no início da década de 1970, reorganizou-se no Rio de Janeiro e buscou colocar em prática alternativas para aproximar-se dos trabalhadores e das camadas pobres urbanas, os quais esperava politizar e organizar para as lutas políticas. Para tanto, teceu estratégias, como a inserção de militantes em fábricas e em periferias, o apoio às mobilizações operárias, a participação nos movimentos de bairro e a criação de jornais alternativos. Em 1979, a militância se engajou no movimento em prol da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1985, militantes da Ala se uniram a remanescentes de outros grupos revolucionários, originando a corrente petista Movimento Comunista Revolucionário (MCR).

Palavras-chave: esquerda, revolução socialista, ditadura militar.

ABSTRACT

RIBEIRO, Adriana Maria. **In the name of revolution: the social and political trajectory of the Ala Vermelha (1967-1985)**. 2018. 238p. Thesis (Doctor degree in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This paper deals with the social and political trajectory of the Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha (PCdoB-AV), which emerged in 1967 from a split in the Partido Comunista do Brasil (PCdoB). The group was organized around experienced militants, some graduates of the Leagues Peasants and with passages by China and the old Soviet Union. Most of the cadres, however, were young, mostly from the student media. With regard to theoretical formulations, the organization was affiliated with Maoism and aimed at implanting the rural guerrilla in the country through the model of prolonged popular war, which merged elements of the foquismo. As soon as it emerged, the group was launched to the armed actions, in special actions of expropriation of values and of revolutionary propaganda. In this phase, the party concentrated its work and activities in São Paulo. In 1969, it became hard hit by the agents of repression, which helped pioneer self-criticism in relation to the tactic of armed struggle in Brazil. Dismantled, in the early 1970s, it reorganized itself in Rio de Janeiro and sought to put into practice alternatives to approach the working poor and urban poor, which it hoped to politicize and organize for political struggles. In order to do so, he strategized, such as the insertion of militants into factories and outlying areas, support for workers' mobilizations, participation in neighborhood movements and the creation of alternative newspapers. In 1979, militancy was engaged in the movement for the founding of the Partido dos Trabalhadores (PT). In 1985, Ala militants joined the remnants of other revolutionary groups, originating the current PT Movimento Comunista Revolucionário (MCR).

Keywords: left, socialist revolution, military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAB: Aliança Anticomunista Brasileira
ABI: Associação Brasileira de Imprensa
ABM: Associação de Bairros de Meriti
AC: Ação Católica
AEL: Arquivo Edgard Leuenroth
ALN: Ação Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
Aperj: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
AP-ML: Ação Popular-Marxista Leninista
AV: Ala Vermelha
CBV: Companhia Brasileira de Válvulas
CC: Comitê Central
CCC: Comando de Caça aos Comunistas
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
Cecut: Centro de Cultura dos Trabalhadores
Cedem: Centro de Documentação e Memória da UNESP
Cedim: Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ
CEP: Comitê Estudantil Paulista
CES: Comissão Executiva de Salário
CET: Centro Educacional Tiradentes
Ciem: Centro Integrado de Ensino Médio
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
Codi: Centro de Operações de Defesa Interna
Codemat: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
COLINA: Comando de Libertação Nacional
Crusp: Conjunto de Residências Estudantis da USP
CS: Convergência Socialista
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DI-GB: Dissidência do PCB da Guanabara
DI-RJ: Dissidência do PCB do Rio de Janeiro
DI-SP: Dissidência do PCB de São Paulo
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.
DL-RS: Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul
DNP: Direção Nacional Provisória
Famerj: Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FEUB: Federação de Estudantes da Universidade de Brasília
FFCL/USP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FGV: Fundação Getúlio Vargas
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GEN: Grupo Especial Nacional
GENR: Grupo Especial Nacional Revolucionário

IC: Internacional Comunista
ITA: Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JAC: Juventude Agrária Católica
JEC: Juventude Estudantil Católica
JOB: Jornal da Baixada
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
MAB: Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
MCR: Movimento Comunista Revolucionário
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MDB-Autêntico: Movimento Democrático Brasileiro-Autêntico
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRM: Movimento Revolucionário Marxista
MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes
MST: Movimento Socialista dos Trabalhadores
MUB: Movimento Unificado de Bairros de Duque de Caxias
MUM: Movimento União Metalúrgico
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
Oban: Operação Bandeirantes
OCDP: Organização Comunista Democracia Proletária
ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
OSM-SP: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PC do B-AV: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
PC's: partidos comunistas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCR: Partido Comunista Revolucionário
PCBR: Partido Comunista Revolucionário
PCCh: Partido Comunista Chinês
PCU: Partido Comunista Uruguayo
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC: Partido Operário Comunista
PORT: Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSU: Partido Socialista Uruguayo
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
Supra: Superintendência de Política Agrária
SENAI: Serviço Nacional de Assistência à Indústria

TRT: Tribunal Regional do Trabalho

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UDN: União Democrática Nacional

UEE-SP: União Estadual dos Estudantes de São Paulo

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

USP: Universidade de São Paulo

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – A REVOLUÇÃO COMO HORIZONTE: PERSPECTIVAS JUVENIS NOS ANOS 1960.....	10
A conjuntura nacional nos anos 1960	12
Juventude e mudança, o espírito do tempo.....	23
A esquerda revolucionária na América Latina	28
As organizações revolucionárias brasileiras.....	35
CAPÍTULO 2 – AS ORIGENS DA ALA VERMELHA	45
PCdoB: surgimento e questões iniciais	45
A Ala Vermelha do PCdoB.....	62
A Ala virou partido: as definições teóricas para fazer a revolução	71
CAPÍTULO 3 – A ALA, SEUS MILITANTES E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO PARTIDO ...	79
O perfil da militância	80
As experiências do setor estudantil	84
A Ala no movimento estudantil paulistano.....	87
A Ala no movimento estudantil brasiliense	95
A fase das ações armadas.....	102
A luta interna	109
CAPÍTULO 4 – A AUTOCRÍTICA E O PROCESSO DE IDA AO POVO.....	118
O documento “Autocrítica”	119
O “trabalho de fábrica”: entre a teoria e a prática	128
Ana vai à fábrica: um relato feminino do processo de integração	135
A experiência de Delmar	142
Álvaro, Antonio, Nelson e Washington nos metalúrgicos no Rio de Janeiro	147
A Ala em São Bernardo: imprensa e cultura a serviço da causa operária	164
CAPÍTULO 5 – NO BAIRRO TAMBÉM SE PLANTA A REVOLUÇÃO	190
O “trabalho de bairro”.....	190
Usar Freire para chegar a Marx	192
O movimento de bairro.....	200
A diversificação das atividades: teatro, jornais e centros culturais.....	207
Na caminhada, surge a possibilidade de um partido operário e de massas.....	212
Agora, o partido é o PT	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	227
Anexo I	234
Anexo II.....	235
Anexo III.....	236
Anexo IV	237
Anexo V.....	238

INTRODUÇÃO

Esta não é uma história sobre heróis, vítimas ou bandidos. É uma história sobre pessoas de carne e osso, que interpretaram o mundo, fizeram escolhas e agiram conforme as demandas e as possibilidades históricas no Brasil nos anos 1960 e 1970. Fruto de uma pesquisa acadêmica (e assim deve ser entendida) é a história do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV). A Ala, como o chamaremos ao longo da tese, foi um pequeno grupo marxista de inspiração maoísta¹, resultante de uma cisão ocorrida em 1967 no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). De modo semelhante a outros grupos da esquerda revolucionária brasileira², a Ala praticou ações armadas urbanas e projetou a implantação de uma guerrilha rural para deflagrar a revolução socialista.

A maioria de seus membros era jovem³, principalmente estudantes que, inspirados pela revolução em Cuba e pelas lutas de libertação nacional na África e na Ásia, se dispuseram a revolucionar a sociedade. Como afirmou Hobsbawm: “Os anos posteriores à Revolução Cubana ficarão na história da América Latina como aqueles do sonho da guerrilha”⁴. Entre o sonho e as possibilidades concretas para aqueles jovens brasileiros realizarem tal projeto, havia, no entanto, uma grande distância. Isso não por serem jovens, pois as juventudes lideraram as lutas vitoriosas em Cuba e no Vietnã, por exemplo, mas porque o sonho não foi partilhado por parcelas expressivas da sociedade.

A questão é bastante complexa e passa, entre outros fatores, pela compreensão das características de uma sociedade fortemente assentada no elitismo e no conservadorismo. Também é preciso levar em conta a criminalização dos grupos de

¹ Teoria revolucionária ligada às ideias do líder da Revolução Chinesa Mao Tse-Tung. Segundo o maoísmo, a guerrilha rural deveria ser a tática aplicada nos processos revolucionários ocorridos nos países subdesenvolvidos, sob a forma de guerra popular prolongada e liderada pelo partido comunista.

² Nome dado aos grupos de esquerda defensores da tática de luta armada.

³ Os termos jovem, juventude e outros correlatos referem-se a uma categoria social composta por indivíduos de idades aproximadas, cuja máxima não ultrapassa os 30 anos e cujos comportamentos e práticas se dão em função de aspectos socioculturais (classe ou estrato social, etnia, gênero, modo de vida: urbano ou rural, entre outros). Além de se tratar de uma fase da vida, a juventude é algo culturalmente construído e demarcado nas sociedades, nas quais ocorrem conflitos, resistências e aceitações por parte dos jovens aos modelos de integração social. As formas como esses se manifestam nos diferentes contextos históricos possibilitam interpretar as escolhas e as experiências juvenis como algo heterogêneo e plural. Para o aprofundamento desse debate, ver: ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1996. ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n°5, mai/ago, 1997. GROPPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

⁴ HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución**. A era das utopias na América Latina. BETHELL, Leslie. (Org.). São Paulo: Cia da Letras, 2017, p. 329.

esquerda no Brasil, os quais historicamente foram postos na ilegalidade. Um bom exemplo foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em 1922, só conquistou o seu registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1945, sendo cassado, entretanto, dois anos depois.

O “sonho da revolução” no Brasil tem raízes anteriores ao golpe de Estado de 1964, mas foi a partir dele que ganhou força. No contexto da ditadura militar, cresceu razoavelmente o número de “sonhadores”, quando se multiplicaram pequenos agrupamentos fracos, quase sempre, de cisões conforme o caso da Ala. Seus membros lançaram-se às ações armadas contra o regime e acreditaram preparar a revolução. Minúsculos, os grupos travaram combates em condições muito desiguais com a ditadura. A maioria foi aniquilada pelo aparato repressivo do regime. Os sobreviventes iniciaram uma autocrítica em relação à eficácia da tática de luta armada e buscaram outras alternativas para seguir com o sonho de implantar o socialismo no Brasil.

De modo geral, as organizações que se soergueram politicamente o fizeram, porque priorizaram o trabalho de massas, como a integração de quadros na produção fabril, em periferias urbanas, e a participação nos movimentos sociais de base. Debilitadas, buscaram modos de aproximação de seu público: os trabalhadores, os quais esperavam politizar e organizar para as lutas sociais e políticas.

Nos últimos anos, ampliou-se o número de pesquisas sobre as organizações revolucionárias brasileiras, mas a maioria se concentra na fase das ações armadas, que marcaram as trajetórias iniciais dos grupos. Já a fase e os desdobramentos da autocrítica ainda permanecem um tema pouco explorado nos trabalhos acadêmicos. No final dos anos 1980, o sociólogo Eder Sader foi o primeiro a problematizar a presença de quadros das organizações nos movimentos populares nos anos 1970 como resultado da autocrítica⁵. O objetivo do autor, contudo, era compreender o surgimento e a dinâmica interna dos movimentos, não o funcionamento das organizações. Outros desdobramentos da autocrítica foram discutidos pela historiadora Maria Paula Araújo, que tratou do engajamento dos grupos marxistas em diversas alternativas da luta democrática, como as campanhas por reajustes salariais e pela anistia política⁶.

⁵ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ Ver, principalmente. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. (Orgs.) **As esquerdas no Brasil**: revolução e democracia. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Com relação a nossa pesquisa, os primeiros passos foram dados em 2011, quando começamos o mestrado em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na ocasião, a ideia era estudar o *Jornal da Baixada (JOB)*⁷, um periódico alternativo que noticiou greves e outras manifestações populares na região da Baixada Fluminense⁸ entre 1979 e 1980. Tão logo começamos a buscar informações a respeito da criação do jornal, descobrimos que se tratava de uma publicação coordenada por militantes da Ala. A descoberta nos levou à história da esquerda. A partir de então, passamos a pesquisar a presença do grupo na região, cujas práticas foram narradas na dissertação defendida em 2013⁹. A presença de militantes em cidades da Baixada se deu na segunda metade da década de 1970, quando a organização avançava em sua autocrítica da luta armada. Além da criação do *JOB*, membros da Ala participaram no movimento de bairro, incentivando a criação de associações de moradores.

Até a defesa da dissertação, vimos que não havia um trabalho específico a respeito da trajetória nacional do grupo, o que motivou, em parte, a continuidade da pesquisa. Além da pretensão de preencher a lacuna acadêmica a respeito da trajetória do grupo, prosseguir com os estudos sobre a Ala nos possibilitou contribuir para alargar a compreensão sobre o surgimento, as propostas e as práticas dos grupos revolucionários brasileiros. Com exceção da tese de Antonio Dix da Silva¹⁰, centrada na repressão política contra a organização no estado de São Paulo, as demais referências à Ala constam em abordagens abrangentes das trajetórias dos agrupamentos revolucionários, a exemplo dos trabalhos pioneiros de Marco Aurélio Garcia, Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho, e Marcelo Ridenti¹¹. Outra referência é a tese de Jean Sales, na qual analisou a influência da Revolução Cubana nas organizações comunistas no Brasil¹².

⁷O jornal está disponível para consulta no Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ.

⁸Região metropolitana do Rio de Janeiro que engloba as cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Até o início da década de 1990, constituíam municípios Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. As demais cidades integravam distritos de Nova Iguaçu.

⁹RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está**. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

¹⁰SILVA, Tadeu Dix. **Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

¹¹Referimo-nos aos seguintes trabalhos: GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira: 1960-1979. São Paulo, **Em Tempo**, ago. 1979/ abr. 1980. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1994.

¹²SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

Como havíamos tratado da Ala na dissertação, o primeiro desafio foi avançar na interpretação da trajetória do grupo, acrescentar elementos ao debate, abordar novos aspectos. O retorno aos arquivos foi o começo. A documentação política foi levantada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), no qual se concentra a maior parte dos documentos produzidos entre 1967 e 1985. No Centro de Documentação e Memória (Cedem), da Unesp, e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), encontramos números dos jornais de massa coordenados por pessoas ligadas à organização nos anos 1970 em São Paulo. No Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp, e no Memorial da Resistência de São Paulo, tivemos acesso a entrevistas de militantes realizadas por outros pesquisadores, as quais utilizamos como complementos de informações para os depoimentos coletados por nós.

Durante o doutorado, realizamos doze entrevistas¹³ às quais se somaram outros dez depoimentos coletados entre 2011 e 2013, durante o mestrado. Além da documentação política, dos periódicos e das entrevistas, recorreremos, com menor frequência, a processos transcorridos na Justiça Militar contra quadros da organização reunidos pelo Projeto Brasil Nunca Mais.

As entrevistas e a documentação política foram os principais aportes do trabalho. Mesmo tratando-se de pontos de vista individuais, portanto, carregados de subjetividade e perpassados por emoções e vivências¹⁴, as entrevistas permitiram compreender a dimensão coletiva dos discursos e das práticas sociais e políticas. Em especial, possibilitaram o reconhecimento de conflitos, de contradições e de consensos na elaboração de propostas e no cumprimento de tarefas. Contrapostos à documentação escrita, os depoimentos revelaram a distância entre o que se propunha e a natureza das ações, mostrando que nem sempre a prática correspondeu às diretivas condensadas nos textos. À primeira vista, a documentação escrita sugere, por exemplo, que a organização contava com muitos quadros para aplicar as diretivas, quando os relatos mostram que não os tinha.

A partir das entrevistas, reconhecemos interpretações rasas feitas na dissertação a respeito da cisão no PCdoB da qual se originou a Ala, aprofundamos o debate sobre as razões que levaram o grupo à autocrítica, apresentamos singularidades do processo de

¹³ Nas referências mencionamos apenas 20 entrevistas devido a uma militante pedir para não ter o nome citado e porque no caso de Álvaro Lins trata-se de duas entrevistas (2012 e 2016).

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, apresentação.

integração em fábricas e no movimento sindical nos anos 1970 e identificamos redes sociais que contribuíram para o ingresso dos sujeitos no partido.

Em 2014, quando iniciamos o doutorado, acreditávamos, com base em alguns relatos, que encontraríamos organismos em diversas capitais¹⁵ na metade dos anos 1970, momento em que a organização investiu ostensivamente no trabalho de massas. À medida que a pesquisa avançou, no entanto, vimos que, nesse período, havia organismos apenas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Também esperávamos entrevistar um número maior de militantes inseridos em fábricas, no movimento sindical e em periferias de São Paulo, mas, apesar de mencionarem a presença de quadros nesses espaços, os entrevistados não se lembraram de todos os nomes ou não souberam indicar o paradeiro das pessoas. Dos seis militantes nominalmente citados, localizamos três, mas apenas um retornou o contato.

Durante as entrevistas, observamos a hesitação, o não-dito, a repetição, a associação, o lapso e a menção a temas não perguntados como partes essenciais das narrativas e das lembranças dos eventos¹⁶. No questionário, não havia perguntas sobre tortura, por exemplo, mesmo assim o tema apareceu em muitas entrevistas, denotando um movimento de catarse dos narradores. As mulheres hesitaram mais em responder às questões e foram as que mais recusaram a conceder entrevistas. Das seis recusas que recebemos ao longo da pesquisa, cinco foram de mulheres.

Sobre a hesitação em responder algumas perguntas, uma entrevistada justificou: “Mexer na militância é muito invasivo. E a ditadura é um passado que não passou. Melhor não o revirar tanto”. Ao solicitar um militante contatos de mulheres que pertenceram ao partido, ele afirmou que possivelmente não teríamos sucesso em contatá-las, porque “a maioria não gosta de falar do passado”. Esse comportamento talvez seja mais peculiar à Ala do que a outras organizações, tendo em vista a existência de diversos trabalhos acadêmicos dedicados às questões de gênero na militância no período da ditadura militar pautados pela narrativa das militantes¹⁷. As vivências

¹⁵ Alguns entrevistados mencionaram a existência de organismos em Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Goiânia, Porto Alegre e São Luís, além de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

¹⁶ VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA; AMADO, *op. cit.*, p. 33-41.

¹⁷ A exemplo dos seguintes trabalhos: RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina**: mulheres da ALN. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011; JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil. 2005. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

traumáticas podem ser uma das explicações para a hesitação e para a recusa em falar sobre o passado¹⁸.

Ao longo do texto, os militantes foram citados pelos modos como são conhecidos, a maioria pelo prenome: Ana, Fátima, Vilma, Álvaro, Warley, Washington, Valter, Lúcia, Maria José, Felipe, João, Alípio, Delmar, Nelson, Elio, Diniz, Derly. Alguns pelo sobrenome: Roig, Tapajós, Neiva, Michelazzo, Doyle, Takaoka. As histórias de vida são apresentadas no decorrer dos capítulos, conforme são descritas as fases e as práticas da organização, e aparecem entrelaçadas às experiências e aos eventos coletivos. Tais histórias dizem muito sobre o cotidiano da militância, revelam o sentido das práticas políticas e como essas se relacionam com questões pessoais.

Ainda pouco explorada nos trabalhos acadêmicos que usam os depoimentos como fonte, a subjetividade é um aspecto que pode revelar questões importantes a respeito das escolhas e das experiências políticas, como as motivações e as contradições nelas existentes. Tais questões perpassam a relação entre a doutrina e as decisões, a crença ideológica e os gostos individuais, a exemplo do episódio que nos foi narrado por Vicente Roig. Amante de futebol, durante a Copa do Mundo de 1970, Roig cumpria pena por crimes políticos no Presídio Tiradentes e sentiu-se contraditório durante os jogos da seleção brasileira, porque, como militante, não poderia torcer por um time que encarnava a farsa do país promissor. Era difícil, porém, torcer contra um grupo no qual todos os jogadores eram brasileiros. “O time tinha o Rivelino. Como torcer contra o Rivelino?”¹⁹, indagou. Sentiu contradição, porque queria torcer por seu ídolo esportivo, mas as suas escolhas e as suas crenças políticas diziam ser algo inconcebível.

Simultaneamente à militância, as pessoas viveram os amores, as amizades, a maternidade, a paternidade, tiveram preferências e paixões pessoais. Essa dimensão humana se choca com a imagem do militante-herói. Em especial, tal imagem é herdeira do guevarismo, que insistiu na conversão da pessoa a uma espécie de soldado integralmente dedicado à guerra revolucionária. A visão do herói, no entanto, nos parece incompatível com a vida. Os depoimentos são importantes, porque relativizam a visão integrista da militância, revelam rupturas e conflitos entre o político e o pessoal e evidenciam a subjetividade presente nas escolhas e nas vivências políticas.

¹⁸ Para o debate sobre a rememoração de eventos traumáticos, ver. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: Stella Bresciani; Marcia Naxara (Orgs.) **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. CARUTH, Cathy (Org.). **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: London, The John Hopkins University Press, 1995.

¹⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

Para Hugo Vezzetti, que se dedicou a estudar a memória da esquerda armada argentina, a pouca menção a aspectos subjetivos das trajetórias dos militantes tem a ver com uma necessidade, inclusive historiográfica, de dar conta das experiências políticas. Com esse intuito se forjou, especialmente nas duas últimas décadas, uma “espécie de juízo histórico sobre as condições e as consequências dessa militância”²⁰, cujo elemento posto em evidência é a disposição de matar ou de morrer pela revolução.

No Brasil, até o final da década de 1990, predominou nos trabalhos acadêmicos sobre a esquerda revolucionária um modelo de análise e uma narrativa centrados nos aspectos institucionais, a partir do qual a história das organizações se sobrepõe à dos indivíduos. Nesse modelo, são desconsiderados o fato de que os objetivos, os programas e os critérios de direção se chocaram diversas vezes com as aspirações pessoais. Estudos recentes, porém, revelam que o privado não foi o tempo todo regido pelos temas prioritários dos agrupamentos. O estudo de caso da Ala, por exemplo, mostra que no curso das experiências políticas, houve recusas, resistências, conflitos e renúncias que expuseram as fronteiras entre o ideal político e a vontade individual. Daí a necessidade em apresentar os militantes como pessoas de ‘carne e osso’, a fim de tentar evitar a mitificação de suas trajetórias, como ocorre em alguns trabalhos pautados por uma visão romantizada das experiências políticas na qual os militantes são heroicizados²¹.

Ao olhar o passado e tentar torná-lo inteligível, o pesquisador também o faz sob à luz do presente, pois está inserido no seu tempo, possui uma formação intelectual, uma rede de afetos, uma realidade própria a qual interfere na escolha do objeto e nos modos como interpreta o passado. Não está alheio às paixões²². Essa interferência, no entanto, não pode transformar o historiador em juiz, visto que a sua função é interpretar o passado com base nas fontes²³, não arbitrar conflitos ou julgar escolhas e ações, heroicizando ou criminalizando os sujeitos históricos. Como nos ensinou Marc Bloch, a palavra que resume e domina os estudos da História é compreender. Compreender de

²⁰ VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**: memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 62.

²¹ A exemplo dos trabalhos de. SILVA, Izabel Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada**: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2009. CARVALHO, Yuri Rosa de. **Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2014.

²² BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993, p. 163.

²³ *Ibid.*, p. 160-164.

modo crítico, porque os sujeitos, as experiências e os acontecimentos são diversos e complexos²⁴.

Nesta tese, tentamos dar conta de parte da complexidade que envolve a trajetória da Ala como partido político que reuniu pessoas em torno de um objetivo comum e que agregou sujeitos de origens sociais distintas e de opiniões divergentes, porém, com uma grade comum de leitura dos acontecimentos e da conjuntura política, a partir da qual definiu uma identidade coletiva e justificou discursos e práticas²⁵.

Há questões que não conseguimos responder, porque não encontramos fontes para avançar na análise. Outras mereciam aprofundamento. A superficialidade como alguns pontos são tratados, a exemplo do gênero na militância, deve-se ao abandono da autora do processo de escrita por mais de um ano, o qual se deu em função de aspectos que dizem respeito à sua realidade própria. Dado o cronograma acadêmico, faltou tempo para avançar nos debates. Como o leitor verá, a tese em si não é perpassada por um grande problema. Nossa proposta é apresentar uma narrativa da trajetória da Ala.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, tratamos da conjuntura dos anos 1960, da atmosfera mundial de contestações juvenis, da difusão das ideias revolucionárias e de como os eventos internacionais, somados aos acontecimentos nacionais, sobretudo a ocorrência do golpe e a implantação da ditadura, interferiram nas escolhas políticas de parcela de jovens brasileiros por opções radicalizadas de luta. Nele, analisamos tais escolhas sob a perspectiva sociológica do conceito de geração. Há uma parte dedicada ao surgimento e às características da esquerda revolucionária na América Latina e às especificidades assumidas por essa esquerda no Brasil.

No capítulo 2, analisamos o processo de luta interna no PCdoB que resultou na cisão que originou a Ala. Identificamos as motivações e algumas contradições do movimento oposicionista ao Comitê Central, mapeando suas lideranças e suas propostas. A principal divergência dizia respeito à adoção imediata da luta armada no combate à ditadura e como forma para deflagrar a revolução brasileira. Apresentamos os referenciais teóricos da Ala, evidenciando continuidades e rupturas em relação à sua

²⁴ *Ibid.*, p. 163.

²⁵ A respeito dessa definição, ver. BERSTEIN, Serge. Os Partidos. REYMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 60-74.

matriz. Um aspecto original do novo partido foi a mesclagem de elementos do maoísmo e do foquismo²⁶ na proposição de um caminho próprio para a revolução.

Já no capítulo 3, apresentamos o perfil da militância. Tratamos das experiências no movimento estudantil em São Paulo e em Brasília, cidades onde ocorreram as experiências mais expressivas do setor. Descrevemos as ações armadas, problematizando seus significados. Discutimos as razões que levaram à realização da autocrítica em relação à eficácia da tática de luta armada para impulsionar a revolução no Brasil. Encerramos com o processo de luta interna, marcado pelo debate entre militarismo e massismo, o qual gerou dissensos e cisões no grupo.

Os dois últimos capítulos foram dedicados à segunda fase da trajetória da Ala, iniciada com a autocrítica. No capítulo 4, discutimos a produção no cárcere do documento que condensou a revisão tática. Sinalizamos mudanças nos discursos, na concepção de partido e nas proposições políticas, a partir das quais a organização passou a priorizar a linha de massas. Problematizamos o processo de integração de quadros na produção e destacamos as experiências de militantes no movimento sindical metalúrgico no Rio e em São Bernardo do Campo, observando que, enquanto a primeira se deu em forma de oposição, a segunda ocorreu por meio de iniciativas que aproximaram o grupo dos dirigentes sindicais. No capítulo 5, analisamos o processo de integração nos bairros, com ênfase nas práticas de educação popular e na participação de militantes nos movimentos de bairro no Rio de Janeiro. Na parte final, fizemos um apanhado das motivações que levaram a Ala a participar da formação do PT, mas sem adentrar especificamente na história da legenda. O objetivo foi mostrar que, após anos empenhada na construção de um partido de classe, a Ala viu na formação de um partido de trabalhadores, legal e de massas oportunidades para levar adiante o projeto socialista.

²⁶ O foquismo baseia-se nas ideias de Ernesto Guevara e de Régis Debray, que defendem a perspectiva de que a revolução deve ser deflagrada a partir de focos guerrilheiros formados no campo. Nesse modelo, a guerrilha rural deveria assumir a vanguarda no processo revolucionário, não o partido.

CAPÍTULO 1 – A REVOLUÇÃO COMO HORIZONTE: PERSPECTIVAS JUVENIS NOS ANOS 1960

Nos anos 1960, instituiu-se mundialmente uma cultura jovem que se expressou não só através de um internacionalismo cinematográfico e musical, mas por meio de ideias de rebeldia²⁷. A partir dessa cultura, floresceram novas formas de se pensar e de se fazer a revolução que, muitas vezes, ultrapassaram os aspectos políticos e sociais e chegaram aos comportamentos individuais²⁸. Mesmo com os efeitos de um movimento de massas, os protestos juvenis do período tiveram uma grande dimensão subjetiva, indicando que os compromissos políticos tinham também motivações pessoais. Assim, o êxito político estava relacionado ao quanto ele afetava as pessoas²⁹.

Do ponto de vista político, embora a perspectiva de uma revolução mundial fosse alimentada desde a Revolução Russa (1917), nos anos 1960, ela ganhou força, revelando-se possível pela deflagração em diferentes países de revoltas e de revoluções vitoriosas. Das revoluções, a cubana marcou profundamente o contexto e nutriu as expectativas de milhares de jovens, sobretudo os latino-americanos, os quais ansiavam por mudanças radicais na política e na sociedade. A importância da Revolução Cubana é tão grande que a sua eclosão, em 1959, pode ser considerada o marco histórico da década. De outros continentes, vinham exemplos de lutas de libertação nacional: da África, a Revolução Argelina (1962); da Ásia, a Guerra do Vietnã (1959-1975), lembrada pela resistência dos vietcongues³⁰ e suas vitórias contra as tropas norte-americanas no país³¹. Diante desses eventos, parecia haver naquele tempo um rumo irreversível para as revoluções, que eclodiam primeiro nos países periféricos.

Como sinalizamos, a revolução não se restringiu à política. Ela chegou aos costumes, provocando transformações diversas e ampliando o campo dos comportamentos socialmente aceitáveis. O feminismo e a liberação sexual trouxeram modificações na estrutura familiar. Houve uma flexibilização das hierarquias (adulto/criança, aluno/professor) e surgiu um modo de pensar e de fazer política que ultrapassava as relações entre Estado e sociedade, capital e trabalho, e chegava ao cotidiano. Compreendido em sentido amplo, o termo revolução foi internalizado de

²⁷ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 325.

²⁸ CARDOSO, Lucileide Costa. Ecos de 1968: 40 anos depois. **Recôncavos** [online]. Ano I, v. 2, 2008, p. 8.

²⁹ HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995, p. 325.

³⁰ Guerrilheiros comunistas vietnamitas.

³¹ O envio de tropas norte-americanas ao Vietnã ocorreu em 1964.

diferentes maneiras pelos jovens, que responderam com diversos movimentos aos anseios por mudança. Sobre esses anseios, destacou um militante da Ala: “Alguns jovens queriam mudar o mundo, outros apenas a si mesmos. O fato é que havia um grande inconformismo juvenil, que explodiu, ali, nos anos 60”³². A questão é: por que explodiu nesse período?

Conforme Luisa Passerini, no entreguerras, começou-se a atribuir à juventude características (radicalismo, espírito inconformado, entusiasmo) que não lhes eram exclusivas. Essa atribuição ganhou força nos anos 1950 e contribuiu para que fosse forjada nos anos seguintes uma visão da juventude como a categoria social portadora de discursos e de práticas associadas à mudança³³. A explosão mundial de protestos e de outros movimentos contestatórios protagonizados por jovens, principalmente no final dos anos 1960, contribuiu para solidificar no imaginário social a ideia da juventude como uma categoria potencialmente progressista ou revolucionária.

Apesar de toda a atmosfera de contestação e de agitação juvenil, é preciso esclarecer que nem todos os jovens queriam a revolução. De acordo com Mannheim, a ideia de que os jovens são por natureza progressistas é algo profundamente falacioso, porque movimentos reacionários ou conservadores também são propostos e conquistam adeptos entre os jovens³⁴. A esse respeito, citamos o exemplo das juventudes nazifascistas, surgidas nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial. Até o final da Segunda Guerra, boa parte das ações políticas realizadas por jovens parecia ir na contramão dos princípios progressistas, porque, até ali, parcelas expressivas de jovens empenharam bandeiras por valores que se contrapunham ao que se considerava progresso.

Neste capítulo, refletiremos sobre comportamentos e práticas tidas como progressistas (ou de esquerda) de parcela de jovens da geração³⁵ dos anos 1960 no Brasil, destacando a fração que optou pela radicalização de ideias e de ações políticas.

³² Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por Skype.

³³ PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). **História dos jovens II: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 331.

³⁴ MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 51.

³⁵ Pertencem a mesma geração pessoas de idades aproximadas que fazem parte de uma dimensão sociocultural comum. Essa dimensão predispõe os sujeitos a um modo característico de sentir, de interpretar e de agir no mundo, cuja efetivação é variável conforme a inserção de cada um no processo histórico. Por ser variável, permite a coexistência numa mesma geração de frações geracionais, que explicam a existência de interpretações e de reações distintas diante dos mesmos acontecimentos. Para o aprofundamento dessa perspectiva, ver. MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice. (Org.) **Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 36-61.

A conjuntura nacional nos anos 1960

“Eu fiz o que todos faziam. Defendi o que todos defendiam. Agi conforme a conjuntura, conforme as demandas daquele tempo. Não tem essa de ‘a minha geração foi melhor’. Se hoje eu tivesse 19 anos, faria o que os jovens de 19 anos hoje fazem”³⁶. O trecho extraído da entrevista que o militante da Ala Vicente Roig nos concedeu corresponde à sua visão, no presente, da geração dos anos 60 no Brasil. Essa geração tem sido frequentemente interpretada, inclusive em trabalhos acadêmicos, como aquela que introduziu um estilo inovador e radical de atuação nos processos sociais, culturais e políticos, sendo algumas vezes qualificada como uma geração revolucionária³⁷. Seu legado ainda pesa sobre os jovens das gerações atuais, dos quais se exige uma espécie de compromisso com as mudanças sociais e políticas.

Ao trazer a visão de Roig, pretendemos, por meio da voz de alguém que fez parte desse contexto, levantar o debate sobre o que de fato a sua geração teria de diferente em relação a outras a ponto de se tornar referência de movimentos contestatórios protagonizados por jovens. Para o militante, a sua geração nada teve de “espetacular”³⁸, porque os jovens do período agiram conforme a conjuntura. Ao relacionar suas escolhas e suas ações políticas a um contexto histórico definido, Roig nos deu a conjuntura como pista para compreender, entre outros aspectos, as motivações que levaram alguns jovens a vivenciar determinadas experiências, como a participação em uma organização da esquerda armada, como foi o seu caso. Já sobre os usos que fez da expressão ‘todos’, eles podem ser vistos como uma fala espontânea por meio da qual buscou justificar a existência de ideias políticas em voga nos anos 1960, não como a intenção de generalizar as escolhas e os comportamentos juvenis do período.

O formato das diversas manifestações juvenis da década contribuiu para criar o mito dos jovens dessa geração como rebeldes ou revolucionários. Tais manifestações foram mundialmente marcadas pelo alto grau de mobilização e de contestações a formas de poder consideradas autoritárias e à imposição de padrões comportamentais, criando a imagem da “geração rebelde” e propositora de uma “nova era”. Porém, também encontramos nessa geração jovens que adotaram comportamentos conservadores, o que nos obriga a reconhecer que as escolhas e os comportamentos de uma geração não são homogêneos. Isso porque a simples presença em um momento histórico de pessoas de

³⁶ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³⁷ A respeito das idealizações da geração dos anos 1960, ver. CARDOSO, Irene. A geração dos anos 60: o peso de uma herança. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, nº 2, nov, 2005.

³⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

idades aproximadas não é o suficiente para gerar uma visão de mundo comum³⁹. Segundo Mannheim, para que essa visão exista, é preciso ocorrer uma “conexão geracional” entre os sujeitos que se manifeste na participação em uma prática coletiva específica, cujos vínculos (geracionais) são forjados a partir das vivências e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos. Como os indivíduos elaboram suas experiências comuns de diferentes modos, coexistem em uma mesma geração “frações” ou “unidades geracionais” distintas que correspondem a diferentes perspectivas e posicionamentos em relação aos mesmos acontecimentos⁴⁰.

No que se refere à conjuntura da década de 1960, diversos acontecimentos impactaram os brasileiros, em especial os jovens, que responderam de formas distintas aos desafios da época. O início da década foi marcado pela efervescência cultural, com o Cinema Novo e a Bossa Nova dando o tom. Os movimentos sociais, no campo e na cidade, viviam um momento de destaque, emergindo demandas pela ampliação de direitos. Por outro lado, desde a renúncia de Jânio Quadros da presidência, em 1961, pairava um clima de incertezas políticas. Uma manobra no Congresso Nacional instaurou o parlamentarismo, a fim de diminuir os poderes de João Goulart (o Jango) como presidente. Em 1963, realizou-se um plebiscito sobre o tipo de sistema político que deveria vigorar no país, o presidencialismo saiu vitorioso e foi retomado.

Com poderes ampliados, Jango propôs reformas estruturais que incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário. As Reformas de Base, como foram chamadas, receberam o apoio, entre outros, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da esquerda nacionalista e dos movimentos sociais. Sob grande pressão da oposição, todavia, o presidente teve dificuldades para aprovar as reformas e, em primeiro de abril de 1964, foi deposto por um golpe civil-militar, que contou com o apoio de empresários⁴¹ e de setores conservadores da política nacional⁴². Após o golpe, instaurou-se uma ditadura militar que se arrastou pela década seguinte.

Desde o início, o regime perseguiu estudantes, trabalhadores no campo e na cidade e tratou com truculência todas as manifestações contrárias ao golpe,

39 MANNHEIM, 1982, *op. cit.*

40 *Ibid.*

41 Sobre a participação de setores do empresariado no golpe, ver. CAMPOS, Pedro Henrique. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura. Niterói, Eduff, 2017.

42 Para a compreensão das forças sociais e políticas envolvidas na articulação do golpe, ver. DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. Para o golpe, também contaram interesses norte-americanos na América Latina no contexto da Guerra Fria. A esse respeito, ver. FICO, Carlos. **O grande irmão** - Da Operação *Brother Sam* aos Anos de Chumbo - O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

demonstrando abertamente que não toleraria oposições. Mandatos políticos foram cassados e direitos civis foram suspensos. Ao final da década, o regime endureceu ainda mais com a instauração do Ato Institucional Nº 5 (AI-5)⁴³, a partir do qual o Estado, em nome da segurança nacional, institucionalizou a perseguição aos grupos opositores da ditadura.

As respostas da sociedade ao golpe e aos seus desdobramentos foram variadas. Naquele cenário, parcela da juventude optou pela radicalização e engajou-se nas organizações revolucionárias ou nos movimentos da contracultura⁴⁴. Havia os ‘independentes’ (conforme um jargão da época), que adotaram comportamentos de oposição, mas sem militar em uma organização⁴⁵. Existiam os que defendiam os valores e os comportamentos conservadores e o regime⁴⁶ e os que mudaram de opinião: apoiaram o golpe, acreditando na justificativa de que ele foi dado pela defesa dos valores democráticos, mas, quando viram que o novo governo agia com autoritarismo, engrossaram as fileiras dos movimentos de resistência⁴⁷. Havia também os alienados em relação à ditadura e às propostas de mudança social, cultural e política.

O relato de Vilma Costa, que entrou para a Ala em 1969, aos 17 anos, corrobora a interpretação de que as reações à ditadura foram plurais. De acordo com a militante, as opções eram diversas e passavam pela militância política, pelo movimento *hippie* e até pelas posturas de completa alienação ao regime⁴⁸. Para fins desta tese, nos interessa observar os comportamentos de oposição. Sobre esses, pouco depois de instalada a ditadura, alguns setores, entre os quais estavam parcelas de trabalhadores urbanos e de estudantes, se organizaram. No primeiro setor, foram emblemáticas as greves dos

⁴³ O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, autorizava o presidente da República, em caráter excepcional, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas corpus*.

⁴⁴ Movimento de contestação surgido na década de 1960 nos Estados Unidos, que representou a insatisfação com diversos padrões morais e culturais, questionando de forma radical comportamentos da cultura dominante. O movimento possui um caráter pacífico e está relacionado às culturas marginal e alternativa.

⁴⁵ Sobre as diversas formas de oposição à ditadura, ver. TAVARES, Maria Hermínia & WEIS, Almeida e Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil**, 1998, p.319- 410.

⁴⁶ Para o debate sobre o tema, ver. BRAGHINI, Katya Mitsuko. A vanguarda brasileira: a juventude no discurso da Revista Editora do Brasil S/A (1961-1980). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301078186>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

⁴⁷ SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. **O outro lado da rua Maria Antônia**: a atuação das juventudes de direita em 1960. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2015, p. 153-155.

⁴⁸ Entrevista de Vilma Costa à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

trabalhadores ocorridas em 1968. Já os estudantes articularam o principal movimento de contestação ao governo nos anos iniciais do regime.

Após o golpe, sindicatos foram postos sob a intervenção do Ministério do Trabalho e diversas lideranças sindicais foram perseguidas. Em primeiro de junho de 1964, o Congresso aprovou a Lei nº 4.330, conhecida como Lei Antigreve, sancionada pelo então general-presidente Castelo Branco⁴⁹. As exigências previstas no texto desmobilizavam o operariado, tornando, na prática, quase impossível a realização de greves⁵⁰. Outra medida que atingiu o movimento operário foi a extinção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização intersindical nacional influenciada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo PCB. Até o início de 1968, os trabalhadores não conseguiram organizar paralisações vultuosas, sendo a greve dos metalúrgicos de Contagem a primeira delas.

A paralisação resultou de um longo trabalho iniciado em 1967, o qual contou com a participação de grupos de esquerda – entre eles, a Ação Popular (AP) e os Comandos de Libertação Nacional (Colina). No início de 1968, os metalúrgicos elegeram para a presidência do sindicato⁵¹ o operário Enio Seabra, representante dos grupos de oposição. Seabra foi impedido pelo Ministério do Trabalho de assumir a presidência. Mesmo assim, a oposição manteve o controle da entidade e, em abril, apoiou a paralisação da categoria por reajuste salarial⁵². Os trabalhadores discordaram da proposta patronal de conceder 10% de aumento e reivindicaram o percentual de 25%.

A greve teve início no dia 15, quando cerca de mil e duzentos operários da multinacional Belgo-Mineira paralisaram as atividades. Nos dias seguintes, o movimento ganhou a adesão de trabalhadores de outras fábricas da região metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Aço, em Minas Gerais. Em seu auge, o movimento contou com aproximadamente 15 mil grevistas⁵³. Com o sindicato sob intervenção, patrões e governo não esperavam a eclosão de uma greve, sobretudo de tamanha proporção. A greve alcançou níveis tão significativos, que o ministro do Trabalho,

⁴⁹ BRASIL. **Lei nº 4.330**. 01 de junho de 1964. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/civil03/LEIS/1950-1969/L4330.htm>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

⁵⁰ Entre as exigências, estavam: a aprovação de paralisações por meio do voto secreto de dois terços da categoria e a votação em dois turnos com intervalo de um mês.

⁵¹ O nome oficial da entidade é Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região.

⁵² NEGRO, Antonio Luigi. Pés e mãos do Brasil grande e potente: as greves de 1968, em Contagem e no ABC. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, nº 6, jul/dez, 2002, p. 157-163.

⁵³ WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, nº 5, 1972, p. 37. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/200>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

Jarbas Passarinho, se deslocou para a região a fim de negociar diretamente com os grevistas.

Após 11 dias de paralisação, os trabalhadores não obtiveram o reajuste esperado e o movimento terminou com violenta repressão aos grevistas e com perseguições aos membros das comissões de fábrica, que sofreram demissões e prisões. Apesar da aparente derrota, no dia primeiro de maio, Costa e Silva anunciou um aumento de 10% nos salários de todas as categorias de trabalhadores, rompendo, pela primeira vez, com a política de arrocho salarial imposta pela ditadura⁵⁴.

Desde 1967, o movimento dos metalúrgicos de Contagem motivava outras categorias a se mobilizarem no estado de Minas Gerais. Entre elas, estavam a dos professores e a dos bancários, que foram às ruas contra o arrocho salarial e as demissões. Assim como ocorreu no caso dos metalúrgicos, o auge das mobilizações foi em 1968. O movimento ainda influenciou bases operárias e sindicais de outras cidades, a exemplo de Osasco, em SP, onde ocorreu a segunda grande greve do período.

Em Osasco, a oposição também conquistou o controle do sindicato dos metalúrgicos⁵⁵ ao colocar na presidência o jovem operário-ativista José Ibrahim. A greve foi incentivada pelo sindicato e teve início no dia 16 de julho, quando cerca de 3 mil operários da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma) ocuparam a fábrica. Entre as reivindicações, estavam um aumento salarial de 35%, o contrato coletivo de dois anos e os reajustes salariais trimestrais. No mesmo dia, operários de outras cinco fábricas, inclusive de outros setores industriais, paralisaram suas atividades e uniram-se ao movimento iniciado na Cobrasma⁵⁶.

Inspirados pela experiência de Contagem, os articuladores da greve não esperavam que a repressão policial fosse ocorrer no primeiro dia de mobilização. A resposta do regime militar ao movimento foi imediata. Tropas do Exército e efetivos de policiais militares cercaram as fábricas e ocuparam a entrada da cidade a fim de impedir que o movimento se alastrasse. Durante a madrugada, as fábricas foram invadidas pelos soldados, que lançaram bombas de gás lacrimogêneo e atiraram para o alto para intimidar os grevistas. Mesmo com a truculência das invasões, os trabalhadores resistiram por três dias. Ao final, mais de quatrocentos trabalhadores haviam sido presos

⁵⁴ NEGRO, 2002, *op. cit.*, p. 157-183.

⁵⁵ O nome oficial da entidade é Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.

⁵⁶ MOURA, Alessandro. **Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista: rupturas e continuidades**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2015, p. 138-144.

e muitos outros haviam sido demitidos. O sindicato foi posto sob intervenção e os grevistas não tiveram suas reivindicações atendidas⁵⁷. Após a greve de Contagem, o governo não parecia disposto a fazer concessões, possivelmente para evitar outras ondas grevistas que abalariam o moral da ditadura.

Em Contagem e em Osasco, os trabalhadores desafiaram o autoritarismo do governo e a legislação restritiva da ditadura. As greves assumiram um sentido de confronto ao regime, que cerceava a autonomia sindical e pautava sua política econômica, fundada na superexploração do trabalho, em arrochos salariais⁵⁸. Nos dois casos, os movimentos de oposição sindical e a articulação das greves estiveram relacionados ainda à presença de militantes de organizações revolucionárias, atuantes nos movimentos estudantis e no operário local. Essa presença, no entanto, não explica por si só as mobilizações, tendo em vista que as greves ocorreram a partir da iniciativa de luta dos próprios operários. A inserção de militantes em fábricas e em sindicatos tinha a ver com o programa e com os objetivos políticos dos agrupamentos, que buscavam nesses espaços modos para se aproximar do operariado.

Em Osasco, a influência principal veio da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com a qual Ibrahim mantinha contato. Operário desde os 14 anos, quando foi trabalhar na Cobrasma, em 1965, com então 18 anos, Ibrahim ajudou a criar a primeira comissão de fábrica na empresa. Dois anos depois, participou da reorganização do sindicato no qual elegeu-se presidente. Após a greve, foi perseguido e engajou-se na VPR, na qual participou de ações armadas em resistência à ditadura. Em uma entrevista, revelou que a efervescência cultural do início dos anos 1960 e os acontecimentos políticos nacionais, sobretudo o golpe, foram decisivos para o seu ingresso na militância sindical e de esquerda⁵⁹. Como veremos, a sua justificativa é semelhante à de alguns militantes da Ala, quando perguntados sobre as motivações de ingresso no partido.

Bem como ocorreu com os trabalhadores, o governo ditatorial criou decretos visando à desarticulação do movimento estudantil, a exemplo da Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, que proibia as atividades políticas nas organizações estudantis, retirava a autonomia das entidades e dava a elas um fim

⁵⁷ *Ibid.*, p. 153-156.

⁵⁸ ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, 2007, v. 12, nº 2, p. 84-87.

⁵⁹ Entrevista de José Ibrahim ao programa de TV *Câmera Aberta Sindical*, que foi ao ar em 06 de março de 2013. Disponível em <http://tvagenciasindical.com.br/camera-aberta>. Acesso: em 10 de janeiro de 2015.

recreativo⁶⁰. A lei não teve o efeito esperado pelo governo, posto que parcelas expressivas de estudantes não aceitaram a intervenção do Estado em suas entidades representativas. Algumas entidades, como a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), convocaram atos e plebiscitos para pressionar o governo a revogar a lei. O governo não cedeu aos clamores estudantis e, ao invés da lei desmobilizar o setor e afastar os estudantes da cena política, sua imposição contribuiu para mobilizá-los ainda mais. Até 1968, os protestos seriam mais frequentes e mais intensos.

Algumas lideranças estudantis, mesmo discordando da Lei, decidiram concorrer aos cargos para os diretórios acadêmicos, alegando que por meio desses fariam resistência ao regime. Outras insistiram na continuidade da UNE, posta na ilegalidade pelo governo ditatorial. Mesmo ilegal, a entidade realizou congressos, convocou e liderou protestos em diversas capitais e em centros universitários. Além de críticas à ditadura, suas lideranças apresentaram pautas específicas para o movimento estudantil, como as reivindicações pelo acesso ao ensino público e gratuito para todos; a democratização; a qualidade e a ampliação da oferta de vagas no ensino superior; maior participação dos estudantes nas decisões das políticas educacionais e a abertura de refeitórios e de alojamentos estudantis⁶¹.

Em especial entre os universitários, três correntes foram importantes na articulação das mobilizações: a AP, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) e as dissidências estudantis do PCB. Havia grande disputa entre essas correntes pelo controle político do movimento estudantil. Até o início de 1968, a AP liderou o movimento, depois as dissidências pecebistas começaram a ampliar a sua influência, como ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde seus membros despontaram como importantes lideranças do setor.

Desde 1966, os estudantes intensificaram as manifestações contra o regime, em especial em setembro, quando a UNE convocou atos contrários à realização dos acordos MEC/Usaid⁶². Conhecidos como Setembrada, os atos marcaram de modo vigoroso a

⁶⁰ BRASIL. **Lei nº 4.464**. 09 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/1950-1969/L4464.htm. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018. A lei foi apelidada de Lei Suplicy devido ao nome do ministro da Educação, que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda.

⁶¹ SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). 2007. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 44-62.

⁶² Série de acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) para convênios de assistência técnica e de cooperação financeira à educação brasileira. No contexto da Guerra Fria, essa ajuda externa tinha o objetivo de fornecer diretrizes políticas e técnicas para o sistema educacional à luz das necessidades do capitalismo internacional. O auge dos acordos foi entre junho de 1964 e janeiro de 1968, quando 12 foram firmados.

tomada dos espaços públicos pelos estudantes. O auge das rebeliões estudantis, contudo, foi em 1968. Um episódio importante daquele ano ocorreu no dia 28 de março no Rio de Janeiro, quando estudantes organizavam uma passeata-relâmpago para protestar contra o aumento no valor das refeições do restaurante Calabouço, frequentado por muitos secundaristas. Durante a reunião de preparação do ato, o local foi invadido pela polícia. No confronto, vários estudantes ficaram feridos e o secundarista Edson Luís de Lima Souto foi morto. O acontecimento gerou protestos por todo o país, os quais foram respondidos com forte repressão policial e resultaram em prisões e em muitos feridos, principalmente no Rio de Janeiro, onde a multidão tomou as ruas. No enterro do estudante, compareceram cerca de 50 mil pessoas. Na missa de sétimo dia, celebrada na Candelária, foram 30 mil.

Em junho, os estudantes ganharam novamente as ruas e iniciaram uma onda de greves e de ocupações nas faculdades. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília foram os palcos principais dos protestos. Em São Paulo, a primeira ocupação ocorreu na tradicional Faculdade de Direito, seguida pela ocupação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ambas vinculadas à Universidade de São Paulo (USP). No dia 26, estudantes do Rio de Janeiro convocaram uma passeata na qual compareceram aproximadamente 100 mil pessoas, evidenciando a adesão popular às manifestações convocadas pelo setor. Mais uma vez, o enfrentamento entre manifestantes e policiais foi truculento, resultando em muitos feridos, mortes e em centenas de presos.

Em agosto, a repressão ao movimento estudantil foi intensificada e muitas lideranças foram presas. Ainda assim, os protestos prosseguiram. No dia 29, soldados do Exército e policiais militares invadiram o campus da Universidade de Brasília (UnB) para cumprir mandados de prisão contra militantes estudantis. Até outubro, a situação se agravaria. Nas primeiras semanas do mês, em São Paulo, ocorreram confrontos entre estudantes ligados a grupos de direita e estudantes contrários à ditadura, os quais transformaram o centro da cidade num cenário de guerra e resultaram em mais prisões, na morte de um estudante e em centenas de feridos⁶³. Nos dias seguintes, o XXX Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo, que acontecia clandestinamente, foi invadido pelos agentes da ditadura e todos os participantes (698 no total) foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

⁶³ Referimo-nos à Batalha da Maria Antônia sobre a qual falaremos no capítulo 3.

Daquele momento em diante, o movimento perdeu fôlego. Com o cerco da repressão, muitos estudantes deixaram de comparecer às assembleias e aos protestos. Outros ingressaram na clandestinidade, concentrando suas atividades políticas nas organizações defensoras da luta armada. Esse ingresso não deve ser confundido com o movimento estudantil propriamente dito, o qual preservou autonomia e singularidades em relação às ações dos grupos revolucionários⁶⁴.

Desde o início de 1968, o regime intensificou a repressão contra os movimentos contestatórios, a exemplo do tratamento dado aos trabalhadores de Osasco em julho e aos estudantes em outubro em Ibiúna. Antes do final do ano, os movimentos liderados por esses setores haviam sido sufocados pela repressão, o que rebate a tese de que a edição do AI-5, em dezembro, ocorreu em resposta ao avanço dos setores da oposição. A edição do Ato representou o recrudescimento do regime que, a partir de então, assumiu a sua fase mais obscura.

Sobre as preocupações do governo com o crescimento da oposição em 1968, em um documento produzido no início de julho, logo após a Passeata dos 100 Mil no Rio de Janeiro, membros do Conselho de Segurança Nacional propuseram “medidas enérgicas” para conter os protestos, classificados de “ações de terrorismo em escala crescente”⁶⁵. De acordo com algumas opiniões registradas no documento, “grupos esquerdistas” financiados por Cuba manipulavam os estudantes, a fim de impor o comunismo no país. Diante desse suposto cenário, aventou-se a criação de medidas punitivas e preventivas para se evitar o “comprometimento da ordem pública, da política econômica e ameaças ao regime”⁶⁶. O documento revela que as crescentes manifestações públicas de oposição foram vistas com atenção pelo governo, que debatia, meses antes da edição do AI-5, mecanismos para freá-las. A ideia era criar um instrumento mais contundente para cercear as liberdades políticas, de expressão e de pensamento, na tentativa de coibir qualquer manifestação contestatória ao regime.

Sobre a edição do AI-5, Carlos Fico argumentou que a principal novidade trazida pelo Ato foi a suspensão da garantia de *habeas corpus*⁶⁷. Interessado em manter

⁶⁴ REIS FILHO, 1990, *op. cit.*, p. 66.

⁶⁵ CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. 41ª Ata, julho de 1968, p. 07. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/atas-de-reunioes-do-conselho-de-seguranca-nacionalque-precederam-a-edicao-do-ato-institucional-numero-5>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=102-01882004000100003. Acesso em: 16 de julho de 2016.

sob a custódia do Estado pessoas que, na visão dos órgãos de repressão, tinham vínculos ou poderiam fornecer informações sobre movimentos de oposição, o governo criou um precedente institucional para legitimar arbítrios. A edição do Ato levou de volta à cadeia opositores do regime. Entre eles, estavam estudantes e sindicalistas que, presos em protestos, aguardavam o julgamento em liberdade.

O ano de 1968 ainda foi marcado pelo início das ações armadas de esquerda no país. Desde o golpe, um contingente razoável de pessoas ligadas a diversos segmentos de oposição engajou-se na resistência armada ao regime. Vale dizer que, além do caráter de resistência, o uso político da violência era uma tática prevista nos programas das organizações, que interpretavam a derrubada da ditadura como necessária à realização de um projeto maior: a deflagração da revolução socialista. Chamar à atenção para esse fato contribui para evitar a ideia equivocada de que essas ações eram pela redemocratização do país. Mesmo visando ao combate do regime, as organizações não o fizeram com o intuito de promover o retorno à democracia nos moldes anteriores ao golpe. O objetivo era a revolução, não a redemocratização⁶⁸.

Sobre a opção pelas armas feita por parte da oposição, Marcelo Ridenti alertou que deve ser vista como uma explicação parcial sobre a adesão a esse tipo de luta, a fim de evitar uma mistificação da realidade, fazendo supor que não restavam outras alternativas⁶⁹. Entre os que se dispuseram a esse tipo de luta, estavam militantes experientes, antigos membros de movimentos sociais no campo, sindicalistas, trabalhadores urbanos, intelectuais, ex-militares, religiosos e, sobretudo, estudantes. Diferente, porém, de outras formas de luta, como as passeatas que chegaram a reunir 100 mil no Rio de Janeiro, as ações armadas seriam praticadas por pequenos agrupamentos.

Lideradas por estudantes, as passeatas contaram com expressiva adesão popular, enquanto as ações da esquerda armada não conquistaram o mesmo apoio, talvez por sua radicalidade. Sobre os números desproporcionais de pessoas presentes nas passeatas e as engajadas na esquerda armada, observou um militante: “Em 68, tínhamos cem mil nas ruas pedindo o fim da ditadura, mas não tínhamos 100 mil empenhados na revolução”⁷⁰. O quantitativo de pessoas nas passeatas e em outros protestos sugere que muitos insatisfeitos com o regime se dispuseram a participar de alguma manifestação

⁶⁸ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 61-64.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

pública, mas sem aderir a formas radicalizadas de luta ou a propostas de modificações profundas na política e no sistema econômico. Como relatou uma militante:

A esmagadora maioria dos que se opuseram ao regime não era pelo processo revolucionário comunista ou radical. Os ideologicamente comprometidos com as teorias revolucionárias eram minoria e se engajaram nas organizações clandestinas com o objetivo de preparar a luta armada, mas acabaram quase todos presos, mortos ou exilados⁷¹.

Uma questão a ser levantada é: por que os jovens (em especial os estudantes) foram os que se engajaram em maior número nas organizações da esquerda armada? As respostas são complexas, pois passam por diversos fatores, entre eles, um contexto internacional no qual a juventude assumiu e, ao mesmo tempo, foi associada ao signo da mudança. O radicalismo estaria relacionado a algumas características costumeiramente atribuídas à juventude: a rebeldia e a agitação, vistas como “elementos típicos desse momento de passagem pela vida”⁷².

Ao considerarmos essas características, não desejamos corroborar a interpretação corrente em alguns filmes e em algumas memórias de ex-militantes, que tende a apresentar os jovens que pegaram em armas no Brasil durante a ditadura como sujeitos ingênuos, imaturos e impetuosos⁷³. A nosso ver, a rebeldia e a agitação estão entre os fatores que influenciaram a opção pela radicalização política de esquerda de parcela de jovens brasileiros. As motivações principais que levaram a essa opção, no entanto, devem ser buscadas em outros aspectos, como a influência de uma conjuntura nacional marcada pela existência de uma ditadura. Fatores externos foram importantes, como a influência da Revolução Cubana e de toda a exaltação que suas jovens lideranças faziam da tomada do poder pelas armas nos países latino-americanos. Foi nesse contexto que parcela de jovens se engajou nas organizações da esquerda armada em maior número que o de pessoas de outras faixas etárias.

Essa parcela se reconheceu revolucionária e abdicou (ainda que temporariamente) de projetos pessoais para se dedicar ao que considerava ser o seu papel: o de agente transformador do mundo. É importante frisar que se tratava mesmo de uma parcela, porque, apesar do razoável contingente juvenil que aderiu às

⁷¹ A militante não autorizou a citação de seu nome.

⁷² HOBBSAWM, 1995, *op. cit.*, p. 295.

⁷³ Um exemplo desse tipo de interpretação pode ser visto no filme *O que é isso, companheiro?*, produzido por Bruno Barreto e inspirado pelo livro homônimo de Fernando Gabeira. No livro, o autor rememora a sua experiência como militante da esquerda armada. A referência completa do livro é: GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

organizações, elas foram compostas por pequenos efetivos. Esses dados sugerem que a maioria dos jovens não sentiu a mesma atração pelas propostas e pelos discursos radicalizados de esquerda. Outras parcelas significativas da juventude optaram, por exemplo, em se concentrar em projetos pessoais, como a obtenção de diplomas e de colocações no mercado de trabalho.

Juventude e mudança, o espírito do tempo⁷⁴

Do ponto de vista mundial, os anos 1960 foram marcados, entre outros aspectos, pela tomada das ruas por indivíduos jovens que as transformaram em lugar de reivindicação e de ação política. O ativismo estudantil foi predominante e movimentou, entre outras, a vida universitária. As manifestações públicas iam desde pichações em muros até comícios, marchas e piquetes. Mesmo nos países desenvolvidos, o grau de radicalização de esquerda pelos estudantes foi uma novidade⁷⁵.

No ocidente, a explosão dos levantes estudantis esteve relacionada ao crescente processo de industrialização e de urbanização após a Segunda Guerra. Ocorrido com maior intensidade na Europa, desde os anos 1950, esse processo foi acompanhado pela ampliação do acesso à educação secundária e superior, o que gerou, nos centros urbanos, uma massa estudantil. As demandas dessa massa e a capacidade de mobilização para reivindicá-las traduziram-se em tensão social. A explosão dos levantes deveu-se a fatores geracionais, visto que, diferente da geração anterior, que viveu os horrores e os desdobramentos da Segunda Guerra, como um ciclo maior de instabilidade política, de desemprego e de recessão econômica, a geração dos anos 1960 não teve a sensação de que aqueles anos seriam melhores, portanto, não sentiu uma espécie de conformismo que teria caracterizado outras gerações⁷⁶.

O ano de 1968, símbolo da década, foi chamado de “ano rebelde”, porque nele eclodiram levantes juvenis que agitaram diversas cidades do mundo. Embora estivessem longe de ser uma revolução (no sentido estrito do termo), os levantes se tornaram emblemáticos e, 50 anos depois, permanecem de forma quase mítica no imaginário social. Um dos mais conhecidos, o Maio Francês representou o epicentro para os protestos de várias cidades do ocidente, em especial nas capitais europeias: Berlim

⁷⁴ Em *Filosofia da História*, Hegel aprofundou o preceito filosófico defendido por autores do Romantismo alemão de que há em cada época um conjunto de elementos culturais que a caracterizam, sendo chamado de “espírito do tempo”. HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

⁷⁵ HOBBSAWM, 1995, *op. cit.*, p. 293-296.

⁷⁶ *Ibid.*

Ocidental, Londres, Roma e Madri. Suas bandeiras representavam desde demandas específicas do setor estudantil, passando por críticas aos governos nacionais, até à ideia de mudanças nos valores morais e culturais. As intensidades e as prioridades dos protestos variaram conforme a conjuntura local.

Nos Estados Unidos, parcelas da juventude se manifestaram pela igualdade racial e de gênero e contra a intervenção militar norte-americana no Vietnã e a produção de armas nucleares e biológicas. No México, o auge das manifestações ocorreu em outubro, a poucos dias do início dos Jogos Olímpicos na capital do país, e envolveram críticas à política econômica, a luta pela federalização de instituições de ensino e a presença norte-americana no Vietnã⁷⁷. No Brasil, como observamos, os protestos estudantis de 1968 estiveram relacionados à existência da ditadura militar, o que possibilitou a deflagração de lutas específicas e gerou um calendário político próprio, iniciado em março, portanto, antes do famoso Maio Francês.

Já no Leste Europeu, as manifestações estudantis foram impulsionadas e tiveram como singularidade o questionamento da interferência soviética nos governos locais, a exemplo dos protestos na Polônia, em janeiro, e na antiga Tchecoslováquia, em agosto. Dadas as especificidades dos movimentos, é possível falar que existiram vários 68. Sobre eles, chama à atenção o fato de terem se alastrado tanto no âmbito do capitalismo (central e periférico) como no Leste Europeu, revelando um clima mundial de insatisfação juvenil com os padrões morais, sociais e políticos. A intensidade dos protestos fez com que alguns governos passassem a tratar os estudantes como uma ameaça pública, perseguindo-os duramente conforme aconteceu nos governos ditatoriais na América Latina.

Para Hobsbawm, os levantes juvenis de 1968 revelaram ao mundo o potencial revolucionário dos estudantes e só não foram transformados, de fato, em uma revolução, porque as mobilizações não se deram de modo coordenado com a de outros grupos socialmente insatisfeitos. Apesar disso, as mobilizações estudantis ajudaram a motivar ondas reivindicatórias de trabalhadores por maiores salários, por mais direitos e por melhores condições de trabalho, a exemplo das greves operárias na França e na Itália⁷⁸. No Brasil, os protestos estudantis antecederam e, em parte, ajudaram a motivar as greves de Contagem e de Osasco.

⁷⁷ MISKULIN, Sílvia. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória, 2008. Disponível em <http://anphlac.fflch.usp.br/anphlac.fflch.usp.br/files/silviamiskulin>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

⁷⁸ HOBBSAWM, 1995, *op. cit.*, p. 296.

Protagonista dos acontecimentos que marcaram a década de 1960, Renato Tapajós⁷⁹ narrou o momento como uma fase de ruptura da juventude mundial com os padrões sociais e morais vigentes até então. Por seu depoimento apontar elementos que nos ajudam a entender a interpretação que faz daquele momento, lançamos mão da longa transcrição a seguir.

Na década de 1960, houve um processo de ruptura por parte da juventude a nível mundial com os padrões. A forma como essas rupturas foram se configurar dependeu da cabeça de cada um ou das oportunidades que cada um teve. Eu acredito que uma grande parte se voltou para a militância, entendendo que essa transformação tinha que ser social e outra parte se voltou para dentro de si mesma. E aí, essa busca para dentro de si, a ideia de transformar primeiro as pessoas para depois a sociedade encontrou vários caminhos, desde coisas como o movimento hippie, que afinal pregava a adoção de uma postura ingênua diante do mundo, e que na medida que as pessoas assumissem essa ingenuidade o mundo se transformaria. Até um outro tipo de postura, o da experiência das drogas, indo para cada vez mais fundo, cada vez em experiências mais pesadas, no sentido de encontrar nisso uma transcendência que iria propor uma transformação individual. O encontro de uma outra esfera, onde as relações entre as pessoas iriam se dar de uma forma diferente. Quer dizer, eu acho que a matriz é uma só. É engraçado, há pouco tempo, eu fiz um filme chamado “Nada será como antes”, em que em um momento a minha narração diz mais ou menos o seguinte: “Eu falo do sonho que havia em 68”. Aí eu digo, qualquer coisa do gênero: “Mas era 68 e havia o Maio Francês, a Primavera de Praga, o movimento hippie, os Panteras Negras, a Revolução Cultural na China”. E eu termino o texto dizendo assim: “Até hoje, ninguém conseguiu me convencer que todas essas coisas aconteceram ao mesmo tempo por acaso”. Quer dizer, eu acho que não foi por acaso. Eu acho que elas aconteceram ao mesmo tempo porque no mundo inteiro se chegou a uma saturação dos valores que tinham se estabelecido desde o começo do século e que a duas guerras mundiais não modificaram fundamentalmente esses valores. Quer dizer, um determinado tipo de ordem que se estabeleceu no começo do século, veio vindo até a década de 60 e ali chegou numa saturação. E foi justamente com a juventude que acabou estourando.⁸⁰

Tapajós fala do “sonho que havia em 68”, cuja atmosfera de contestações levou muitos a crer que, a partir dali, “nada seria como antes”. No filme citado, produzido no início dos anos 1980, ele afirma que esse sonho assumiu formas nas ruas: “violenta

⁷⁹ Tentamos, sem sucesso, contatar Renato Tapajós para uma entrevista. As informações sobre a sua trajetória e os trechos de suas falas foram extraídos de depoimentos concedidos a terceiros.

⁸⁰ Entrevista de Renato Tapajós a Marcelo Ridenti. Campinas, SP, 30 de agosto de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

forma”⁸¹. Mesmo distintos, os comportamentos juvenis de rebeldia tinham uma só matriz, como sugeriu. Essa matriz era o desejo da mudança, fosse ela social ou individual. Ele tem razão quando diz não se convencer que “todas essas coisas aconteceram ao mesmo tempo por acaso”⁸². Tais acontecimentos revelaram uma insatisfação generalizada com o ambiente da Guerra Fria, sobretudo pelos jovens, cujo inconformismo explodiu com maior notoriedade ao longo de 1968, quando o desejo de mudança parecia estar ao alcance das mãos⁸³.

Embora os acontecimentos daquele ano não devam ser mitificados, sua importância não pode ser minimizada tendo em vista toda a movimentação do período, relacionada à promessa de construção de um novo mundo⁸⁴. Com efeito, havia ‘algo especial’ nos anos 1960, que impulsionou parcelas da juventude mundial a adotar determinados discursos e práticas associadas à mudança. O que mais pode ter contribuído, contudo, para o surgimento de uma atmosfera mundial de contestações sociais protagonizada por jovens?

De acordo com Passerini, essa atmosfera pode ser explicada pela prevalência, naquele momento, de uma visão da juventude como elemento otimista, de representação de um novo universalismo, como novos sujeitos capazes de redesenhar o mundo segundo critérios de liberdade e de justiça⁸⁵. Essa visão, socialmente construída, atribuiu e, ao mesmo tempo, introjetou nos jovens a imagem de categoria social portadora da mudança.

Nos depoimentos de militantes da Ala, a juventude (entendida como uma fase do ciclo biológico) aparece diversas vezes associada às ideias de mudança e de radicalismo. Alípio Freire, por exemplo, justificou sua opção por uma organização da esquerda armada como uma escolha “natural da juventude”, porque em sua compreensão: “Todo jovem quer mudar o mundo. Todo jovem é por natureza radical. Se não for, tem algo errado com ele”⁸⁶. Já Roig frisou que a radicalização de suas escolhas políticas nos anos 1960 se deu em um momento em que “obviamente era muito jovem”⁸⁷. Essa interpretação do radicalismo como um comportamento típico de um

⁸¹ *Nada será como antes, nada?* Direção: Renato Tapajós. Distribuição: Tapiri Cinematográfica. Brasil, 1984, 43min.

⁸² Entrevista de Renato Tapajós a Marcelo Ridenti. Campinas, SP, 30 de agosto de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

⁸³ CARDOSO, 2008, *op. cit.*, p. 08.

⁸⁴ ANTUNES; RIDENTI, *op. cit.*, p. 87.

⁸⁵ PASSERINI, *op. cit.*, p. 351.

⁸⁶ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁸⁷ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

momento da vida tem a ver com a forma como os entrevistados reelaboraram as vivências passadas, buscando, a partir de ideias e de imagens do presente, justificar decisões⁸⁸. É importante ressaltar que, nos relatos, não notamos arrependimentos pelas escolhas feitas. Comumente, os militantes apresentaram uma avaliação positiva das experiências políticas vividas na juventude.

A associação entre juventude e radicalismo presente nos depoimentos também está relacionada à internalização de determinados discursos em voga nos anos 1960, os quais evocaram um potencial transformador da juventude. Desses discursos, alcançaram grande repercussão as ideias de Guevara: um sujeito jovem que, ao lado de outros jovens, liderou uma revolução vitoriosa. Para ele, a juventude tinha a tarefa de mudar os valores e os modelos sociais identificados com as “velhas estruturas” de poder. Ícone de parcela expressiva da juventude latino-americana, afirmou: “Ser jovem e não propor o novo. Ser jovem e não criar é uma anomalia”⁸⁹.

Esse modo de *ver* a juventude convergiu com um cenário mundial no qual a palavra de ordem foi o ‘novo’. Tão introjetada no imaginário juvenil, a ideia do novo era “contagante”⁹⁰, lembrou-se Roig. Assim, nos anos 1960, “tudo era o novo! As palavras mais usadas eram o novo, romper, dinamitar, derrubar as velhas estruturas”⁹¹.

Já a forma como as rupturas se deram, essa “dependeu da cabeça de cada um ou das oportunidades que cada um teve”, conforme argumentou Tapajós⁹². Daí o porquê de “uma grande parte” dos jovens se voltar para a militância, pois entendia que a transformação deveria ser social, enquanto “outra parte se voltou para dentro de si mesma”⁹³. O que Tapajós nomeou de “cabeça de cada um” e de “oportunidades que cada um teve”, do ponto de vista sociológico, pode ser interpretado como a forma distinta como os indivíduos elaboram os materiais de suas vivências coletivas. É essa elaboração que faz cada pessoa assumir determinada visão de mundo e aderir a certos discursos e práticas⁹⁴. Na pluralidade das perspectivas juvenis dos anos 1960, “alguns sonhavam com a Cuba de Fidel, com a China de Mao, com a Rússia de Lenin. Alguns

⁸⁸ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994, p. 11.

⁸⁹ GUEVARA, Ernesto. **Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 209.

⁹⁰ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² Entrevista de Renato Tapajós a Marcelo Ridenti. Campinas, SP, 30 de agosto de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ MANNHEIM, 1961, *op. cit.*, p. 36.

sonhavam com o Vietnã. (...) Havia o Maio Francês, o poder negro, os *hippies*, os Beatles e a Primavera de Praga”⁹⁵.

A esquerda revolucionária na América Latina

Nos anos 1960, emergiram, em diversos países ocidentais, movimentos, partidos e organizações cujos objetivos eram propor práticas políticas que rompessem com os valores capitalistas. Os novos grupos, denominados de nova esquerda, assumiram características distintas, que variaram conforme a cultura nacional, mas possuíam em comum a busca pela transformação radical da sociedade e a oposição às linhas políticas defendidas pelos partidos comunistas tradicionais⁹⁶. Na América Latina, por exemplo, afloraram organizações oriundas de cisões nos antigos partidos de orientação marxista-leninista, conforme ocorreu no Uruguai, onde alguns grupos se originaram a partir de rupturas com o Partido Comunista Uruguayo (PCU) e com o Partido Socialista Uruguayo (PSU)⁹⁷. Entre os fatores que contribuíram para o florescimento das novas organizações na região, estavam: o processo de desestalinização ocorrido na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a internacionalização das ideias maoístas e a vitória da revolução em Cuba.

Grosso modo, o processo de desestalinização esteve ligado às mudanças na condução do sistema político soviético após a morte de Stalin, em 1953. No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, Nikita Khrushchov, então primeiro- secretário do Comitê Central do PCUS, tornou público os crimes cometidos por Stalin, como os expurgos políticos e militares⁹⁸. O encontro marcou a adoção de uma nova linha política, pautada, entre outros aspectos, pela defesa da coexistência pacífica com o mundo capitalista, sob o argumento da garantia do equilíbrio militar alcançado pela URSS e pelos EUA no contexto da Guerra Fria. Durante o Congresso, também se definiram as linhas de ação para os partidos comunistas de outros países, que, a partir daquele momento, deveriam se esforçar para participar dos governos democráticos, com o objetivo de criar, internamente, as condições favoráveis para chegar ao poder e promover as transformações necessárias para a construção do socialismo.

⁹⁵ *Nada será como antes, nada?* Direção: Renato Tapajós, *op. cit.*

⁹⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000, apresentação.

⁹⁷ TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina**. La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006, p. 15.

⁹⁸ As denúncias visavam desacreditar o grupo stalinista nas disputas pela liderança do governo soviético.

A defesa do princípio da coexistência pacífica e a renúncia à violência revolucionária provocaram mudanças no movimento comunista internacional. Um desdobramento desse processo foi a ruptura das relações diplomáticas entre URSS e China, em 1962, e a disputa entre os dois países pela hegemonia do movimento comunista internacional⁹⁹. Para os chineses, a principal contradição a ser superada dava-se entre as lutas de libertação nacional e o imperialismo, não entre o socialismo e o capitalismo como defendiam os soviéticos. Os chineses também sustentavam que o enfrentamento do imperialismo só teria êxito por meio da luta revolucionária nos países subdesenvolvidos. Embora boa parte dos partidos comunistas optasse por seguir a linha soviética, as decisões do encontro geraram divergências que implicaram cisões que resultaram na formação de grupos pró-chineses, fazendo com que o movimento comunista internacional começasse a perder seu caráter monolítico.

Os grupos pró-chineses ou maoístas, como são chamados, propunham a guerra popular prolongada como estratégia para impulsionar a revolução. Entre as principais formulações da estratégia político-militar proposta pelo Partido Comunista Chinês (PCCCh), estão: a liderança do partido na condução do processo revolucionário, a necessidade de se conquistar e de se manter o apoio da população nesse processo e a atração do inimigo para as regiões interiores, onde seria possível combatê-lo alternando técnicas de guerra tradicionais com as de guerrilha.

Enquanto a Revolução Russa teve o proletariado como força principal e partiu dos centros urbanos em direção ao campo, os revolucionários chineses se concentraram nos camponeses e escolheram o campo como o local para iniciar a revolução e para promover o cerco das cidades. As táticas chinesas tiveram grande influência nos movimentos revolucionários no Sudeste Asiático, como no Camboja e no Vietnã. Mesmo com os sucessos alcançados pelos revolucionários chineses, os debates mundiais sobre as estratégias revolucionárias permaneceram à sombra do modelo soviético, cujo grau de influência só começou a diminuir após 1956, quando Moscou e os partidos comunistas tradicionais passaram a ser interpretados como insuficientemente revolucionários¹⁰⁰.

⁹⁹ Após o XX Congresso, Mao Tse Tung e o PCCCh passaram a acusar a direção do PCUS de revisionismo e de alinhamento ao imperialismo estadunidense. Após a ruptura diplomática, a China consolidou as proposições sobre um modelo socialista próprio conhecido como a *via chinesa*, cuja ênfase está na agricultura.

¹⁰⁰ HOBBSAWM, 1995, *op. cit.*, p. 81.

A quebra da hegemonia do modelo soviético só se completou após a eclosão da Revolução Cubana. Sobre o tema, Marco Aurélio Garcia observou que a revolução em Cuba significou a passagem dos ecos da Revolução Russa, que perduraram até final dos anos 1950, para um segundo momento, caracterizado pelo surgimento de organizações de esquerda influenciadas pelo foquismo¹⁰¹. Pautado pelas ideias de Ernesto Guevara e de Régis Debray, o foquismo baseia-se na premissa de que a criação de múltiplos focos guerrilheiros, formados a partir do campo, dificultaria a ação repressora das forças governamentais¹⁰². Guevara defendia a criação de “focos de revolução” em todo o mundo, como forma de derrotar o imperialismo. Daí à sua conhecida proposição de se “Criar dois, três... muitos Vietnãs”¹⁰³.

Diferente dos modelos soviético e chinês, que defendem a liderança do partido na revolução, no foquismo é a guerrilha, não o partido, que assume a vanguarda no processo revolucionário. Em Cuba, as lutas de libertação nacional não foram dirigidas por um partido comunista, mas pelo Movimento Revolucionário 26 de Julho, formado em sua maioria por jovens, entre eles, seu líder Fidel Castro. Além disso, os modelos revolucionários soviético e chinês preveem o desenvolvimento do trabalho político com as massas para conscientizá-las e organizá-las para as lutas políticas, enquanto a experiência cubana mostrou ser possível impulsionar a revolução por meio da ação armada direta. Nos dois casos, as massas aparecem como elemento central no desenrolar dos processos revolucionários.

O fato de não existir na ilha um partido que pudesse liderar o processo de tomada do poder ajuda a explicar o tipo de luta implantado ali, bem como a prevalência das características nacionalistas na fase inicial da revolução. O Partido Comunista de Cuba foi criado somente em 1965, seis anos após a eclosão da revolução e quatro anos após a adoção do socialismo no país, e tanto a sua fundação como o seu funcionamento estiveram atrelados ao governo revolucionário.

¹⁰¹ GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução. *In*: ARAÚJO, Ângela. (Org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo, Scritta, 1997, p. 37-47.

¹⁰² Em **A guerra de guerrilhas**, Guevara defendeu o pressuposto da criação de pequenos focos como meio de provocar um levante das massas e impulsionar a revolução. Tal proposta foi considerada por ele como válida, principalmente, para os países subdesenvolvidos. O próprio Guevara pôs essa proposta em prática, primeiro no Congo, depois na Bolívia, onde terminou assassinado. Nos dois casos, a experiência guerrilheira não obteve êxito. GUEVARA, Ernesto. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

¹⁰³ GUEVARA, Ernesto. Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental.

Revista Tricontinental. Havana: Secretaria Executiva da Organização de Solidariedade com os povos da Ásia, África e América Latina, 1967. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1967/04/tricontinental.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

Quanto ao sucesso da guerrilha, de acordo com o sociólogo Florestan Fernandes, o fato está relacionado, principalmente, a dois fatores: a adesão de expressivos contingentes de trabalhadores àquele tipo de luta, o que teria transformado uma pequena formação militar em uma força maior que envolveu a sociedade, e o papel de articulador exercido por Castro, que conseguiu unir a guerrilha a um movimento político de agregação dos diferentes setores sociais descontentes com a crise socioeconômica, com o domínio político das oligarquias, assentado na ditadura de Batista, e com a influência norte-americana no país¹⁰⁴.

Após a revolução, forjou-se a convicção de que havia uma veia revolucionária inquestionável na América Latina. Vitoriosos, os revolucionários passaram a proclamar seu modelo como válido para o conjunto do continente e os seus exemplos representaram um marco na história do socialismo e das lutas sociais na América Latina¹⁰⁵. Conforme Eduardo Tristán, a influência foi marcante, pois, para muitos latino-americanos, Cuba era motivo de orgulho por derrotar uma ditadura e a oligarquia que a representava, mas, em especial, pela resistência ao imperialismo norte-americano que, nos anos 1960, se converteu em “inimigo número um” de grande parte dos grupos de esquerda¹⁰⁶.

Nos debates das organizações, as ideias de mudança e de novo assentavam-se, principalmente, na concepção guevarista de construção de um “novo mundo”, a qual estava diretamente associada à ideia de surgimento do “novo homem”. Para Guevara, o “novo homem” deveria ser gerado em cada indivíduo, a partir de uma tomada de consciência que possibilitaria a aquisição de novos hábitos e valores, vistos como necessários à construção de uma nova sociedade. O “novo homem” seria aquele capaz de abandonar as ambições individualistas e burguesas em nome dos interesses coletivos.

Ao cultivar valores e ideais comuns, o “novo homem” assumiria um grau elevado de consciência social, fundamentado nos sentimentos de amizade e de fraternidade. Observa-se que, ao recorrer aos valores humanistas, Guevara formulou um modelo de homem que compreende e cumpre seu dever com a transformação da sociedade, visto que, assentado na ideia de um renascimento subjetivo, o “novo homem” internalizaria o dever e o objetivo revolucionário¹⁰⁷. Com base nesses

¹⁰⁴ FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**. A Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

¹⁰⁵ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 50.

¹⁰⁶ TRISTÁN, *op. cit.*, p. 48.

¹⁰⁷ GUEVARA, 2011, *op. cit.*, p. 247- 280.

pressupostos, se forjou a imagem do “revolucionário verdadeiro”, aquele guiado por “grandes sentimentos de amor”¹⁰⁸. Ao altruísmo defendido por Guevara, exigido como a primeira qualidade revolucionária, somar-se-iam a coragem e a disposição do sacrifício pessoal, o qual incluía a doação da vida em nome da causa revolucionária. O “novo homem” era um herói para quem o exemplo insuperável vinha do próprio Guevara, cuja morte heroica completava o sentido da militância, criando uma imagem perfeita daquele que se dispôs a viver e a morrer pela revolução, um mártir.

Idealizado em um contexto mundial de valorização política da violência, o “novo homem” poderia fazer uso dela, desde que com sentido revolucionário. Justificada pelas organizações como um instrumento de transformação social, o uso da violência seria legítimo quando em ofensiva à dominação capitalista e à repressão estatal. Para as organizações, portanto, tratava-se de um uso político. Desse modo, a guerrilha em nada se assemelhava a outros tipos de violência, porque, em sua proposta, havia a dimensão libertária.

Se as novas esquerdas europeia e norte-americana se expressaram sob diversos movimentos, inclusive alguns contrários ao uso da violência, na América Latina, os novos grupos tiveram como elemento definidor a opção pela tática da luta armada. Herdeiros, sobretudo da Revolução Cubana, esses grupos deram, em seus programas, um lugar político para o uso da violência. A opção por essa tática de luta tornou-se um dos fatores que levou pesquisadores a denominarem a nova esquerda latino-americana como uma esquerda revolucionária, a fim de com essa adjetivação ressaltarem seu diferencial em relação à chamada esquerda tradicional, representada pelos antigos partidos comunistas e socialistas. Já na concepção dos grupos revolucionários, a luta armada seria a única alternativa possível de luta nacional para ascender ao poder¹⁰⁹.

Apesar dos impactos da Revolução Cubana nas esquerdas latino-americanas nos anos 1960 e 1970, vale ressaltar que seu modelo não se impôs de modo homogêneo na região. No período, as diversas organizações se nutriram de um complexo repertório de experiências políticas que, além de Cuba, incluía China e as lutas de descolonização na Ásia e na África, a partir das quais se abriu um leque de projetos revolucionários¹¹⁰. Também influenciaram essas esquerdas as interpretações propostas pela Teoria da Dependência e o chamado Cristianismo da Libertação. A primeira foi uma derivação

¹⁰⁸ *Id.*, 1980, p. 62.

¹⁰⁹ TRISTÁN, *op. cit.*, p. 57-65.

¹¹⁰ NERCESIAN, Inés. **La política en armas y las armas de la política: Brasil, Chile y Uruguay 1950-1970**. Buenos Aires: Clacso, 2013, p. 89.

das teorias cepalinas¹¹¹, enquanto a segunda esteve ligada às transformações ocorridas na Igreja Católica, que redirecionaram práticas da instituição.

No que se refere à Teoria da Dependência, seu caráter inovador está em perceber o fenômeno do subdesenvolvimento como uma realidade histórica específica, a qual exigia uma teorização própria. Com base no conceito de dependência, buscou-se explicar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Os teóricos da dependência¹¹² defendiam que o subdesenvolvimento seria uma fase no desenvolvimento do capitalismo atrelado à expansão dos países centrais. Nessa perspectiva, não existiria no capitalismo desenvolvimento sem subdesenvolvimento e a dependência seria uma posição de subordinação da América Latina aos imperialismos norte-americano e europeu desde o século XIX¹¹³.

Às análises em torno do conceito foram incorporados elementos específicos das relações sociais existentes em cada um dos países da América Latina, que reforçavam a manutenção da condição de exploração e de submissão das economias nacionais em relação aos interesses dos países desenvolvidos. A introdução desses elementos possibilitou a identificação das classes dominantes nacionais, cuja hegemonia era exercida pelos representantes do setor agroexportador e pelos seus correlatos, cujos interesses estavam ligados ao capital internacional. Dado o grau de dependência, alguns países poderiam ser dirigidos a partir de um polo externo, a exemplo da submissão de Cuba em relação aos Estados Unidos antes da revolução.

Além de teoria para explicar a realidade latino-americana, as interpretações em torno do conceito de dependência embasaram cientificamente parte das formulações estratégicas das organizações, servindo como justificativa para a ação política. As organizações defendiam a ruptura imediata com o imperialismo e a construção do socialismo como o único caminho para um desenvolvimento socioeconômico justo.

¹¹¹ Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) ocupou lugar de importância no pensamento econômico latino-americano, constituindo-se como o único centro intelectual da região a criar um corpo analítico próprio. Nos anos 1950, o pensamento cepalino esteve pautado pelo estruturalismo-histórico, a partir do qual buscou-se compreender o subdesenvolvimento regional. Através das explicações estruturalistas, os colaboradores da Cepal, entre eles, Raúl Prebisch e Celso Furtado, opunham-se às chamadas “teorias etapistas”, baseadas na existência de uma sequência de fases necessárias ao desenvolvimento econômico.

¹¹² Cujas vertentes marxista é representada por André Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Marini, Vânia Bambirra entre outros.

¹¹³ MARINI, Ruy Mauro. Processos e tendências da globalização capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 52.

Também rechaçavam a defesa de partidos comunistas tradicionais da necessidade de uma etapa democrático-burguesa anterior à revolução socialista¹¹⁴.

Menos incisivo nas formulações dos agrupamentos foi o movimento denominado de Cristianismo da Libertação. Surgido no início dos anos 1960 no Brasil, o movimento contou com a adesão de setores do clero (padres, freiras, ordens religiosas, bispos) e de grupos religiosos leigos (a Ação Católica (AC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC)), formando uma ampla e complexa rede que ultrapassou os limites da Igreja como instituição e reuniu milhões de cristãos em torno da opção prioritária pelos pobres¹¹⁵.

O movimento provocou importantes transformações na Igreja latino-americana e seus desdobramentos foram além da esfera religiosa, possibilitando a aproximação entre marxismo e cristianismo, na qual as “analogias formais se transformaram num processo ativo de simbiose por afinidade eletiva”¹¹⁶. Essa aproximação foi possível graças à ocorrência de dois processos históricos distintos cujos resultados convergiram. O primeiro diz respeito à transformação interna da Igreja impulsionada pelo papa João XXIII, eleito em 1958, e pelas teses do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, as quais modificaram a essência da cultura católica. Entre as deliberações do Concílio, destaca-se a renovação eclesiológica, a partir da qual se definiu a Igreja como comunidade e como sacramento do Povo de Deus, a serviço da humanidade como instrumento gerador de paz e justiça¹¹⁷. O segundo processo foi a vitória da Revolução Cubana, cuja pauta anti-imperialista, que logo se transformou em socialista, inspirou um ciclo de lutas sociais e de guerrilhas em toda a América Latina.

A junção desses processos criou as condições necessárias à fusão entre marxismo e cristianismo e à formação de um Cristianismo da Libertação¹¹⁸. Entre as

¹¹⁴ Adeptos do revisionismo soviético e da proposta de transição pacífica, alguns partidos, a exemplo do PCB, sustentavam que a superação do subdesenvolvimento passava pelo incentivo à industrialização e à formação de uma burguesia nacional industrializante. Pautados por essa lógica, defendiam um suposto potencial transformador dessa burguesia que, em nome de seus interesses, se esforçaria para romper a condição de submissão ao capital estrangeiro. Essa perspectiva possibilitava apontar a burguesia nacional entre as forças revolucionárias e justificar a proposta da revolução por etapas, sendo a primeira delas de cunho democrático-burguês.

¹¹⁵ LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 411.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 412.

¹¹⁷ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio**: história do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulinas, 1993.

¹¹⁸ LÖWY, *op. cit.*, p. 414-415.

organizações diretamente influenciadas por esse movimento, destacam-se, no Brasil, a AP, e, na Argentina, os Descamisados, formados por dirigentes da Juventud Demócrata Cristiana¹¹⁹.

As organizações revolucionárias brasileiras

A esquerda revolucionária brasileira surgiu em oposição ao PCB, sobretudo pela política conciliatória do partido com setores das elites econômicas nacionais e pela defesa de um caminho pacífico para a revolução, adotada no final dos anos 1950. O marco desse processo foi o ano de 1961, quando se realizou na cidade de Jundiá, em São Paulo, o I Congresso da ORM-Polop¹²⁰.

A Polop, como ficou conhecida, agregou jovens intelectuais marxistas entre os quais estavam autores marxistas da Teoria da Dependência. Esses intelectuais inovaram a visão da realidade nacional ao interpretar que a economia do país se encontrava em um estágio avançado de dependência, porque a burguesia nacional mantinha interesses atrelados ao imperialismo. Em decorrência dessa interpretação, defendiam que a revolução brasileira assumisse desde o início o caráter anti-imperialista e a tarefa de construção do socialismo. As formulações da Polop exerceram grande influência nos debates de diversas organizações de esquerda no Brasil¹²¹.

Em 1962, surgiram a AP e o PCdoB. Diferente da Polop, a AP tinha raízes nos núcleos ligados às chamadas juventudes católicas, em especial a JUC. Em seus referenciais teóricos, a AP mesclou elementos do Cristianismo da Libertação e da teoria marxista, sendo diretamente influenciada pela Revolução Cubana em seus primeiros anos de existência. O PCdoB, por sua vez, resultou do processo de luta interna no PCB, cujos principais pontos de dissenso giravam em torno de duas discussões. A primeira era relacionada à dinâmica de funcionamento do próprio partido e a segunda, ligada ao caráter da revolução, tema amplamente debatido por intelectuais e militantes de esquerda na América Latina no início dos anos 1960.

Em linhas gerais, os novos agrupamentos empenharam bandeiras pelo fim da exploração social e da dominação do capital internacional e pela construção de uma

¹¹⁹ A respeito dos Descamisados, ver. CAMPOS, Esteban. **La organización Descamisados**: entre la Democracia Cristiana, el peronismo revolucionario y la lucha armada. Disponível em: <http://conicet-ar.academia.edu/EstebanCampos>. Acesso em: 11 de novembro de 2016.

¹²⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 19-20.

¹²¹ SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 31-32.

sociedade socialista. Após o golpe de 1964, os grupos se multiplicaram e passaram a assumir também a característica de resistência armada à ditadura.

Alvo de críticas antes do golpe, depois dele, o PCB se transformou no “bode expiatório” das esquerdas, acusado pelas novas organizações da derrota dos setores progressistas na tomada do poder pelas Forças Armadas e por setores da sociedade civil¹²². Essa foi a interpretação da Ala que, em diversos momentos, atribuiu ao PCB a culpa por aquela derrota. Nos anos 1970, quando aprofundava a sua autocrítica em relação à tática de luta armada, a organização apontou o processo de fragmentação das esquerdas nos anos 1960 como o resultado da busca por uma saída revolucionária, tendo em vista a “inércia do PCB para oferecer respostas concretas para impulsionar a revolução e combater a ditadura”¹²³.

Principal acusado pela derrota das esquerdas, o PCB foi o partido que, no pós-golpe, mais cisões sofreu. No ano de 1966, vários de seus militantes, em sua maioria ligados ao setor estudantil, organizaram as chamadas dissidências estudantis, entre elas: a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (DL-RS), a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ), a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e a Dissidência Universitária de São Paulo (DI-SP). Em 1968, os ex-dirigentes pecebistas Carlos Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva formaram a Ação Libertadora Nacional (ALN).

PCdoB, Polop e AP também foram criticados por parcela de seus militantes e enfrentaram processos de fragmentação. O PCdoB sofreu duas cisões das quais se originaram o Partido Comunista Revolucionário (PCR), em 1966, e a Ala Vermelha, no ano seguinte. Da Polop surgiram o Colina e o Partido Operário Revolucionário (POR), em 1967. Enquanto dissidentes da AP organizaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em 1969. Nesse quadro, ainda emergiram grupos formados por dissidentes de diferentes organizações, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), composta, em 1968, por ex-militantes do PCB, da Polop e da esquerda nacionalista. O processo de fragmentação teve seu auge entre 1966 e 1968 e foi mais intenso entre os setores estudantis.

¹²² SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo. REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 377.

¹²³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Autocrítica (1967-1973)**. Darf, AV, DDI-II, documento 18, Aperj, janeiro de 1974. Apresentação.

Apesar das origens em diferentes matrizes políticas, das distintas influências de vertentes do comunismo internacional (em especial o foquismo e o maoísmo); das divergências sobre o caráter da revolução (nacional-democrático ou socialista); das táticas de luta (foco guerrilheiro ou guerra popular); e do tipo de estrutura da organização (partido ou comando guerrilheiro), os agrupamentos priorizaram a ação armada, viram-se como vanguarda da revolução e se opuseram ao suposto imobilismo do PCB no combate à ditadura¹²⁴. Embora previssem a participação dos operários e das massas urbanas no processo revolucionário, propuseram iniciar a revolução pelo campo, seguindo os modelos de guerrilha rural chinês, vietnamita ou cubano, à exceção da Polop, que defendia o clássico modelo revolucionário soviético centrado nas cidades.

Os grupos eram compostos por pequenos efetivos. Estima-se que alguns agrupamentos foram maiores, a exemplo da Ala, que, em alguns momentos, reuniu pouco mais de cem membros. A maioria dos quadros era de indivíduos jovens, com idade entre 17 e 30 anos, com a prevalência de pessoas do sexo masculino, oriundas das camadas médias urbanas, em especial estudantes e setores intelectualizados. Algumas organizações, como a Ala e a AP, contaram com uma relativa presença de trabalhadores em suas fileiras¹²⁵. Entre as explicações para a pequena formação dos grupos, estão: a radicalização dos discursos e das práticas políticas, a dedicação e a disciplina exigidas e os riscos de toda sorte.

Diferente de outras experiências vivenciadas em países da América Latina, nas quais as ações da esquerda armada ocorreram sob a vigência de governos considerados democráticos, no Brasil, esse tipo de ação teve início somente no contexto da ditadura militar. No Uruguai, por exemplo, as ações dessa esquerda tiveram origem no começo da década de 1960. A repressão pelos governos constitucionais aos grupos guerrilheiros, entre eles os Tupamaros, provocou o enfraquecimento das organizações que, em 1972, encontravam-se desmanteladas¹²⁶. Na recente história uruguaia, portanto, o uso da violência como instrumento de luta política pelos grupos de esquerda não resultou do golpe militar deflagrado em 1973.

Além das questões nacionais, a ocorrência das ações armadas no Brasil tem a ver com o cenário internacional de lutas de libertação e de radicalização dos discursos e das

¹²⁴ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas (1964-1974). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 129.

¹²⁵ RIDENTI, 2010, *op. cit.*, p. 63-64.

¹²⁶ TRISTÁN, *op. cit.*, p. 303.

práticas políticas. Nesse sentido, a opção pela chamada luta armada aparece como reação a eventos específicos da conjuntura interna (um golpe de Estado, seguido de uma ditadura) e como proposta de transformação radical da realidade, em um contexto em que muitos acreditavam existir uma espécie de destino revolucionário para a América Latina.

No Brasil, no período anterior ao golpe, as organizações apontaram em seus programas a questão da luta armada – como fez a Polop – mas não puseram em prática um projeto que a levasse adiante. A única tentativa de luta armada naquele momento foi proposta pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)¹²⁷, existente no interior das Ligas Camponesas¹²⁸, através do qual esperava-se implantar a guerrilha rural no país. No entanto, ainda durante a fase de treinamentos, que contou com o apoio de Cuba, o projeto foi descoberto e desmantelado pelo Governo Goulart. De acordo com Marcelo Ridenti, a existência desse projeto “poderia até fazer supor que ocorreria no Brasil um processo armado, independentemente do regime político”¹²⁹. Foi, contudo, somente após a implantação da ditadura que ocorreram as ações da esquerda armada. O sentido dessas ações precisa, portanto, ser interpretado dentro do quadro concreto de lutas contra o regime, mesmo que o projeto político das organizações não se restringisse a derrubá-lo¹³⁰.

Um questionamento possível a respeito do tema é: quanto o contexto da ditadura contribuiu para o engajamento na esquerda armada do período? Tomando como referência o estudo de caso da Ala, o combate ao regime aparece como um dos principais motivos de adesão ao grupo. Dos entrevistados, apenas dois disseram ter optado pelo partido por se tratar de um grupo maoísta. Mesmo assim, um deles mencionou que contou em sua escolha, principalmente, a possibilidade de “pegar em armas contra a ditadura”¹³¹. Os demais, tanto os que ingressaram na década de 1960 quanto na década seguinte, mencionaram o desejo de combater o regime como a primeira motivação de engajamento no grupo.

Maria José da Silveira, por exemplo, que entrou em 1969, quando estudava jornalismo na UnB, afirmou ser esse desejo o que a fez aderir a militância. Em seu relato, de modo semelhante ao que aparece em outros, a conjuntura foi destacada como

¹²⁷ O MRT foi fundado em 21 de abril de 1962 por Francisco Julião.

¹²⁸ Movimento de trabalhadores rurais pelo acesso à terra. No capítulo seguinte, serão detalhadas as origens do movimento.

¹²⁹ RIDENTI, 2007, *op. cit.*, p. 106.

¹³⁰ *Ibid.*

¹³¹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

fator de influência. Segundo a militante, nos anos 1960, vivia-se “um clima de grande ebulição política e libertária no país. As universidades se agitavam. Era muito clara a certeza de que o país precisava derrubar a ditadura e solucionar seus problemas sociais”¹³².

A maioria dos entrevistados relatou simpatizar com as ideias revolucionárias antes de ingressar no partido, mas disse não ter, naquele momento, uma predileção por uma vertente do comunismo internacional e que essa foi uma questão secundária para o engajamento no grupo. Critérios como a amizade também pesaram nas escolhas. Muitos jovens tiveram contato com a organização a partir de amigos em escolas, em universidades ou no trabalho por meio de redes formadas nesses locais, as quais envolviam afinidades pessoais e visões de mundo próximas. Esse foi o caso de Alípio, que ingressou na organização em 1968. Ao ser perguntado por que escolheu a organização, primeiro disse: “Foi a Ala, mas poderia ter sido outro grupo”¹³³. E concluiu: “Desde a adolescência, eu simpatizava com as ideias comunistas, mas a militância veio na ditadura, porque, ali, entendi que para combatê-la deveria usar as mesmas armas que ela. A Ala tinha uma proposta de luta nesse sentido”¹³⁴. Na universidade, Alípio teve contato com estudantes ligados a diferentes grupos revolucionários, mas se tornou próximo, fez amizades com pessoas da Ala, o que contribuiu para decidir pela organização¹³⁵. Nelson Vasquez, por sua vez, afirmou que tomou conhecimento do partido por meio de um colega de fábrica, com quem frequentemente conversava sobre música e política¹³⁶. Nelson entrou para a Ala em 1975, aos 20 anos, quando trabalhava em uma metalúrgica de médio porte no subúrbio carioca.

Alguns entrevistados, a exemplo de Roig, de João Pedro de Souza Neto e de Lúcia do Amaral, revelaram influência familiar nas escolhas políticas, tendo em vista o fato de serem filhos de comunistas. O primeiro é espanhol naturalizado brasileiro, cujo pai pertenceu ao Partido Comunista Espanhol e participou dos grupos de resistência armada na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Já os demais eram filhos de pecebistas. Esses, apesar de reconhecerem a influência paterna na formação de uma visão de mundo progressista, filiaram-se a uma organização defensora da luta armada, distanciando-se

¹³² Entrevista de Maria José Rios Peixoto da Silveira à autora. 18 de junho de 2018. Por e-mail.

¹³³ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

¹³⁴ *Ibid.*

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

de certo modo das opções políticas de seus pais que, nos anos 1960, integravam um partido defensor da via pacífica para a revolução. Com exceção de Roig, que iniciou a militância no PCdoB em 1963 – portanto, antes do golpe –, os demais apontaram a ditadura como um dos fatores determinantes para o ingresso na Ala¹³⁷.

Também encontramos na Ala engajamentos de mais de um membro da mesma família, conforme ocorreu com os Costa no Rio de Janeiro: cinco dos 12 irmãos ingressaram na sigla entre 1969 e 1977¹³⁸. Tanto entre os irmãos Costa como em outros casos, o primogênito foi o primeiro a entrar na organização, contribuindo para a adesão dos demais¹³⁹. Essa contribuição diz respeito, sobretudo, à escolha pelo partido, não pela militância comunista propriamente dita, cujo maior fator de atração foi a perspectiva de combater a ditadura e as desigualdades sociais. A influência do ente, portanto, pesou mais para a escolha pelo grupo que na decisão pessoal de engajamento político. É importante chamar a atenção para esse aspecto para colocar em evidência o fato de que, numa mesma família, os indivíduos fazem escolhas distintas, entre eles os que optaram por não participar organicamente em um grupo político ou a não aderir a formas de luta consideradas radicalizadas.

Além de amizades e de influências familiares, outros elementos subjetivos interferiram, ao lado das questões conjunturais, nas escolhas políticas. Alguns entrevistados afirmaram sentir um inconformismo ou uma insatisfação pessoal grande que os levou a ingressar na militância. Nas palavras de Fátima Souza: “O desejo de mudar o mundo vinha da alma!”¹⁴⁰. Segundo contou, esse sentimento surgiu cedo e, movida por ele, decidiu-se pela Ala aos 17 anos, quando, em 1969, cursava o Normal na rede pública estadual do Rio de Janeiro¹⁴¹.

Já o operário Nelson disse: “O que faz uma pessoa se engajar numa organização comunista é algo interior. Quando você descobre que é preciso alguma coisa a mais na vida”.¹⁴² Sobre essa percepção, concluiu: “Eu tinha a sensação de que faltava alguma coisa, um objetivo maior para vida. Tem a ver como você se sente no mundo. Quando

¹³⁷ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita, RJ, em 15 de julho de 2011. Entrevista de Margarida Maria do Amaral Lopes à Luiza Giandalia e à Desirée Azevedo. Memorial da Resistência de São Paulo. Entrevista de Lúcia do Amaral Lopes à autora. 20 de abril de 2018. Por e-mail.

¹³⁸ Nos referimos aos irmãos Vilma, Wilma, Washington, Warley e Valter, citados na ordem crescente de ingresso na organização.

¹³⁹ Há exemplo de Álvaro e Ana Amélia Lins e de Lúcia e Margarida do Amaral.

¹⁴⁰ Entrevista de Maria Fátima Souza Silva à autora. Mesquita, RJ, 18 de outubro de 2012.

¹⁴¹ *Ibid.*

¹⁴² Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

só trabalhar, casar, ter filhos, beber cerveja e se divertir não basta”¹⁴³. O “algo a mais na vida”, Nelson e outros foram buscar na militância. Os depoimentos revelam que os modos individuais de ver e de se sentir no mundo, embora relacionados às vivências pessoais, interferem nas escolhas políticas, que pautadas também por fatores objetivos, entre eles, a conjuntura histórica, entrelaçam visões de mundo a projetos coletivos.

Com base nas entrevistas, notamos que, na maioria dos casos, o aprofundamento ideológico veio com a militância, cuja dinâmica incluía muitas leituras e muitos debates, especialmente de autores marxistas. Havia uma grande preocupação em formar quadros bem preparados, que entendessem de história, de teoria política, de economia e de filosofia. “Não se fazia reuniões apenas para discutir tarefas. Muitos encontros foram só para estudo”, disse Alípio¹⁴⁴. Essa formação foi essencial para o debate e para as formulações teóricas dos grupos, principalmente para as proposições de estratégias e de táticas de luta. Segundo Roig, discutia-se, escrevia-se e pensava-se muito a respeito desses temas a ponto de os militantes passarem muitas horas nessas tarefas¹⁴⁵.

Sobre a intensidade e sobre os resultados dessas discussões, Roig fez uma analogia bem-humorada, disse que: “A montanha havia parido um ratinho”¹⁴⁶, referindo-se ao fato de que aqueles debates não resultaram nas mudanças que as organizações intencionavam fazer. Em sua opinião, isso ocorreu, porque as discussões foram afuniladas, de um lado, por fatores históricos da realidade brasileira e, por outro, pelo avanço da repressão estatal contra os membros das organizações¹⁴⁷.

Além da parte teórica, a formação incluía a preparação militar, quase sempre, reduzida a aulas de tiro e de fabricação de explosivos, geralmente orientadas pelos quadros mais experientes. Na Ala, essas aulas aconteceram em propriedades de familiares dos militantes ou em áreas desertas, como em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, onde treinava-se em tanques de areia¹⁴⁸. Em Brasília, militantes estudantis se reuniam na fazenda do pai de Álvaro, onde se escondiam em matagais e passavam longos períodos em jejum a fim de simular uma situação de guerrilha¹⁴⁹.

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 2015.

¹⁴⁵ Entrevista de Vicente Roig à Karina Alves e à Paula Salles. Memorial da Resistência de São Paulo.

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ *Ibid.*

¹⁴⁸ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

¹⁴⁹ Entrevista de Hélio Doyle à autora. 31 de maio de 2018. Por *Skype*.

Dos debates, surgiu a proposta de encaminhamento da luta armada que, para a maioria dos grupos, deveria assumir o modelo da guerrilha rural. Para colocar a proposta em prática, as organizações passaram a realizar ações de expropriação¹⁵⁰, como assaltos a bancos e a depósitos de armas, a fim de obter os recursos para criar a infraestrutura necessária para implantar as lutas no campo.

Ao comentar a proposta de guerrilha e as ações efetuadas pelas organizações para implantá-la, Roig destacou que aquela proposta nada tinha a ver com “loucura”, no sentido de algo irrealizável, mas com uma tática de luta colocada em prática de modo vitorioso em alguns países, a exemplo da China, de Cuba e do Vietnã¹⁵¹. Tratava-se, portanto, de uma proposição de luta anti-imperialista numa conjuntura histórica definida, na qual os militantes viam: “americanos saindo do Vietnã (...) agarrados nos helicópteros para fugir. (...) E Cuba se instalando bem debaixo dos Estados Unidos”¹⁵². Ao analisar as ações das organizações à luz do presente, concluiu: “Você pensar que hoje vamos assaltar banco, juntar dinheiro, ir para o campo e começar uma guerrilha igual ao Mao Tse Tung, o Ho Chi Minh, etc., e vamos ter êxito. Não é bem assim. (...) Não é nesse contexto. Era no contexto da década de 1960”¹⁵³.

Das organizações, apenas o PCdoB conseguiu colocar em prática os combates armados no campo, com a experiência conhecida como Guerrilha do Araguaia¹⁵⁴ ocorrida no sul do Pará entre 1972 e 1974. As ações armadas dos demais grupos se concentraram nos centros urbanos. Entre as razões para o insucesso da extensão das lutas ao campo, estavam as dificuldades dos militantes em mobilizar os trabalhadores para aquele tipo de luta, o número reduzido de quadros nas organizações e o intenso contexto de repressão política. O não envolvimento do PCdoB em ações urbanas foi importante para o desfecho da guerrilha, pois inicialmente ajudou a preservar o partido das investidas dos órgãos de repressão¹⁵⁵.

As primeiras ações armadas urbanas datam do início de 1968 e foram intensificadas após a edição do AI-5, assumindo explicitamente um caráter de

¹⁵⁰ Assim chamadas para ressaltar o seu caráter político.

¹⁵¹ Entrevista de Vicente Roig à Karina Alves e à Paula Salles. Memorial da Resistência de São Paulo.

¹⁵² *Ibid.*

¹⁵³ *Ibid.* Tanto na entrevista que nos concedeu quanto nos depoimentos a terceiros, notamos a preocupação de Roig em justificar determinadas escolhas e experiências políticas como típicas de uma conjuntura específica. Essa preocupação tem a ver, entre outros aspectos, com as formas como os sujeitos elaboram suas memórias individual e coletiva. Sobre os processos de criação da memória, ver. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁵⁴ Sobre o tema, ver. PORTELA, Fernando. **A guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

¹⁵⁵ RIDENTI, 2010, *op. cit.*, p. 225.

resistência ao regime. Além das ações de expropriação, os grupos realizaram capturas de diplomatas e atentados contra personalidades ligadas à ditadura. Embora, inicialmente, as ações de expropriação fossem praticadas com o objetivo de financiar a guerrilha, em pouco tempo, elas se tornaram um meio para sustentar a estrutura clandestina dos grupos. Isso aconteceu em razão do aumento da repressão política, porque muitas pessoas se viram obrigadas a entrar na clandestinidade e as organizações não tinham suporte para mantê-las.

As capturas de diplomatas, entre elas a do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, em uma ação conjunta da ALN com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁵⁶, tiveram grande repercussão nos cenários nacional e internacional. Com as capturas, os grupos desejavam chamar a atenção da opinião pública para os arbítrios da ditadura e libertar presos políticos. Com relação aos atentados, um episódio marcante ocorreu em 1966, quando militantes da AP detonaram uma bomba no aeroporto de Guararapes, em Pernambuco, com a intenção de assassinar o general Costa e Silva, então ministro da Guerra no Governo Castelo Branco e recém-indicado pela cúpula militar para ocupar a presidência do país. Além de autoridades políticas, empresários e executivos identificados com o regime foram alvos de atentados, a exemplo do dinamarquês Albert Boilesen, conhecido por financiar os órgãos de repressão e por participar das sessões de tortura¹⁵⁷, morto em abril de 1971 por membros da ALN e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)¹⁵⁸.

Protagonizadas sobretudo por jovens, capturas e alguns assaltos a bancos foram dignos de cenas cinematográficas e expuseram a insubordinação dos sujeitos ao regime, impactando à ordem social interna pretendida pela ditadura. Apesar da importância de tais ações nesse contexto, não nos parece adequado caracterizá-las como guerrilha urbana. Tampouco nos parece adequado afirmar que, no Brasil, durante a ditadura, houve de fato um processo de luta armada, visto que, à exceção da Guerrilha do Araguaia, militantes de esquerda e militares não travaram combates armados diretos. Sendo assim, utilizamos o termo ‘ações armadas’ para nomear as práticas das

¹⁵⁶ Sigla pela qual a DI-RJ era designada pelos órgãos da repressão. O nome surgiu em função da revista *8 de Outubro*, através da qual o grupo veiculava textos de Debray, Guevara e Castro. Em 1969, a DI-RJ foi desmantelada. No entanto, durante a captura do embaixador estadunidense, a DI-GB assumiu a sigla a fim de confundir e de desmoralizar a repressão que, semanas antes, anunciara publicamente a destruição do grupo. Desde então, a DI-GB ficou publicamente conhecida como MR-8.

¹⁵⁷ A respeito da relação do executivo com a ditadura, ver o documentário *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewsk. Distribuição: Imovision, Brasil, 2009, 92min.

¹⁵⁸ Dissidência da Ala surgida em 1969, que não deve ser confundida como o movimento de mesmo nome existente no interior das Ligas Camponesas.

organizações¹⁵⁹. Cabe salientar que, ao longo da tese, a expressão ‘luta armada’ se refere à tática prevista no programa das organizações, portanto a uma formulação teórica, não devendo ser confundida com o modo como designamos as ações de expropriação, as capturas de diplomatas e as ações de propaganda revolucionária.

A partir de 1971, as ações armadas refluíram devido, principalmente, à repressão estatal contra os quadros das organizações. Ao enfrentarem a ditadura, os agrupamentos o fizeram em condições muito desiguais, porque o governo ditatorial dispunha de efetivos e de aparatos militares superiores em relação à composição minúscula, ao preparo e à capacidade militar das organizações. As condições desproporcionais de luta foram bem exemplificadas pelo general Adyr Fiúza, diretor do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi)¹⁶⁰, que comparou o aparato repressivo do regime contra os grupos de esquerda a um martelo-pilão para matar moscas¹⁶¹. Isto é, o general afirmava o fato da ditadura contar com potentes ferramentas para aniquilar seus opositores.

Reduzidas, sem apoio popular e duramente perseguidas pelo Estado, no início dos anos 1970, as organizações foram desarticuladas e seus militantes foram presos, mortos ou exilados. As poucas que se soergueram o fizeram a partir de uma autocrítica da tática de luta armada, cujo processo as levou a redefinir estratégias e táticas de luta. No decorrer daqueles anos, as organizações voltaram-se para a aplicação da linha de massas¹⁶², por meio da qual buscaram caminhos para se aproximar dos trabalhadores e demais camadas pobres, cujos apoios e cujas adesões são vistos como indispensáveis para a deflagração e a vitória dos movimentos revolucionários.

¹⁵⁹ Entre os autores que defendem esse uso, está o historiador Jean Sales, cujas formulações influenciaram nossa perspectiva do tema. A proposta do autor para o uso do termo pode ser vista no seguinte trabalho. SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: A luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, apresentação.

¹⁶⁰ Entre as funções do órgão, estavam a análise de informações e o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda.

¹⁶¹ ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994, p. 75, *apud* JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento, *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158.

¹⁶² Tática centrada no reconhecimento da importância dos trabalhadores e das camadas pobres na deflagração e no desenrolar do processo revolucionário.

CAPÍTULO 2 – AS ORIGENS DA ALA VERMELHA

Neste capítulo, faremos uma breve abordagem do processo de formação do PCdoB e de aspectos de sua trajetória inicial, a fim de possibilitar a compreensão do surgimento da Ala Vermelha. Conforme veremos, a Ala surgiu como uma corrente de oposição às deliberações do Comitê Central pecebista, em especial, no que se referia aos preparativos da luta armada. Além dos aspectos ligados às origens da Ala, trataremos das estratégias e das táticas inicialmente propostas pela organização para levar adiante o projeto revolucionário socialista no Brasil.

PCdoB: surgimento e questões iniciais

O PCdoB surgiu em 1962, a partir de uma cisão ocorrida no PCB, resultante do processo de luta interna travado no partido desde a segunda metade da década de 1950. Após uma fase de radicalismo político (1945 a 1954), quando a agremiação adotou o discurso de defesa da via não-pacífica para a revolução brasileira, a direção pecebista promoveu uma reorientação na linha política do partido, o que gerou descontentamentos e aumentou as disputas pelo controle da máquina partidária¹⁶³. Entre as motivações para a reorientação, destacam-se os desdobramentos do XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956, quando o secretário-geral do partido denunciou, por meio de um relatório, os crimes cometidos por Stalin, abalando as estruturas dos partidos comunistas em todo o mundo¹⁶⁴.

No PCB, os debates a respeito das questões levantadas pelo relatório dividiram o partido em duas correntes. A primeira defendia a realização de uma autocrítica pública sobre os crimes cometidos por Stalin e também mudanças na forma de condução do grupo; enquanto a segunda considerava que a autocrítica deveria ser apenas intrapartidária. A primeira corrente era formada em sua maioria por militantes de base e por alguns dirigentes. Entre eles, estava Agildo Barata, tesoureiro do partido. Já a segunda corrente agregou boa parte da direção, inclusive dirigentes acusados de manterem posturas autoritárias identificadas com o stalinismo¹⁶⁵. Naquele momento, o núcleo dirigente era formado por 30 membros, entre os quais estavam Luís Carlos

¹⁶³ SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). 1993. Tese (Doutorado em História). 1993. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

¹⁶⁴ MÁREK, Franz. A desagregação do stalinismo. In: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo**. Volume 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987, p. 307-319.

¹⁶⁵ Termo utilizado para designar um conjunto de métodos e de práticas consideradas autoritárias aplicadas no Governo Stalin.

Prestes, secretário-geral, João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda Câmara, Lincoln Oest, Kalil Chade, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, Giocondo Alves Dias, Sérgio Holmos e Carlos Marighella.

Em 1957, aumentaram as contendas e as disputas pelo controle do partido. Em meados do ano, o Comitê Central, controlado por Prestes, expulsou Agildo Barata e afastou Arruda, Amazonas e Grabois dos cargos de direção. Os afastamentos não resultaram de divergências ideológicas profundas e estavam relacionados às disputas pelo controle partidário. Vitorioso, o grupo ligado a Prestes aderiu ao revisionismo kruchevista¹⁶⁶ e, com base nele, promoveu redefinições na linha política do partido.

As redefinições foram apresentadas na “Declaração sobre a política do PCB”, mais conhecida como “Declaração de Março”, aprovada em 1958, pela qual indicou-se um caminho pacífico para a revolução, divergindo do projeto defendido desde os anos 1940¹⁶⁷. No V Congresso realizado em 1960, o partido adotou o discurso nacional-democrático e declarou apoio às candidaturas de Marechal Lott e de João Goulart aos cargos de presidente e de vice-presidente da República. Durante o encontro, o grupo formado por Amazonas, Grabois e Arruda intensificou as críticas ao Comitê Central, acusando-o de imprimir uma linha revisionista¹⁶⁸ ao partido. Em agosto de 1961, foram realizadas modificações no programa e no estatuto com o argumento de legalizar o partido no TSE, ratificando a opção pelos canais institucionais no processo de luta política. Em linhas gerais, as mudanças excluíaam os referenciais ideológicos explicitamente ligados ao marxismo-leninismo, sob a alegação de livrar o partido das acusações de espionagem para o governo soviético no cenário internacional da Guerra Fria. A nomenclatura foi modificada para Partido Comunista Brasileiro, preservando a sigla PCB, proveniente da antiga denominação Partido Comunista do Brasil.

Com a aprovação de um novo programa, o grupo ligado a Amazonas, a Grabois e a Arruda perdeu espaço político na agremiação. Descontente, rompeu com o Comitê Central e redigiu um protesto conhecido como a “Carta dos Cem”, por meio da qual acusou os membros do Comitê de renegarem a luta revolucionária e os princípios do

¹⁶⁶ Referente às proposições políticas indicadas pelo PCUS em seu XX Congresso.

¹⁶⁷ SEGATTO, *op. cit.*, p. 49.

¹⁶⁸ Revisionismo - Sucessão de modificações na teoria marxista e suas implicações na prática política, conforme as mudanças na sociedade capitalista. A partir da 2ª metade do século XX, o revisionismo passou a ser identificado com o reformismo e com o abandono de metas revolucionárias socialistas. BOTTOMORE, Tom. (Org.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 662.

marxismo-leninismo. Em resposta à Carta, o Comitê expulsou os responsáveis pela sua redação, sob a alegação de que eles tentavam dividir o partido.

Em fevereiro de 1962, os militantes expulsos uniram-se a outros descontentes¹⁶⁹ e convocaram uma Conferência Nacional Extraordinária na qual aprovaram um novo Comitê Central e um novo estatuto e declararam a reorganização do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Além da nomenclatura, representada agora pela sigla PCdoB, requisitaram o legado comunista, iniciando um processo de disputas pela história e pela memória dos comunistas no Brasil. O PCdoB se apresentou como o “verdadeiro partido do proletariado”, pois teria se mantido dentro da tradição política de 1922, “enquanto o outro grupo (o PCB) havia rompido com essa tradição ao alinhar-se à corrente revisionista soviética”¹⁷⁰.

Poucos militantes aderiram à cisão, o que tornou a base partidária do PCdoB muito estreita. De acordo com Sales, as principais bases do partido surgiram onde seus dirigentes se encontravam antes da cisão, a exemplo do Rio Grande do Sul, onde Amazonas tinha influência, e do Rio de Janeiro, onde estavam Grabois, Oest e Danielli. Pomar conquistou algumas adesões em São Paulo. Já em outros estados, o partido demorou para se organizar, porque o PCB capitalizava inclusive boa parte militância de esquerda¹⁷¹.

Sobre a inexistência de núcleos em alguns estados, citamos o relato de Felipe Lindoso, que iniciou a militância no PCB de Manaus em 1965, porque, em suas palavras: “Era o que tinha lá”¹⁷², referindo-se de modo generalizado às opções políticas de esquerda em sua cidade. Além do PCB, havia um núcleo da JEC, mas esse não lhe despertou o interesse. Somente em Brasília, onde, a partir de 1966, passou a morar com a família, conheceu o PCdoB e outras organizações¹⁷³. Já o ex-metalúrgico e sindicalista de São Bernardo do Campo Derly de Carvalho¹⁷⁴ afirmou que, antes de 1964, o PCdoB não possuía inserção entre os trabalhadores locais. Partindo de sua experiência, destacou: “Eu conhecia o PCB, não o PCdoB, porque até o golpe o partido

¹⁶⁹ Fizeram parte desse grupo: Pedro Pomar, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat, entre outros.

¹⁷⁰ SALES, Jean Rodrigues. O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Diálogos**, Maringá, v. 6, 2002, p.157.

¹⁷¹ *Ibid.*

¹⁷² Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ Dados biográficos do militante aparecerão no capítulo 3.

não existia no movimento operário”¹⁷⁵. De fato, somente a partir de 1965, o partido conseguiu ampliar um pouco mais as suas bases, inclusive no setor operário, contudo, sem se tornar numericamente expressivo.

No que se refere aos pressupostos teóricos, em seu documento de fundação intitulado “Manifesto-Programa”, o PCdoB apontou como principal entrave ao desenvolvimento e à igualdade socioeconômica a hegemonia das classes dominantes na agricultura, na indústria e em setores estratégicos da economia brasileira, que se encontrava atrelada aos interesses do capitalismo estadunidense. A composição das forças revolucionárias deveria ser ampla, integrada por operários, por camponeses, por intelectuais e por representantes da pequena e da média burguesia, esses últimos vistos como elementos progressistas. Os camponeses constituíam o contingente principal da revolução, mas caberia ao proletariado liderar o processo. Todos os movimentos democráticos e patrióticos deveriam contribuir para atingir a grande meta: a conquista de um novo poder político, visando à instauração de um regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, o qual se daria sob a forma de um governo popular revolucionário¹⁷⁶.

De acordo com o texto, as massas deveriam recorrer a todas as formas de luta que se fizessem necessárias para alcançar a conquista desse poder, inclusive a via eleitoral, entendida como um mecanismo para eleger representantes comprometidos com a defesa das causas populares. Apesar de reconhecer que a estratégia eleitoral significaria conquistas parciais, com ela esperava-se fortalecer “a organização e a unidade do povo brasileiro”¹⁷⁷. Apesar de atribuir importância às alternativas legais de luta, afirmou-se que “apenas a luta decidida e enérgica e as ações revolucionárias de envergadura dariam o poder ao povo”¹⁷⁸. Sem mencionar claramente as táticas para a instauração do governo popular, o documento alertou o fato de a burguesia e os agentes do imperialismo tornarem “inviável o caminho pacífico para a revolução”¹⁷⁹, deixando nas entrelinhas a defesa do uso da violência revolucionária. Ao fazê-lo, ainda que timidamente, o PCdoB tecia um importante diferencial em relação à sua matriz¹⁸⁰.

¹⁷⁵ Entrevista de Derly José de Carvalho à Carolina Maria Ruy. Diadema, SP, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

¹⁷⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Manifesto-Programa** apud REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 43.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 46.

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil - PCdoB: propostas teóricas e prática política - 1962-1976**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000, p. 133.

No “Manifesto”, o partido definiu-se como uma organização marxista-leninista, mas, apesar de exaltar os papéis históricos das Revoluções Cubana e Chinesa, não apresentou elementos que o identificasse com o foquismo ou o maoísmo. Somente em 1963, decidiu-se claramente por uma vertente do comunismo internacional ao alinhar-se ao PCCh. Essa, porém, não foi a opção inicial do grupo. A primeira tentativa de aproximação com uma vertente do comunismo internacional foi com o PCUS através da visita de Pedro Pomar à Moscou, mas, na ocasião, os soviéticos ratificaram o seu apoio ao PCB. Após o insucesso da investida, o novo partido estabeleceu paralelamente contatos com Cuba e com China. Para as negociações com o governo cubano, enviou Lincoln Oest, enquanto as conversações com o PCCh foram intermediadas por Amazonas. Com relação à Cuba, Castro optou em preservar o seu apoio ao projeto de guerrilha articulado no interior das Ligas Camponesas, a qual naquele momento parecia ter maiores chances de impulsionar a revolução no Brasil. Os fracassos nas negociações com a URSS e com Cuba ajudam, em parte, a entender a adesão do PCdoB ao maoísmo, vertente da qual receberia colaboração.

De acordo com Roig, até ali, o agrupamento tinha “um perfil dúbio em relação à sua legitimação internacional, por isso oscilou entre URSS, Cuba e China”¹⁸¹. Também comentou que a vinculação internacional era vista por ele e por outros militantes vindos do setor estudantil como algo sem grande importância, pois estariam mais interessados nas ações do partido para viabilizar o projeto revolucionário e que somente mais tarde entenderam a necessidade de uma filiação ao comunismo internacional¹⁸².

A opção inicial pelos soviéticos se relaciona, entre outros aspectos, com o fato do PCdoB se proclamar como o “verdadeiro partido comunista brasileiro”, o que o fez julgar que precisava do reconhecimento de Moscou para legitimar esse posto. Já a tentativa de obter o apoio cubano gerou controvérsias, uma vez que a experiência revolucionária da ilha desprezava o papel do partido na condução das massas na revolução, contrariando a reivindicada identidade pecedobista de partido de vanguarda¹⁸³. Após muitos debates, descartou-se formalmente a ideia de foco como tática revolucionária, inclusive, porque se passou a conhecer melhor as experiências militares chinesa, vietnamita e albanesa, as quais, pela primeira vez, tinham influência na linha política das organizações no Brasil.

¹⁸¹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

¹⁸² *Ibid.*

¹⁸³ Sobre os posicionamentos do partido a respeito de Cuba e das críticas ao regime cubano pelos dirigentes pecedobistas, ver. SALES, 2000, *op. cit.*

A aproximação do maoísmo foi decisiva para as definições políticas, em especial para a proposta de revolução em duas etapas, a escolha do modelo de guerra popular como o mais adequado para impulsionar a revolução brasileira e a defesa da tática do cerco da cidade pelo campo. Ao estreitar os laços com o maoísmo, os dirigentes passaram a tecer críticas contundentes ao modelo foquista, mesmo sabendo que esse modelo atraía a simpatia de parcela de militantes. É importante ressaltar que a aproximação se deu no momento de ruptura das relações entre o PCCh e o PCUS, fator que ajudou o PCdoB na formulação de um discurso contrário ao revisionismo soviético defendido por sua matriz. Ademais, comunistas brasileiros e chineses tinham interesses comuns. O PCCh disputava abertamente com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, o que tornava importante a aliança com um partido no Brasil. O PCdoB, por sua vez, garantia apoio em uma vertente do comunismo. A vinculação externa significava ainda a possibilidade de treinamentos e de obtenção de recursos financeiros para a guerrilha.

Confirmado o alinhamento, o partido enviou alguns quadros para cursos na China. Responsável pelo estreitamento das relações, Amazonas teria dito aos dirigentes do PCCh que o partido brasileiro contava com cerca de 10 mil homens no campo à espera de treinamento, o que teria garantido a oferta pelos chineses dos cursos. O PCdoB, no entanto, era um grupo minúsculo em busca de adeptos. O episódio nos foi mencionado por Roig, que afirmou ter ouvido a versão de militantes que participaram dos treinamentos na China. De acordo com ele, Amazonas teria se referido a um grupo razoavelmente grande das Ligas Camponesas que o PCdoB pretendia recrutar¹⁸⁴. De fato, os dirigentes pcedobistas se empenharam nesse recrutamento e, entre 1963 e 1964, integrantes das Ligas ingressaram no partido, mas não em quantidade suficiente para torná-lo numericamente expressivo. Até 1965, o partido contou com aproximadamente 200 militantes¹⁸⁵. Estava, portanto, muito longe dos dados que teriam sido apresentados aos chineses por Amazonas.

O depoimento de Elio Cabral de Souza reforça a tese de que, com o recrutamento de membros das Ligas, o PCdoB esperava engrossar as fileiras partidárias e formar grupos para enviar aos treinamentos na China. Segundo Elio, que ingressou nas Ligas em 1962 e no PCdoB no ano seguinte, não havia núcleos do partido em Goiás, mas Amazonas se deslocou do Rio de Janeiro à Goiânia para recrutá-lo e

¹⁸⁴ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

¹⁸⁵ *Ibid.*

também a Tarzan de Castro¹⁸⁶. No final dos anos 1950, Elio e Tarzan iniciaram a militância política no movimento estudantil goiano e, no início dos anos 1960, eram lideranças das Ligas.

Sobre o movimento estudantil local, Elio rememorou que, mesmo antes do surgimento das Ligas, esse mantinha “fortes laços” com o movimento camponês, pois os estudantes promoviam agitações nos centros urbanos em defesa do acesso à terra e participavam de ocupações de terras improdutivas¹⁸⁷. Semelhante ao que ocorria em outras partes do país, os estudantes goianos apoiaram greves de trabalhadores na cidade, realizaram paralisações contra aumentos no valor das passagens dos transportes públicos e se mobilizaram para discutir pautas específicas de seu movimento. O ativismo estudantil atraiu a atenção das correntes de esquerda: PCB, Polop e PCdoB, que tentaram recrutar as lideranças do movimento para as suas fileiras.

Em outras regiões, membros das Ligas também ingressaram no partido, a exemplo dos pernambucanos Amaro Luiz de Carvalho, o Capivara¹⁸⁸, que exercia influência no movimento camponês no Nordeste, e Diniz Cabral Filho¹⁸⁹, secretário-geral do movimento. Amaro Luiz era lavrador, não tinha instrução escolar e ingressou nas Ligas em 1955. Tão logo o movimento passou a organizar seu braço armado, tornou-se comandante militar do projeto guerrilheiro¹⁹⁰. Diniz era pecebista, fizera cursos de formação em Moscou e, no final dos anos 1950, foi liderança estudantil no Recife¹⁹¹.

O ingresso de membros das Ligas no PCdoB não se deu por simples cooptação. Segundo Elio, ele e outros se decidiram pela sigla, porque viram nela uma alternativa ao

¹⁸⁶ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012. Elio nasceu em 1936, em Mineiros, interior de Goiás. Seus pais possuíam uma pequena propriedade na qual praticavam agricultura de subsistência. Até a adolescência, permaneceu auxiliando a família no campo. Foi alfabetizado aos 13 anos. Em meados dos anos 1950, seguiu para Goiânia a fim de continuar os estudos.

¹⁸⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

¹⁸⁸ A alcunha teria sido escolhida pelo próprio Amaro Luiz e foi utilizada pelos órgãos da repressão para localizá-lo. SILVA, Magno Francisco da. **Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL, 2017, p. 30.

¹⁸⁹ Diniz Cabral Filho tomou contato com a militância por meio do pai, o pecebista Diniz Cabral, que participou da Intentona Comunista, movimento que, em 1935, objetivou a derrubada de Getúlio Vargas. Diniz Filho ingressou no PCB em 1958, mesmo ano em que aderiu às Ligas. Em 1961, foi enviado pelo partido à antiga URSS. Ao retornar ao Brasil, passou a acusar a direção de pecebista de aderir ao revisionismo soviético. Em 1963, rompeu com o partido e ingressou no PCdoB, onde integrou a primeira delegação de militantes enviados à China.

¹⁹⁰ SILVA, 2017, *op. cit.*

¹⁹¹ Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo (NEMLM). Camarada Diniz! Presente! 2013. Disponível em <http://anovademocracia.com.br/no-109/4690-camarada-diniz-presente>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

revisão soviético defendido pelo PCB¹⁹². Explicou que o principal fator de atração foi a possibilidade de encampar a luta armada no Brasil, bandeira também levantada nas Ligas. Em sua visão, foi esse o diferencial que ajudou a engrossar as fileiras partidárias, sobretudo após o golpe¹⁹³. Com efeito, após o golpe, o partido vivenciou um aumento no número de militantes. Esse crescimento, entretanto, não representou a ascensão entre os grupos de esquerda como esperavam os dirigentes, porque, possivelmente, o partido não conseguiu tirar proveito do clima de insatisfação que recaiu sobre a militância do PCB naquele momento.

Sobre as Ligas, vale lançar um breve olhar sob a sua trajetória, uma vez que futuras lideranças da Ala militaram no movimento e cujas experiências contaram para as formulações teóricas da organização. Além disso, no início dos anos 1960, o movimento exerceu importante papel nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira.

Primeiramente, é preciso esclarecer que as Ligas às quais nos referimos surgiram em 1955, em torno da criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco¹⁹⁴. As conquistas dos lavradores dessa localidade inspiraram os trabalhadores rurais de outras regiões a se organizarem, contribuindo para a multiplicação das Ligas por outros estados, principalmente no Nordeste. Além dos lavradores, o movimento contou com a participação de estudantes, intelectuais e advogados, como os casos de Francisco Julião¹⁹⁵ e de Clodomir Santos de Moraes¹⁹⁶.

Até 1959, as Ligas defenderam a realização da reforma agrária a partir de uma perspectiva legalista. As mudanças nas propostas vieram a partir de março do ano seguinte, quando Julião e Clodomir de Moraes retornaram de uma visita à Cuba. Desde

¹⁹² Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ Apesar de herdar o nome das Ligas Camponesas fundadas pelo PCB na década de 1940, o movimento aqui mencionado teve características e objetivos distintos. Sobre as Ligas fundadas pelo PCB, ver. MEDEIROS, Leonilde Sérvo. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1995.

¹⁹⁵ Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 1915, em Bom Jardim, Pernambuco. Em 1939, bacharelou-se em Direito e, no ano seguinte, montou um escritório de advocacia em Recife. Em 1947, aderiu ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1948, foi convidado a assumir a defesa jurídica dos membros da Sappp. Em 1954, elegeu-se deputado estadual pelo Recife pelo PSB. A partir de 1955, tornou-se liderança das Ligas. Em 1958, foi reeleito com expressiva votação para mais um mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco pelo PSB.

¹⁹⁶ Clodomir Santos de Moraes nasceu em 1928, em Santa Maria da Vitória, Bahia. No final dos anos 1940, tornou-se sindicalista e ativista político. Em 1951, mudou-se para Recife, onde trabalhou como jornalista e bacharelou-se em Direito na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1956, foi eleito deputado estadual pelo PCB pernambucano.

então, ambos se mostraram influenciados pela experiência revolucionária liderada por Castro. Da visita, resultou a criação pelas Ligas, ainda em 1960, do I Comitê de Solidariedade à Revolução Cubana. A criação do Comitê abriu o caminho para futuras articulações políticas entre o movimento e o regime da ilha, a exemplo de treinamentos financiados por Cuba. Entre as influências que a Revolução Cubana exerceu na história das Ligas, destaca-se o pioneirismo do movimento na defesa do protagonismo das massas camponesas no processo revolucionário em detrimento da ortodoxia marxista que atribuía a liderança desse processo ao proletariado¹⁹⁷.

As mudanças no discurso ficaram evidentes durante a realização do I Congresso Camponês¹⁹⁸, ocorrido em novembro de 1961, em Belo Horizonte. O encontro, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e financiado pelo governo federal, aconteceu em meio a tensões no cenário nacional marcado pela renúncia de Jânio Quadros à presidência. Ademais, era um contexto de avanço das mobilizações dos trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste, onde as Ligas e os sindicatos eram muito atuantes. Também havia importantes lutas pela posse de terras no Paraná, em Goiás e no Mato Grosso. Tratava-se, portanto, de um momento em que a campanha pela reforma agrária assumia dimensões nacionais. O evento, que contou com a participação de aproximadamente 6 mil pessoas, tinha como finalidade discutir as formas de luta dos trabalhadores rurais bem como a própria reforma agrária¹⁹⁹.

A polarização dos debates se deu em torno das propostas da ULTAB, controlada pelo PCB, e das Ligas lideradas por Julião. A questão principal passava pela contradição entre a luta pela reforma agrária e a proposta de regulamentação do arrendamento e da parceria, essa última defendida pela ULTAB. O grupo liderado por Julião não concordava com a regulamentação, pois a considerava um entrave à reforma e um meio de exploração do trabalho no campo. Mesmo contando com um número menor de participantes no encontro, as Ligas saíram vitoriosas no debate e a proposta de uma reforma agrária radical foi aprovada²⁰⁰. Além disso, foram definidas as alianças para impulsionar a reforma, que deveria acontecer a partir da ação organizada das

¹⁹⁷ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 130-133.

¹⁹⁸ Nome pelo qual o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ficou conhecido.

¹⁹⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

²⁰⁰ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 133.

massas trabalhadoras do campo apoiadas pelo proletariado, por estudantes, intelectuais e demais forças democráticas²⁰¹.

O encontro de Belo Horizonte repercutiu no conjunto da sociedade, porque revelou o grau de organização dos trabalhadores rurais e funcionou como um elemento de pressão para a criação de um órgão voltado para o problema fundiário no país, em um momento em que a reforma agrária era objeto de projetos de lei no Congresso Nacional²⁰².

Foi no encontro, inclusive, que as Ligas defenderam pela primeira vez o lema: “Reforma agrária na lei ou na marra”, a partir do qual conquistaram adeptos entre os estudantes²⁰³, a exemplo de Elio, de Tarzan e de Diniz. Segundo Elio, foi justamente o discurso radical das Ligas que o atraiu²⁰⁴.

Entre 1961 e 1962, iniciou-se a montagem dos dispositivos armados e dos campos de treinamento guerrilheiro ligados ao movimento. Esse processo teria ocorrido após frustrações com os cursos de guerrilha administrados em Cuba em 1961 dos quais Clodomir de Moraes participou. Clodomir argumentou não haver na ilha estruturas adequadas para a realização dos treinamentos, daí a decisão em realizá-los no Brasil com a ajuda de setores cubanos²⁰⁵. A concepção dos dispositivos ficou a cargo do próprio Clodomir, responsável também por fazer a ligação entre o setor armado e o setor político das Ligas, esse último liderado por Julião²⁰⁶. Em 21 de abril de 1962, na cidade de Ouro Preto, MG, Julião fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) que, fortemente influenciado pelo foquismo, objetivava incentivar a guerrilha no Brasil²⁰⁷.

O setor militar atuava de forma autônoma no interior das Ligas e, devido à sua natureza, tinha um funcionamento clandestino. Os dispositivos foram organizados em sítios e em fazendas localizados em áreas do interior de Goiás, da Bahia, do Acre e de Pernambuco, comprados com a ajuda financeira do governo cubano²⁰⁸. Além dos recursos financeiros, Cuba colaborou com assistência militar, com o fornecimento de

²⁰¹ MEDEIROS, 1989, *op. cit.*, p. 60.

²⁰² Em 1962, o governo federal criou a Superintendência de Política Agrária (Supra).

²⁰³ ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 24.

²⁰⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁰⁵ ROLLEMBERG, *op. cit.*, p. 25.

²⁰⁶ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 141.

²⁰⁷ GORENDER, *op. cit.*, p. 55.

²⁰⁸ ROLLEMBERG, *op. cit.*, p. 24.

armas e com orientações para a implantação da guerrilha²⁰⁹. De acordo com Sales, os dispositivos não se restringiam aos campos de treinamento e não funcionavam de modo integrado, uma vez que cada coordenador conhecia apenas a localização e as atividades de seu grupo²¹⁰. Somente os comandantes militares, entre eles, Amaro Luiz, conheciam toda a estrutura. O projeto era montar dispositivos por todo o país para que, no momento de eclosão da guerrilha, pudessem atuar em conjunto²¹¹.

Em algumas regiões, a formação das Ligas ocorreu na fase em que o movimento caminhava para sua radicalização, a exemplo de Goiás. Lá, as Ligas foram articuladas em meados de 1961, após a visita de Julião ao estado. Tarzan, assessor do governador²¹², foi procurado por Julião, que teria lhe pedido para organizar as Ligas na localidade. Tarzan aceitou a tarefa e criou o Conselho Estadual das Ligas Camponesas em Goiás, do qual tornou-se presidente. O Conselho era composto, principalmente, por líderes estudantis. Entre eles, estava Elio²¹³. Em pouco tempo, Tarzan ingressou no Conselho Nacional das Ligas e na Comissão Militar da qual faziam parte Clodomir e Carlos Montarroyo²¹⁴. Em Goiás, auxiliou a montagem do campo de treinamento de Dianópolis, interior do estado, que ficou a cargo de Montarroyo²¹⁵.

Conforme Sales, durante o tempo em que os militantes estiveram envolvidos na montagem dos campos, poucos avanços foram verificados, o que fez com que as ideias guerrilheiras ficassem no plano teórico. A esse respeito, Elio, coordenador do dispositivo militar de Itanhém, sul da Bahia, relatou problemas no funcionamento do grupo. Segundo ele, durante o período em que esteve à frente do dispositivo, os membros do agrupamento passavam a maior parte do tempo ociosos.

Mesmo na função de coordenador, Elio não poderia realizar treinamentos sem ordens dos comandantes militares. Como as ordens demoravam a chegar, teria proposto

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 18.

²¹⁰ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 142.

²¹¹ *Ibid.*, p. 142.

²¹² Mauro Borges buscou no movimento estudantil uma base de apoio e teceu contatos, principalmente, com a União Estadual dos Estudantes de Goiás, a qual Tarzan de Castro era ligado. Em 1961, Borges participou, ao lado de Brizola, da Campanha da Legalidade, movimento em defesa da posse de João Goulart. No entanto, em 1964, apoiou o golpe, o que não o impediu de ser deposto meses depois. Sobre o tema, ver. BORBA, Carlos Alberto Vieira. A Questão Agrária no Governo de Mauro Borges. (1961-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307634841>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

²¹³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²¹⁴ O pernambucano Carlos Montarroyo era integrante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Ainda no regime democrático, foi perseguido e preso por sua atuação política. Após o golpe, exilou-se no Uruguai e, ao retornar ao Brasil, em 1966, participou da formação da Frente Popular de Libertação (FPL), a qual reuniu membros do Partido Operário Comunista (POC), da AP, do PORT e lideranças nacionalistas identificadas com Leonel Brizola e Miguel Arraes.

²¹⁵ SALES, 2005, *op. cit.*, p. 135.

um cultivo de lavoura na fazenda onde o dispositivo estava instalado, a fim de “ocupar os homens que estavam ali”²¹⁶. Isso, porque, “como não tinham nada para fazer reclamavam, se dispersavam e arrumavam brigas na cidade”²¹⁷. Em sua versão, a proposta de cultivo foi repreendida por Amaro Luiz, que o teria dito que a função do dispositivo não era a de plantio e lhe sugeriu executar os questionadores e os indisciplinados. As divergências entre Elio e Luiz Amaro se estenderiam ao PCdoB, onde, mesmo críticos da direção partidária, se dividiram como oposição.

Já em 1962, os dispositivos militares apresentaram sinais de fracasso e o MRT foi desativado, entre outras razões, pelas divergências entre as suas lideranças. Em 1964, o movimento foi completamente desarticulado, ainda durante o Governo Goulart.

Voltando aos interesses pecebobistas em recrutar membros das Ligas, além da mencionada busca pela ampliação das bases partidárias, havia uma justificativa ligada ao programa do partido: a perspectiva de que a força principal da revolução brasileira estava no campo. Nesse caso, as Ligas apareciam como um possível aliado no processo revolucionário, dada a sua capacidade em mobilizar as massas camponesas para a luta. A respeito, no entanto, do processo revolucionário, o PCdoB defendia um esquema tático diferente das Ligas, porque previa a existência do partido na condução do processo.

Mesmo considerando os camponeses a força principal da revolução, para o PCdoB, a liderança das lutas cabia ao proletariado. Como as Ligas não tinham a estrutura de partido, o PCdoB tomou para si a prerrogativa de conduzir o processo revolucionário. Ao recrutar as lideranças do movimento, intentava convertê-las em lideranças da guerrilha comunista, razão pela qual as enviou para os treinamentos na China. Em 29 de março de 1964, seguiu para os treinamentos uma turma de dez militantes, cuja maioria era egressa das Ligas, entre eles, Diniz²¹⁸.

Segundo Wladimir Pomar, no final de 1963, a Comissão Executiva criou a Comissão Militar, encarregada dos preparativos da guerrilha, como: a escolha do local e a formação dos quadros que a integrariam²¹⁹. Nota-se que a Comissão foi formada durante o Governo Goulart, o que indica a existência de um projeto de tomada armada do poder antes do golpe. Os preparativos da guerrilha seguiriam em sigilo e seu desconhecimento provocaria críticas, sobretudo após o golpe, quando a questão da luta armada se tornou um divisor de águas nas esquerdas brasileiras.

²¹⁶ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²¹⁹ POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Global, 1980, p. 23.

Em agosto de 1964, os dirigentes tentaram esboçar uma reação aos golpistas através do documento “O golpe e seus ensinamentos”, no qual propuseram uma análise dos significados do golpe de 1964 e as suas consequências para o país. Sobre esse documento, Sales destacou que aquela seria a primeira vez em que o PCdoB referiu-se à luta armada como norteadora “do pensamento e da ação de todos os verdadeiros revolucionários”²²⁰. No entanto, apesar de o texto indicar a necessidade do uso da violência revolucionária no combate à ditadura, não houve, naquele momento, uma definição tática para levar adiante tal proposta pelo conjunto do partido²²¹.

Em 1965, foi recrutada uma nova delegação para ir à China composta por 11 militantes, entre eles, Tarzan, Elio, Amaro Luiz e Gerson Parreira, ex-militantes das Ligas, e o bancário Miguel Pereira dos Santos²²². No ano seguinte, foi enviado um terceiro grupo do qual fizeram parte André Grabois, Derly de Carvalho e Edgard de Almeida Martins (esse último também egresso das Ligas)²²³. Com exceção de Grabois e de Miguel Pereira, que permaneceram no partido, e de Amaro Luiz, que liderou a formação de outro grupo²²⁴, os demais se tornaram lideranças da Ala.

Na visão de quem esteve na China, seria um equívoco se referir aos treinamentos como militares, uma vez que aconteceram apenas ensinamentos teóricos sobre guerrilha. A formação se deu em duas etapas: a primeira eram os cursos de teoria política, ministrados na cidade de Nanquim, nos quais aprendia-se sobre a construção do partido de vanguarda e a linha de massas; já a segunda etapa, que ocorria em Pequim, eram repassadas instruções verbais sobre táticas guerrilheiras, manuseio de armas e fabricação de minas. Nos dois momentos, os instrutores buscaram conhecer a realidade brasileira, a fim de encontrar nela semelhanças com a realidade chinesa para sugerirem adaptações do modelo revolucionário chinês ao país sul-americano²²⁵.

Enquanto isso, no Brasil, os preparativos da guerrilha eram tratados como uma decisão secreta da cúpula pedobista, para evitar o vazamento de informações que despertassem a atenção dos órgãos de repressão política. Por desconhecerem os preparativos, as bases partidárias, parte das direções regionais e alguns dirigentes nacionais passaram a acusar o Comitê Central de ser incapaz de preparar os combates armados. Ao se recusar a discutir abertamente o tema da guerrilha, o Comitê

²²⁰ SALES, 2007, *op. cit.*, p. 89.

²²¹ *Ibid.*

²²² Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²²³ SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 45-47.

²²⁴ Nos referimos ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

²²⁵ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

desconsiderou o que o conjunto do partido pensava aquele respeito. O sigilo alimentou a luta interna, que foi marcada por acalorados debates entre as tendências defensoras do início imediato das ações armadas e o Comitê, que insistia na necessidade de formação de uma base política e popular sólida como condição preliminar para lançar a guerrilha²²⁶.

Os debates sobre a adoção da luta armada acirraram-se pouco antes da realização da VI Conferência²²⁷, marcada para junho de 1966, momento em que retornavam da China alguns militantes, em especial, os egressos das Ligas Camponesas. Recém-chegados, interrogaram a direção sobre os preparativos da guerrilha, queriam obter todos os detalhes, mas o sigilo de algumas informações motivou o surgimento de um movimento de oposição ao Comitê Central. Esses militantes tiveram informações, por exemplo, do local onde os combates seriam deflagrados, mas discordaram da escolha por se tratar de uma área de mineração²²⁸. Mesmo sabendo que a guerrilha era preparada, incentivaram as bases partidárias a pressionarem a cúpula a discutir e a se posicionar abertamente pela adoção da tática de luta armada. A adoção dos combates armados era ansiada por parcela da militância, sobretudo, os quadros mais jovens. Ao defenderem o início imediato dos combates, os opositoristas usaram o tema como um capital político para demarcar as suas diferenças em relação ao Comitê Central, atraindo, com isso, alguns setores, entre eles o estudantil.

Para Roig, esses militantes retornaram decididos a fazer oposição e pareciam dispostos até a cindir com o partido. Com a chegada do grupo, iniciou-se “um processo de deteriorização que o partido não conseguiu segurar”²²⁹, visto que: “quem foi à China tinha um grau elevado de questionamento e uma expectativa de luta grande e voltou com um grau de questionamento ainda mais elevado”²³⁰. Os principais questionamentos despontavam de Diniz, cuja trajetória incluía também cursos de formação política em Moscou nos anos 1950, quando pertencia ao PCB. “Diniz era um cara bem articulado, tinha espírito de liderança, uma bagagem política ampliada e conseguia agregar pessoas em torno de suas ideias”²³¹.

²²⁶ Entrevista de Wladimir Pomar a Augusto Buonicore. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

²²⁷ A numeração da Conferência levou em conta a reivindicação do PCdoB de continuidade com relação ao PC fundado em 1922. GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

²²⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²²⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ *Ibid.*

²³¹ *Ibid.*

A fim de evitar as influências dos opositoristas nas decisões da VI Conferência, o Comitê Central promoveu a transferência de alguns dirigentes regionais para estados distantes dos polos de discussão partidária, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa prática teria sido aplicada a Elio que, semanas antes do encontro, foi deslocado de São Paulo para Campo Grande, MS, com a missão de recrutar militantes. Escolhido como delegado, voltou a São Paulo nos dias próximos à Conferência e, após participar dos debates e das votações, foi novamente enviado a Campo Grande. Para Elio, aquela transferência indicava a intenção do Comitê em desarticular, antes e depois do encontro, a oposição liderada por ele, Tarzan, Diniz e Gerson Parreira em São Paulo²³².

Além das transferências, o grupo ao qual Elio pertencia criticou a recusa do Comitê em liberar com antecedência as teses que seriam votadas no encontro. Segundo o militante, os textos não foram disponibilizados para evitar que fossem discutidos, pois “A gente (os opositoristas) tinha posturas contrárias aos rumos que o partido vinha seguindo e eles (membros do Comitê Central) sabiam disso”²³³.

Em maio, quando faltavam algumas semanas para a Conferência, parte da oposição deixou o PCdoB para formar o Partido Comunista Revolucionário (PCR). O cisma foi liderado por Amaro Luiz e contou com a adesão de alguns militantes do setor estudantil de São Paulo²³⁴. Após a cisão, o ex-coordenador militar das Ligas Camponesas regressou a Pernambuco, sua terra natal, onde buscou contatar pessoas, inclusive antigos companheiros de Ligas, para participar do projeto guerrilheiro encampado pelo PCR²³⁵.

Os demais opositoristas permaneceram na sigla. Entre as explicações possíveis para não cindirem naquele momento, estava a intenção do grupo liderado por Elio, Tarzan e Diniz de ampliar à sua influência no partido. O grupo mantinha contato com militantes em outros estados e buscava arregimentar diferentes setores em torno da oposição. Diniz é citado nas entrevistas como um militante experiente e hábil articulador político e, desde que retornou da China, era um dos responsáveis pelo crescimento do partido em São Paulo, com influência tanto nos meios estudantis quanto no setor operário, capitalizou, entre esses segmentos, adeptos para a oposição²³⁶.

²³² Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²³³ *Ibid.*

²³⁴ Logo após a sua formação, o grupo iniciou uma série de ações armadas na Zona da Mata, com o objetivo de desarticular as estruturas da produção açucareira.

²³⁵ SILVA, 2017, *op. cit.*

²³⁶ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

Apesar dos entrevistados rebaterem a hipótese de que o grupo permaneceu no partido porque desejava controlá-lo, o argumento não pode ser totalmente descartado, uma vez que havia uma busca pela ampliação de sua influência na sigla. A partir dessa influência, o grupo poderia disputar a hegemonia partidária e impor uma linha política que priorizasse seus interesses, inclusive a adoção imediata da luta armada.

Outro aspecto relacionado ao fato do grupo não aderir a formação do PCR é a existência de antigas animosidades entre Luiz Amaro e Elio, às quais remontam à época em que pertenciam as Ligas Camponesas. Segundo Elio, Luiz Amaro era “uma pessoa intransigente e autoritária”, que não admitia discordâncias de suas ideias e de suas propostas políticas, então, sequer discutiu-se com ele a possibilidade de formação de um partido.²³⁷ Ainda que essa questão tenha pesado na decisão do grupo em não cindir com o PCdoB, nos parece que a pretensão de ampliar à sua influência no partido foi o principal fator que motivou a permanência na sigla.

Retornando à Conferência, o Comitê Central apresentou um conjunto de resoluções para orientar a luta revolucionária e a resistência à ditadura, as quais foram reunidas no documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”²³⁸. O texto reforçou a análise de que o país vivia sob um regime reacionário e subordinado aos interesses imperialistas. Na perspectiva de seus autores, a situação brasileira seria o reflexo da principal contradição do mundo contemporâneo, expressa nos choques entre o imperialismo estadunidense e os povos oprimidos dos países subdesenvolvidos. Diante dessa constatação, propôs-se a formação de uma frente ampla, orientada pela defesa das liberdades democráticas, sem abrir mão da luta armada no combate à ditadura²³⁹.

A adoção dessa estratégia sinalizava contradições no discurso do partido, uma vez que, no início do texto, eram defendidas alternativas de luta consideradas adequadas a uma conjuntura, na qual, apesar da ditadura, persistiriam oportunidades de atuação legal, como a formação de uma frente ampla que comportaria, inclusive, elementos da União Democrática Nacional (UDN)²⁴⁰; enquanto a segunda parte do documento sugeria a possibilidade do uso da violência revolucionária, ao ressaltar que a derrubada da ditadura só seria possível por meio da luta armada. A formação da frente ampla seria

²³⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²³⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista** apud REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 71-114.

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ Partido de direita que participou da articulação do golpe de 1964. À medida que o governo militar não correspondeu aos seus anseios, alguns udenistas passaram a se opor a permanência dos militares no poder.

pautada por uma plataforma de luta ligada aos princípios da “independência, do progresso e da liberdade nacional”, em oposição à “recolonização do Brasil pelos Estados Unidos” e por formulações em torno do “desenvolvimento independente” da economia e da cultura nacional e da garantia das liberdades democráticas. Em suma, passava pela composição de “um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas”²⁴¹.

Ao tentar associar as duas táticas, o PCdoB gerou o que Jacob Gorender denominou de “justaposição de táticas diametralmente opostas”, porque passou, sem mediações, da defesa das liberdades democráticas para a defesa do uso da violência revolucionária²⁴². Um dualismo tático-estratégico que marcou a trajetória do partido nos anos 1960. Esse dualismo seria rompido em janeiro de 1969, com a aprovação do documento “Guerra Popular – caminho para a luta armada”, a partir do qual foram definidos alguns dos principais aspectos do projeto de guerrilha rural²⁴³.

Para Reis Filho, a existência de orientações ambíguas ou contraditórias é algo comum na trajetória das organizações comunistas. Segundo o historiador, em algumas circunstâncias, a ambivalência das orientações seria consequência da conciliação entre frações internas em luta. Formulações desse tipo instauram dúvidas e podem indicar “incerteza ou prudência da direção política, temerosa de se comprometer com uma diretriz que, mais tarde, possa se afigurar incorreta, recaindo sobre si mesma a responsabilidade de tê-la sugerido”²⁴⁴. O PCdoB não escapou dessa ambivalência. A esse respeito, Wladimir Pomar expressaria, 20 anos após a VI Conferência, que as contradições nas orientações políticas foram reflexo das disputas pelo controle da máquina partidária e das divergências internas, que opunham as correntes defensoras do ingresso imediato na luta armada aos grupos que alegavam a necessidade de um trabalho de base entre as massas, a fim de prepará-las para as ações militaristas²⁴⁵.

Com relação ao grupo opositor que permaneceu no partido, este apresentou diversas críticas ao documento. Além de divergências ao conteúdo do texto, o grupo discordou de duas decisões tomadas no encontro: a aprovação de um novo estatuto e a substituição de um quinto dos membros do Comitê Central sem discussão prévia²⁴⁶. De

²⁴¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista** *apud* REIS FILHO; SÁ, *op. cit.*, p. 86-87.

²⁴² GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

²⁴³ *Ibid.*, p. 108.

²⁴⁴ REIS FILHO, 1990, *op. cit.*, p. 130-131.

²⁴⁵ POMAR, *op. cit.*, p. 13.

²⁴⁶ Para o aprofundamento do debate sobre as resoluções da VI Conferência, ver. SALES, 2000, *op. cit.*

acordo com Roig, a mudança nos estatutos foram um “arranjo para permitir a entrada do ‘Arrudão’ no partido via Comitê Central”²⁴⁷, já que a inclusão de novos membros só poderia ocorrer por meio dos organismos de base. Arrudão era o apelido de Diógenes Arruda, antigo dirigente pecebista que, em 1966, ingressou no PCdoB. A entrada de Arruda no Comitê acirrou a luta interna, porque o grupo divergente via-o como um representante do revisionismo soviético.

Mesmo divergindo do conteúdo do documento, o grupo oposicionista ajudou a aprová-lo. Ao justificar as razões pelas quais o fez, Elio afirmou que “o clima era mais favorável a eles (membros do Comitê Central). Nós (oposicionistas) estávamos em número inferior. Fizemos críticas e aprovamos com ressalvas o documento”²⁴⁸. A fala do militante sugere que até ali o seu grupo não tinha rompido completamente com o Comitê, o que ocorreu depois do encontro, porque teria percebido a tentativa do Comitê em isolá-lo nos debates políticos, razão pela qual se organizou abertamente como uma corrente de oposição. Na visão de Elio, ao ficar sem espaço político, o grupo viu-se “obrigado” a articular uma tendência, a qual denominou de Ala Vermelha²⁴⁹.

Sobre as razões da escolha do nome, Elio contou que a inspiração veio da Guarda Vermelha do Exército Revolucionário Chinês²⁵⁰. O objetivo era atribuir um caráter revolucionário à tendência, demarcando uma postura de oposição aos membros do Comitê Central, acusados pelos oposicionistas de oportunismo político. Segundo Roig, o grupo se intitulou assim, porque se via como “uma facção revolucionária de um partido que não seria mais revolucionário”²⁵¹.

A Ala Vermelha do PCdoB

Além de egressos das Ligas Camponesas e de militantes que estiveram na China, o setor estudantil foi o que mais se integrou à tendência. No PCdoB, os estudantes encontraram uma variedade de debates sobre a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana e sobre seus respectivos modelos táticos, que inspiravam os jovens a discutir a revolução no Brasil. Inseridos em uma conjuntura internacional de defesa do uso da violência como instrumento de transformação social e política, alguns

²⁴⁷ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

²⁴⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁴⁹ *Ibid.*

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

se aproximaram da Ala, porque o grupo lhes parecia o mais empenhado na defesa da revolução. Esse foi o caso de Roig, que ingressou no PCdoB em 1963, quando cursava o antigo Segundo Grau no Colégio Estadual Caetano de Campos, situado na região central da capital paulista. As conversas com Diniz também foram importantes para ele e para outros estudantes aderirem à tendência.

Roig contou que tudo começou quando foi convidado por uma colega de colégio para uma reunião política, em que tomou conhecimento das propostas do partido. Frequentou outras reuniões até que decidiu ingressar no grupo. O fato da sigla levantar a bandeira da luta armada foi um dos motivadores para sua escolha. Com o tempo, vieram as divisões no partido e ele optou por aqueles que lhes pareciam mais enfáticos na defesa daquela bandeira: “o pessoal da Ala”²⁵².

Junto a outros estudantes, Roig integrou a base secundarista de São Paulo que, além da escola onde estudava, tinha ‘células’²⁵³ no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, nome pelo qual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) era conhecida. No Caetano de Campos, compunha uma ‘célula’ com José Eli da Veiga, Paulo de Tarso Gianini e duas estudantes que viriam se tornar dirigentes do setor estudantil do partido. Já no Colégio de Aplicação, a ‘célula’ era formada por Carlos Takaoka e os irmãos Miguel e Misael Pereira dos Santos. Sobre o setor estudantil, disse que foi composto “por mais uma dezena que se perdeu no tempo sem deixar marcas na história”²⁵⁴. Em 1965, o grupo de secundaristas chegou a ter entre 15 e 20 militantes. Esses estudantes seriam responsáveis por outros recrutamentos, inclusive de professores, como teria sido o caso de Ana Rosa Kucinski, professora de Química no Colégio Estadual Caetano de Campos, recrutada por José Eli, seu aluno²⁵⁵. À exceção de Miguel²⁵⁶, os citados se ligaram à tendência oposicionista.

Aos secundaristas, se somaram os universitários, em especial os alunos da Faculdade de Filosofia, que abrigava um movimento estudantil intenso e que, diversas vezes, funcionou como um laboratório de ideias progressistas. O estudante paraense Renato Tapajós foi um dos universitários a aderir à tendência. Oriundo de uma família

²⁵² Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁵³ Pequenos grupos compostos por membros de um partido ou de uma organização para atuações afins.

²⁵⁴ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ Miguel Pereira dos Santos integrou o primeiro grupo enviado pelo PCdoB ao Araguaia, onde foi executado por agentes da repressão. A respeito das circunstâncias de sua morte, ver. Relatório sobre a guerrilha do Araguaia por Ângelo Arroyo. 11 de dezembro de 2009, p. 2. Disponível em: <http://comissaoadaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>. Acesso: em 25 de julho de 2018.

de pecebistas, em 1962, mudou-se para São Paulo, onde prestou vestibular para o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Aprovado, estudou apenas 15 dias e deixou a instituição, porque não conseguiu se adaptar ao regime militar que lá vigorava. Em seguida, fez vestibular para a Escola Politécnica onde, por mais de dois anos, cursou Engenharia. Abandonou o curso e entrou para a Escola de Arte Dramática. No começo de 1964, fez vestibular para Ciências Sociais e ingressou na FFCL/USP, instituição onde também estudariam Roig, José Eli e outros.

Após o golpe, Tapajós passou a dividir o tempo entre o curso, a militância estudantil e o trabalho com o cinema. Em 1965, ingressou no PCdoB, pois, após o golpe, acreditava na necessidade do combate armado à ditadura. Tão logo ingressou no partido, tomou conhecimento das divergências internas e se aproximou dos oposicionistas. Filho de pai comunista, ainda muito jovem Tapajós se viu “como uma pessoa de esquerda”²⁵⁷. Até ingressar no PCdoB, não tinha uma proposta clara de militância. Conforme contou ao seu entrevistador: “Circulava, fazia coisas, fazia poesia”²⁵⁸. A partir de seu ingresso na Faculdade de Filosofia, o fato de estar em contato direto com o movimento estudantil, o levou a se ver como um militante político e, pela primeira vez, querer entrar para uma organização²⁵⁹.

Fora de São Paulo, um exemplo de engajamento foi o do estudante gaúcho Delmar Mattes. Na infância, Delmar estudou em escolas cristãs de base luterana, mas, segundo contou, apesar da rígida educação que recebera, a qual algumas vezes reforçava aspectos presentes na ideologia nazista, como as ideias de superioridade racial, desenvolveu uma perspectiva crítica, fruto de leituras da literatura universal e da observação da realidade, que o levou a lutar contra as desigualdades sociais. Aos 20 anos, se tornou bancário e participou de greves da categoria. Em 1961, engajou-se na Campanha pela Legalidade, movimento favorável à nomeação de Jango como presidente. Até 1963, quando ingressou no curso de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ensaiou uma aproximação com o Brizolismo²⁶⁰ e atuou nas mobilizações em prol das chamadas Reformas de Base.

Na graduação, tornou-se presidente do diretório acadêmico de seu curso, participou de passeatas e de greves estudantis e tomou conhecimento da existência de

²⁵⁷ Entrevista de Renato Tapajós a Carlos Carneiro Costa. **Literatura e Autoritarismo**. Dezembro de 2009. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie02/art_12.php. Acesso em: 25 de julho de 2018.

²⁵⁸ *Ibid.*

²⁵⁹ *Ibid.*

²⁶⁰ Conjunto de ideais políticas defendidas por Leonel Brizola.

diferentes organizações de esquerda, entre elas, o PCB, o PORT, a AP e o PCdoB, engajando-se logo após o golpe na última sigla. Embora considerasse o Brizolismo “uma opção interessante”, àquela altura se encontrava fortemente influenciado pelos ideais revolucionários cubano e chinês, que ultrapassavam os limites da luta nacionalista defendida por Brizola. Com relação ao PCB, as críticas que tinha ao revisionismo levaram-no a rejeitar a sigla. Também discordava das formulações políticas dos trotskistas. Já a possibilidade de engajamento na AP foi descartada, porque, apesar de considerá-la muito atuante no setor estudantil, Delmar buscava romper os elos com o Cristianismo, principal base de sua formação. O fato de a organização assentar-se nos pressupostos cristãos, ainda que mesclados ao marxismo, levou Delmar a interpretar o seu engajamento como uma atitude política contraditória, já que se tornara crítico da doutrina cristã. Além da rejeição a essas organizações, contou, na escolha pelo PCdoB, em 1964, o fato de o partido parecer a “mais radical das opções”, porque defendia a tática de luta armada²⁶¹.

No PCdoB, Delmar ligou-se à tendência Ala Vermelha. O contato com a Ala ocorreu por meio de Diniz, que se reunia com militantes de diversos núcleos pcedobistas para articular a oposição. De acordo com Delmar, “Diniz foi algumas vezes a Porto Alegre para participar de reuniões, que contavam com a presença de uns poucos, e tecia críticas ao Comitê Central para conquistar adeptos para a oposição”²⁶².

Segundo Roig, “Diniz era um grande articulador! Muito comunicativo! Um militante profissional que aglutinava pessoas e ideias. Foi sem dúvida um dos principais organizadores da Ala”²⁶³. Já Elio afirmou que Diniz “fez um importante trabalho político em alguns estados”, principalmente em São Paulo, onde a oposição teria montado um “quartel general”²⁶⁴.

Ligada ao partido, a Ala assumiu um comportamento autônomo, desconsiderando as deliberações da direção. No movimento estudantil, o grupo recrutava adeptos para a tendência, visando fortalecê-la para uma iminente cisão. Chegou a enviar quadros para outros estados, como fez com Roig, deslocado para Belo

²⁶¹ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁶⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012. O termo ‘quartel general’ é uma analogia a locais de reunião ou de abrigo.

Horizonte, com a tarefa de convencer estudantes mineiros a aderir a ruptura com o PCdoB²⁶⁵.

Outro exemplo é o de Delmar, que, no começo de 1967, após concluir a graduação, foi enviado para Cuiabá, MT, para desenvolver atividades políticas. Na cidade, conseguiu vaga como geólogo na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), na qual se tornou responsável pela compra de materiais para a empresa, como lâmpadas e acessórios elétricos. A função, que lhe permitia se deslocar até São Paulo para adquirir boa parte dos materiais, facilitava o seu contato com os membros da Ala concentrados na capital paulista. A partir de contatos estabelecidos por Diniz, Delmar realizou reuniões com militantes pecebistas em Cuiabá, a fim de fortalecer os posicionamentos de oposição ao Comitê Central. Também ensaiou uma aproximação aos camponeses locais, visando organizá-los na luta pelo acesso à terra, tática vista tanto pela cúpula pecebista como pelos membros da Ala como parte do trabalho político de conscientização das massas para a luta revolucionária²⁶⁶.

As divergências entre a tendência e a cúpula passavam mais pela interpretação do momento adequado para iniciar os combates armados, que na visão da Ala seria imediatamente, do que por questões ideológicas profundas.

Ao longo do segundo semestre de 1966, a tendência teceu muitas críticas às resoluções aprovadas na VI Conferência, aumentando as tensões com o Comitê Central. A Ala acusava os dirigentes nacionais de mandonismo político, os quais, por sua vez, culpavam os opositoristas de dividirem o partido e de promoverem o sectarismo. Em ambos os lados, havia ainda as acusações de oportunismo, com o intuito de desqualificar o oponente.

Contrários às resoluções da Conferência (as quais ajudaram a aprovar), os opositoristas lançaram o documento “Por um grande debate revolucionário em nosso Partido”, por meio do qual resgataram as origens do PCdoB, apresentado como o “verdadeiro partido do proletariado brasileiro”²⁶⁷. No texto, acusaram o Comitê de desviar o partido de seu papel revolucionário uma vez que se mostrava incapaz de preparar a luta armada. Também destacaram o cenário internacional de lutas contra o imperialismo e apontaram a conjuntura nacional como “fator principal para a

²⁶⁵ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁶⁶ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

²⁶⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Por um grande debate revolucionário em nosso Partido**. Darf, AV, DDI-I, documento 85, Aperj. O documento não possui data, porém, com base em seu conteúdo, possivelmente, foi escrito no segundo semestre de 1966.

preparação do assalto armado ao poder”²⁶⁸. A defesa da luta armada era vista como reação ao reformismo e ao revisionismo dos quais a Ala passou a acusar o Comitê Central.

Em novembro, a Ala lançou o texto “Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo”, no qual, mais uma vez, discutiu as resoluções aprovadas na VI Conferência e defendeu a adoção da luta armada:

A linha da 'União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' não define com clareza o caráter da revolução brasileira, não defende um governo popular revolucionário, nem a destruição do aparelho de estado burguês e sua substituição por um novo estado dirigido pelo proletariado. Tampouco a luta armada como único meio de derrubar a contrarrevolução armada instalada no poder²⁶⁹.

Nota-se que a conjuntura interna aparece novamente evocada para fortalecer o argumento sobre a necessidade de realizar a luta armada, considerada pelo grupo oposicionista como o único caminho para derrubar a ditadura e instaurar um governo popular revolucionário.

Um ano após a VI Conferência, os embates entre o grupo divergente e a direção haviam se agravado. Em julho de 1967, o Comitê Central dissolveu o Comitê Estudantil Paulista (CEP), do qual faziam parte Roig, Tapajós, Giannini, José Eli, Takaoka, Laís Furtado entre outros. O CEP foi substituído por outro organismo, cuja influência foi dada a Arruda com a intenção de fazer com que as teses aprovadas na VI Conferência valessem.

A Ala, cuja maioria pertencia ao CEP, não aceitou a dissolução e passou a atuar paralelamente às decisões do Comitê Central. Na concepção da tendência, era legítimo que o grupo continuasse a dirigir as bases estudantis, pois a decisão de dissolver o organismo violava os estatutos partidários por ter sido tomada de modo aleatório, sem a deliberação do Comitê Regional Paulista ao qual o CEP estava diretamente ligado. Diniz era uma das lideranças do Comitê Regional e alimentava as divergências com o Comitê Central, logo o Comitê Regional não aprovaria a dissolução. Diniz convocou

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 01.

²⁶⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo.** Darf, AV, DDI-V, documento 89, Aperj, novembro de 1966.

uma Conferência Regional²⁷⁰ que, realizada em agosto, decidiu pela reorganização do CEP²⁷¹.

A fim de conter a influência dos oposicionistas, o Comitê expulsou as lideranças do CEP e também a Tarzan, Elio e Diniz²⁷², fazendo valer a ortodoxia partidária que não admitia a existência de núcleos oposicionistas à direção. Os expulsos acusaram a direção de impor métodos autoritários ao partido, de cercearem os debates e de eliminarem a democracia interna.

A direção, por sua vez, justificou as expulsões em um artigo publicado no jornal *A Classe Operária*, por meio do qual descreveu o ato como necessário à unidade partidária. De acordo com o texto, a VI Conferência abriu “novas perspectivas para o movimento democrático e anti-imperialista”, do qual o PCdoB deveria participar. No entanto, esse fato gerou descontentamentos “fora e dentro do Partido”. Internamente, as críticas teriam a intenção de desmoralizar a direção, como seria o objetivo do grupo de “Tarsã, Luís, Mateus e outros”, que “sem nenhum argumento sério para refutar a justa orientação do Partido, armam intrigas, promovem ataques pessoais, semeiam a confusão e investem raivosamente contra o Comitê Central”²⁷³. Ainda segundo o texto, as “atividades divisionistas” e as “calúnias” difundidas por “Tarsã e outros elementos antipartidários” indicavam a existência de um “centro diretor agindo contra a revolução brasileira e sua vanguarda”, essa última representada pelos membros do Comitê. “Livrando-se desses elementos”, portanto, o partido tornar-se-ia “mais coeso e combativo”²⁷⁴. Mateus era o pseudônimo de Elio²⁷⁵. Quanto aos de “fora”, a matéria mencionou os dirigentes pecebistas, identificados como “revisionistas”, além de “trotskistas e polopistas” que teriam se infiltrado nas fileiras do partido²⁷⁶.

A resposta da Ala apareceu no documento “O caráter revolucionário da luta interna”, assinado pelo CEP, naquele momento um organismo paralelo às decisões do Comitê Central. Para os autores, as expulsões seriam fruto de um “centralismo absoluto” e de “práticas liquidacionistas” utilizadas pelos dirigentes nacionais como

²⁷⁰ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018, por *Skype*.

²⁷¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Convocação**. Darf, AV, DDI-I, documento 03, caixa 03, Aperj, p. 01-02. O documento não possui data, mas pelo seu conteúdo possivelmente foi redigido em julho de 1967.

²⁷² Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁷³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Classe Operária**, nº 16, Ano II, julho de 1967, p. 03. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

²⁷⁴ *Ibid.*

²⁷⁵ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁷⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Classe Operária**, *cit.*

“armas” para eliminarem a oposição²⁷⁷. Na ótica dos redatores, a luta interna teria sido iniciada pelas bases e por quadros intermediários adeptos de concepções revolucionárias, contrários aos desvios políticos cometidos pelos quadros de direção na condução da linha política do partido. Entre os principais desvios, foi apontada a mudança nos objetivos definidos no “Manifesto-Programa”, como o tipo de poder a ser alcançado no processo revolucionário e o abandono da linha de massas. Sobre esses pontos, o documento afirmou que havia:

Acentuado desvio em relação ao Manifesto ocorre na caracterização do poder a ser alcançado pela luta revolucionária, substituindo a bandeira do governo popular revolucionário por um chamado “governo democrático”, cuja principal finalidade seria convocar uma “Assembleia Constituinte” [...] Com isso, os elementos oportunistas que ocupam cargos de direção expressam a nítida ilusão de que seria possível derrotar a ditadura sem a guerra do povo. [...] O documento da VI Conferência nada diz a respeito da linha de massas. Ao contrário, a renega. Pretende mobilizar o povo baseado apenas em conceitos abstratos de “progresso”, “liberdade” e “independência”²⁷⁸.

A referência à existência de “elementos oportunistas” nos cargos de direção era uma crítica direta a Arruda, acusado pelos opositores de trazer para o PCdoB a linha pacifista pecebista. A menção à linha de massas indicou a influência do maoísmo no grupo opositor, liderado por militantes que estiveram na China.

Em outro documento, o grupo enfatizou que a luta interna seria fruto dos métodos utilizados pela cúpula partidária para manter-se no poder, como a dissolução de organismos regionais, a expulsão e a difamação dos opositores. Como em outros textos, aparecem acusações de oportunismo político:

O Partido Comunista do Brasil vive uma atmosfera de luta interna. Esta luta se desenvolve e se dá contra todas as formas de oportunismo cristalizadas principalmente no grupo que ocupa cargos de direção. Por esta razão é dele que partem as diversas manifestações tentando descaracterizar a luta interna, difamando camaradas, dissolvendo organismos, enfim, realizando velhas práticas viciadas de direção. A VI Conferência Nacional, cujo objetivo deveria ter sido o de ativar as discussões de todas as questões fundamentais da revolução e do

²⁷⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **O caráter revolucionário da luta interna**. Darf, AV, DDI-I, documento 35, caixa 03, Aperj, p. 03. O documento não possui data, porém, com base em seu conteúdo e na menção que faz ao jornal *A Classe Operária*, nº 16, de julho de 1967, possivelmente, foi escrito entre julho e agosto daquele ano.

²⁷⁸ *Ibid.*, p.01.

Partido, muito pelo contrário, foi o de consolidar as posições do grupo que ocupa cargos de direção²⁷⁹.

Como se vê, a Ala não poupou críticas à direção, aludiu à dissolução do CEP como uma forma de conter a luta interna e acusou a direção de usar a VI Conferência para consolidar suas posições políticas. Novamente, a direção rebateu as acusações. Com o texto, sugestivamente intitulado, “Da Honra”, publicado no jornal *A Classe Operária* em setembro, os dirigentes expressaram sua visão sobre o papel do partido e de seus militantes e repudiaram os comportamentos tidos como oportunistas, reafirmando a necessidade da saída dos opositores dos quadros partidários:

Duras e difíceis tarefas estão colocadas diante dos comunistas. Ao Partido cabe conduzir o povo nos grandiosos embates pela libertação nacional e pelo socialismo [...]. Nada é mais importante para um militante do que haver ingressado no Partido. Os arrivistas, aproveitadores, carreiristas intragantes ou poltrões não podem encontrar guarida nas fileiras do Partido [...] ²⁸⁰.

Antes das expulsões, os opositoristas já agiam paralelamente às decisões do Comitê Central, buscando arregimentar quadros que compartilhassem de suas teses, em especial a da urgência em fazer a luta armada. Após muitos embates, aos expulsos somaram-se os dissidentes, em especial do setor estudantil. Em setembro, sob a liderança de Elio, de Diniz e de outros²⁸¹, organizou-se o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV).

Com a cisão, o PCdoB de São Paulo esvaziou-se, restando a ele 11 membros²⁸². Diversos depoimentos confirmam o dado de que a maior parte do partido aderiu à Ala. Elio, por exemplo, afirmou que “em São Paulo, praticamente todos ficaram na Ala Vermelha, deixando o partido quase a zero”²⁸³. Daí a direção optar em concentrar os quadros na capital paulista, uma vez que ali se encontrava a maioria dos quadros.

É importante frisar que os embates sobre a adoção da luta armada antecederam a VI Conferência, mas foram as diretivas aprovadas no encontro que acirraram as divergências internas e fizeram surgir a Ala. Segundo Roig, “a VI Conferência foi a

²⁷⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Luta contra o oportunismo: a origem da luta interna**. Darf, AV, DDI-I, documento 04, caixa 03, Aperj, ago/ set de 1967, p. 01-02.

²⁸⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Classe Operária**, ano II, nº 17, setembro de 1967, p. 01. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

²⁸¹ Tarzan de Castro não participou da cisão porque, no momento em que ela ocorreu, encontrava-se no exílio.

²⁸² Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁸³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

gota d'água, porque a partir dela se iniciou um movimento que já durante 66 deixou claro que a ruptura se daria, embora a abertura dessa ruptura só viesse em 67”²⁸⁴. Roig afirmou que a tendência passou a desenvolver teses defensoras da luta armada porque entendia que o PCdoB não iria fazê-lo, uma vez que a questão não parecia ser uma prioridade do partido²⁸⁵. Opinião semelhante foi expressa por Delmar, para quem “a Ala nasceu, porque o PCdoB usava a bandeira da luta armada para conquistar adeptos, mas parecia não se mobilizar para efetivá-la”²⁸⁶.

No presente, ao fazerem um balanço autocrítico da cisão, alguns militantes ainda responsabilizaram os dirigentes do PCdoB por ela ter ocorrido, como o fez Elio ao dizer: “O silêncio do Comitê Central em relação à luta armada foi a principal causa para os rachas e os atritos no partido. A gente (membros da Ala) saiu porque não sabia quando a guerrilha iria acontecer”²⁸⁷. Nota-se que o militante utilizou o termo “quando”, sugerindo que os quadros que foram à China conheciam partes do projeto. Tinham informações, dissemos, do local onde os combates aconteceriam. Tanto que divergiram da escolha feita pela Comissão Militar, por se tratar de uma região mineradora e não de conflitos pela posse de terras, como Diniz e Elio consideravam adequado²⁸⁸.

A respeito da cisão, ela ocorreu porque havia uma divergência de cronogramas, como observou Gorender²⁸⁹, visto que a Ala tinha urgência em iniciar os combates armados. Também havia uma divergência estratégica ligada à escolha do local para os combates. A cisão ainda teve a ver com as disputas pela direção da revolução e pelo papel de partido do proletariado, os quais, para a Ala, o PCdoB não se mostrava capaz de cumprir²⁹⁰. Daí o porquê de a tendência tomar para si a tarefa da revolução e do partido, pretendendo-se pioneira na guerrilha. Nesse caso, podemos dizer que havia uma divergência política, cujas disputas giravam em torno de qual grupo estaria mais apto a liderar a revolução no Brasil.

A Ala virou partido: as definições teóricas para fazer a revolução

Em seu processo de formação, a Ala requisitou símbolos da tradição comunista brasileira, assemelhando-se ao gesto dos fundadores do PCdoB em 1962, que

²⁸⁴ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

²⁸⁷ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁸⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

²⁸⁹ GORENDER, *op. cit.*, p. 107.

²⁹⁰ REIS FILHO, 1990, *op. cit.*, p. 110.

apresentaram a preocupação com a continuidade histórica do partido fundado em 1922. Na disputa pelo legado comunista, a Ala apropriou-se da denominação Partido Comunista do Brasil e acrescentou a ela um aposto para atribuir um caráter revolucionário ao grupo, a fim de afirmar a sua identidade política como de oposição ao PCdoB. Em vários documentos, a cisão foi apontada como uma ação necessária na defesa dos ideais revolucionários, uma vez que a Ala passou a acusar a cúpula pcedobista de aderir ao revisionismo. Nos “Estatutos Provisórios”, por exemplo, cujo o objetivo era definir o código de conduta dos militantes, o surgimento do grupo foi descrito como:

[...] consequência do desenvolvimento da luta interna (no PCdoB) contra as tendências oportunistas e direitistas dos membros usurpadores do Comitê Central, que desviaram o partido dos rumos estratégicos definidos no Manifesto-Programa [...] aproveitando-se da condição de dirigentes, os membros do Comitê utilizaram métodos antipartidários, antidemocráticos e liquidacionistas para reprimir o desenvolvimento das concepções revolucionárias dentro do partido, forçando os quadros intermediários e as bases revolucionárias a constituírem uma nova organização e a assumirem a atitude de levar avante as tarefas do Partido e da revolução brasileira²⁹¹.

Ao trazer para si a “atitude de levar avante as tarefas do Partido e da revolução”, os fundadores da Ala apresentaram-se como os “verdadeiros revolucionários” cuja missão seria a da “construção do partido”²⁹². Para reforçar a ideia de construção, a acrescentaram o adjetivo “provisório” a documentos, como o fizeram nos “Estatutos”, e à nomenclatura da direção, batizada de Direção Nacional Provisória (DNP)²⁹³. Embora, para alguns entrevistados, a adoção do adjetivo tivesse se dado porque inicialmente a Ala pretendia retornar ao PCdoB para dirigi-lo²⁹⁴, a maioria dos militantes afirmou que a adjetivação era mesmo para indicar uma fase de construção²⁹⁵. No que se refere à conduta dos quadros, os “Estatutos” indicaram que a Ala queria militantes sólidos em termos teóricos, disciplinados, atentos às normas de segurança, críticos em relação aos desvios político-ideológicos e cientes dos princípios definidos pelo partido²⁹⁶.

²⁹¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Estatutos Provisórios**. Darf, AV, DDI-I, documento 03, Aperj, sem data, p. 01.

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ Em 1978, a DNP foi dissolvida e, em seu lugar, foi criada a Comissão Executiva Nacional.

²⁹⁴ Esse argumento pode ser visto, principalmente, na entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora.

²⁹⁵ Vicente Roig e Elio Cabral foram os que mais enfatizaram esse argumento.

²⁹⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Estatutos Provisórios**, p. 01.

O conteúdo programático foi apresentado no documento “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’”, lançado em dezembro de 1967. Como o título sugere, no texto, a Ala reafirmou as críticas às resoluções da VI Conferência do PCdoB, ratificando o processo de luta interna como essencial para a compreensão da cisão.

De modo semelhante à sua matriz, estruturou-se nos moldes de um partido marxista-leninista, aderiu ao maoísmo e optou pela estratégia da revolução em duas etapas. Mesmo optando por modelos teóricos semelhantes aos do PCdoB, trilhou um caminho próprio nas proposições para desencadear a revolução brasileira.

Sobre a adesão ao maoísmo, além da herança pecedobista, a escolha foi influenciada pela passagem das lideranças da Ala pela China. Em 1968, já como dirigentes do novo partido, Diniz e Elio estabeleceram contato com o PCCh por meio do envio de documentos nos quais informaram a cisão e apresentaram o projeto político da Ala. De acordo com Roig, todavia, “a China não demonstrou entusiasmo em apoiá-los”²⁹⁷. Antes de escrever, os dirigentes cogitaram a ida ao país, mas desistiram da viagem em virtude da falta de recursos financeiros e pela condição clandestina do grupo, que dificultava o esquema de saída do Brasil²⁹⁸.

Apesar da opção pela estratégia da revolução por etapas, a organização se distanciou da proposta do PCdoB dado que, enquanto ele priorizou a formação de uma ampla frente política para garantir a etapa democrático-burguesa, a Ala propôs, já na fase inicial da revolução, a implantação de uma democracia popular, cuja hegemonia caberia ao proletariado²⁹⁹. O governo popular revolucionário, instaurado nessa etapa, deveria promover a expropriação e a estatização dos capitais e das propriedades dos agentes do neocolonialismo e da burguesia, para a criação de cooperativas entre os trabalhadores, e a expropriação dos latifúndios, visando à distribuição de terra aos camponeses. Daí o porquê de denominar essa etapa como uma “revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas”³⁰⁰. Considerado um governo de coalizão, o governo popular faria a transição para a

²⁹⁷ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

²⁹⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

²⁹⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’**, dezembro de 1967 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 153.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 154.

ditadura do proletariado e a preparação para o socialismo. Essas proposições, somadas à ênfase dada à luta armada em ambas as etapas do processo revolucionário, conferiram à Ala elementos de diferenciação em relação à sua matriz que, até a segunda metade dos anos 1960, hesitava indicar objetivamente a adesão a essa tática de luta.

Ao explicar a opção pela estratégia etapista, Elio afirmou que a Ala desistiu de assumir a transição imediata ao socialismo, porque temia não conquistar o apoio de setores sociais para a luta política³⁰¹. Assim, embora o projeto sempre fosse o de implantar o socialismo, naquele momento, predominou uma visão política pragmática, fundamentada na necessidade de garantir o maior apoio possível ao processo revolucionário.

No “Documento de Crítica”³⁰², seus autores fizeram uma análise da conjuntura nacional, a partir da qual consideraram como fatores dominantes: a dependência econômica ao capital externo associada à dominação neocolonialista, a vigência de um governo autoritário e o alto grau de exploração da classe operária e do campesinato. Já a contradição principal da sociedade encontrava-se “no neocolonialismo e em seu suporte social interno, de um lado, e a grande maioria da nação, do outro”³⁰³. Com base nessa análise, determinaram quais classes e camadas sociais estariam no campo da revolução e quais constituiriam as forças contrarrevolucionárias.

No campo revolucionário, encontravam-se as classes e as camadas submetidas à dominação, à exploração e à opressão. Eram elas: o proletariado, o campesinato (principalmente o não proprietário de terra), a pequena burguesia e o semi-proletariado. O campesinato foi apontado como a força principal, por se constituir no maior contingente de trabalhadores³⁰⁴.

Em contrapartida, os inimigos da revolução eram os setores ligados ao neocolonialismo e ao seu suporte interno, representados por classes e por camadas que exerciam a dominação e a exploração, entre eles: os latifundiários, a burguesia exportadora-importadora e a burguesia financeira, defensores da manutenção das “estruturas sociais atrasadas”³⁰⁵. Para derrotá-los, os autores do texto propuseram a

³⁰¹ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

³⁰² Como o documento “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’” é citado em outros textos e nos testemunhos.

³⁰³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’*, dezembro de 1967 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, *cit.*, p. 152.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ *Ibid.*

união de todas as forças revolucionárias na luta por um objetivo comum: a destruição da dominação e da exploração capitalista, visando à constituição de um poder que exercesse a “ditadura das classes e camadas exploradas”³⁰⁶.

No mesmo documento, se observou que os processos revolucionários vitoriosos eclodiram a partir de dois modelos: a guerra insurrecional e a guerra popular. O primeiro tinha como base principal a luta nos grandes centros urbanos, realizado por meio de um processo conspirativo de acumulação de forças até o momento em que as forças da revolução fossem superiores às do inimigo. Como condição prévia para a insurreição, o exército inimigo deveria se encontrar desprovido de coesão interna e o poder constituído em processo de decomposição; mas sobretudo era necessária a existência de um proletariado em armas, que se constituísse no contingente principal da revolução, tendo o campesinato como reserva imediata³⁰⁷.

Como o Brasil não oferecia essas condições e a ditadura militar concentrava seu poderio nos centros urbanos, impedindo o surgimento de um auge do movimento operário, a aplicação isolada de tal modelo tornava-se inviável. Já a guerra popular previa como condição para o desencadeamento da luta armada diversos fatores: a existência de um auge no movimento de massas, a cisão do exército inimigo ou um levante armado camponês³⁰⁸. Apresentados os modelos, a escolha por um deles deveria levar em conta a realidade nacional.

O primeiro passo foi o reconhecimento de dois aspectos: a debilidade tática das forças revolucionárias em relação às contrarrevolucionárias e as áreas onde o inimigo seria mais vulnerável. A debilidade devia-se ao despreparo das massas para os combates armados e as zonas rurais seriam o local de maior vulnerabilidade do inimigo. Com base nesse último aspecto, o campo foi indicado como o palco principal da luta, inclusive, porque nele se encontrava o maior contingente de trabalhadores, onde predominavam as estruturas socioeconômicas “mais atrasadas” e os “mais violentos graus de exploração”, favorecendo a predisposição dos camponeses para aderirem aos combates armados³⁰⁹.

Na interpretação da Ala, a guerra popular seria o modelo mais adequado à realidade brasileira. No entanto, para a eclosão da luta, definiu-se que era necessária a existência de uma força armada clandestina e regular no campo que iniciasse o choque aberto com o inimigo. Esse método seria o foco guerrilheiro, cuja premissa era de que a

³⁰⁶ *Ibid.*

³⁰⁷ *Ibid.*

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 162-163.

³⁰⁹ *Ibid.*

criação de múltiplos focos de guerrilha rural dificultaria a ação repressora das forças armadas governamentais. Os focos deveriam ser instalados em uma região estrategicamente favorável e seus objetivos eram conquistar o apoio das massas locais para a luta com o propósito de, a partir deles, ampliar o contingente guerrilheiro e expandir as ações militaristas. Para que essa tática tivesse êxito, era fundamental articulá-la às ações armadas na cidade³¹⁰.

Nota-se que houve a mesclagem das táticas de guerra popular e de foco como tentativa de formulação de um modelo adequado à realidade nacional. Ao fazê-lo, o grupo apresentou mais uma formulação distinta de sua matriz, que optara abertamente pelo modelo de guerra popular. Para Elio, essa mesclagem ocorreu, porque os membros da Ala tinham uma influência muito forte tanto do PCCh quanto de Cuba, das propostas de Mao Tse Tung, de Regis Debray e de Guevara³¹¹. A influência da Revolução Cubana, possivelmente, tem a ver com a passagem de Elio e de outras lideranças da organização pelas Ligas Camponesas, movimento que mantinha fortes laços com o ideal revolucionário da ilha. Há de se considerar ainda o fascínio que a experiência de Cuba despertava na militância de esquerda na América Latina, simbolizando a maior expressão das lutas contra o imperialismo norte-americano na região.

Desde os tempos de tendência pecebobista, a Ala debatia intensamente os diferentes modelos revolucionários (soviético, chinês e cubano) a fim de encontrar um caminho próprio para a revolução³¹². Nessa busca, extraiu e adaptou dos modelos chinês e cubano os elementos que interpretou como adequados à eclosão da revolução no Brasil. Tal fato ocorreu, porque, nas palavras de Elio, “a Ala tinha muito da tendência foquista mesmo, mas fazia uma mistura, porque não aceitava o foquismo puro. Aceitava a teoria de constituir os focos com uma política de apoio do cerco da cidade pelo campo, vinda da teoria chinesa”³¹³.

Entre as razões pelas quais a Ala não aderiu exclusivamente ao foquismo, estava o fato de tal modelo prescindir do partido para fazer a revolução, o que contrariava os pressupostos políticos da organização. Por outro lado, o maoísmo considerava o partido a espinha dorsal do processo revolucionário e subordinava o fator militar ao fator político. Vale lembrar que havia uma grande influência do maoísmo entre as lideranças da Ala, proveniente tanto das formulações teóricas do PCdoB quanto

³¹⁰ *Ibid.*, p. 164.

³¹¹ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

³¹² Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³¹³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

dos cursos realizados na China. Com base nas premissas maoístas, a Ala pode sustentar o preceito da existência do partido para dirigir a guerrilha, posto que pretendia ocupar. Nessa ótica, as ações militaristas deveriam ser submetidas ao partido, cuja tarefa seria a de coordenar a guerrilha rural e os combates armados urbanos, conduzindo todo o processo revolucionário³¹⁴.

Com base na experiência revolucionária chinesa, também se defendeu que, paralelamente aos processos de preparação e de desencadeamento da luta armada, o partido deveria realizar um trabalho político com as massas, a fim elevar o seu grau de consciência política para garantir seu apoio no processo revolucionário³¹⁵.

Se, por um lado, as formulações da Ala foram diretamente influenciadas pelos modelos revolucionários chinês e cubano, por outro, parte importante delas vieram das experiências de algumas de suas lideranças nas Ligas Camponesas. Nesse movimento, Elio, Diniz e outros vivenciaram a tentativa de constituição de braços armados entre os trabalhadores rurais. Conheceram o seu cotidiano e as suas lutas, o que possivelmente pesou na escolha do campo como o palco principal da luta e a crença na possibilidade de organizar nele um levante armado camponês.

Embora considerasse o campesinato como o contingente principal da revolução, a Ala seguiu o pressuposto marxista de que caberia ao operariado a liderança das lutas, uma vez que entendia o proletariado como a “classe mais revolucionária da sociedade”, em função de ela não possuir a propriedade de qualquer meio de produção. Seria a única, portanto, a ter todas as condições de levar os interesses da revolução até o fim³¹⁶.

Para Roig, o fato de indicar o campo como palco principal da luta, os camponeses como a força principal da revolução e se intitular a vanguarda do operariado incomodava muito a Ala. De acordo com ele, essas premissas foram amplamente debatidas no partido e faziam militantes e dirigentes se sentirem “confusos” ou “contraditórios”, pois, se a luta se daria em torno da realidade do campo, como explicar que a liderança da revolução se concentrava na cidade³¹⁷? No que pese as aparentes contradições, elas podem ser vistas como próprias do legado maoísta, que,

³¹⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’**, dezembro de 1967 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, *cit.*, p. 167.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 167.

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

mesmo reconhecendo a autonomia e a importância do movimento camponês, insistiu, “por sincera convicção ou por interesse de ordem tática”, em defender o postulado marxista de que a direção da revolução caberia à classe operária³¹⁸.

Quanto ao projeto de tomada do poder por meio da ação armada, a proposta foi ratificada em diversos documentos, a exemplo do texto: “Organizar um partido de novo tipo em função da luta armada”. Nele, os autores apontaram aquele tipo de luta como a principal tática revolucionária e definiram a Ala como o “embrião do partido da classe operária”³¹⁹. As propostas defendidas no texto embasaram, ao lado do “Documento de Crítica”, as práticas iniciais do grupo.

Ao recorrer a expressão “partido de novo tipo”, a organização aludiu ao modelo de partido proposto por Lenin, o qual, na perspectiva do líder soviético, deveria se constituir como a vanguarda do processo revolucionário. Na interpretação da Ala, tal partido ainda não existia no Brasil, motivo pelo qual se apresentou como o seu embrião. A construção do partido seria gradual e simultânea ao desenvolvimento da luta armada e do trabalho de massas, sendo este último visto como um elemento imprescindível tanto para a construção do partido quanto para a adesão popular à guerrilha³²⁰.

Apesar da importância dada ao trabalho de massas para a deflagração da revolução, inicialmente a organização defendeu o militarismo (identificado com o modelo foquista) como a tática principal para impulsionar a luta nacional. Daí o porquê priorizou a realização de ações armadas para a obtenção de recursos financeiros para preparar a guerrilha em detrimento ao trabalho de massas, que, até 1971, se restringiu a panfletagens em portões de fábrica e à participação de militantes na organização de cursos de alfabetização de adultos e de Madureza³²¹. O trabalho de massas só ganharia força nos anos 1970, quando a Ala redefiniu prioridades e táticas políticas.

³¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* **História do marxismo no Brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 112.

³¹⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Organizar um partido de novo tipo em função da luta armada**. Darf, AV, DDI-V, documento 91, Aperj, março de 1968.

³²⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’**, dezembro de 1967 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, *cit.*, p. 166-167.

³²¹ Curso de educação de adultos no qual se ministravam disciplinas dos antigos ginásio e colegial.

CAPÍTULO 3 – A ALA, SEUS MILITANTES E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO PARTIDO

Vimos que a Ala surgiu como uma corrente peucedobista formada em torno de antigos militantes das Ligas Camponesas, que participaram de treinamentos na China, e contou com a adesão principalmente de quadros do setor estudantil de São Paulo. Essa corrente opunha-se às decisões do Comitê Central, em especial no que se referia aos encaminhamentos da chamada luta armada no Brasil. O acirramento das divergências a respeito do tema provocou, em 1967, a cisão da qual participaram Elio Cabral, Gerson Parreira, Diniz Cabral Filho, Edgard Martins, Ana Rosa Kucinski³²², os estudantes paulistas Vicente Roig, Carlos Takaoka, Renato Tapajós, Laís Furtado, Norimar de Andrade, Beatriz Spina, Miriam Botassi, Maria José de Moura, José Eli da Veiga, Paulo de Tarso Gianini e outros. Em São Paulo, também aderiram à Ala os bancários Fernando Bueno Marcello e Misael Pereira, o operário Aderval Coqueiro Alves, os irmãos Devanir, Daniel, Jairo e Joel de Carvalho³²³ e Denis e Dimas Casemiro³²⁴. Em outros estados, dissidiaram estudantes mineiros, entre os quais estavam Jaime de Almeida e Fernando Sana Pinto; o engenheiro Orly Batista Corrêa, no Rio de Janeiro; o petroleiro Plínio Petersen e o geólogo Delmar Mattes no Rio Grande do Sul³²⁵.

Organizada como um partido leninista, a Ala capitalizou os anseios pelo início imediato da luta armada. Logo após a sua formação, realizou ações armadas urbanas com o intuito de obter os recursos para preparar a guerrilha, contudo, não atingiu esse propósito. Tais ações marcaram a fase inicial do grupo e delas participaram militantes experientes e egressos do movimento estudantil. O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil da militância e analisar as primeiras ações da Ala como partido.

³²² Em 1969, Ana Rosa desligou-se da Ala para ingressar na ALN. Em 1974, desapareceu com seu marido, o físico e também militante da ALN Wilson Silva, após serem presos por agentes da repressão.

³²³ Não citamos Derly de Carvalho, porque, no momento da cisão, se encontrava fora do país. Tão logo regressou, juntou-se ao grupo e se tornou dirigente nacional. Naturais de Minas Gerais, na década de 1950, os irmãos Carvalho migraram com seus pais para São Bernardo do Campo, SP, com a expectativa de conseguirem maiores oportunidades de trabalho. Em São Bernardo, Derly, Devanir e Daniel tornaram-se metalúrgicos. Joel e Jairo exerceram a profissão de gráficos. Derly, o irmão mais velho, foi o primeiro a ingressar na militância. Sobre a trajetória dos irmãos Carvalho, ver o documentário *Família Carvalho – Retrato da resistência operária contra a ditadura*. Produção: Televisão dos Trabalhadores (TVT). Brasil, 2013, 47min. Disponível em: <https://www.tvt.org.br/abcd-em-revista-familia-carvalho>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.

³²⁴ Os irmãos Casemiro eram lavradores no interior de São Paulo, em 1967, mudaram-se para São Bernardo do Campo, onde Denis passou a trabalhar como metalúrgico e Dimas, como gráfico. É possível que os irmãos Carvalho e os irmãos Casemiro tenham participado da mesma rede de amizade formada por trabalhadores de São Bernardo, cujos laços podem ter influenciado em suas escolhas políticas.

³²⁵ Os nomes foram extraídos das entrevistas realizadas no curso da pesquisa.

O perfil da militância

Na Ala, predominou a participação de indivíduos jovens. Esse dado reflete, entre outros aspectos, o contexto dos anos 1960, marcado internamente pelas lutas contra a ditadura e por um clima mundial de lutas libertárias e de radicalização das ideias, inclusive políticas, de pessoas jovens. Vale dizer que, no Brasil, a radicalização política antecedeu a ditadura, mas foi diretamente potencializada por ela. No início dos anos 1960, havia uma parcela da juventude disposta a pegar em armas para mudar a realidade socioeconômica, conforme sugere o envolvimento de estudantes nas Ligas Camponesas, a exemplo de Elio e de Diniz que, ao lado dos camponeses, se dispuseram já naquele contexto a participar de lutas radicalizadas, ou, ainda, de Roig, estudante secundarista que, antes do golpe de 1964, sentiu-se atraído pelo PCdoB, porque este previa em seu programa o encaminhamento da luta armada. O engajamento juvenil nas organizações, contudo, foi maior após o golpe, atingindo seu auge após o final de 1968.

Mergulhados num Estado de exceção e incentivados por um contexto internacional de revoluções vitoriosas, uma parcela de jovens aderiu a discursos e a ações políticas consideradas radicais, partilhando com militantes veteranos práticas em resistência ao regime. Esse foi o caso da Ala que, cuja média de idade dos militantes, com algumas exceções, ficou em torno dos 25 anos. Entre os militantes experientes, estavam Diniz, Elio, Edgard e Plínio.

Em 1967, Diniz e Elio tinham 31 anos e apresentavam uma diferença em torno de sete a 14 anos em relação aos militantes oriundos do movimento estudantil. Ambos lideraram a cisão no PCdoB e se tornaram dirigentes nacionais da Ala. Já Edgard³²⁶ e Plínio³²⁷ figuram entre os mais velhos: o primeiro tinha 38 anos e o segundo, 42 anos. Além do diferencial etário, esses indivíduos experimentaram práticas políticas diversas daquelas vividas pela maioria dos quadros da Ala, em especial os oriundos do movimento estudantil. Elio, Diniz, Edgar e Plínio são considerados membros da geração dos anos 1950. Nela, compuseram a fração que protagonizou a ascensão dos

³²⁶ Lavrador em Marília, interior de São Paulo, em 1946, filiou-se ao PCB, por meio do qual participou das primeiras Ligas Camponesas organizadas pelo partido. Ainda nos anos 1940, foi preso político em função de sua militância no movimento camponês. Em 1949, participou do Levante de Tupã, nome dado a um movimento de luta pelo acesso à terra no noroeste paulista. Mais tarde, pertenceu ao grupo que formou o PCdoB. Em 1966, chefiou o terceiro grupo de militantes enviados à China.

³²⁷ Nasceu em Porto Alegre. Nos anos 1950, ingressou na Petrobrás e tornou-se sindicalista no Rio Grande do Sul. Desde então, teve uma trajetória política diversificada. Em 1961, participou da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola. Depois, ligou-se ao PCB. Migrou para o PCdoB e, em seguida, para a Ala. Em 1968, deixou a organização e, em 1969, ajudou a formar o MRT.

movimentos sociais no campo e na cidade. Na Ala, compartilharam ideais de mudança e de justiça social com pessoas da geração posterior.

A influência exercida por esses indivíduos na organização não foi determinada por critérios etários, mas pela autoridade política por eles conquistada no acúmulo de experiências, como os treinamentos na China e as passagens por movimentos sociais. Segundo Roig, havia entre os mais jovens uma espécie de idolatria a esses militantes, vistos como portadores de uma bagagem política consolidada³²⁸. Edgard e Plínio eram influentes, mas a liderança da Ala coube mesmo a Elio e a Diniz. No início de 1968, Derly se juntou a eles na direção nacional³²⁹.

Embora não seja possível precisar o quantitativo de membros, estima-se que, até fins de 1970, a Ala teve cerca de 100 militantes³³⁰. Devido à repressão política, intensificada contra seus quadros a partir do segundo semestre de 1969, esse número foi reduzido a um quarto. A partir de 1977, o efetivo voltou a crescer. Em 1980, a organização contou com aproximadamente 200 pessoas organicamente engajadas, distribuídas nos organismos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília³³¹.

A maioria dos quadros vinha da classe médias, era do sexo masculino e com maiores índices de escolaridade. A média de idade não ultrapassava os 25 anos. A participação feminina foi de aproximadamente 15% na fase inicial do partido, dobrando para 30% no final da década de 1970.

Nas entrevistas, foram feitas poucas menções à liderança feminina no processo de cisão com o PCdoB e indicações de que um número razoável de mulheres se engajou na organização entre 1968 e 1970. Das citadas como participantes da cisão, duas faleceram³³², uma não retornou o contato³³³ e as demais não foram localizadas³³⁴. Contatamos sete mulheres que ingressaram na fase inicial do partido, mas apenas cinco aceitaram ser entrevistadas. Uma delas disse não ter o que contar e ter ressentimentos com a organização em função do isolamento que teria sofrido por militantes da Ala na prisão³³⁵. Um aspecto que perpassa os depoimentos femininos é a maneira reservada como as práticas políticas foram narradas. Diferente dos homens que responderam a

³²⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³²⁹ Derly de Carvalho tinha, à época, 29 anos.

³³⁰ Com base nos depoimentos e nos dados de processos transcorridos na Justiça Militar, esses últimos disponibilizados pelo Brasil: Nunca Mais Digital.

³³¹ Com base nas entrevistas.

³³² São elas: Miriam Bottassi e Beatriz Spina.

³³³ Trata-se de Laís Furtado.

³³⁴ São elas: Maria José de Moura e Norimar de Andrade.

³³⁵ A militante pediu para não ser nominalmente citada.

todas as perguntas e detalharam as suas experiências, as mulheres preferiram não falar de determinados assuntos, como as ligações com outros militantes e esmiuçar a dinâmica de funcionamento e as ações do grupo.

A fase inicial do partido foi marcada pelo cerco da repressão aos militantes, que resultou em eventos traumáticos, como prisões, torturas, assassinatos e exílios. Várias militantes foram atingidas pela repressão ou tiveram companheiros, familiares e amigos atingidos. Nos parece que a recusa em falar está relacionada às formas como cada uma reelaborou tais eventos, levando algumas mulheres a evitar a rememorar-los.

Os estudantes predominaram, representando cerca de 40% dos quadros. A participação de profissionais autônomos e de funcionários públicos (enfermeiros, médicos, dentistas, advogados, professores, jornalistas) foi em torno de 28% no final dos anos 1960 e de 30% no final de 1970. A adesão de trabalhadores foi de 27% nos 1960 e de 32% nos posteriores, todos ligados às atividades urbanas³³⁶. O percentual de trabalhadores ficou em torno de 1/4 dos membros, quando a média de outros agrupamentos da esquerda armada foi de aproximadamente 1/5³³⁷. Dividimos os trabalhadores em dois grupos: manuais (gráficos, metalúrgicos, operadores de máquina, eletricitas, motoristas, ferroviários, artesãos) e médio-técnico (petroleiros, bancários, auxiliares de escritório, comerciários)³³⁸.

Apesar de a Ala contar com uma presença maior de trabalhadores, quando comparado aos efetivos de outras organizações, essa presença não significou para o partido a almejada representação da classe operária. Entre as explicações para as organizações não conquistarem maior adesão entre os trabalhadores, estão a dinâmica própria de funcionamento dos grupos, a qual impunha, entre outros comportamentos, a condição de clandestinidade, e o cenário de repressão política. A esse respeito, destacou um militante: “Para ser da organização era preciso largar tudo: trabalho, estabilidade, a família. Era difícil para um operário, por exemplo, jogar a vida para o alto, cair numa rotina clandestina, correr riscos de toda sorte”³³⁹.

Entre os trabalhadores que se engajaram nas organizações após o golpe, estavam os que em função da aproximação com sindicatos ou da participação em greves foram

³³⁶ Com base nos depoimentos e nos processos transcorridos na Justiça Militar. Não encontramos registros de camponeses na organização. Sobre o fato de Edgar Martins ter sido lavrador, não o consideramos camponês quando ingressou na Ala, porque, naquele momento, não estava mais ligado ao trabalho no campo.

³³⁷ RIDENTI, 2010, *op. cit.*, p. 163-176.

³³⁸ Com base nos depoimentos e nos dados de processos transcorridos na Justiça Militar.

³³⁹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

perseguidos e encontraram dificuldades para exercer legalmente seus ofícios. Daí se viram obrigados a entrar na clandestinidade. Esse foi o caso de Derly, que teve a sua casa invadida por agentes da repressão em primeiro de abril de 1964. Perseguido, mudou-se para São Paulo. Lá, como possuía um curso de eletrônica, trabalhou de eletricista, como autônomo³⁴⁰.

Natural de Minas Gerais, no início dos anos 1950, Derly migrou com a família para São Bernardo do Campo, SP, em busca de trabalho. Lá, tornou-se metalúrgico e ingressou na luta de sua categoria. No final dos anos 1950, participou da criação da Associação dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, entidade que, a partir de 1963, foi transformada em sindicato. Em 1961, filiou-se ao PCB, transferindo-se após o golpe para o PCdoB. Em 1966, dissemos, foi enviado à China. Em 1968, encontrou dificuldades para retornar ao Brasil, porque era monitorado pelos agentes da repressão. Depois de passagens por países do Leste Europeu, entre eles, a Albânia, retornou ao país e assumiu a direção nacional da Ala³⁴¹.

Quando ainda era ligado ao PCB, estabeleceu contatos no movimento operário, os quais seriam futuramente utilizados em atividades do PCdoB e da Ala. Em São Bernardo do Campo, SP, articulou com outros operários, entre eles, seus irmãos Devanir e Daniel, uma base política clandestina entre os metalúrgicos, que atuava junto às comissões de fábrica. Em sua opinião, essas comissões foram os embriões daquelas que dirigiriam as greves de 1979 e de 1980 no ABCD paulista, SP³⁴². Seu grupo mantinha contato com metalúrgicos de Osasco e com sindicatos paulistas de outras categorias, entre elas, ferroviários, marceneiros e químicos. Derly recordou que, a partir de 1964, entre os ativistas políticos, “ninguém mais tinha nome”, porque todos usavam nomes falsos. Somente no final da década, “quando estava todo mundo em cana”, foi possível saber os nomes verdadeiros uns dos outros. Sobre as dificuldades encontradas na atuação dos sindicatos naquele período, destacou a intensa repressão. A ditadura tinha agentes em todos os setores e usava, inclusive, os próprios operários nas delações contra colegas suspeitos de envolvimento em atividades políticas³⁴³. Já na Ala, Derly

³⁴⁰ Entrevista de Derly José de Carvalho à Carolina Maria Ruy. Diadema, SP, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

³⁴¹ *Ibid.*

³⁴² O chamado ABCD engloba as cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

³⁴³ Entrevista de Derly José de Carvalho à Carolina Maria Ruy. Diadema, SP, 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

tentou capitalizar antigos contatos no movimento operário para desenvolver atividades do partido.

Depoimentos como os de Derly são importantes para entender a adesão de trabalhadores nas organizações revolucionárias e ajudam a compreender parte do complexo mundo do trabalho, perpassado pela diversidade de escolhas e de comportamentos políticos. No que tange às escolhas por formas de luta consideradas radicais, como a participação na esquerda armada, o tema ainda necessita de estudos específicos.

Sobre a ideia corrente em alguns trabalhos de que ao ingressarem na militância em tempo integral os trabalhadores engajados nessa esquerda perderam a sua condição de operários³⁴⁴, esse não parece ser o caso de Derly. O fato de, a partir de 1966, passar a se dedicar integralmente à militância, tornando-se, a partir de 1968, dirigente de uma organização, não o fez perder o sentimento e a perspectiva de classe, porque interpretou a resistência ao regime e o projeto de revolução socialista como lutas que deveriam ser protagonizadas pelos trabalhadores³⁴⁵. Na Ala, ao lado de estudantes e de outros segmentos de oposição ao regime, os trabalhadores protagonizaram ações, dirigiram lutas, convergiram e divergiram sobre métodos e práticas políticas.

As experiências do setor estudantil

As fontes indicam a existência, nos anos 1960, de bases estudantis da Ala em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Goiânia, Salvador e Fortaleza. Aqui, destacaremos as experiências das bases paulistana e brasiliense, pois aparecem como as mais ativas e com o maior número de membros. No caso de São Paulo, as peculiaridades do setor estudantil estiveram ligadas ao fato de, na cidade, o partido concentrar seus dirigentes, a maioria de seus quadros e efetuar as suas principais ações. Com o cerco da repressão ao movimento estudantil em diversos estados, vários estudantes ligados à organização se transferiram para a cidade, participando nela de atividades que iam desde panfletagens em portões de fábricas até ações armadas.

Na compreensão da Ala, o setor constituía-se como um segmento de mobilização e de conscientização política dos trabalhadores para a luta revolucionária.

³⁴⁴ Essa é a interpretação de Reis Filho, cuja produção acadêmica é influente nos estudos da esquerda armada brasileira. A respeito dessa interpretação, ver. REIS FILHO, 1990, *op. cit.*, p. 171.

³⁴⁵ Entrevista de Derly José de Carvalho à Carolina Maria Ruy. Diadema, SP, 12 de julho de 2012.

Para que os estudantes cumprissem esse papel, era fundamental que rompessem com a cultura pequeno-burguesa, herdada de suas origens em segmentos das camadas médias urbanas³⁴⁶. Diferente de outras organizações³⁴⁷, não sugeriu a proletarização do setor com o intuito de possibilitar essa ruptura. A orientação era para aprofundar o conhecimento sobre o universo dos trabalhadores (sua cultura e demandas) e sobre seu papel histórico no processo revolucionário, a fim de apoiar as suas lutas e contribuir para elevar a consciência de classe³⁴⁸.

Aos estudantes, caberia incentivar a luta política entre os trabalhadores por meio de atividades de agitação e de propaganda, com as quais se esperava contribuir para a reorganização dos movimentos operário e camponês, enfraquecidos no contexto de ditadura. Essas atividades se dariam no desenvolvimento do trabalho de massas, a partir do qual se visava elevar o grau de consciência política e de classe. Com base nessas orientações, o setor organizou pequenos protestos ou esteve presente em manifestações operárias, a exemplo dos estudantes paulistanos que, em 1969, participaram de um comício pelo Primeiro de Maio na estação ferroviária do Brás. Na ocasião, militantes estudantis discursaram para os poucos trabalhadores presentes e distribuíram panfletos, incentivando a mobilização dos operários na luta contra a ditadura e pelo fim da exploração capitalista³⁴⁹.

Sobre a participação dos estudantes na deflagração da luta armada, previu-se que o setor deveria atuar na cidade, em postos de apoio à guerrilha rural, dificultando o deslocamento das forças repressoras para o campo³⁵⁰. A tática do cerco da cidade pelo campo, no entanto, nunca foi colocada em prática. No máximo, os egressos do movimento estudantil participaram ao lado de militantes experientes de ações armadas voltadas para a expropriação de bens e capitais.

Entre 1968 e 1970, o setor teve uma publicação própria: o jornal *Guerra Popular*, que veiculou temas específicos do movimento estudantil, como a democratização das universidades, questões ligadas às lutas operárias, entre elas as

³⁴⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **O setor estudantil é o principal aliado do proletariado e do campesinato no processo revolucionário**. Darf, AV, DDI-I, documento 05, caixa 03, Aperj, s/d, p. 01-04.

³⁴⁷ Esse foi o caso da AP, que previu a integração de seus quadros na produção a fim de romper com a mentalidade pequeno-burguesa e aproximar a militância do universo dos trabalhadores.

³⁴⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **O setor estudantil é o principal aliado do proletariado e do campesinato no processo revolucionário**, *cit.*, p. 02.

³⁴⁹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

³⁵⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **O setor estudantil é o principal aliado do proletariado e do campesinato no processo revolucionário**, *cit.*, p. 02.

campanhas contra o arrocho salarial, e assuntos internacionais, como a intervenção norte-americana no Vietnã e a Revolução Cultural na China³⁵¹. Na publicação, evocou-se o potencial de luta dos estudantes e seu papel no projeto revolucionário socialista. O jornal, que além de órgão interno era distribuído entre simpatizantes da organização nos meios estudantis, tinha o mesmo nome do boletim produzido pelo CEP do PCdoB, cuja maioria dos membros aderiu à Ala. Com a apropriação do nome, a Ala mais uma vez disputava os referenciais da revolução com a sua matriz.

No movimento estudantil, os militantes deveriam recrutar quadros para o partido e se esforçar para elevar o movimento ao nível de massas, para que ele pudesse funcionar efetivamente como um ponto de apoio aos movimentos operário e camponês³⁵². Em centros universitários e escolas, os militantes se esforçaram para alcançar essa meta.

Nem só de política, porém, viviam os estudantes. Mesmo passando longas horas em reuniões do partido ou em assembleias do movimento estudantil (ambas obviamente clandestinas), os militantes encontravam tempo para outras atividades: o cinema, a música e os namoros. A esse respeito, os depoimentos dão conta da agitação que contagiava os meios estudantis, em especial as universidades, onde aconteciam acalorados debates sobre as lutas contra a ditadura, os modelos revolucionários e as idolatrias às suas lideranças, principalmente, a Guevara, mas também revelam um cotidiano alegre. Muitas vezes, os debates sobre política, revolução e cultura aconteciam em bares, em rodas de violão, em sarais e nas antessalas de teatros e de cinemas, transformados na extensão do mundo estudantil. Conforme observou um militante, “as coisas não eram tão rígidas. Não o tempo todo. Mesmo em tempos tão difíceis, havia espaço para alguma diversão, para a alegria e as paqueras. Afinal, éramos jovens!”³⁵³.

De acordo com Hobsbawm, o entusiasmo, a agitação e a rebeldia, vistos por ele como elementos típicos da juventude, foram importantes para o surgimento de uma atmosfera de protestos juvenis e de projetos revolucionários, que caracterizaram os anos 1960³⁵⁴. Considerando esses elementos, talvez possamos dizer que eles, ao lado de fatores sociais e políticos, contribuíram, em alguma medida, para a opção feita por

³⁵¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Guerra Popular. Órgão nacional do setor estudantil do PCdoB-AV.** Darf, AV, DICI-I, documento 10, caixa 05, Aperj, outubro de 1968, Ano I, número 1.

³⁵² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **O setor estudantil é o principal aliado do proletariado e do campesinato no processo revolucionário**, *cit.*, p. 04.

³⁵³ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³⁵⁴ HOBBSAWM, 1995, *op. cit.*, p. 295.

parcela de jovens brasileiros do período por discursos e por ações políticas radicalizados. Dito de outro modo, além da conjuntura interna, de desigualdades sociais e da ditadura, da importância do cenário mundial de protestos e de movimentos revolucionários, a agitação e o entusiasmo juvenil potencializaram o inconformismo e o desejo de mudança, levando vários jovens à ação, que passava, inclusive, pelo engajamento nas organizações da esquerda armada.

A Ala no movimento estudantil paulistano

Presente em escolas e em centros universitários de São Paulo, foi na Faculdade de Filosofia da USP que a Ala alcançou maior inserção. Localizada na rua Maria Antônia, região central da cidade, a Faculdade agregou os cursos de Filosofia, História, Geografia, Ciências Sociais e Letras. Antes do golpe, a instituição se afirmou como importante espaço de debate político e, diversas vezes, funcionou como um laboratório de ideias e de ações de esquerda³⁵⁵. Já na ditadura, ali se deram intensas discussões sobre a conjuntura política e sobre as reações ao regime. Na Faculdade, o movimento estudantil foi marcado pela presença de quadros de diferentes organizações. Entre elas, estavam a AP, a Polop, a Dissidência Universitária de São Paulo (DI-SP), oriunda do PCB, o PCdoB e a Ala (que após a cisão capitalizou os quadros pecebistas).

Desde 1965, futuros quadros da Ala participaram de atividades político-culturais na Faculdade, a exemplo de Tapajós, que dirigiu dois documentários pelo Grêmio da instituição. O primeiro, *Universidade em Crise*, foi produzido em parceria com o Centro Acadêmico de Jornalismo da Cásper Líbero. Laís Furtado, que junto com Tapajós dirigiu o CEP pecebista e cuja militância os aproximou afetivamente, tornando-os companheiros de vida, participou da produção. Outro produtor foi o pecebista João Batista de Andrade, doravante expoente do cinema-militante. O documentário narrou uma greve de estudantes da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1965, em resposta à invasão policial ao Conjunto de Residências Estudantis da USP (Crusp). Além da intenção de denunciar as arbitrariedades da ditadura, a produção tinha a ver com a iniciativa dos estudantes de criar um núcleo de produção cinematográfica no meio universitário³⁵⁶. O outro documentário foi *Um Por*

³⁵⁵ Em 1961, intelectuais e estudantes ligados à instituição organizaram a Polop. Entre eles, estavam Theotônio dos Santos e os irmãos Eder e Emir Sader.

³⁵⁶ *Universidade em crise*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e Centro Acadêmico de Jornalismo da Cásper Líbero. Brasil, 1965, 20min.

Cento, que tratou do vestibular da USP, questionando a função social da Universidade e os mecanismos de acesso a ela³⁵⁷.

Na Faculdade, as atividades da Ala foram articuladas por Roig, Tapajós, Marcio Bentes, José Eli entre outros. Dias após a cisão com o PCdoB, o grupo aliou-se à DI-SP para disputar as eleições para a presidência do Grêmio da Faculdade. O Grêmio era uma entidade autônoma e de resistência à ditadura, porque contrariava as leis restritivas impostas às entidades estudantis.

A aliança Ala-Dissidência marcou a ruptura entre os grupos comunistas e a AP no movimento estudantil local. Nas eleições, que ocorreram no início de outubro, a chapa formada por quadros da Ala e da DI-SP derrotou a chapa encabeçada pela AP e pela Polop. Com a vitória, José Eli tornou-se presidente do Grêmio e Tapajós o diretor de Cultura. Na opinião de Roig, a aliança foi importante para ampliar a influência da Ala no movimento estudantil paulistano³⁵⁸. Após a eleição, a Ala também ficou com a direção do Cursinho, nome pelo qual o curso pré-vestibular gerido pelo Grêmio era conhecido.

Anteriormente nas mãos da Polop, o controle do curso era estratégico, tendo em vista que gerava recursos financeiros ao Grêmio. Além disso, o curso possuía uma gráfica de médio porte, o que possibilitava realizar atividades de imprensa e de propaganda política. Como a Polop resistiu em abrir mão do curso, estudantes da Ala e da Dissidência ocuparam o espaço. Segundo Roig, a ocupação foi bastante tensa, porque os polopistas se recusavam a entregar o espaço, então o “pessoal da Ala e da Dissidência se instalou na secretaria, recolheu as fichas de matrículas dos alunos, sentou-se nas máquinas copiadoras com o objetivo de paralisar a rotina do curso e forçar a saída dos caras (membros da Polop)”³⁵⁹.

Antes da conquista do Grêmio pela Ala e pela DI-SP, o dinheiro arrecado com o curso financiou a produção de revistas e de jornais de oposição à ditadura, entre eles, o *Amanhã*³⁶⁰, lançado em março de 1967 por universitários e por intelectuais de esquerda.

³⁵⁷ *Um por cento*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Brasil, 1967, 24min.

³⁵⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³⁵⁹ *Ibid.*

³⁶⁰ O jornal teve existência legal e contou com a colaboração de pessoas de diversas organizações (Polop, a AP, o PCB e o PCdoB). José Arantes, da DI-SP, ex-presidente do Grêmio e vice-presidente da UNE, articulou a criação do jornal. Para a equipe editorial, convidou um antigo colega de turma do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Raimundo Pereira, que se tornaria um importante nome da imprensa alternativa. O jornal trouxe matérias escritas em linguagem direta, que tratavam desde questões econômicas que afetavam os trabalhadores aos desdobramentos políticos do golpe.

Em 1968, já sob o controle da Ala e da Dissidência, o Grêmio criou o folhetim *Grêmio Informa*, que contou com a participação de colaboradores do *Amanhã*³⁶¹.

Com circulação restrita aos meios estudantis, o *Grêmio Informa* priorizou pautas específicas do movimento e destacou os protestos ocorridos em diversas cidades, a exemplo das greves e passeatas estudantis que, desde março, agitavam os centros universitários do país. Um destaque foram os protestos decorrentes da morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, cujo tema pautou a edição-extra de abril de 1968. Os protestos mundiais também foram noticiados, entre eles, o Maio Francês. Além de São Paulo, o periódico circulou entre estudantes de outras capitais, como o Rio de Janeiro, onde foi distribuído por membros da DI-GB³⁶².

No movimento estudantil de São Paulo, a organização recrutou diversos membros. Entre eles, estava Lúcia do Amaral Lopes, que entrou para a organização ao participar da ocupação da Faculdade de Filosofia, em julho de 1968. Na ocasião, Lúcia tinha 19 anos e estudava Filosofia no Instituto Sedes Sapientiae, instituição de matriz católica localizada na região central da cidade³⁶³. Embora não estudasse na Faculdade, todos os dias, ia à ocupação e aderiu ao protesto, porque entendia que ele representava a luta estudantil contra o regime³⁶⁴. O gesto de Lúcia não foi excepcional. De modo semelhante a ela, estudantes de outras instituições universitárias e secundaristas se juntaram aos alunos da Faculdade, porque interpretaram a ocupação como uma luta da parcela do movimento estudantil que se posicionava abertamente contra a ditadura.

Para o engajamento de Lúcia no partido, contaram diversos fatores. Entre eles, estava a amizade que fez durante a ocupação da Faculdade com um membro da Ala, que a recrutou para o grupo. Logo após o ingresso, integrou uma ‘célula’ de cinco estudantes. Contou que “já tinha uma posição favorável à esquerda”, porque seu pai era comunista. Então, desde cedo, tinha “os ideais de lutar pelo proletariado” e sentia “desprezo pela burguesia” e “pelo imperialismo”. De acordo com Lúcia, “foi fácil aderir a uma organização” por causa da presença desses sentimentos em sua formação, ainda que, até participar da ocupação, se manifestassem de modo superficial. Ao ser perguntada por que escolheu o partido, respondeu: “Acho que por pura coincidência. Fiquei amiga de um membro da Ala e os acontecimentos da Maria Antônia pesaram na

³⁶¹ Entre eles, Raimundo Pereira.

³⁶² Cf. KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editora, 1991, p. 31-32.

³⁶³ Entrevista de Lúcia do Amaral Lopes à autora. 20 de abril de 2018. Por e-mail.

³⁶⁴ *Ibid.*

minha decisão simplesmente porque eu estava lá”³⁶⁵. Margarida do Amaral Lopes, sua irmã, também ingressou na organização em 1968, quando tinha 17 anos e era estudante secundarista³⁶⁶.

A respeito da ocupação, o ato fez parte de um conjunto de iniciativas dos estudantes da Faculdade desde o final de junho, como reuniões e comícios em solidariedade aos estudantes do Rio de Janeiro, violentamente reprimidos pelos agentes da repressão durante atos de contestação ao regime. À medida que o recesso universitário se aproximava, os estudantes decidiram, em assembleia, ocupar o prédio da Filosofia a fim de manter, durante o mês de julho, a mobilização. Além do apoio aos estudantes cariocas e da intenção de denunciar as arbitrariedades do regime, os atos na Faculdade visavam pressionar o governo a discutir pautas específicas dos universitários, como mudanças na grade curricular, a flexibilização das disciplinas e a democratização na administração da universidade. Após o fim da ocupação, que ocorreu ainda em julho, os estudantes mantiveram-se em assembleia permanente.

Outro recrutamento foi o de Alípio Freire, que também ingressou na organização em 1968, poucos meses após formar-se em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Ativista estudantil, participou da jornada de protestos de 1966. O contato com militantes da Ala surgiu ainda em 1965, quando Tapajós, aluno da Faculdade de Filosofia, realizou o documentário *Universidade em Crise*, produzido em parceria com o Diretório Acadêmico do curso de Alípio, entidade da qual se tornou dirigente. Na graduação, manteve contato com estudantes pecebistas e discutiu com eles propostas para o movimento estudantil. Contou que, desde o início de 1967, amigos ligados à Ala defendiam a bandeira da luta armada, a qual atraía muitos jovens e contribuiu para que, no momento da cisão com o PCdoB, quase todos os estudantes do partido migrassem para a nova organização³⁶⁷.

Em São Paulo, o movimento estudantil ainda foi marcado pela rivalidade de grupos contrários e favoráveis à ditadura. Embora essa rivalidade fosse vista em outras capitais, ali se manifestou com maior força. Em especial, era notória na rua Maria Antônia, que abrigava dois importantes centros universitários, ambos com histórico de militância estudantil: de um lado, a Faculdade de Filosofia, que reunia alunos ligados à UNE, com comportamentos de oposição ao regime, inclusive alguns vinculados a

³⁶⁵ As informações do parágrafo foram extraídas da entrevista de Lúcia do Amaral Lopes à autora.

³⁶⁶ Entrevista de Margarida Maria do Amaral Lopes à Luiza Giandalia e à Desirée Azevedo. Memorial da Resistência de São Paulo.

³⁶⁷ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

organizações da esquerda armada, do outro lado, o Instituto Presbiteriano Mackenzie, onde estudavam pessoas de posição favorável ao regime³⁶⁸ e era um dos redutos do grupo paramilitar de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC)³⁶⁹. No Mackenzie, a militância estudantil favorável ao regime se concentrava especialmente na Faculdade de Direito, a exemplo do que acontecia em outros centros universitários do país, onde o curso concentrava adeptos da ditadura. Os alunos do Mackenzie eram chamados pelos uspianos de fascistas, enquanto os uspianos eram chamados por esses de comunistas e de subversivos³⁷⁰.

A proximidade geográfica entre os núcleos de posições políticas opostas resultou em diversos confrontos verbais e físicos, a exemplo de episódios ocorridos em outubro de 1967, quando estudantes do Mackenzie entraram em choque com os alunos da Faculdade de Filosofia para evitar a realização das eleições da UEE-SP e do Grêmio da Faculdade³⁷¹.

Durante o ano de 1968, a rivalidade aumentou. José Dirceu, membro da DI-SP e estudante de Direito na PUC de São Paulo, foi eleito presidente da UEE-SP. No mesmo período, a Ala e a DI-SP controlavam o Grêmio da Faculdade de Filosofia. À frente dessas entidades, os comunistas buscavam, entre outros interesses, incentivar a mobilização dos estudantes nas lutas contra o regime que, desde 1966, crescia em todo o país. Nesse sentido, parte das atividades na Faculdade podem ser vistas como fruto dos discursos e dos interesses das organizações no setor estudantil, ainda que o movimento estudantil não se restringisse às ações desses grupos.

Em julho, insatisfeitos com uma barricada montada na calçada pelos alunos da Faculdade de Filosofia durante a supracitada ocupação do prédio, estudantes do Mackenzie pediram o recuo, alegando que a barricada atrapalhava o acesso até a sua

³⁶⁸ Sobre os discursos conservadoras no movimento estudantil do período, ver. SANTOS, *op. cit.*

³⁶⁹ O CCC surgiu em 1963 e suas primeiras ações ocorreram no meio universitário, como o impedimento de debates e de pronunciamentos de membros do Governo Goulart. Após o golpe, aumentou o número de adeptos ao movimento e as ações se tornaram mais frequentes, violentas e conhecidas. O primeiro núcleo teria se formado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Depois, alunos de outras instituições criaram pontos de concentração. Em 1968, contava com cerca de 5 mil membros, que se definiam como “nacionalistas radicais de direita”. Além de estudantes, contou com a participação de policiais e de empresários e com a conivência dos agentes governamentais para praticarem espancamentos, sequestros e assassinatos de pessoas com comportamentos de oposição ao regime. Algumas vezes, o movimento assumiu publicamente a autoria dos atos. Sobre o tema, ver. LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo**: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

³⁷⁰ SANTOS, *op. cit.*, p. 165-166.

³⁷¹ Outro exemplo dessas animosidades ocorreu em 1965, quando a UEE-SP convocou um plebiscito para mobilizar os estudantes pela revogação da Lei Suplicy. No dia da votação, alunos da Faculdade de Direito do Mackenzie arremessaram uma urna pela janela da instituição e, em seguida, puseram fogo nos materiais a fim de impedir a consulta.

instituição. Como os protestantes se recusaram a recuar, alguns alunos do Mackenzie atiraram ovos na entrada do prédio da Filosofia. Exaltados, os dois lados passaram a se agredir verbalmente e o episódio só não resultou em confrontos físicos, porque um aluno do Mackenzie entrevistou³⁷².

A animosidade se agravou nos meses seguintes e, no dia primeiro de outubro, atingiu o auge. Nesse dia, pela manhã, secundaristas realizavam um pedágio para arrecadar dinheiro para custear a ida ao XXX Congresso da UNE, marcado para a semana seguinte. Incomodados com o ato, alunos do Mackenzie fecharam o acesso à rua para impedir que carros e alguns pedestres passassem pelo local, esperando, com isso, evitar o recolhimento de recursos. Como não conseguiram bloquear a rua, passaram a atirar ovos nos secundaristas a fim de acabar com o ato. Os secundaristas foram, então, se refugiar no prédio da Filosofia. Ao saberem da agressão, os uspianos foram tomar satisfações com os agressores, iniciando uma briga que, em poucas horas, ganhou grandes contornos, envolvendo alunos da Faculdade de Filosofia e do Mackenzie³⁷³.

Inicialmente, os manifestantes e os seus respectivos aliados atiraram pedras nos oponentes e não tardou para que outros elementos, como *molotov*, ácidos, bombas de gás lacrimogênio improvisadas e até armas de fogo fossem usados por manifestantes abrigados no Mackenzie, que detinham ainda a vantagem de estar em um ponto mais alto da rua e protegidos por um muro. O prédio da Filosofia, por sua vez, era junto à calçada e a sua entrada era rodeada por colunas. Luís Travassos, membro da AP, presidente da UNE e colega de curso de Dirceu, e o próprio Dirceu, tiveram papel de liderança da resistência dos estudantes que lutavam pelo lado da Faculdade de Filosofia. Do lado do Mackenzie, os ataques eram liderados por membros do CCC³⁷⁴.

No começo da tarde, o Batalhão de Choque da Polícia Militar chegou ao local e dispersou os manifestantes, mas uma quantidade razoável permaneceu ocupando as duas instituições. Na manhã seguinte, os confrontos reiniciaram e, novamente, foram lançadas pedras, além de *molotov* e de gás lacrimogênio. As bombas de fabricação caseira, jogadas no prédio da Filosofia, causaram focos de incêndio, obrigando os estudantes refugiados ali a irem para a rua. Vários secundaristas se dirigiram para o local a fim de se juntarem, principalmente, à resistência da Filosofia. Um deles foi

³⁷² SANTOS, *op. cit.*, p.166.

³⁷³ *Ibid.*, p. 171-173.

³⁷⁴ *Ibid.*

fatalmente atingido por tiro vindo do prédio do Mackenzie. A partir daí, o tumulto generalizou-se. Em reação à morte do jovem, estudantes da Filosofia saíram em passeata, mostrando a camisa ensanguentada do morto. Houve choque com a polícia. O conflito terminou com uma truculenta invasão policial dos prédios da Filosofia e do Mackenzie e com a prisão de dezenas de estudantes. A morte do jovem foi atribuída ao CCC. Apesar da notória presença de seus membros nos confrontos, a Batalha não deve ser reduzida às ações do grupo. Isso, porque o evento esteve ligado a uma complexidade de arranjos e de ideias políticas que circulavam no movimento estudantil, no qual grupos de jovens assumiram diferentes visões e práticas.

Diversos militantes da Ala participaram da Batalha, que nos foi narrada como “um cenário digno de guerra!”³⁷⁵. Quase cinco décadas após, Tapajós produziu um documentário³⁷⁶, no qual antigos militantes estudantis rememoraram os fatos, dando as suas versões dos acontecimentos. Alguns os narraram como parte indissociável da repressão dos agentes da ditadura contra os estudantes. Outros valorizaram a agitação que tomava conta dos meios estudantis à época, como o fez o próprio produtor. Ao narrar o porquê do filme, Tapajós afirmou que pensou “menos nos fatos” e “muito mais, num certo clima que havia, por ali, na rua Maria Antônia, em torno dela, naqueles anos finais da década de 1960”³⁷⁷. Clima esse que, para ele, era o “espírito de um tempo”³⁷⁸, porque traduziu a rebeldia, a agitação e a radicalização de ideias e de protestos juvenis que caracterizaram a década, em especial, o ano de 1968.

Uma singularidade no caso dos confrontos na Maria Antônia é o fato de terem ocorrido entre estudantes. Se, em outros protestos estudantis de 1968 no Brasil e no mundo, a regra foi a reunião juvenil para protestar contra normas morais, sistemas e formas de poder, ali, o radicalismo juvenil se manifestou em dois extremos: um reunia jovens ligados ao CCC, e o outro tinha a liderança de jovens engajados em organizações da esquerda armada. Em comum, os grupos juvenis tinham o radicalismo de ideias e a agitação. Nos dois lados do confronto, também se envolveram jovens que não eram ligados diretamente a esses extremos, mas que, naquele momento, encamparam determinada luta.

Para Gustavo Lopes, a crescente radicalização dos discursos estudantis contrários e favoráveis à ditadura contribuiu para o surgimento de uma cultura de

³⁷⁵ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

³⁷⁶ *A Batalha da Maria Antônia*. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 2013, 76min.

³⁷⁷ *Ibid.*

³⁷⁸ *Ibid.*

violência juvenil, que explodiu no final da década de 1960³⁷⁹, a exemplo da rivalidade dos grupos presentes na Maria Antônia. Na interpretação de Rafaela Santos, tais confrontos são emblemáticos, porque, ao se posicionarem de modos opostos diante da mesma realidade política, os estudantes da Faculdade de Filosofia e do Mackenzie travaram uma batalha pelo espaço físico da rua, que para eles simbolizava o domínio de um território ideológico. Daí a autora se referir aos confrontos como Batalha *pela* e não *da* Maria Antônia³⁸⁰.

Sobre os confrontos, Lúcia contou que uma cena marcante foi o momento em que viu um estudante avançar sozinho na direção de um policial e levar um tiro na perna. O estudante, do qual não se lembrou o nome, foi visto por muitos como um herói, mas ao conversarem, ele lhe teria dito: “Herói que nada, achei que todo mundo vinha atrás de mim”³⁸¹. Para a frustração do rapaz, ninguém o acompanhou. A cena se tornou emblemática para outros participantes do confronto e foi citada em algumas entrevistas. Roig, por exemplo, a usou como parábola dos acontecimentos políticos, com o objetivo de explicar as razões pelas quais, em sua opinião, o projeto de luta armada não foi bem-sucedido no Brasil. Para ele:

Assim como aquele estudante foi na direção do policial, acreditando que todos os seguiriam, as organizações achavam que bastaria iniciar os combates armados para uma multidão pegar em armas contra a ditadura. Mas, nos dois casos, a ação esperada não aconteceu³⁸².

A analogia feita por Roig tem a ver com a sua visão, no presente, dos acontecimentos do final dos anos 1960, já que, enquanto estudante-militante, ele e tantos outros partiram para as ações armadas acreditando que, por meio delas, combateriam a ditadura e impulsionariam as massas a participar da revolução socialista.

Poucos dias depois da Batalha da Maria Antônia, aconteceu o Congresso da UNE, o qual foi violentamente desarticulado pelos agentes da repressão e terminou com a prisão de centenas de estudantes, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A desarticulação do encontro tornou-se um divisor de águas nas lutas estudantis contra o regime, porque, de um lado, contribuiu para a desmobilização do setor, uma vez que, traumatizados ou receosos do avanço da repressão, muitos estudantes não compareceram mais às assembleias e aos atos. Por outro lado, o cerco da repressão ao

³⁷⁹ LOPES, *op. cit.*, p. 31.

³⁸⁰ SANTOS, *op. cit.*, p. 163.

³⁸¹ Entrevista de Lucia do Amaral Lopes à autora. 20 de abril de 2018. Por e-mail.

³⁸² Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

setor motivou a opção de parcela de estudantes por formas de luta radicalizadas, como o engajamento em organizações revolucionárias. Para alguns, à medida que a repressão avançava, deveria ser respondida de modo veemente, o que, em muitos casos, levou os jovens à ação armada. Na visão desses, para combater a ditadura, era preciso usar as mesmas armas que ela³⁸³.

A respeito do Congresso da UNE e das alianças da Ala no movimento estudantil paulistano, vale observar o depoimento de Lúcia, que, eleita delegada pelo Sedes Sapientiae, foi ao encontro. Sobre o assunto, contou que tradicionalmente a escola era dominada pela AP e que, naquela ocasião, tal situação começava a mudar, porque ela (que ligada à Ala) e a sua amiga Maria Augusta Tomaz, vinculada à DI-SP, ganharam a eleição. De acordo com Lúcia, não havia uma orientação específica da Ala para o encontro. Ela e os demais votaram com o grupo do Dirceu³⁸⁴, em função da aproximação da Ala com a DI-SP. Durante o encontro, Lúcia foi presa e “fichada”³⁸⁵ como subversiva.

Ao que as fontes indicam, no final dos 1960, parece que a Ala não tinha, no movimento estudantil, uma predileção por uma organização, aliando-se, em cada localidade, aos grupos que mais lhe convinham para atender as demandas de ampliação de sua influência entre os estudantes e conquistar o controle de suas entidades representativas. O tipo de relação tecida entre os estudantes da Ala e os de outras organizações, como redes de amizade, contribuiu, de modo fundamental, para as alianças.

A Ala no movimento estudantil brasiliense

Em Brasília, a organização conquistou adeptos entre os secundaristas e na Unb. Em relação aos primeiros, o Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), colégio de aplicação da UnB, aparece como o polo de onde saíram alguns quadros para o partido, a exemplo de Álvaro Lins Cavalcanti Filho, Antônio de Neiva Moreira Neto, Haroldo de Sabóia e Hélio Doyle. Segundo Álvaro, “no Ciem, a política era uma coisa constante”³⁸⁶. Como ocorreu em São Paulo e, possivelmente, em outras cidades, em Brasília as amizades tecidas nos meios estudantis favoreceram a escolha pela Ala.

³⁸³ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

³⁸⁴ Entrevista de Lúcia do Amaral Lopes à autora. 20 de abril de 2018. Por e-mail.

³⁸⁵ Linguagem informal para se referir a pessoas com cadastro (ficha) nos arquivos policiais.

³⁸⁶ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

Filho do deputado federal Álvaro Lins Cavalcanti, do MDB do Ceará, Álvaro migrou com a família para Brasília no início dos anos 1960. Em 1966, quando cursava o antigo Segundo Grau no Ciem, ingressou no movimento estudantil, onde conheceu Felipe Lindoso, filho do deputado arenista manauense José Lindoso. Embora fossem vizinhos de quadra, Álvaro e Felipe se conheceram por intermédio de Haroldo, que também militava no movimento e era filho de um parlamentar, o deputado arenista José de Sabóia, eleito pelo Maranhão. Além da amizade em comum com Felipe e com Álvaro, Haroldo era amigo de Neiva que, por sua vez, era colega de classe de Álvaro. Dos quatro amigos, apenas Felipe estudava em outra instituição, o Colégio Elefante Branco. A respeito dessa rede, Felipe escreveu: “As conversas entre os quatro amigos conhecidos em Brasília resultaram no ingresso deles na AV”³⁸⁷.

Felipe tomou contato com a Ala em meados de 1967, por meio de seu conterrâneo Márcio Bentes, estudante na Faculdade de Filosofia da USP. Felipe decidiu-se pelo grupo no final daquele ano, após ler o documento de fundação da organização, que teria chegado até ele através de Bentes. No documento, chamaram a sua atenção as referências às lutas contra a ditadura e à Revolução Chinesa³⁸⁸.

No Ciem, Álvaro recrutou Doyle, cujo pai, Hélio Proença Doyle, era ministro do TSE. Ainda secundaristas, os amigos conhecidos em Brasília, entre os quais agora estava Doyle, mantinham contatos com lideranças da Federação de Estudantes da Universidade de Brasília (Feub), da qual obtiveram apoio nas disputas pelo controle do Grêmio do Ciem em 1968, quando derrotaram a chapa liderada pelo estudante Fernando Collor de Melo, filho do deputado arenista Arnon de Farias Melo³⁸⁹.

Sobre os tempos de secundarista, Álvaro recordou que ele e outros estudantes eram influenciados pelas ideias de Guevara, pelos exemplos das Revoluções Cubana e Chinesa, discutiam formas de resistência à ditadura e viviam a efervescência cultural ligada aos festivais da canção e de cinema³⁹⁰. No final de 1967, Álvaro foi expulso do colégio junto com outros 27 alunos, em função de críticas à postura autoritária de um padre que dirigia a escola. No mesmo período, entrou para a Ala. Prestou vestibular e foi aprovado em Ciências Exatas na UnB. Em 1968, ingressou na universidade junto a Neiva e a Haroldo. Álvaro iniciou a graduação em Física, Neiva ingressou em

³⁸⁷ LINDOSO, Felipe. **Heróis e militantes**. 10 de março de 2017. Disponível em: <http://www.zagaia.blog.br>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

³⁸⁸ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

³⁸⁹ Entrevista de Hélio Doyle à autora. 31 de maio de 2018. Por *Skype*.

³⁹⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

Engenharia e Haroldo, em Jornalismo. Na ocasião, Felipe já era universitário e estudava Antropologia na mesma universidade.

Álvaro, Felipe e Haroldo foram os primeiros a ingressar na Ala. Álvaro tomou conhecimento do grupo a partir de Bentes, amigo de Felipe, quando este esteve em Brasília para participar de um festival de cinema. Foi Felipe, no entanto, que o convencera a ingressar no grupo³⁹¹. Com a relação a Bentes, ele era responsável por estabelecer contatos com estudantes brasilienses para a organização. Talvez o fato de conhecer Felipe desde a época em que moravam em Manaus pode tê-lo ajudado a fazer alguns contatos.

No mesmo ano em que ingressou na UnB, Álvaro foi preso duas vezes. A primeira prisão se deu pela participação em um protesto por demandas específicas da universidade, enquanto a segunda ocorreu após usar o alto falante de uma paróquia para divulgar a prisão de estudantes que participavam do Congresso Nacional da UNE. Num gesto desafiador, o lugar escolhido para ação foi uma quermesse organizada por oficiais do Conselho de Segurança Nacional. Os militantes da Ala não foram ao encontro por orientações do partido, que esperava formar lideranças estudantis em Brasília enquanto lideranças ligadas a outros grupos estavam distantes. Além de Álvaro, foram presos cinco estudantes, que passaram seis dias encarcerados³⁹². O núcleo brasiliense realizou outras ações, como o roubo de mimeógrafos de um estabelecimento comercial, para produzir materiais de propaganda, e assaltos a postos de gasolina, com o objetivo de obter dinheiro para as atividades políticas³⁹³.

Quanto a Neiva, embora militasse no movimento secundarista e, posteriormente, no movimento universitário ao lado de Álvaro, Felipe e Haroldo, só se engajou na Ala no final de 1968. Ao se recordar da militância, enfatizou que a “UnB tinha um movimento estudantil forte” e que seu interesse pela política foi despertado ainda cedo, porque vinha de uma família de esquerda, cujo tio, o petebista José Guimarães de Neiva Moreira, teve o mandato de deputado cassado após o golpe, e o pai, o radialista Geraldo de Neiva Moreira, foi perseguido pela ditadura³⁹⁴.

Em 1969, Felipe conheceu a goiana Maria José da Silveira que, naquele ano, ingressava no curso de Jornalismo na UnB. Maria José também era filha de parlamentar: do deputado emedebista José Peixoto da Silveira. Felipe e Maria José começaram a

³⁹¹ *Ibid.*

³⁹² Não foi possível identificar os demais participantes da ação.

³⁹³ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

³⁹⁴ Entrevista de Antonio de Neiva Moreira Neto à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

namorar e tornaram-se companheiros de Ala e de vida. Ela ingressou no partido no mesmo ano em que iniciou a graduação e sua opção pela militância foi motivada pelo desejo de combater a ditadura e as desigualdades sociais³⁹⁵.

Maria José conheceu as pessoas da Ala no meio estudantil, exceto Felipe, que lhe foi apresentado por Haroldo. Em 1969, os três estagiavam em jornais de grande circulação no Rio e em São Paulo: Felipe e Haroldo estavam no *O Estado de São Paulo* e ela, no *Jornal do Brasil*³⁹⁶. Os três eram setoristas³⁹⁷ e acompanhavam os acontecimentos dos ministérios militares. Ironicamente, eram jovens militantes de esquerda que, após participarem de assembleias estudantis e de reuniões clandestinas, cobriam os fatos e os discursos da ditadura, lembrou Felipe³⁹⁸.

Com Felipe e outros estudantes, Maria José participou de assembleias, panfletagens, passeatas e discussões na Feub. As passeatas e os debates da Federação envolveram membros de outras organizações, a exemplo da AP, com os quais os estudantes da Ala mantinham laços de amizade, a exemplo da relação que vários mantinham com Honestino Guimarães³⁹⁹. Honestino era conterrâneo de Maria José, estudou no Elefante Branco e no Ciem e, em 1967, ingressou no curso de Geologia na UnB. A aproximação com estudantes da Ala veio, principalmente, com o movimento estudantil⁴⁰⁰.

Na UnB, a Ala contou com outros quadros. Entre eles, estava a estudante de Arquitetura Ana Amélia Lins Cavalcanti, irmã de Álvaro. Diferente dos demais, ao ingressar no partido, Ana tinha passagem por outra organização, o PORT, do qual se desligou em 1968, por considerá-lo muito militarista. De acordo com Ana, ela soube da Ala por Álvaro e o fato de serem irmãos pesou, mas não foi determinante em sua escolha. Segundo ela, foram Felipe e Haroldo que a convenceram a ingressar na organização. A esse respeito disse:

³⁹⁵ Entrevista de Maria José Rios Peixoto da Silveira à autora. 18 de junho de 2018. Por e-mail.

³⁹⁶ *Ibid.*

³⁹⁷ Setorista - repórter que cobre especificamente um local gerador de acontecimentos jornalísticos (sedes de governo, legislativos, delegacias). No final dos anos 1960, não era exigida formação específica para a função de repórter.

³⁹⁸ LINDOSO, *op. cit.*

³⁹⁹ Líder estudantil eleito presidente do Diretório Acadêmico de Geologia e da FEUB, em 1967. Após a edição do AI-5, ingressou na clandestinidade. No início de 1969, mudou-se para São Paulo, onde reencontrou militantes da Ala. Em 1971, foi eleito presidente da UNE e transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a coordenar atividades estudantis. Em outubro de 1973, foi preso e morto por agentes da repressão.

⁴⁰⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

Eles frequentavam muito lá em casa, eram muito estudiosos. Me convenceram que entrar para a Ala seria bom para mim, porque eu já defendia o trabalho de massas e Ala tinha uma preocupação em colocar isso em prática. Eu entrei acreditando nisso⁴⁰¹.

Tão logo ingressou no partido, Ana participou com outros militantes de um curso do método de alfabetização de adultos criado pelo educador Paulo Freire. O curso, realizado clandestinamente no subsolo de uma biblioteca, tinha como objetivo formar quadros para atuar em trabalhos político-pedagógicos em periferias do Distrito Federal. Após o curso, a ‘célula’ formada por estudantes brasilienses organizou uma turma noturna de alfabetização de adultos em Taguatinga, na qual Ana atuou como mobilizadora. Além de militantes, a iniciativa contou com a ajuda de simpatizantes daquele tipo de ação e de pessoas próximas a militantes da Ala, conforme era o caso de um irmão de Ana e de Álvaro que não mantinha ligações orgânicas com o partido. Com o aumento da repressão política, em meados de 1969, os militantes abandonaram a atividade⁴⁰².

Além de estudarem na UnB e de escolherem a Ala para militar, Álvaro e Ana, Maria José, Felipe e Haroldo tinham em comum o fato de serem filhos de parlamentares. Ao reforçar esse dado, pretendemos mostrar como o núcleo da Ala em Brasília se formou a partir de trajetórias cruzadas no movimento estudantil, as quais se deram em função dos deslocamentos geográficos de famílias de políticos que se encontraram na capital federal.

Nos depoimentos, aparecem breves referências às ideias políticas dos pais. Álvaro, por exemplo, mencionou: “Meu pai se considerava um socialista, mas não teve grande expressão no Congresso”⁴⁰³. E Felipe, que, ao falar do pai, exclamou repetidamente: “Meu pai era deputado da Arena. Da Arena! Entendeu? Da Arena!”⁴⁰⁴. Possivelmente, as ideias do pai de Álvaro e de Ana forneceram a eles elementos para forjarem ideais e visões de mundo progressistas. No caso de Felipe, podem ter ocorrido conflitos familiares, uma vez que o jovem optou por ideologias opostas à de seu pai. A sua exclamação-interrogação sugere a existência de tensões no seio familiar, pois fala como se quisesse nos dar a dimensão sobre como era conflituoso atuar numa organização de esquerda, sendo seu pai um arenista.

⁴⁰¹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁰² *Ibid.*

⁴⁰³ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁰⁴ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

O fato de muitos estudantes estarem ligados a políticos por laços de sangue rendeu ao movimento estudantil brasileiro algumas especificidades que influenciaram os rumos do movimento em escalas local e nacional, especialmente, no que se refere à ofensiva dos órgãos de repressão contra os estudantes. A exemplo do que ocorreu em algumas capitais, o movimento estudantil em Brasília foi marcado por protestos e por debates políticos que envolveram desde reivindicações restritas ao espaço da universidade, como exigências pela melhoria na qualidade das refeições servidas no restaurante universitário, até críticas à ditadura. Nos protestos circunscritos à UnB, diversas vezes os políticos intervieram com o intuito de apaziguar as relações entre estudantes e governo ou mesmo em apoio às demandas estudantis.

A respeito dessas intervenções, além das ligações familiares, é preciso levar em conta as questões de classe, pois tratava-se de acontecimentos relacionados aos filhos da elite política nacional. Nesse sentido, ainda que alguns deputados e senadores não tivessem ligação sanguínea com os estudantes, eles intervieram porque eram próximos de suas famílias. Além disso, vários políticos iniciaram suas carreiras no movimento estudantil nos anos 1940 e 1950, o que, de algum modo, os ligava à história do movimento e aos próprios estudantes nos anos 1960. Assim, no Congresso, não faltaram menções às trajetórias pessoais para justificar a defesa dos estudantes. De acordo com a pesquisa realizada por Bryan Pitts sobre o movimento estudantil de Brasília, os estudantes, principalmente, os envolvidos com atividades políticas de esquerda, não consideravam aquela presença bem-vinda, porque achavam que alguns parlamentares respondiam timidamente ao regime, enquanto outros colaboravam diretamente com a ditadura⁴⁰⁵.

Um episódio em que políticos atuaram em defesa dos estudantes ocorreu na manhã de 29 de agosto de 1968, quando soldados do Exército e policiais militares invadiram o campus da UnB com o argumento de cumprir mandados de prisão contra cinco militantes estudantis. Na ocasião, os agentes militares chutaram as portas das salas de aula, destruíram equipamentos de laboratório e colocaram centenas de filhos das elites brasileiras a marchar através do campus, com as mãos na cabeça, concentrando-os na quadra de esporte para identificação. Ao saberem dos fatos, senadores e deputados (tanto do MDB quanto da Arena) dirigiram-se para o campus

⁴⁰⁵ PITTS, Bryan. O sangue da mocidade está correndo: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. *Revista Brasileira de História* [online]. V. 34, nº 67, 2014, p. 39-65. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000100003>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

para protestar contra a invasão e libertar os estudantes. Suas presenças no local, no entanto, não foram suficientes para apaziguar a situação. Ignorados pelos militares, os parlamentares entraram em confrontos verbais e físicos com a polícia⁴⁰⁶.

Tudo começou em função de um protesto espontâneo dos estudantes contra as precárias condições de funcionamento do restaurante universitário, que resultou em insultos ao vice-reitor José Carlos Azevedo, um dos quadros da ditadura na universidade. Segundo Felipe, que esteve no ato:

Foi uma operação de guerra e um aluno sem envolvimento com o movimento foi morto. Ainda não tinha tido o AI-5. O deputado Márcio Moreira Alves e o pai do Franklin Martins, que era senador pelo Espírito Santo, estiveram lá, tentaram intervir, tinham muitos outros políticos, mas me lembro bem desses⁴⁰⁷.

O pai de Franklin Martins era Mário de Souza Martins que, assim como Márcio Alves, pertencia ao MDB da Guanabara. A invasão da UnB dominou os debates congressuais nas semanas seguintes, opondo os propositores de medidas punitivas aos estudantes aos que insistiam em denunciar a truculência do Estado contra o movimento estudantil, fato que ocorria também em outras capitais. Nesses debates, teve destaque o discurso proferido pelo deputado Márcio Alves, em setembro, no qual teceu duras críticas ao Exército, sugerindo a população um boicote às comemorações pela Semana da Pátria. O tom radical de sua fala fez com que o ministro da Justiça encaminhasse à Câmara o pedido de cassação de seu mandato. O processo se arrastou até 11 de dezembro, quando, em votação, o plenário da Câmara decidiu pela não cassação. O discurso tem sido interpretado como o estopim para o governo editar, dois dias depois, o AI-5 e fechar o Congresso.

Até o AI-5, talvez fosse possível aos filhos de parlamentares receberem tratamento diferenciado nas prisões ocorridas devido a atividades políticas, a exemplo do que teria acontecido com Felipe em junho de 1968, quando passou cerca de dez dias preso em Brasília junto a dezenas de estudantes. Em sua opinião, a prisão ocorreu como uma espécie de medida de segurança por conta da visita do magnata norte-americano Rockefeller ao Brasil. Considerado pelos estudantes como um agente do imperialismo, o movimento estudantil organizou protestos pela sua visita em diversas capitais. Naquele momento, embora já vinculado à Ala, Felipe não foi identificado como membro do

⁴⁰⁶ *Ibid.*

⁴⁰⁷ Entrevista de Felipe Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

grupo. Sobre a prisão, destacou com bom humor: “Foi a minha primeira prisão. Não me bateram, acho que porque era filho de deputado”⁴⁰⁸.

Em fevereiro de 1969, Lindoso teve o nome incluído na primeira lista de atingidos pelo Decreto nº477, que punia com a expulsão professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime. Na prática, a lei coibiu, ainda mais, a liberdade de pensamento e a pluralidade de ideias nos meios acadêmicos. Nesse período, Álvaro se encontrava foragido, porque teve a prisão preventiva decretada por participar de um protesto contra a ditadura, no qual adentrou a uma sala de aula de vestibulandos da UnB para denunciar o regime⁴⁰⁹.

Perseguidos pelos órgãos de repressão em Brasília, entre o final de 1969 e o começo de 1970, Maria José, Felipe, Álvaro, Ana e Neiva migraram para São Paulo. Haroldo optou pelo exílio. Doyle permaneceu na capital federal, onde passou a coordenar as ações da organização. Em São Paulo, Felipe, Álvaro e Neiva participariam de diversas ações, inclusive armadas, enquanto Maria José e Ana foram direcionadas para as atividades de propaganda.

A fase das ações armadas

Entre 1968 e 1971, a organização realizou diversas ações armadas na região metropolitana de São Paulo. Entre elas, estavam ações de expropriação, como assaltos a bancos e a carros pagadores. Os depoimentos indicam que as mulheres não participaram do desfecho dessas ações. Colaboraram nos preparativos, como levantamentos de dados e intermediação de contatos. Algumas permaneceram nos ‘aparelhos’⁴¹⁰ para prestar atendimento a possíveis feridos. Segundo Ana, as militantes tiveram aulas de tiro, estiveram em treinamentos, mas, em sua opinião, a intenção dos dirigentes seria apenas a de prepará-las para eventuais defesas pessoais ou para que ajudassem na segurança dos ‘aparelhos’⁴¹¹.

Alípio foi o único entrevistado a se recordar da presença feminina em uma ação, ao afirmar que Nobue Ishii dirigiu um veículo durante um assalto⁴¹². O lugar ocupado pelas mulheres nas ações armadas foi justificado de diferentes maneiras. Alguns entrevistados, entre eles, Elio e Roig, disseram que tais ações eram muito

⁴⁰⁸ *Ibid.*

⁴⁰⁹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴¹⁰ Local onde os militantes se reuniam, guardavam documentos ou moravam temporariamente.

⁴¹¹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴¹² Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

arriscadas e que as mulheres foram preservadas em razão da sua natureza supostamente frágil⁴¹³. Para Ana, “havia um certo machismo” entre os dirigentes que limitava a participação feminina naquele tipo de ação⁴¹⁴.

Inicialmente, o objetivo das ações de expropriação era o de obter recursos para a criação de focos guerrilheiros. Os preparativos da guerrilha eram complexos e muito custosos, porque envolviam a aquisição de terras e de armas e o deslocamento de quadros para o campo. Como essa estrutura preliminar demandava muito dinheiro, a intenção de implantá-la motivou as primeiras ações de aquisição de capital. Por se tratar de uma fase preparatória, era importante que as ações não chamassem a atenção dos órgãos de repressão política, então, nos assaltos a bancos, tentava-se passar a ideia de que se tratava de assaltantes comuns, para despistar as suspeitas das intenções políticas⁴¹⁵.

Assim, diferente das demais organizações, a Ala adotou a regra de não se identificar nas ações. Enquanto outros agrupamentos interpretaram as ações de expropriação também como um meio de resistência à ditadura e ao sistema capitalista ou até como uma espécie de guerrilha urbana, para a Ala tais ações eram exclusivamente para viabilizar o projeto de luta armada, daí à sua opção pelo anonimato na autoria dos assaltos a bancos, por exemplo. Em alguns assaltos, no entanto, a escolha da instituição teve critério político, uma vez que a Ala priorizou atingir grupos empresariais identificados como financiadores da ditadura.

Com a pretensão de fazer a guerrilha, a Ala enviou militantes para algumas áreas para reconhecerem as características locais e para criar possíveis laços com os moradores. Destinou a maior parte do dinheiro conseguido nos primeiros assaltos a compra de terras para iniciar os treinamentos guerrilheiros. A escolha dos locais tinha como critério áreas onde existia um histórico de conflito pela posse da terra, a exemplo do interior de Pernambuco, do interior de Goiás e do Vale do Ribeira, entre o sul de São Paulo e o leste do Paraná⁴¹⁶. A ideia era aproveitar a existência desses conflitos para recrutar quadros e organizar a luta. Nesse processo, o partido teria um papel diretor, porque seria responsável por ordenar e por dirigir politicamente as ações. Apesar dos esforços, a guerrilha não foi implantada. As possíveis razões para o insucesso estão no

⁴¹³Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012. Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁴¹⁴Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴¹⁵Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁴¹⁶Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012. Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

pequeno número de militantes, na insuficiência de recursos financeiros e de armas e na dificuldade em mobilizar os trabalhadores locais.

A DNP criou um grupo responsável pela execução das ações armadas, denominado Grupo Especial Nacional (GEN). Coordenado pelos dirigentes nacionais Elio, Diniz e Derly, o grupo só poderia realizar ações aprovadas pela direção. A Tapajós, dirigente regional paulista, coube a assessoria política, por meio qual ajudou na formação teórica dos integrantes. Entre os escolhidos para integrar o GEN, estavam quadros oriundos dos meios operários, a exemplo de Aderval Coqueiro, dos irmãos Devanir, Joel e Daniel de Carvalho, dos irmãos Dimas e Denis Casemiro, e dos bancários Misael Pereira e Fernando Marcello. Além desses, fizeram parte da formação Genésio Borges, José Anselmo da Silva e James Allen.

As primeiras ações aconteceram no início de 1968, com destaque para o assalto ao veículo que recolhia montantes em dinheiro de empresas para serem depositados no Banco da Lavoura de Minas Gerais. A ação, ocorrida em fevereiro, se deu nas proximidades da estação ferroviária Mauá, em São Paulo, em frente à sede da Companhia Ultragás, ligada ao Grupo Ultra dirigido pelo dinamarquês Albert Boilesen, conhecido, dissemos, por financiar os órgãos de repressão. A escolha do local possuía conotação política, pela possibilidade de se expropriar o dinheiro da Companhia como forma de atingir o diretor do Grupo. A ação foi planejada com base nas informações fornecidas por Misael, empregado do Banco. Ele teria transmitido os detalhes sobre o trajeto, os horários e o número de funcionários do veículo que transportava os valores. Com essas informações, a DNP planejou a ação, que foi realizada pelos irmãos Daniel, Devanir e Joel, Aderval Coqueiro, James Allen, Genésio Borges e Tapajós. Em junho, a ação foi repetida com os mesmos integrantes⁴¹⁷.

Com exceção dos dirigentes, os demais envolvidos nas ações discordavam da forma como essas ocorriam: sem a organização assumir a autoria dos assaltos. Em função das divergências, em março de 1969, a DNP desfez o GEN e afastou das ações os quadros contrários ao seu posicionamento⁴¹⁸. Repetindo o gesto dos dirigentes pedecobistas, os dirigentes da Ala não toleraram oposições e seguiram à risca a ortodoxia partidária ao afastar os quadros divergentes. No lugar do GEN, formaram-se as Unidades de Combate, das quais fizeram parte egressos do movimento estudantil.

⁴¹⁷ SILVA, 2006, *op. cit.*, pp. 94-97.

⁴¹⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

Em maio de 1969, a organização realizou um grande assalto, dessa vez ao Banco de Crédito Nacional instalado na sede da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, SP. Participaram da ação Tapajós, Elio, Derly entre outros. Assim como em outras ocasiões, a escolha do local foi política, porque a montadora colaborava com a ditadura⁴¹⁹. Os militantes entraram na empresa vestidos com uniformes de funcionários, possivelmente, conseguidos através de contatos com operários na fábrica obtidos por Derly, que, no período anterior ao golpe, organizou bases operárias locais. Durante a tomada da agência, ocorreu um tiroteio entre militantes e policiais, presenciado pelos operários. O confronto não causou vítimas fatais⁴²⁰. No mesmo ano, efetuou outras ações. Entre elas, estiveram as expropriações do Banco Francês e Brasileiro e do Cine Gazeta na Avenida Paulista⁴²¹.

A organização ainda realizou assaltos a lojas especializadas em venda de equipamentos gráficos, com o objetivo obter máquinas e acessórios para a produção de materiais de propaganda política, como panfletos, folhetins e jornais. Alípio, que participou dessas ações, destacou a importância da aquisição desses equipamentos para as atividades de propaganda, porque possibilitavam reproduções de grandes tiragens de materiais. Com bom humor, narrou a expropriação de uma loja na região central de São Paulo, na qual o seu grupo se apropriou de uma *off-set*, um equipamento sofisticado para a época. Sobre o episódio disse:

Só levamos uma *off-set*, porque só tinha uma loja (risos). Pegamos empilhadeiras, réguas. Apenas o Roig sabia manusear a máquina. Daí ele montou um cursinho para ensinar a gente a usar. Nós fizemos outras ações voltadas para a propaganda, como a desapropriação de uma loja de mimeógrafos, na Vila Buarque (SP), onde pegamos nove mimeógrafos elétricos. O objetivo dessas ações era equipar a organização para a comunicação. Pegamos materiais necessários para montar uma gráfica. Algo profissional. Infelizmente, essa ação foi em julho e, em agosto, a gente caiu e caiu junto a casa onde a gráfica funcionava⁴²².

Pautada pelo pressuposto leninista de que a imprensa deveria constituir-se em um instrumento do partido⁴²³, a Ala criou jornais de propaganda política. Fizeram parte do núcleo de imprensa egressos do movimento estudantil, a exemplo de Alípio, Roig, Felipe e Maria José. Uma das tarefas do núcleo era organizar os jornais. Um era o jornal

⁴¹⁹ *Ibid.*

⁴²⁰ SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 106.

⁴²¹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴²² Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁴²³ LÊNIN, Vladimir. **Por donde empezar**: acerca de la prensa y la literatura. Buenos Aires: Anteo, 1965.

público *Unidade Operária* (ver anexo I). O outro era uma publicação interna, o *Luta Proletária*. Havia também o *Brasil Livre* (ver anexo II), através do qual incentivou-se a luta armada.

O *Unidade Operária* era distribuído durante panfletagens em portões de fábricas em regiões industriais de São Paulo⁴²⁴. O periódico abordou assuntos econômicos e do cenário político nacional, denunciou a exploração capitalista e as arbitrariedades do governo militar, noticiou as pautas do movimento operário internacional e convocou os trabalhadores a lutarem contra a ditadura e o patronato. Por ser um jornal externo, omitiu-se o nome da organização em suas edições. O *Luta Proletária*, por sua vez, voltou-se para os informes da direção e para a discussão de temas, como a revolução brasileira e as formas de atuação do partido nas massas. As panfletagens em portões de fábrica faziam parte das intenções da Ala em impulsionar o trabalho de massas. A atividade acontecia algumas vezes por semana e era feita pelas Unidades de Combate, nos horários de entrada ou de troca de turno dos operários.

A Unidade de Combate da qual Alípio, Álvaro e Marcello faziam parte foi responsável pela cobertura das fábricas nos municípios de Guarulhos e de Osasco. Outros militantes atuaram em São Bernardo do Campo. Sobre as panfletagens, Alípio narrou abordagens feitas por trabalhadores, a exemplo da ocasião em que uma operária o perguntou: “Vocês são agitadores?”. Ele respondeu que sim e a moça pediu panfletos para distribuir entre alguns colegas. Mesmo alertada dos riscos daquela atitude, ela levou os materiais⁴²⁵.

O partido ainda realizou ações de propaganda revolucionária, contudo, manteve a decisão de não se identificar como autora. As principais ações dessa natureza foram as ocupações de emissoras de rádio localizadas no ABC. Uma delas ocorreu em primeiro de maio de 1969, quando Alípio, Elio, Derly e outros, ocuparam a Rádio Clube de Santo André para divulgar um manifesto contrário à ditadura. O manifesto, gravado pelos militantes, foi deixado na emissora para que os funcionários colocassem a mensagem no ar. Para garantir a transmissão, deixaram também uma caixa, na qual afirmaram ter uma bomba que seria detonada caso os funcionários não transmitissem o manifesto. Com medo da explosão, os funcionários puseram a mensagem no ar diversas vezes, até a chegada da polícia. No entanto, havia na caixa, apenas pedaços de tijolos, um tênis

⁴²⁴ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁴²⁵ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

velho e um despertador, cujo o som ('tic-tac') assemelhava-se ao de uma bomba-relógio⁴²⁶.

Já a ocupação da Rádio Independência de São Bernardo do Campo, SP, ocorreu em 14 de novembro de 1970, véspera de eleições parlamentares. Felipe, Álvaro, Elio e Neiva tomaram a emissora para transmitir um manifesto em favor do voto nulo. De modo semelhante como fizeram na ocupação da rádio em Santo André, os militantes levaram uma fita cassete na qual estava a mensagem que queriam transmitir. Na fita, além do discurso contrário a participação nas eleições, havia a gravação do hino da Internacional Comunista⁴²⁷. Ao recordar-se do episódio, Felipe exclamou com bom humor: "Foi a única ação armada da qual participei. É engraçado, a ação se deu justamente no ano em que a Arena teve sua maior vitória eleitoral"⁴²⁸. Naquela eleição, seu pai, o arenista José Lindoso, foi eleito senador.

Em outras cidades, ocorreram pequenas ações, como os citados assaltos a postos de gasolina em Brasília. Segundo Alípio, as ações de expropriação fora de São Paulo não foram expressivas. A prova disso foi a insistência de alguns dirigentes do envio de dinheiro para manter os quadros de outros estados⁴²⁹. Já Álvaro recordou-se que, recém-chegado a São Paulo, foi enviado a Porto Alegre, onde se encontrou com militantes para levar instruções e dinheiro para uma ação na capital gaúcha. Não soube precisar, no entanto, que ação seria ou mesmo se ela aconteceu⁴³⁰.

As ações armadas praticadas pela Ala não representaram uma forma de guerrilha urbana, conforme sugerem algumas interpretações a respeito das práticas das organizações revolucionárias no Brasil. Vale ressaltar que, desde o início, as ações de expropriação foram vistas pelo partido como necessárias para a montagem da infraestrutura guerrilheira. Com relação ao sentido que tais ações ocupam na memória daqueles que as vivenciaram, em comum, os entrevistados apontaram que as ações de expropriação foram importantes para se pensar a preparação da guerra popular e a implantação de focos guerrilheiros.

Como ocorreu em outros grupos, rapidamente, as expropriações de bancos se converteram no principal modo para sustentar os militantes, cada vez mais mergulhados na clandestinidade, sobretudo após a edição do AI-5, a partir do qual o regime

⁴²⁶ *Ibid.*

⁴²⁷ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴²⁸ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁴²⁹ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁴³⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

recrudesceu as investidas contra a oposição, em especial ao movimento estudantil, de onde vinha a maioria dos quadros. Para Felipe, “Chamar as ações de expropriação de luta armada é um absurdo! Aquilo não era luta armada. Fazíamos expropriações para ganhar dinheiro principalmente para a sobrevivência da organização”⁴³¹.

A partir de agosto de 1969, a Ala passou a ser duramente atingida pelos órgãos da repressão. Naquele semestre, foram presos: Derly, Alípio, Roig, Tapajós, entre outros. Para Alípio, as prisões coincidiram com o início de um tenso debate sobre a necessidade de revisão tática⁴³² que ganhou força após as ‘quedas’⁴³³. Diniz, Derly e Elio aparecem nas entrevistas como os principais propositores dessa revisão.

Em meio às prisões, a Ala praticou uma ação ousada: o resgate de Nobue da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo. À época, a militante era companheira de Elio e havia sido transferida para aquele hospital em função de seu grave estado de saúde após longas sessões de tortura no Deops⁴³⁴. Na ocasião, a irmã de Nobue entrou na instituição com uma capa sobre a roupa. Já no quarto, deu seu vestido a ela, que saiu do hospital sem ser notada pelos seguranças. Elio e outros aguardavam as irmãs do lado de fora⁴³⁵. Conforme Ana, que durante um período viveu no mesmo ‘aparelho’ que Nobue, após o resgate, a militante se tornou “hiperclandestina”, pois foi proibida de sair de casa para evitar o risco de nova prisão. Desde então, assumiu a tarefa de produzir peças artesanais que eram vendidas por outros militantes para ajudar nas despesas do grupo⁴³⁶. Com as prisões, as atividades do partido refluíram. A direção reforçou as preocupações com a segurança, ratificando a posição de não identificar o partido nas ações. As ‘quedas’ contribuíram para o início da autocrítica em relação à tática de luta armada, tornando a Ala pioneira nesse processo entre as organizações revolucionárias no Brasil, porque, já em 1969, reconheceu os limites daquela tática de luta. Para Felipe, “ali, o partido assumia que não faria a revolução só expropriando a burguesia”⁴³⁷. Para revolucionar a sociedade, era preciso um apoio popular que a Ala e as demais organizações não tinham. De inspiração maoísta, até ali, investiu pouco no processo de conscientização e de organização das massas.

⁴³¹ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁴³² Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁴³³ Expressão usada para se referir às perdas de quadros por motivo de prisão ou de morte.

⁴³⁴ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁴³⁵ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁴³⁶ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴³⁷ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

No começo de 1971, já esfacelada pelas prisões e por assassinatos, além de deserções e de cismas (os quais veremos adiante), a organização planejou uma ação de grande envergadura: uma tripla captura. O projeto era capturar o cônsul inglês e os presidentes da Volkswagen e da Souza Cruz no Brasil. Além da escolha de um diplomata para chamar a atenção da imprensa internacional sobre a conjuntura interna, buscava-se atingir personalidades identificadas com a ditadura, conforme eram os casos dos dirigentes das duas empresas. Com a ação, o grupo pretendia trocar as vidas dos capturados por presos políticos, denunciar o regime e propagandar a revolução socialista. Segundo Álvaro, defensor da ação, aquela seria a primeira vez em que a Ala assumiria a autoria de um ato. Não houve consenso sobre a realização das capturas, o que levou o plano a ser aprovado com uma pequena diferença de votos. Aqueles que eram contrários à ação alegaram preocupações com a segurança devido ao cerco da repressão ao partido⁴³⁸.

A ação não ocorreu, porque, dias antes, foi descoberta por acaso, quando agentes da Operação Bandeirantes (Oban)⁴³⁹ abordaram Elio, que, na ocasião, carregava um envelope com anotações dos planos de captura. Elio foi preso e, no carro em que estava, além dos planos, foi encontrada uma conta de luz da casa onde ele e outros militantes ficavam. Em posse do endereço, os agentes se dirigiram à casa e efetuaram outras prisões⁴⁴⁰. No primeiro trimestre de 1971, além de Elio, foram presos, em São Paulo, Edgard, Felipe, Neiva, Bentes entre outros. A organização também foi atingida em outros estados⁴⁴¹. Em abril, enquanto trocavam a placa de um carro que seria usado na ação de expropriação do carro pagador do Banco da Província do Rio Grande do Sul, Marcello, Lenos Veríssimo de Souza e Álvaro foram surpreendidos pela polícia. Álvaro foi o único a escapar da prisão⁴⁴². Naquele momento, a autocrítica avançava, mesmo causando descontentamentos.

A luta interna

Nascido da urgência em fazer a luta armada, em 1969, com dois anos de existência, o pequeno partido foi tomado por acalorados debates sobre a tática mais

⁴³⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴³⁹ A Oban foi criada em junho de 1969 com o objetivo de centralizar as forças militares e policiais, bem como seus respectivos órgãos de informação e de repressão política, para intensificar a perseguição de militantes de esquerda no estado de São Paulo.

⁴⁴⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁴¹ Com base nas entrevistas e no acervo do Projeto Brasil Nunca Mais.

⁴⁴² Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

adequada para impulsionar a revolução no Brasil. Nesses debates, de um lado, estavam os dirigentes nacionais (Diniz, Elio e Derly) e parcela da militância, que propunham dar prioridade ao trabalho de massas como meio de obter apoio popular à guerrilha. Do outro lado, estavam os quadros mais jovens e os oriundos do setor operário (em especial ligados ao extinto GEN), que viam as ações militaristas como principal meio para incentivar a luta política.

Afastados no começo de 1969 das ações armadas, militantes do setor operário criaram um organismo paralelo: o Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR), por meio do qual realizaram ações sem autorização da direção do partido. Os opositoristas se apropriaram da sigla GEN e acrescentaram a ela um aposto que os identificavam como a parcela “revolucionária” do partido, imitando o gesto da Ala quando, em 1967, se apropriou da nomenclatura do Partido Comunista do Brasil. Nas ações que efetuou, o GENR deixou nos locais panfletos que evocavam a luta armada e atribuíam ao grupo a autoria dos atos, rompendo com a norma da Ala de não se identificar como a autora das ações. Na perspectiva dos opositoristas, suas ações eram também uma resposta ao “oportunismo político” dos dirigentes que, ao imporem uma mudança tática no partido, o faziam por conveniências, afastando a organização de seu verdadeiro propósito: o de preparar a revolução⁴⁴³.

A polarização se deu ainda sobre a participação do operariado nas ações armadas. Para os membros do GENR, caberia ao partido promover a guerrilha nos centros urbanos e, por meio dela, reorganizar o operariado para a luta, criando, a partir desse processo, as bases para a guerrilha rural. Já a direção apresentou sua concepção sobre o tema no documento “Avaliar nossos métodos e táticas”, no qual argumentou que a concentração de esforços nas ações militaristas, sem um trabalho político com as massas, não contribuiria para aproximar o partido dos trabalhadores, tampouco para incentivá-los à luta política⁴⁴⁴. No texto, afirmou-se que a classe operária brasileira não estava preparada para a luta armada, porque ainda não possuía a consciência de classe necessária para participar daquele tipo de luta. Daí a importância em se desenvolver, primeiro, o trabalho de massas para, a partir dele, conscientizar e organizar o operariado para integrar os agrupamentos armados. Enquanto esse ideal não se concretizasse, o

⁴⁴³ GRUPO ESPECIAL NACIONAL REVOLUCIONÁRIO. **Ação contra o oportunismo**. BNM 294, anexo 3904, p.1.

⁴⁴⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Avaliar nossos métodos e táticas**. Darf, AV, DDI-I, documento 13, Apej, setembro de 1969.

partido continuaria com as ações de expropriação, a fim de obter os recursos necessários para preparar a guerrilha⁴⁴⁵.

Os embates entre opositoristas e direção resultou na expulsão dos quadros ligados ao GENR, em setembro de 1969. Ao comentar o episódio, Elio justificou que, por se tratar de uma organização leninista, marcada pela rigidez das normas de comportamento, a direção não poderia tolerar a existência de um grupo que agia de modo independente, desrespeitando as regras internas⁴⁴⁶. Álvaro reforçou essa perspectiva ao dizer que a cisão se deu, porque o grupo não cumpria o centralismo democrático e insistia com a ideia de continuar com as ações armadas⁴⁴⁷.

A respeito das expulsões, vale observar que os dirigentes da Ala adotaram medidas semelhantes à de dirigentes pecebobistas no que se referia ao cerceamento das oposições internas. Os divergentes foram classificados como “liquidacionistas”, pois buscavam minar a estrutura do partido com uma política divisionista, de desrespeito aos estatutos e à linha política: “um grupelho” que, com “total falta de autocritica”, se recusou a compreender os desafios colocados para deflagrar a revolução⁴⁴⁸.

Expulso, o grupo formou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), cuja liderança coube aos irmãos Carvalho (com exceção de Derly), a Dimas Casemiro, a Aderval Coqueiro e a Plínio Petersen (que havia deixado o partido em 1968 devido a divergências com os dirigentes nacionais)⁴⁴⁹. Com a escolha do nome, esperava-se confundir e desmoralizar os órgãos de repressão política, uma vez que os agentes repressivos e a opinião pública poderiam acreditar se tratar do movimento existente no interior das Ligas Camponesas, extinto ainda no Governo Goulart. A denominação também seria uma crítica a alguns dirigentes da Ala que, no passado, compuseram o movimento de inclinação foquista no interior das Ligas e que, na concepção do novo MRT, renegava aquele modelo revolucionário⁴⁵⁰.

Em relação ao conteúdo programático, o MRT seguiu a mesma trilha de sua matriz ao optar pela estrutura partidária nos moldes leninistas, mas, na prática, se constituiu como um grupo armado urbano, assumindo, imediatamente, um caráter fortemente militarista, ao promover diversas ações em São Paulo. O agrupamento teve

⁴⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁴⁶ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁴⁴⁷ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁴⁸ Citado em um documento sem título e incompleto. Darf, AV, DDI-I, documento 23, Aperj, outubro de 1969.

⁴⁴⁹ SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 151.

⁴⁵⁰ CARVALHO, 2014, *op. cit.*, p. 157.

vida curta, sendo desmantelado pela repressão em 1971, quando a maioria de seus quadros foi presa ou morta⁴⁵¹.

Ainda sobre o MRT, a sua composição foi majoritariamente formada por trabalhadores manuais urbanos, que optaram pelo avanço da ofensiva armada contra a ditadura. Sobre o assunto, nas pesquisas acadêmicas, notamos a defesa da visão imediatista⁴⁵² desse segmento nas lutas políticas. Na interpretação de Yuri de Carvalho, a presença de operários nos agrupamentos armados, inclusive nos postos de comando como ocorreu no MRT, deve ser vista como parte do processo de resistência da classe trabalhadora à ditadura, no qual os operários não satisfeitos com uma atuação morosa no chão das fábricas organizaram-se em torno de uma proposta de ação direta contra a repressão, buscando desestabilizar o regime e reorganizar os trabalhadores em torno do socialismo⁴⁵³.

Já Marcelo Ridenti observou que o caráter imediatista tem relação, entre outros fatores, com o processo de formação política desses quadros, quase sempre forjados na ação; diferente do processo vivenciado por indivíduos de setores considerados intelectualizados, geralmente pautado por um campo mais conceitual. Em função dessa diferença, houve, já na fase inicial das organizações, uma tendência de delegar aos trabalhadores protagonismo nas ações. Esses, por sua vez, encontraram nas ações um lugar de destaque nos grupos⁴⁵⁴.

Sobre o tema, Roig afirmou que, na Ala, houve um direcionamento dessas pessoas para o processo de militarização no qual elas encontraram um espaço de evidência que não tinham nos debates. Conforme o militante, naquele momento, existia no partido um tipo de política, marginalizadora dos trabalhadores, porque internamente predominavam discussões teóricas sobre os rumos do comunismo internacional, as quais o setor não possuía bases teóricas para acompanhar⁴⁵⁵. Essa perspectiva foi compartilhada por outros militantes. Entre eles, estava Neiva, que disse: “Eles eram postos para dar tiro, tipo o Coqueiro, os irmãos Carvalho”⁴⁵⁶. Havia na direção um quadro desse setor, Derly, mas a maioria dos operários eram militantes de base, cuja presença no partido foi marcada pela participação nas ações armadas.

⁴⁵¹ Para o aprofundamento da trajetória do MRT, ver. CARVALHO, 2014, *op. cit.*

⁴⁵² Opção de alcançar os fins por meio da eliminação de etapas previstas no plano teórico.

⁴⁵³ CARVALHO, 2014, *op. cit.*, p. 119.

⁴⁵⁴ RIDENTI, 2010, *op. cit.*, p. 172-173.

⁴⁵⁵ Entrevista de Vicente Roig a Marcelo Ridenti. São Paulo, 30 de julho de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

⁴⁵⁶ Entrevista de Antonio de Neiva Moreira Neto a Marcelo Ridenti *apud* RIDENTI, 2010, *op. cit.*, p. 172.

Em novembro de 1969, portanto, após a cisão que originou o MRT, dirigentes nacionais e regionais da Ala se reuniram em Praia Grande, São Paulo, para discutir os problemas internos e a aplicação da linha de massas, apontada como a saída para garantir a sobrevivência do partido. Nessa reunião, os dirigentes aprovaram “Os 16 Pontos”, documento considerado um divisor de águas na trajetória do partido, com o qual iniciou abertamente a crítica ao foquismo e deu, de fato, os primeiros passos da autocrítica em relação à tática de luta armada.

Segundo Doyle, estudante e dirigente regional em Brasília, Elio chegou ao encontro com um esboço do documento, indicando que a decisão de priorizar a linha de massas já havia sido tomada pela DNP. Doyle comentou que não houve um debate prévio sobre o conteúdo do texto e que só soube dele no encontro. A seu ver, não houve grandes divergências em torno da proposta de priorizar a linha de massas, porque a maioria dos presentes era favorável à sua aplicação. Após algumas discussões, produziu-se a versão final do documento, a qual foi apresentada ao restante do partido⁴⁵⁷. Como sinalizado, as prisões ocorridas a partir de agosto foram determinantes para impulsionar a revisão tática. Duramente atingido pela repressão, o grupo interpretou que deveria buscar saídas para sobreviver politicamente, porque, apenas com as ações armadas, não conseguiu abrir o caminho para a revolução.

Com base numa análise conjuntural da realidade brasileira, os autores do texto concluíram que, somente através do trabalho político com as massas, seria possível enfraquecer a ditadura e abrir possibilidades concretas para o projeto revolucionário socialista. O foco foi apontado como um entrave ao desenvolvimento da luta armada, pois, aplicado à realidade nacional, não assegurava o apoio das massas às ações do partido⁴⁵⁸. É importante enfatizar que o documento não sugeriu o abandono da tática de luta armada, apenas reavaliou a validade do modelo foquista e reforçou a necessidade do trabalho de massas, como condição prévia do processo revolucionário. Para Felipe:

Já em 1969, tínhamos a consciência de que era preciso romper o isolamento social da esquerda. E essa ruptura não seria com ações armadas, com a justificativa de que se estava tirando dinheiro da burguesia. Ela só aconteceria se conhecêssemos a realidade das massas. A Ala sempre teve a preocupação em ampliar a participação dos trabalhadores dentro da organização, mas a dinâmica da militância: a clandestinidade, os riscos, o medo da repressão afastava as pessoas da luta. Então, se discutia a necessidade de outras formas

⁴⁵⁷ Entrevista de Hélio Doyle à autora. 31 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁴⁵⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Os 16 Pontos**. Darf, AV, DDI-I, documento 21, Aperj, novembro de 1969, p. 01.

de luta, outros meios para sair do isolamento. A gente sabia que sem o apoio das massas não teria revolução. Tínhamos a intenção de fazer a luta armada, mas da perspectiva do movimento de massas. A ideia era preparar a guerra popular prolongada⁴⁵⁹.

Partindo da premissa maoísta de que a guerra revolucionária é uma guerra de massas e que, por essa razão, só pode ser levada a cabo a partir da adesão das massas⁴⁶⁰, o documento indicou o trabalho no seio da classe operária como o caminho para conscientizar, preparar e organizar os trabalhadores para a luta armada⁴⁶¹. Como reconheceu Felipe, “sem o apoio das massas, não teria revolução”⁴⁶².

Com o lema “Para as fábricas: agitar, educar, mobilizar e lutar. Para o campo: penetrar para dirigir a organização e a luta”⁴⁶³, a Ala o caminho para a revolução. Sobre a inserção no campo, o documento não mencionou os meios como esse processo aconteceria. Abalado pela repressão, a partir do início dos anos 1970, o pequeno partido não fez mais investidas no campo, como o envio de quadros para levantamentos de áreas e a compra de terras para a realização de treinamentos guerrilheiros. Ao longo de sua trajetória, a inserção no campo permaneceu uma questão teórica, uma vez que não abandonou a perspectiva da guerra popular. Já a inserção entre o operariado passava pela busca do partido em se ligar à realidade da classe trabalhadora, a fim de identificar os elementos que pudessem incentivá-la à luta política. Sem, contudo, restringir essa luta à tática de luta armada, como afirmou-se no trecho transcrito a seguir.

[...] No estágio atual, reduzir as formas de luta do proletariado à luta armada é deixar de lado todo um manancial de lutas políticas. É não considerar que as suas condições objetivas de superexploração são a base para um trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização, capazes de mobilizar amplos setores da classe para a luta econômica e política [...]⁴⁶⁴.

Utilizada no final de 1969, a expressão “estágio atual” referiu-se ao contexto de repressão política e de crescente austeridade econômica, marcada por arrochos salariais, por desemprego e por aumento do custo de vida dos trabalhadores. Ademais, vivia-se uma fase de refluxo no movimento operário brasileiro, em função da perseguição aos seus dirigentes e do dismantelamento de suas entidades no pós-golpe.

⁴⁵⁹ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁴⁶⁰ TSE TUNG, Mao. **Obras escolhidas**. Volume 1 São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 194-196.

⁴⁶¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Os 16 Pontos**, *cit.*, p. 01.

⁴⁶² Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁴⁶³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Os 16 Pontos**, *cit.*, p.05.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, p.08.

Ainda de acordo com o documento, nas fábricas, os militantes deveriam unir-se aos trabalhadores para incrementar a luta contra: o arrocho salarial, a Lei Antigreve, a intervenção nos sindicatos e a repressão a que os operários eram submetidos⁴⁶⁵. Como formas de mobilização, sugeriu-se o incentivo de paralisações parciais das atividades de trabalho e de operações tartaruga⁴⁶⁶, além de “formas mais elevadas de luta”, como greves e piquetes⁴⁶⁷. Com essas ações, acreditava-se combater aspectos do imperialismo, internamente personificado na ditadura, e elevar a consciência de classe do operariado para então abrir espaço para o projeto da revolução socialista⁴⁶⁸.

Militantes contrários ao abandono das ações militaristas criticaram as diretivas contidas em “Os 16 Pontos”, a exemplo de quadros do organismo da Guanabara, que classificaram a reorientação tática como “um festival de oportunismo e mandonismo jamais vistos no partido”, uma vez que as decisões teriam sido tomadas pela direção nacional de modo arbitrário. Na concepção dos críticos, os dirigentes negaram a tática de foco sem esgotar as discussões, o que feria o histórico do partido de debater abertamente os assuntos políticos e colocava os dirigentes numa posição direitista, próxima àquela do Comitê Central do PCdoB de meados dos anos 1960⁴⁶⁹.

Em resposta às críticas, a direção afirmou que as mudanças eram necessárias, porque o partido atravessava uma crise ideológica e orgânica e que as propostas contidas em “Os 16 Pontos” eram resultado da repressão sofrida pela organização, da confusão política reinante na luta entre as tendências e da dispersão de quadros⁴⁷⁰. Em resumo, na visão dos dirigentes, o documento procurava indicar alternativas para superar a crise que se abatia sobre o partido. Era preciso, portanto, traçar diretivas políticas que dessem coesão às ações e enfrentassem o problema do desligamento das massas. Com as resoluções, esperava-se conter a luta interna, cujo processo “ninguém entendia ninguém no partido”⁴⁷¹.

⁴⁶⁵ *Ibid.*

⁴⁶⁶ Modalidade de protesto na qual os trabalhadores executam suas tarefas com extremo vagar.

⁴⁶⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Os 16 Pontos**, *cit.*, p.08.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 03-04.

⁴⁶⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Crítica ao mandonismo e ao oportunismo de direita da DNP e do BR da Guanabara**. Darf, AV, DDI-I, documento 28, Aperj, sem data (possivelmente 1970), p. 01.

⁴⁷⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Informe e consulta sobre os problemas políticos e orgânicos do partido**. Darf, AV, DDI-I, documento 29, Aperj, sem data (possivelmente 1970), p. 01.

⁴⁷¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Resposta à crítica ao mandonismo e ao oportunismo de direita da DNP e do BR da Guanabara**. Darf, AV, DDI-I, documento 30, Aperj, sem data (possivelmente 1970), p. 01.

Alguns militantes insistiram na continuidade das ações armadas como forma de propaganda revolucionária e de enfrentamento ao regime. Em um texto, os contrários ao refluxo das ações sugeriram articulá-las ao trabalho de massas, a partir da expropriação de bens e de capitais para a distribuição entre os trabalhadores e moradores de favelas⁴⁷². A sugestão foi rechaçada pelos dirigentes, que argumentaram sobre a sua “ineficácia para o trabalho de massas”, uma vez que o ato em si não contribuiria para conscientizar os moradores para a luta de classes⁴⁷³.

Empenhada em impor uma reorientação tática que levasse o partido a priorizar a linha de massas, a direção também foi acusada por alguns militantes de não conseguir colocá-la em prática. Descontentes com a suposta morosidade nesse processo, no início de 1970, militantes mineiros, transferidos para São Paulo para despistar os agentes da repressão em seu estado de origem, entre eles, Fernando Sana Pinto e Jaime de Almeida, cindiram com a organização e criaram o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). Diferente das críticas do grupo que organizou o MRT, as divergências que levaram à formação do MRM giraram em torno da urgência em fazer o partido avançar na linha de massas. A fim de obter recursos para a sobrevivência de seus quadros, o grupo participou de ações de expropriação com o MRT. Defendeu, de modo categórico, a proletarização da militância. O uso de armas foi restrito à autodefesa e à cobertura de ações de propaganda e de expropriação. A organização durou menos de um ano, em função da prisão de seus quadros.

Na visão de quem permaneceu no partido, as cisões foram equivocadas: a que levou ao surgimento do MRT, porque teria sido fruto de posturas intransigentes de quadros que queriam impor uma linha militarista imediatista ao grupo; a que organizou o MRM, porque teria sido uma decisão precipitada, uma vez que a Ala caminhava no sentido de priorizar o trabalho de massas. As cisões não encerraram as divergências. Mesmo contrários ao avanço da linha de massas, alguns permaneceram na organização, porque entenderam que se tratava de um grupo pequeno, que a repressão avançava e a militância estava socialmente isolada, então era preciso manter a união. “Não dava para cindir toda hora”⁴⁷⁴, lembrou Álvaro.

Com as cisões, a Ala (que já era pequena) se tornou menor. O MRT e o MRM, por sua vez, foram minúsculos. O primeiro teve entre 15 e 20 membros, e o segundo,

⁴⁷² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Sem título. Darf, AV, DDI-I, documento 22, Aperj, sem data (possivelmente 1970), p. 01.

⁴⁷³ A resposta da direção foi anexada ao documento citado na nota anterior.

⁴⁷⁴ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

talvez menos⁴⁷⁵. Na Ala, às cisões somaram-se prisões e execuções políticas, deserções e exílios, que reduziram mais o efetivo. São Paulo foi o local onde o grupo mais foi atingido, lembrando que ali se concentrava a maioria dos quadros. Em 1971, restaram pouco mais de 20 militantes⁴⁷⁶. Nesse ano, a Ala paulista foi desarticulada. Fora de São Paulo, também restaram poucos quadros, apenas os comitês de Brasília e do Rio de Janeiro sobreviveram.

Com o avanço da repressão, àquela altura, a maioria das organizações havia sido desmantelada. No caso da Ala, “praticamente não tinha mais organização”⁴⁷⁷, disse uma militante. O que restou do pequeno partido viu a transição tática como o principal meio para soerguê-lo. Na cadeia e fora dela, militantes passaram a indicar a aplicação da linha de massas como a alternativa para superar a crise. Para não desaparecer, “só havia um caminho: largar as armas e se ligar ao povo”⁴⁷⁸. Como veremos no capítulo seguinte, essa foi a escolha do grupo.

⁴⁷⁵ GORENDER, *op. cit.*, p. 210.

⁴⁷⁶ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁷⁷ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁴⁷⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. 3 de dezembro de 2012. Por *Skype*.

CAPÍTULO 4 – A AUTOCRÍTICA E O PROCESSO DE IDA AO POVO

Os primeiros passos da autocrítica em relação à tática de luta armada foram dados no segundo semestre de 1969, quando a organização atravessava uma crise interna agravada pela repressão política. Com as prisões, a validade do militarismo como tática de luta foi cada vez mais questionada. Nos debates, a pauta principal passou a ser a aplicação da linha de massas, cujas discussões foram marcadas por divergências. A despeito das críticas, no final daquele ano, a direção deliberou a prioridade do trabalho de massas, visando, entre outras questões, à superação da crise. São Paulo foi o local onde a organização mais foi atingida. Em 1971, a Ala foi desarticulada. A rearticulação ocorreria primeiro no Rio de Janeiro.

A autocrítica não foi uma especificidade da Ala. O termo remete a um procedimento característico dos partidos e das organizações marxistas. Para esses grupos, a autocrítica é um exercício necessário e permanente para a identificação e a correção de equívocos decorrentes das práticas políticas. No Brasil, ao longo dos anos 1970, a trajetória das organizações foi marcada pela autocrítica da luta armada. Ao avançar nesse processo, a Ala abandonou a perspectiva foquista e apresentou uma visão cada vez mais pragmática do maoísmo, seu aporte para aplicar a linha de massas. Apoiada nessa vertente, fundamentou sua proposta de integração na produção e de participação nos movimentos sociais.

Com base na premissa de que a primeira tarefa revolucionária é a identificação das condições de vida dos trabalhadores, a participação em seus problemas e em seus interesses imediatos⁴⁷⁹, a organização iniciou o seu “processo de ida ao povo”⁴⁸⁰. Acreditou que, por meio dele, criaria as bases sociais para levar adiante o projeto socialista, que não passava mais prioritariamente pelas armas. Descolado das massas, o partido foi em busca do povo, tentando integrar-se a ele nas fábricas, nos bairros e nos movimentos populares. Neste capítulo, trataremos do aprofundamento da autocrítica e das experiências da Ala no setor operário.

⁴⁷⁹ TSE TUNG, 1979, *op. cit.*, p. 97-98.

⁴⁸⁰ De Eder Sader, tomamos de empréstimo a expressão “processo de ida ao povo”. Segundo o autor, nos anos 1970, as organizações marxistas buscaram tecer um outro tipo de relação com seu público, concentrando as suas atividades no trabalho de massas. SADER, 1988, *op. cit.*, p. 167.

O documento “Autocrítica”

Na cadeia, o debate da necessidade de revisão tática ganhou fôlego e resultou na redação de um extenso documento, no qual o grupo fez um balanço de sua trajetória, avaliou os alcances sociais das ações armadas e redefiniu discursos e táticas políticas. Por essas razões, o documento “Autocrítica” guarda, juntamente a “Documento de Crítica” e a “Os 16 Pontos”, as formulações mais importantes da Ala.

A maior parte do texto foi redigida no antigo Presídio Tiradentes⁴⁸¹, pelo qual passaram Derly, Alípio, Tapajós, Roig, Takaoka, Marcello, Neiva, Felipe, Elio, Diniz, Margarida do Amaral, Laís Furtado, entre outros. Esses militantes foram presos em diferentes momentos. Alguns não conviveram no cárcere, a exemplo de Elio e de Derly, porque, quando Elio foi preso, em janeiro de 1971, Derly já se encontrava no exílio⁴⁸². As mulheres não participaram dos debates e da confecção do documento.

A redação começou em 1970, por iniciativa de Tapajós, Alípio, Roig e Takaoka, presos em 1969. Antes da prisão, esses militantes eram defensores do militarismo. Acostumados à ação, alguns viram, no cárcere, uma mudança brusca nas condições de luta e aproveitaram aquela circunstância para refletir sobre os ganhos e as derrotas da linha política adotada até então. A partir daí, propuseram uma reavaliação das táticas, por meio da qual concluíram que com as ações armadas o partido não atingiu seus objetivos políticos. Já para os defensores da aplicação da linha de massas, entre os quais estavam Elio e Diniz, a cadeia foi o lugar de amadurecimento dessa proposta⁴⁸³.

A experiência da prisão não determinou a autocrítica, que teve início no final de 1969 por militantes fora dela. As orientações para priorizar o trabalho de massas apareceram em “Os 16 Pontos”, cuja aprovação ocorreu quando alguns autores do documento “Autocrítica” já haviam sido presos. Na prisão, os militantes tomaram conhecimento das resoluções contidas em “Os 16 Pontos” e dos esforços para aplicá-las, o que os ajudou a alargar as reflexões a respeito da necessidade de reprogramar as

⁴⁸¹ O presídio localizava-se na Avenida Tiradentes, centro de São Paulo e foi demolido, em 1972, para beneficiar as obras de expansão do metrô paulista. Preservou-se o Portal de Pedra, que, em 1991, foi tombado como patrimônio histórico e arqueológico da cidade. A instituição recebeu presos políticos durante o Estado Novo e a ditadura militar, tornando-se o principal lugar de detenção dos opositores do último regime autoritário no Brasil.

⁴⁸² A libertação ocorreu porque Derly teve o nome incluído na lista dos 70 presos políticos trocados pela vida do embaixador suíço Giovanni Bücher, sequestrado pela VPR. Na ação, a VPR contou com a participação de militantes de outros agrupamentos. Entre eles, estava Devanir de Carvalho, líder do MRT e irmão de Derly. Banido do território nacional, Derly seguiu para o exílio. Esteve primeiro no Chile, mas com o golpe contra o Governo Allende, em 1973, mudou-se para a França.

⁴⁸³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

formas de luta. A eficácia política das ações armadas foi reinterpretada e considerada uma das causas dos reveses sofridos pela organização. Dessa reavaliação, resultou o planejamento de alternativas para soerguer o grupo e seguir com o projeto socialista. Boa parte das propostas foi discutida na cadeia e condensada no documento “Autocrítica”.

A autocrítica da Ala se cruzou às autocríticas pessoais. Esse foi o caso de Tapajós, coautor do documento. Em seu romance autobiográfico, intitulado *Em câmara lenta*, fez um balanço das experiências nas ações armadas e teceu críticas à adoção do militarismo. Na prisão, passou a interpretar aquela tática como inadequada ao momento. Ao mesmo tempo, denunciou o emprego brutal da tortura e o assassinato pelos agentes da ditadura dos opositores do regime⁴⁸⁴. Perguntado sobre as motivações do livro, respondeu que, após três anos na prisão, começou a escrever sem a consciência de que seu texto ganharia a forma de um romance. Justificou que, inicialmente, escrevia para liberar as emoções trazidas pelo cárcere e pela conjuntura de desmonte das organizações e da morte das pessoas⁴⁸⁵. No documento, escrito antes do romance⁴⁸⁶, encontramos questões semelhantes, como a reavaliação das práticas militaristas e a menção aos que morreram pela causa revolucionária⁴⁸⁷. Mesmo tratando-se de textos de natureza distintas, há em ambos, portanto, questões comuns.

O convívio no cárcere com pessoas de outras organizações também favoreceu o aprofundamento da autocrítica. Com os remanescentes de diferentes grupos, os militantes da Ala debateram experiências e visões de luta, o que possivelmente os ajudaram a refletir sobre suas próprias práticas e a propor alternativas para superar a crise. Esse processo foi vivenciado com maior intensidade no Tiradentes, cuja rotina e o fato de abrigar muitos presos políticos favoreceram os debates, as trocas de experiências e o amadurecimento de formulações teóricas. A vivência em um cotidiano carcerário marcado por intensas discussões com pessoas de grupos políticos diversos impactou os debates e as proposições das organizações. O Tiradentes se tornou importante lugar de memória⁴⁸⁸ da ditadura não só por representar a instituição carcerária que mais

⁴⁸⁴ TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁴⁸⁵ Entrevista de Renato Tapajós a Carlos Carneiro Costa. *Literatura e Autoritarismo*. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie02>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

⁴⁸⁶ Tapajós iniciou a redação do romance em 1973, na Casa de Detenção de São Paulo.

⁴⁸⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, *cit.*, apresentação.

⁴⁸⁸ Lugares de memória podem ser desde objetos e espaços físicos (museus, arquivos, monumentos, obras de Arte) até algo imaterial (festas, processos verbais), criados ou preservados para manter a memória nacional ou local. Para iniciar o debate sobre o conceito, ver. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28.

concentrou prisioneiros políticos, mas também, porque, nele, foram partilhadas histórias de resistência e de solidariedade entre os presos⁴⁸⁹. Desse convívio, resultou, no período pós-prisão, a formação de redes de colaboração, a partir das quais se compartilharam experiências em jornais alternativos, atividades culturais e iniciativas de educação popular.

No cárcere, a solidariedade se deu ainda com presos comuns, a exemplo de militantes médicos e dentistas que se voluntariaram para prestar atendimentos de saúde, ou advogados que forneciam orientações jurídicas⁴⁹⁰. À noite, quando ocorreriam violações aos direitos humanos, os presos comuns batiam nas grades das celas e chamavam ‘o pessoal do político’⁴⁹¹ para ajudar no protesto, criando um ambiente de denúncia coletiva das arbitrariedades cometidas por agentes do Estado na cadeia. Os ‘comuns’, a exemplo de alguns envolvidos em serviços de limpeza e de almoxarifado, desviavam alimentos e materiais para suprir as necessidades dos presos políticos⁴⁹².

No dia a dia, os presos políticos desempenhavam tarefas básicas, como preparar as refeições e limpar as celas. O restante do tempo era preenchido com outras atividades, como artesanato, leituras, grupos de estudos e debates das informações que chegavam pelos noticiários de rádio ou dos acontecimentos internos ao presídio. Além de obras de ficção, liam-se tratados políticos. A maioria, porém, se dedicou à literatura marxista. Nas celas, aconteciam reuniões das organizações nas quais eram expostas as contradições entre as várias linhas políticas ali representadas, transformando aquele cotidiano numa continuação da militância⁴⁹³.

Conviviam defensores da autocrítica e pessoas contrárias à reavaliação tática, a exemplo dos remanescentes da ALN, que, ao deixarem o cárcere em meados dos anos 1970, encontraram dificuldades para se rearticular politicamente, porque, na opinião de Roig, “não traçaram um plano B”⁴⁹⁴. Ou seja, não propuseram alternativas à guerrilha. Havia ainda os que interpretavam a prisão como o fim da luta e optaram em deixar a militância.

As diferentes visões da situação geravam intermináveis discussões, ácidos confrontos, intensificando antipatias, ódios pessoais e políticos. No entanto, quando se

⁴⁸⁹ A esse respeito, ver. FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville J.A. (Orgs.) **Tiradentes, um presídio da ditadura**. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

⁴⁹⁰ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁴⁹¹ Expressão usada pelos presos comuns para se referirem aos presos políticos.

⁴⁹² FREIRE; ALMADA; PONCE, *op. cit.*, p. 346.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 345.

⁴⁹⁴ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

tratava da repressão, fosse ela representada pelas medidas tomadas pelas auditorias de guerra ou pelos gestos arbitrários dos carcereiros, todos se uniam na luta, deixando de lado as divergências⁴⁹⁵. Aos poucos, os membros da Ala se alojaram na mesma cela, driblando a norma interna que proibia tal situação a presos políticos da mesma organização. O fato de compartilharem a mesma cela favoreceu os debates e a produção do documento “Autocrítica”.

Os trechos eram escritos à noite ou em ocasiões em que os carcereiros estavam dispersos. Sempre havia alguém de vigia, estrategicamente posicionado para alertar caso o carcereiro se aproximasse. Os materiais eram guardados cuidadosamente em buracos e em alçapões feitos pelos presos na cela. Havia um grande temor dos documentos serem descobertos, pois, caso isso acontecesse, os militantes seriam mandados de volta aos porões da tortura⁴⁹⁶.

Escritos com caligrafia microscópica, em papel de seda, os textos saíam do presídio com ajuda de amigos e de familiares, inclusive de presos comuns que, do lado de fora, os entregava a pessoas ligadas aos militantes. Uma estratégia era dobrar milimetricamente os papéis até ficarem do tamanho de um comprimido. Depois, embrulhá-los com o papel celofane dos maços de cigarro e envolvê-los com fita adesiva. Durante as visitas, os familiares saíam com o material escondido embaixo da língua. Outro estratagema era ocultar os manuscritos em peças artesanais e trabalhos artísticos confeccionados pelos presos ou no forro de tabuleiros de xadrez. Como a revista dos visitantes era feita somente na entrada, as artimanhas para facilitar a saída dos textos costumavam funcionar.

Até o final de 1970, Elio recebia as anotações. Com a sua prisão, os textos passaram a ser entregues a outros militantes. Entre eles, no Rio de Janeiro, estavam Álvaro e Orly⁴⁹⁷. Orly era dirigente regional no Rio de Janeiro e, em 1972, assumiu com Álvaro a direção nacional. Fora da cadeia, eram feitos acréscimos ou cortes nas anotações que, depois, eram datilografadas. De acordo com Álvaro, “o pessoal da prisão dava o posicionamento dele, influenciava os rumos da autocrítica, mas as decisões eram

⁴⁹⁵ FREIRE; ALMADA; PONCE, *op. cit.*, p. 345.

⁴⁹⁶ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁴⁹⁷ Orly Batista era conhecido na organização como ‘Gordo’. Dele, sabemos apenas que tinha um temperamento forte e impunha uma conduta rígida aos militantes. Álvaro que, nos anos 1970, foi próximo de Orly, disse que ele participou do “trabalho de fábrica”, mas não detalhou a experiência. Deu a entender que havia animosidades entre ambos, o que pode ter contribuído para pouco citar ou omitir aspectos da trajetória de Orly.

tomadas por quem estava fora”⁴⁹⁸. Fora da cadeia, a decisão era priorizar o processo de integração da militância na produção fabril e em bairros proletários.

Com a demolição do Tiradentes, no final de 1972, os presos foram transferidos para a Casa de Detenção, conhecida como Carandiru, ou para o Presídio Militar Romão Gomes, ambos em São Paulo. Divididos nessas instituições, que pouco lembravam a agitada rotina do Tiradentes, os militantes concluíram o documento e, àquela altura, não contavam com os acalorados debates que influenciaram a sua produção. Os trechos passaram a ser escritos individualmente e compilados fora do presídio. A versão final foi publicada em 1974, ano em que alguns de seus autores começavam a retornar à liberdade⁴⁹⁹.

No que se refere ao conteúdo do documento, os autores interpretaram o início dos anos 1970 como um momento desfavorável ao movimento revolucionário no Brasil, devido ao estado de desorganização em que se encontravam a classe operária e os movimentos de massas e à inexistência de um partido do proletariado. Fatores que, somados ao desmantelamento das organizações de esquerda pelas forças da repressão, provocaram o refluxo na perspectiva de luta armada. Em sua autocrítica, o grupo tomou para si a responsabilidade pelos reveses (crise interna, mortes, prisões, refluxo das ações), uma vez que teria se equivocado na escolha das táticas de luta. Como corrente revolucionária, não conseguiu cumprir a tarefa de educar e de organizar as massas para a luta política⁵⁰⁰.

Distanciadas das massas, as organizações, entre elas, a própria Ala, elaboraram numerosos programas e incorreram no dogmatismo político, sem perceber que se isolavam socialmente⁵⁰¹. Para soerguer o movimento revolucionário, os autores propuseram uma autocrítica ampla, efetuada por toda a esquerda organizada, a fim de que pudesse corrigir os desvios e traçar uma linha política, uma estratégia e uma tática revolucionárias adequadas à realidade nacional. Sem propor objetivamente a fusão ou a união das correntes, os autores exclamaram que a Ala tinha a consciência da necessidade de uma prática unificada de todos que lutavam pela revolução⁵⁰². Possivelmente, a convivência no Tiradentes com pessoas de outros agrupamentos possibilitou forjar tais interpretações e apontar alternativas políticas.

⁴⁹⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora, 3 de dezembro de 2012. Por *Skype*.

⁴⁹⁹ A exceção de Felipe Lindoso e de Antonio de Neiva, que saíram da prisão respectivamente em 1972 e em 1973.

⁵⁰⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, cit., p. 01.

⁵⁰¹ *Ibid.*, p. 11.

⁵⁰² *Ibid.*, p.11.

Como tradicionalmente acontece nos partidos e nas organizações marxistas, na Ala, a autocrítica aparece como uma atitude política constante e necessária. No caso específico das reflexões que levaram à produção do documento, a autocrítica provinha do esforço da militância para identificar e para corrigir os desvios políticos cometidos nos anos iniciais da organização. Entre os principais desvios, estava a prática vanguardista, entendida como uma das causas do distanciamento do partido das massas. Com a retificação ideológica, esperava colocar o partido no “caminho correto da revolução”, compreendendo ali que a revolução só seria possível se realizada pelas massas⁵⁰³.

A origem dos desvios foi atribuída à existência de uma mentalidade pequeno-burguesa, decorrente do fato da organização ser composta quase que exclusivamente por elementos da pequena burguesia. Entre eles, havia estudantes, jornalistas e outros profissionais com formação superior, cuja visão de mundo os impossibilitava de se ligar efetivamente às massas⁵⁰⁴. Essa atribuição pode ser vista como parte das autocríticas pessoais dos autores que, em sua maioria, pertenciam aos setores identificados no texto. O engajamento desses sujeitos na resistência armada foi justificado em função de possuírem uma “consciência política desenvolvida”, fruto de suas condições materiais e de seu acesso à cultura, o que os permitiu interpretar de modo elaborado interesses políticos e econômicos⁵⁰⁵.

Outro ponto destacado pelos autores foi a importância da reflexão das causas dos primeiros reveses, entre eles, as ‘quedas’ de 1969, para a mudança na fisionomia política da organização. Ao identificar a ênfase no militarismo como uma das causas, o grupo priorizou o trabalho político com as massas, em especial com a classe operária⁵⁰⁶. A rejeição ao modelo foquista, apontada já em “Os 16 Pontos”, foi confirmada. Sobre esse aspecto, é importante dizer que a rejeição a esse modelo não representou o abandono completo da perspectiva de luta armada. Com a autocrítica, a organização reprogramou seu modelo tático, definindo unicamente a guerra popular como a tática mais adequada para impulsionar a revolução brasileira. Como a tática revolucionária chinesa pressupunha a existência de apoio popular para a deflagração da guerrilha, priorizou-se o trabalho de massas para criar no Brasil as condições para a construção desse apoio.

⁵⁰³ *Ibid.*, apresentação.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 07.

⁵⁰⁵ *Ibid.*, p. 21.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 58.

A opção inicial pelo foquismo teria a ver com a existência de um radicalismo político nos anos 1960, marcado, entre outros aspectos, pela defesa da tática de luta armada imediata em contraposição à proposta de transição pacífica levantada pelo revisionismo. Pensando-se tratar essencialmente de um ponto de vista tático, a Ala, de modo semelhante à maioria da esquerda, preconizou a luta armada como principal alternativa para a tomada do poder, convertendo a tática numa linha divisória entre a revolução e a reforma, o marxismo e o revisionismo.

Fortemente influenciados pelo radicalismo político, os militantes não conseguiram formular alternativas de luta intermediárias e fortaleceram a visão imediatista da revolução. Essa visão, inicialmente defendida em diversos documentos, na prática, reforçou a adoção de comportamentos voluntaristas e vanguardistas, os quais intensificaram o afastamento do partido das massas. A correção desses comportamentos passava pelo estudo aprofundado do marxismo-leninismo e por uma prática política centrada no trabalho de mobilização dos trabalhadores e das classes sociais exploradas no sistema capitalista. Com essas atitudes, acreditava-se ser possível superar a “preparação artificial da luta” e evitar um “comportamento de seita” na organização⁵⁰⁷.

O aprofundamento no marxismo-leninismo tem relação com a premissa de que, somente por meio da compreensão científica da luta de classes, é possível educar, organizar e orientar os trabalhadores em suas lutas até a eliminação completa da luta de classes. O entendimento científico provocaria uma mudança radical no mundo subjetivo dos militantes, que, ao lado de ações de mobilização da classe operária, os levaria à assimilação da visão proletária de mundo⁵⁰⁸. O estudo marxista sempre foi visto como parte das tarefas dos militantes. Desde a formação da Ala, os quadros dedicavam parte do tempo à leitura e ao debate de textos. Na prisão, aprofundaram a ideia de que, em política, teoria e ação são indissociáveis⁵⁰⁹.

De acordo com o documento, embora a questão ideológica fosse vivida intensamente nas atividades do partido, inicialmente ela se apresentou mais como “disponibilidade para a luta revolucionária” ou “moral do comportamento militante” do que uma concepção científica correspondente à visão de mundo da classe operária⁵¹⁰. Assim, considerou-se como “bom nível ideológico” a disposição em realizar tarefas, a capacidade de trabalho, não a assimilação do marxismo-leninismo da visão proletária de

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 08.

⁵⁰⁸ *Ibid.*

⁵⁰⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁵¹⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, *cit.*, p. 8.

mundo. Daí resultaram comportamentos prejudiciais ao processo revolucionário entre eles, as práticas voluntaristas e vanguardistas⁵¹¹.

O voluntarismo ocorria pela ilusão de que os operários dependeriam exclusivamente da ação dos revolucionários para realizar seus próprios movimentos. Tal visão levou a militância a atitudes vanguardistas, entendidas como a ação de grupos e de partidos que se realiza em nome e em lugar das massas, deixando-as sem orientação política e sem consciência de seu papel revolucionário. O vanguardismo teve a sua maior expressão no militarismo de esquerda, que, no final dos anos 1960, se caracterizou pela realização de ações armadas por pequenos grupos. Na concepção dos autores, o vanguardismo deveria ser evitado, porque, além de afastar o partido das massas, contrariava o “verdadeiro significado de vanguarda”⁵¹².

A fim de diferenciar vanguardismo de vanguarda, assinalou-se que a segunda era formada pelo grupo mais consciente de um movimento de massas, o qual possuía o conhecimento científico da natureza dos sistemas econômicos e das diferentes formas de dominação e de exploração social, reforçando a importância do aprofundamento no marxismo-leninismo. A vanguarda seria composta pelos intelectuais revolucionários que, dotados de consciência e com domínio da teoria marxista, estariam aptos para educar, organizar e orientar as massas nas lutas políticas e sociais⁵¹³.

A rejeição ao vanguardismo tornou-se questão importante a ponto de, nas autocríticas feitas no presente, a maioria dos militantes mencionar que a organização compreendia a aproximação dos trabalhadores como forma de fortalecer suas lutas, agindo com e não no lugar dos trabalhadores. A visão expressa nas entrevistas pode ser vista como parte da memória forjada pelos militantes, cujos discursos querem transmitir a ideia de que as práticas ocorreram sem verticalização política, isto é, sem o pressuposto de que os militantes se viam acima dos trabalhadores na condução das lutas políticas. Com relação à pretensão da Ala de se apresentar como vanguarda, a documentação aponta que, até o final de sua trajetória, o grupo requisitou esse papel e buscou dar a ele uma dimensão prática, verificada no esforço da militância em desenvolver atividades que acreditava contribuir para a educação e para a organização política dos trabalhadores.

⁵¹¹ *Ibid.*

⁵¹² *Ibid.*, p. 3-8.

⁵¹³ *Ibid.*, p. 28.

Conforme o documento, a educação política das massas teria duplo significado, tendo em vista que os intelectuais revolucionários deveriam ir às massas para educá-las no conhecimento do marxismo-leninismo ao mesmo tempo em que se educavam na luta de classes concreta⁵¹⁴. Nesse sentido, não bastaria aos intelectuais revolucionários compreender que a ideologia socialista é introduzida na classe, mas entender cientificamente como esse movimento acontece para reconhecer a fundo os elementos que levam o proletariado à luta de classes. A partir desse reconhecimento, poderiam imprimir a essa luta um caráter político do ponto de vista socialista. À vanguarda, caberia reconhecer as ações espontâneas organizadas pelos trabalhadores, identificando suas lideranças a fim de efetuar com elas um trabalho de capacitação política e ideológica⁵¹⁵.

Quanto ao partido, caberia criar as condições para que a classe operária organizada exercesse a violência revolucionária de modo consciente e pleno, porque, somente dessa forma, a luta armada teria um “sentido correto”⁵¹⁶. Ao indicar o papel do partido no processo revolucionário, os autores, entretanto, avaliaram a validade da Ala como tal. Reconheceram que a organização não dominava a fundo o conhecimento da realidade a qual pretendia transformar, o que a levou reduzir a luta de classes no Brasil aos setores sociais identificados no “Documento de Crítica” como pertencentes ao campo revolucionário ou ao campo da contrarrevolução, forjando, com isso, uma visão dogmática de partido, formalmente expressa nos primeiros documentos onde se apresentou como o “embrião do partido da classe operária”⁵¹⁷. Tal visão resultou da formulação de um programa e de uma linha política distante da luta de classes concreta. Nesse caso, mesmo se proclamando um partido leninista, não se tornou representante legítimo da classe operária, porque não conquistou dela esse reconhecimento⁵¹⁸.

A busca por esse reconhecimento deu um novo sentido às práticas da organização nos anos 1970, cuja prioridade assentou-se no desenvolvimento do trabalho de massas. Com a autocrítica, o grupo iniciou a busca pela tão almejada representação política da classe operária. Não por acaso, no documento, insistiu-se na necessidade de ligação do grupo às massas, a fim de criar com elas as condições favoráveis para impulsionar o projeto socialista no Brasil. “As reformulações táticas foram possíveis

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 08.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 28.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 28. A definição de “embrião do partido da classe operária” aparece no documento “Organizar um Partido de Novo Tipo em função da luta armada”, p. 01.

⁵¹⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, cit., p. 07.

porque os membros da organização, dentro e fora da cadeia, perceberam que as ações armadas não atraíam a classe trabalhadora para a luta”⁵¹⁹, lembrou Roig.

A prioridade ao trabalho de massas, prevista em “Os 16 Pontos” e reforçada no documento “Autocrítica”, foi a tônica da documentação produzida até o início dos anos 1980. Imerso no isolamento social, o grupo viu nas atividades de massa a única forma de superar a crise, sobreviver politicamente e tentar ampliar a sua base. No início dos anos 1970, os poucos militantes que restavam na organização tentaram dar uma dimensão prática à transição tática, por meio de iniciativas de integração em fábricas e em bairros.

Diferente do movimento de proletarização proposto em 1967 pela AP⁵²⁰, o processo de integração na produção defendido pela Ala não tinha como objetivo promover a transformação ideológica dos militantes originários da pequena burguesia, deslocando-os para o universo operário. Conforme se viu, para a Ala, essa transformação viria por meio do estudo aprofundado do marxismo-leninismo. A integração estava diretamente relacionada à autocrítica, a partir da qual a classe operária passava a ser o centro das preocupações e das atividades do partido. Alguns militantes rumaram para as fábricas, onde esperavam estar junto à classe operária para conscientizá-la, educá-la para a luta política. Nelas, revolucionários transvertidos de operários esperavam transformar operários em revolucionários.

O “trabalho de fábrica”: entre a teoria e a prática

O “trabalho de fábrica”, nome dado ao processo de integração na produção, foi inspirado na experiência chinesa dos trabalhadores-modelos⁵²¹ entre os camponeses, a qual a Ala adaptou para o cenário urbano com o objetivo de estreitar os laços do partido com a classe operária⁵²².

Em março de 1971, com o objetivo de sistematizar a atividade, a organização lançou o documento “10 Diretivas para o trabalho junto à classe operária”⁵²³, que

⁵¹⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁵²⁰ Sobre o tema, ver os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Mônica. **Militantes operários e operários militantes**: a experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970). 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1984; LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

⁵²¹ Os trabalhadores-modelos eram comunistas inseridos em províncias agrícolas, com o intuito de ganharem o apoio dos camponeses para a causa revolucionária.

⁵²² Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁵²³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas para o trabalho junto à classe operária**. Darf, AV, DDI-II, documento 04, Aperj, março de 1971.

continha orientações sobre o processo de integração na produção. Nele, destacou-se a importância da adesão dos militantes a esse processo, visando ao enraizamento do partido entre os operários, conforme o previsto em “Os 16 Pontos”. Para avançar nesse propósito, a Ala deveria integrar o maior número de quadros possível ao trabalho fabril, priorizando as regiões de grande concentração industrial⁵²⁴. Essa prioridade foi reforçada em um boletim, publicado meses depois, do qual extraímos o trecho a seguir.

O primeiro passo é determinar onde se localizam os centros fabris existentes em uma região. Qual o número de fábricas que o compõe, quantos operários trabalham nelas, ou seja, devemos estudar as fábricas da região sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo. Agindo desse modo, estaremos classificando os núcleos fabris pela sua importância. [...] Na região X, identificamos a existência de 3 núcleos. O primeiro, formado por fábricas metalúrgicas, onde os operários que trabalham nelas mantêm intensa comunicação entre si. [...] O segundo núcleo é formado por fábricas grandes de um ramo metalúrgico avançado. [...] O terceiro é formado por um conjunto de fábricas grandes, médias e pequenas. As grandes são do ramo metalúrgico e as demais são constituídas de setores industriais diferentes. [...] esse conhecimento inicial é suficiente para orientar o trabalho⁵²⁵.

Como se leu, a escolha dos locais teria base em pesquisas sobre as características das regiões fabris, como o número de fábricas, o quantitativo de operários e o ramo da produção. Embora não seja possível precisar a “região X”, pela descrição, parece se tratar do ABC paulista, SP. No que se referiu ao processo de aproximação dos trabalhadores, o partido se agarrou a duas premissas marxistas. A primeira delas é a de que, quanto maior a concentração operária, maior a chance de circulação de ideias e de mobilização de classe. A outra é a de que, quanto mais especializado o operário, maior a possibilidade de reconhecer a condição de explorado e engajar-se na luta política. Daí a prioridade da Ala em se inserir em regiões de grande concentração industrial e na categoria dos metalúrgicos, interpretada como o setor de ponta do operariado brasileiro.

Voltando ao documento “10 Diretivas”, seus autores disseram que, para completar a integração na fábrica, os militantes deveriam fixar residência em um bairro operário ou em áreas periféricas da cidade, a fim de preencher os quesitos do papel de

⁵²⁴ *Ibid.*, p. 01.

⁵²⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno número 8**. Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971, p. 01-02.

operário que buscavam desempenhar, evitando-se uma “vida dupla”⁵²⁶. Ademais, integrados nos locais de moradia dos trabalhadores, os militantes teriam a possibilidade de estreitar os laços com a classe operária, entender melhor seus costumes e seu cotidiano⁵²⁷. Inicialmente pensado como um instrumento para completar o “trabalho de fábrica”, o ato de *morar* nos bairros operários e em periferias urbanas originou outra alternativa na aplicação da linha de massas: o “trabalho de bairro”, o qual analisaremos no capítulo seguinte.

Os autores de “10 Diretivas” afirmaram que a maioria das reivindicações imediatas dos trabalhadores era específica dos locais de trabalho, cabendo aos militantes reconhecê-las e explorá-las como meio de incentivar a luta política. Outro ponto abordado foi a inserção nos sindicatos com o objetivo de incentivar movimentos de oposição às diretorias impostas pelo Ministério do Trabalho, bem como organizar a retomada do controle das estruturas representativas pelos trabalhadores⁵²⁸.

No decorrer dos anos 1970, militantes da Ala participaram de movimentos de oposição sindical, a exemplo do que ocorreu na categoria dos metalúrgicos no Rio de Janeiro (experiência da qual trataremos no subtópico 4.2.3). Além de grupos marxistas, incentivaram esses movimentos o setor progressista da Igreja Católica. Nas disputas pelas diretorias sindicais, as chamadas oposições variaram as alianças e apresentaram posições que foram desde a aceitação do trabalho conjunto com os sindicatos oficiais (atrelados ao Ministério do Trabalho) até posturas contrárias a esse tipo de articulação⁵²⁹. Um movimento expressivo foi a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) que, a partir de 1972, ganhou densidade em função de uma nova fase de ativismo operário que se iniciava.

Em “10 Diretivas”, também se afirmou a necessidade de se conhecer em profundidade as leis trabalhistas, para debater com os operários o caráter repressivo das normas que reforçavam os mecanismos de exploração. Quanto às atividades de agitação e de propaganda política, elas deveriam ocorrer por meio do repasse de informações entre os trabalhadores, da produção de panfletos e de jornais de fábrica, nos quais seriam denunciadas a ditadura e a opressão dos patrões. Com a aplicação das diretivas, esperava-se, além de estreitar os laços do partido com os trabalhadores, criar as

⁵²⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas**, *cit.*, p. 05-08.

⁵²⁷ *Ibid.*

⁵²⁸ *Ibid.*

⁵²⁹ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**, v.11, nº 20, abr, 2012, p. 303.

condições para elevar a consciência da classe operária. Os autores do documento reconheceram que, apesar dos esforços até aquele momento (março de 1971), o partido não avançara no trabalho. Primeiro, porque se tratava de uma fase de transição nas táticas de luta. Segundo, porque a direção não conseguia orientar de forma objetiva a atividade⁵³⁰.

Os críticos do massismo reagiram às orientações do documento e contra-argumentaram que a adesão do proletariado à causa revolucionária não viria através de “conversa e jornalzinho”, cabendo ao partido impulsionar por meio das ações militaristas essa adesão⁵³¹. A direção rebateu as críticas, afirmando que as ações armadas deveriam ser capitalizadas dentro das fábricas e dos núcleos habitacionais proletários, a partir do trabalho de massas, visto que, somente por meio dele, seria possível elevar o grau de consciência política dos trabalhadores e mobilizá-los para as ações guerrilheiras⁵³².

Em outros documentos, procurou-se orientar a integração na produção, a exemplo do que foi feito no texto “Experiência de procura de emprego em fábricas”. Nele, sugeriu-se que, na busca por um emprego fabril, o militante deveria levantar as características locais, como o tipo de produção, a existência de bairros operários próximos à fábrica e o contingente de trabalhadores da localidade. O texto tratou ainda de questões de gênero, como o pagamento de salários inferiores às mulheres em relação aos dos homens e o fato de serem preteridas nas contratações, uma vez que a maioria das empresas preferia explorar a força de trabalho masculina, por considerá-la “mais eficiente”. Os homens, por sua vez, enfrentavam maior concorrência na procura por uma vaga, porque as empresas lhes exigiam, quase sempre, “ter profissão e prática”, enquanto, para as mulheres, a falta de especialização ou de experiência não era um problema⁵³³.

A exigência de qualificação do trabalho masculino fez com que os militantes buscassem profissionalização para se integrar na produção. Os cursos mais procurados eram os de Torneiro Mecânico e de Controlador de Qualidade, oferecidos pelo Serviço Nacional de Assistência à Indústria (SENAI). Com os cursos, objetivava-se a conquista

⁵³⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas**, *cit.*, p. 01-05.

⁵³¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Sem título. Darf, AV, DDI-I, documento 5, Aperj, sem data (possivelmente 1971), p. 01.

⁵³² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno 3**. Darf, AV, DDI-I, documento 6, Aperj, sem data (possivelmente meados de 1971), p. 02.

⁵³³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Experiência de procura de emprego em fábricas**. Darf, AV, DDI-II, documento 09, Aperj, dezembro de 1971, p. 03.

de vagas em empresas metalúrgicas⁵³⁴. A escolha em realizar o curso no SENAI não era aleatória, dado o prestígio da instituição no que se referia à preparação técnica para o setor industrial da época.

No processo de integração, o militante deveria se esforçar para “comer, vestir-se e viver como operário”, identificando-se com as vicissitudes e os sentimentos das massas exploradas, além de aproveitar para conhecer a sua real situação⁵³⁵. Para criar as condições para o desenvolvimento de um trabalho político, o militante deveria estar atento à cultura e à linguagem para não destoar da comunidade na qual estava inserido. Essas atitudes eram importantes não apenas para facilitar a aproximação daqueles com quem buscava desenvolver um trabalho de conscientização e de organização política, mas para evitar suspeitas sobre as atividades do partido⁵³⁶.

A adaptação ao universo operário foi a maior dificuldade encontrada pelos militantes no processo de integração, pois implicava mudanças radicais nos hábitos e nos comportamentos. Para se tornar operário, o militante deveria adotar um estilo de vida simples, aprender costumes e valores próprios daquele universo. No início dos anos 1970, a maioria dos quadros integrados à produção era jovem, oriunda das classes médias urbanas, com formação acadêmica, ou universitários expulsos de seus cursos em função das atividades políticas. Para essas pessoas, por mais ideologicamente convictas que fossem, foi tarefa difícil se inserir no universo operário. Alguns tentaram, mas poucos permaneceram no trabalho fabril. Isso, porque, como recordou Álvaro, “o negócio era pesado. Ir à fábrica era uma mudança profunda no estilo de vida”⁵³⁷. Nesse momento, a Ala não contava com quadros oriundos do setor operário para voltar à fábrica, porque a maioria desses havia cindido com o partido para formar o MRT.

As dificuldades de adaptação ao universo operário foram previstas no documento “10 Diretivas”, no qual se sugeriu a superação delas com o empenho, com a abnegação e com a experiência concreta adquirida por cada militante no curso de suas atividades⁵³⁸. Na prática, a aprendizagem dos costumes foi gradativa e ocorreu por meio da convivência com os trabalhadores. Nota-se que, sem respostas para aquele desafio, a direção delegou aos militantes a responsabilidade de fazer o trabalho dar certo.

⁵³⁴ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. 03 de dezembro de 2012. Por *Skype*.

⁵³⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas**, *cit.*, p. 01-02.

⁵³⁶ A prática foi comum nas organizações revolucionárias que buscaram inserir quadros em fábricas e em bairros operários. A respeito desse comportamento, ver. LEITE, Isabel Cristina. Apontamentos sobre as tradições da cultura política de comunistas e trabalhistas entre as organizações guerrilheiras no Brasil dos anos 1960/70. **Saeculum Revista de História**, nº 24, jan/ jun de 2011, p. 78.

⁵³⁷ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁵³⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas**, *cit.* p. 01.

A fim de reforçar as determinações de integração na produção, a direção qualificou os que se opunham ao processo como “revolucionários amadores”, porque se mantinham “distantes do povo”⁵³⁹. Na visão dos dirigentes, não se integrar à produção significava violar o centralismo democrático, porque a recusa em ir à fábrica desrespeitava a decisão da maioria⁵⁴⁰. Aqueles que, por sua vez, seguiram as orientações foram vistos como “revolucionários autênticos”, porque, dotados de coragem e com abnegação, se entregaram à causa revolucionária⁵⁴¹. As recusas expunham conflitos entre os deveres da militância e as liberdades individuais⁵⁴². As qualidades atribuídas aos “revolucionários autênticos” foram internalizadas sob diferentes graus e as suas apropriações geraram divergências intrapartidárias, em especial quando, no cumprimento das tarefas, a vontade individual não acompanhou as expectativas do partido.

Sobre esse debate, tomamos o exemplo de Neiva. Ao deixar o Tiradentes, em 1972, Neiva morou alguns meses com a família em Brasília, sem se envolver em atividades políticas. Depois, decidido a retomar a militância, mudou-se para o Rio de Janeiro onde se inseriu no “trabalho de fábrica”. Segundo contou, não queria ir à fábrica, achava que não tinha o perfil para aquela atividade, mas havia uma pressão do partido para que aderisse. No período em que esteve preso, participou da redação do documento “Autocrítica” que, entre outras questões, reiterou a necessidade de ligação com as massas. Apesar de discordar da deliberação de ir à fábrica, acatou, porque a entendia como uma exigência política. Auxiliado por Álvaro, foi trabalhar em uma metalúrgica de pequeno porte em Cavalcante, zona norte carioca. Durante os sete meses em que trabalhou na fábrica, sua função “era apenas a de carregar peso”⁵⁴³, já que não tinha especialização profissional. Sobre o cotidiano fabril, disse manter pouco contato com os operários, que o viam com desconfiança por causa de seu “jeito de rapaz classe média”⁵⁴⁴. A respeito das orientações do partido, rememorou:

Eu fui obrigado a ir para fábrica para continuar no partido. Arrumei brigas históricas com a direção, com alguns companheiros, com o Álvaro, por exemplo, porque ele queria me colocar na fábrica. Eu fui.

⁵³⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **A nova estrutura do nosso Partido.**

Darf, AV, DDI-I, documento 13, Aperj, sem data (possivelmente meados de 1972), p. 01.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 03.

⁵⁴¹ *Ibid.*

⁵⁴² VEZZETTI, *op. cit.*, p. 106.

⁵⁴³ Entrevista de Antônio de Neiva Moreira Neto à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁵⁴⁴ *Ibid.*

Era uma deliberação. Eu queria me reintegrar plenamente às atividades políticas do partido, então eu fui para a fábrica. Mas tive muita dificuldade de adaptação. O pessoal da organização tinha muito preconceito com quem resistia ir para o movimento operário. Como era uma deliberação, eu fui⁵⁴⁵.

Nos embates com os dirigentes, Neiva argumentou sobre o fato de ter uma bagagem intelectual ampliada, consolidada na prisão, quando realizou muitas leituras de textos filosóficos e políticos. Desejoso de retomar a vida acadêmica, foi aprovado para Economia na UFRJ, sem o conhecimento do partido. Acreditava que sua contribuição política seria mais válida se pudesse exercer atividades de cunho intelectual. Recém-ingresso na universidade e ainda na fábrica, sofreu um acidente de trabalho: uma barra de ferro caiu em seu pé, causando ferimentos. Após o episódio, tentou convencer a direção, em especial, a Álvaro, com quem mantinha contato frequente, que não tinha o perfil para atuar na fábrica. Liberado da atividade, envolveu-se em outros trabalhos, como a reorganização do setor estudantil no Rio de Janeiro e iniciativas de educação popular⁵⁴⁶.

Nos tempos da fábrica, Neiva conversou com militantes, inclusive, os presos com quem trocava correspondência, sobre as imposições dos dirigentes no processo de integração na produção. Para ele, a direção desconsiderava habilidades intelectuais e delegava tarefas difíceis de serem cumpridas⁵⁴⁷. Sobre a contenda, Álvaro, então dirigente nacional, afirmou: “Teoricamente, todos concordavam em ir para a fábrica, que era preciso ir ao povo aplicar a linha de massas, seguir as propostas do Mao Tse Tung, mas nem todos foram. Outros, como o Neiva, foram, mas não permaneceram”⁵⁴⁸. Disse que não havia pressão sobre os companheiros e que foi para a fábrica “apenas quem quis”⁵⁴⁹. Além de Neiva, outros entrevistados reforçaram que a não adesão ao “trabalho de fábrica” era vista como falta de empenho para se ligar aos trabalhadores.

Apesar da pretensão, o “trabalho de fábrica” não se tornou uma atividade ostensiva. Em São Paulo, 12 militantes aderiram à atividade entre 1971 e 1972, dos quais 4 permaneceram até o final da década. No Rio de Janeiro, foram apenas seis pessoas: Álvaro, Orly, Neiva, um militante paulista e dois gaúchos, que migraram para o Rio fugindo dos agentes da repressão. Sobre o pequeno número de quadros inseridos

⁵⁴⁵ *Ibid.*

⁵⁴⁶ *Ibid.*

⁵⁴⁷ *Ibid.*

⁵⁴⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁵⁴⁹ *Ibid.*

na atividade, é preciso levar em conta o fato de que, no momento de sua aplicação, o partido contava com um efetivo extremamente reduzido, em função das prisões, das mortes, dos exílios, dos cismas e das deserções.

Não houve uniformidade nas experiências de integração e os relatos apontam a distância entre as orientações e a prática da atividade. A esse respeito, um operário recrutado numa fábrica carioca, recordou: “Havia reuniões para definir as atividades, para deliberar como devíamos agir. Tinha muita teoria, mas, na prática, a coisa era outra. Era na vivência, no calor do movimento, que cada um descobria o que e como fazer”⁵⁵⁰. Para compreender as formas que o processo de integração assumiu, descreveremos, nos três subtópicos a seguir, experiências em fábricas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ana vai à fábrica: um relato feminino do processo de integração

Ana foi uma das primeiras a se integrar na produção. Crítica do militarismo, ingressou na organização, porque essa previa o processo de ligação com as massas. No final dos anos 1960, transferiu-se de Brasília para São Paulo, onde, inicialmente, participou do setor de agitação e de propaganda. Ficou no ‘aparelho’ onde funcionava a gráfica e junto a Felipe, integrou uma ‘célula’ responsável pela produção de panfletos políticos. Sobre essa fase, afirmou: “Fui para o setor de propaganda, porque tinha a questão do centralismo democrático, aquela coisa de acatar a decisão do partido. Diziam que era o que o grupo precisava no momento, mas meu desejo era ir para a fábrica”⁵⁵¹.

Em meados de 1971, o ‘aparelho’ foi descoberto pela polícia e seus companheiros foram presos. Impedida de voltar à casa e, com medo de ser presa, deixou o emprego na Fundação Getúlio Vargas (FGV), passando a viver clandestinamente com a pensão dada por seu pai, o deputado emedebista Álvaro Lins. Com a maioria dos dirigentes presa e sem contato com Álvaro, seu irmão (que, naquele momento, tentava escapar da repressão), Ana não recebeu orientações objetivas sobre como ingressar na atividade e o fez, em grande medida, por iniciativa pessoal.

Com a ajuda de outros militantes, adotou um nome falso e mudou-se para Vila Califórnia, um bairro pobre da capital paulista, situado no limite com São Caetano do Sul. Lá, dividiu com Ângela, uma amiga que conhecera em Brasília, uma quitinete nada confortável. Na nova casa, frequentemente, as amigas tinham os pés roídos por baratas

⁵⁵⁰ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁵⁵¹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

à noite, porque havia acúmulo de lixo próximo, já que a prefeitura não realizava a coleta na comunidade, o que atraía os insetos. Ângela “não era exatamente uma militante. Era próxima da Ala, mas não organizada”⁵⁵². Namorava Neiva e, quando ele foi preso, “comovida pela a ideia de fazer a revolução”⁵⁵³, decidiu ir à fábrica e conseguiu uma vaga em uma metalúrgica de São Bernardo do Campo, SP.

A fim de conseguir um emprego, Ana realizou um curso de costureira industrial no SENAI. No curso, conheceu outras mulheres que buscavam uma profissão. Eram “pouco politizadas”, mas pareciam dispostas a aprender sobre política. Algumas defendiam a liberdade feminina e foi com elas que Ana viveu a “primeira intervenção política no trabalho de massas”: uma mobilização por melhorias nas condições de higiene nos banheiros⁵⁵⁴. Após o término do curso, conseguiu, com a ajuda de uma vizinha, um emprego em uma fábrica têxtil no bairro Ipiranga, capital paulista, na qual trabalhavam cerca de 3 mil operárias. Novata no bairro e na fábrica, conversou pouco e fez poucas amizades a fim de não levantar suspeitas sobre sua origem social e sobre as razões pelas quais estava ali. Observou os comportamentos, os hábitos, a maneira de vestir das operárias para aprender a agir e a se parecer com elas. Interpelada por alguns vizinhos sobre a sua história de vida, inventou situações para justificar o fato de não morar com a família e defendeu a independência feminina.

Nos primeiros dias na fábrica, foi posta para realizar tarefas diversas, como varrer o chão e empilhar caixas. Nessa fase, sentia-se muito insegura. Recordou-se de alguns episódios em que pensou que seria descoberta. Sobre um deles, disse: “Uma vez, estava varrendo a seção e uma das meninas apontou para mim e falou: ‘Olha como ela varre. Ela não sabe varrer’. Eu fiquei assustada”. Também comentou que as colegas de setor reparavam no modo como carregava as caixas: “Elas conseguiam levar 20 caixas de uma vez. Tinham experiência. Eu não tinha. Nesses momentos, eu pensava: tô frita! Vão sacar que sou de classe média. Vão me descobrir aqui”⁵⁵⁵.

De acordo com Ana, havia, nessa fábrica, uma espécie de acordo entre a chefia e as operárias para a realização de horas-extras, com o intuito de superar as metas de produção. Tinha até uma premiação para quem superasse a meta. Recém-contratada, se recusou a fazer as horas-extras, provocando a antipatia da chefe. Com a atitude, mostrou-se uma funcionária rebelde em um ambiente onde a maioria apresentava

⁵⁵² *Ibid.*

⁵⁵³ *Ibid.*

⁵⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵⁵ *Ibid.*

comportamentos dóceis e subalternos em relação à chefia. Insatisfeita com a recusa, a encarregada deu à Ana tarefas difíceis para uma iniciante e a colocou para trabalhar em máquinas de costura antigas, que quebravam com frequência. Como não conseguia avançar na produção, atrasava o trabalho de outras funcionárias, que alimentavam animosidades, piorando sua situação no emprego⁵⁵⁶.

A recusa em fazer hora-extra tinha cunho político, uma vez que não estendia a jornada para reagir à superexploração e à otimização de postos de trabalho. A falta de solidariedade das colegas, que buscavam garantir a produção como forma de permanecer no emprego, a desapontou. Ana comparou aquela situação com o período em que fez o curso no SENAI, reconhecendo que as mulheres do curso eram “mais unidas” e “predispostas à luta coletiva”⁵⁵⁷. Talvez, porque, no curso, as mulheres estavam livres da pressão capitalista da produção. Mesmo desapontada, não desistiu da tarefa de se ligar às operárias.

Demitida, teve dificuldades para encontrar emprego de costureira. Após alguns meses sem trabalho, conseguiu uma vaga na Anakol, indústria de bens de consumo ligada à multinacional Kolynos Company, localizada em São Bernardo do Campo, SP. Novamente, a vaga foi conquistada por intermédio de uma vizinha, que a recomendou para o encarregado de produção. Com essa vizinha, Ana mantinha uma relação mais próxima, conversava sobre política e música brasileira.

No novo emprego, manteve a discrição e evitou “reclamar demais” dos problemas na fábrica para não provocar a antipatia dos chefes. Tornou-se uma “funcionária exemplar”, que não faltava ao trabalho e executava com eficiência as tarefas, porque percebera que ser eficiente e “boa funcionária” era uma forma de “ganhar o respeito” dos chefes e das colegas. Respeitada, tornar-se-ia uma espécie de referência no setor, o que poderia ajudá-la na tarefa de politização das operárias. Aproveitava os intervalos de lanche e de almoço para “puxar conversa” com as colegas. Nesses momentos, percebia que “as meninas” estavam satisfeitas com o emprego. A fábrica servia as refeições, os salários eram razoáveis e os banheiros tinham boas condições de higiene. “Elas gostavam”. Numa época de arrochos salariais e de pouca oferta de vagas, aqueles benefícios importavam às funcionárias, que aceitavam algumas

⁵⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁵⁷ *Ibid.*

situações humilhantes, como serem vigiadas por seguranças a postos do lado de fora dos banheiros para garantir que não haveria demora lá dentro⁵⁵⁸.

Inserida na produção, esperava organizar greves e discutir questões relativas à exploração dos patrões, à opressão da ditadura, à libertação feminina e da classe trabalhadora, mas, na prática, disse: “Consegui nada. Não consegui mobilizá-las, desenvolver o trabalho que eu queria. No máximo, consegui algumas conversas individuais”⁵⁵⁹. Nessas conversas, falou de temas variados, como liberdade sexual, machismo, aumento do custo de vida e letras de compositores censurados pela ditadura. Entre eles, citou Chico Buarque, que tinha grande apelo entre o público feminino. Nessas ocasiões, encheu-se de esperança, acreditando que, com o tempo, conseguiria promover debates políticos maiores.

Em sua opinião, um aspecto que dificultava o aprofundado dos debates era o fato das operárias falarem principalmente de namoro, de pretensões de casamento, de festas e de bailes. A maioria “estava ali fazendo hora para casar”⁵⁶⁰, afirmou. Muitas trabalhavam para ajudar no sustento da família e aguardavam pelo casamento como se o matrimônio fosse uma lei imutável, algo que as salvaria das duras jornadas na fábrica. Ao combater o machismo, ouviu de algumas colegas: “Você tem uns papos estranhos”⁵⁶¹.

Mas nem tudo estava perdido, porque havia na fábrica pequenas redes de solidariedade, evidenciadas nos momentos de falhas na produção, as quais eram encobertas pelas colegas de setor, como forma de proteção mútua entre as operárias.

Submetida a longas jornadas de trabalho e numa conjuntura onde as fábricas funcionavam sob os olhares atentos dos órgãos de repressão, durante os nove meses em que trabalhou na empresa, passou os dias colocando tampa em tubos de creme dental, sem atingir seu objetivo: realizar com as operárias um trabalho político. As razões pelas quais Ana não avançou em seu objetivo são diversas. A primeira delas diz respeito à forma como o processo de integração da Ala aconteceu. Diferente das experiências de integração da AP, que desde o final dos anos 1960, se deu através de ‘células’ formadas nas unidades fabris⁵⁶², os quadros da Ala não contaram com uma estrutura parecida ou

⁵⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁵⁹ *Ibid.*

⁵⁶⁰ *Ibid.*

⁵⁶¹ *Ibid.*

⁵⁶² Sobre o tema, ver. OLIVEIRA, Monica de. **Militantes operários e operários militantes: a experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

mesmo com orientações objetivas para a atividade, como se reconheceu⁵⁶³. Outra razão foi a difícil adaptação a um mundo distinto daquele que a jovem de classe média conhecia. No mundo operário, o modo de se vestir, os gostos musicais, os jeitos de falar, os hábitos e os comportamentos eram diferentes, como a própria Ana observou⁵⁶⁴.

Além desses aspectos, havia o temor de despertar suspeitas dos agentes da repressão, alguns presentes na fábrica, local onde a ditadura e seus emblemas eram notórios. Nas comemorações pela Semana da Pátria, por exemplo, a Kolynos distribuiu bandeirinhas do Brasil e broches ufanistas para as operárias. Ana, convicta opositora do regime, teve de usar o adereço, mesmo sentindo repulsa em seu íntimo⁵⁶⁵.

Também podemos pensar que talvez tenha faltado autoconfiança ou maior empenho de Ana para se aproximar das colegas de trabalho, a fim de tecer com elas estratégias para solucionar problemas imediatos, aqueles surgidos na linha de produção, propiciando condições à união e à mobilização de classe, ou ainda que a percepção que tinha das operárias, como mulheres subalternas às chefias, pouco interessadas em política e ansiosas por casamento, a impediu de propor com elas soluções e ideias. Não parece ter sido, todavia, o caso.

Ana resistiu por quase dois anos na condição de operária e moradora de periferia. Resistiu enquanto achou que alcançaria meios de efetivar aquela que acreditava ser a sua missão: conscientizar, organizar as trabalhadoras para a luta política. Isolada na fábrica, imersa na clandestinidade, distante de familiares e amigos, inserida num contexto social adverso ao seu, não avançou na missão. Mesmo assim, fez política no cotidiano fabril, porque, ao dialogar com as operárias sobre sexualidade feminina, tratou de gênero em uma sociedade fortemente machista. Ao conversar sobre o teor das músicas de Chico Buarque, explicou aspectos da conjuntura nacional.

No tempo da fábrica, abriu mão da vida afetiva. Em 1972, sem contato com membros da Ala, se reaproximou do militante da AP Honestino Guimarães, antigo amigo do movimento estudantil de Brasília. A partir dele, estabeleceu contato com pessoas inseridas no trabalho fabril. Honestino tentou recrutá-la para a AP, mas ela recusou. Ele não pode comparecer a um encontro e enviou um amigo, também da rede do movimento estudantil de Brasília, para falar com Ana. O encontro resultou em namoro. Mas, depois de alguns meses, Ana decidiu romper, porque a relação

⁵⁶³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **10 Diretivas**, *cit.*, p. 01.

⁵⁶⁴ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁵⁶⁵ *Ibid.*

“atrapalhava a revolução”, uma vez que com o envolvimento se dedicava pouco ao trabalho político⁵⁶⁶. A mistura, às vezes conflituosa, da vida privada com os ideais políticos revela uma linha tênue na separação dos projetos e das vontades pessoais do que se acreditava ser o dever e as tarefas políticas.

De acordo com Ana, no começo de 1973, a Ala não existia mais em sua vida, porque, desde de meados de 1972 se perdeu do grupo. Sobre essa fase, disse: “Eu me perdi da organização. Muitos fugiram do país, pularam fora com medo da prisão. O Alvinho, meu irmão, já estava no Rio e o restante do pessoal, na cadeia. Eu fiquei sozinha, entende?”⁵⁶⁷. Isolada, seu processo de integração se consolidou como uma iniciativa individual, fruto de concepções políticas próprias⁵⁶⁸. Uma ação voluntarista⁵⁶⁹, não uma tática do partido.

Sem contato com a Ala, discutiu, com Ângela e com Jussara (militante de outra organização)⁵⁷⁰, as experiências no trabalho fabril. Se tornaram próximas e compartilharam experiências, porque “estavam muito sós”⁵⁷¹. Nos encontros, falaram das vivências e debateram formas de intervenção com as operárias. Distantes de suas organizações, decidiram registrar suas experiências no texto “A mulher no trabalho de fábrica: considerações a partir da experiência direta”⁵⁷². Nele, com os pseudônimos de Nádia, Cristina e Rita, narraram dificuldades, aprendizagens, redes de solidariedade e frustrações que cercavam suas inserções no mundo fabril. Nádia era o pseudônimo de Ana, cuja narrativa apresentada no texto assemelha-se à do depoimento que nos cedeu mais de quatro décadas depois de redigi-lo⁵⁷³.

O texto, tratado por alguns pesquisadores como um documento interno da Ala⁵⁷⁴, guarda uma descrição minuciosa do cotidiano feminino fabril. Nele, as

⁵⁶⁶ *Ibid.*

⁵⁶⁷ *Ibid.*

⁵⁶⁸ *Ibid.*

⁵⁶⁹ Voluntarismo - tese que considera a vontade humana como o fator determinante da história. O comportamento voluntarista foi duramente criticado pelas organizações revolucionárias, porque era realizado sem um método predefinido, o que implicava ameaça aos objetivos do trabalho político com as massas.

⁵⁷⁰ Ana não soube dizer o sobrenome de Jussara e a qual organização ela pertencia. Disse apenas que foram apresentadas por alguém da Ala, a quem Ana também não se recordou o nome.

⁵⁷¹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁵⁷² **A mulher no trabalho de fábrica: considerações a partir da experiência direta.** (Cristina, Rita e Nádia). Darf, AV, DDI-II, documento 25, Aperj, maio de 1973.

⁵⁷³ No texto, Ana falou sobre: o curso no SENAI, a breve experiência como costureira, o período de desemprego, o trabalho em uma multinacional e a frustração por não conscientizar as colegas de fábrica.

⁵⁷⁴ A exemplo do que fez Negro em *Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970*. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson, TELES; Janaina de Almeida (Orgs.) **Desarquivando a ditadura** – memória e justiça no Brasil. Volume 1. São Paulo: Hucitec, 2009.

militantes falaram da profissionalização técnica, da busca por emprego, denunciaram assédios morais e sexuais de chefes e as pressões por produção. Detalharam aspectos de seus processos de integração, como a difícil adaptação ao universo operário, tanto pela mudança comportamental como pela intensa rotina de trabalho e mencionaram os obstáculos que as impedia de avançar com o trabalho político⁵⁷⁵. O contato com as operárias modificou a percepção romantizada que tinham da classe trabalhadora, levando-as a entender que, na maioria das vezes, as operárias tinham interesses distintos daqueles defendidos pelas organizações de esquerda⁵⁷⁶.

Na entrevista de Ana, notamos uma mudança na avaliação de si mesma e de suas crenças políticas em relação as ideias que expressou no texto. No documento, adjectivou-se “revolucionária”. No depoimento, afirmou ser, nos anos 1960, “uma jovem idealista”⁵⁷⁷. Tal mudança deve ser vista como parte de seu processo de constituição da memória, em cuja reelaboração das vivências pode ter alterado a forma de se ver a partir de demandas e da compreensão do presente⁵⁷⁸. Com o emprego do termo “idealista”, quis exemplificar alguém que espera algo difícil de ser realizado, sugerindo, no presente, um certo ceticismo em relação à crença no projeto de revolução socialista. Não demonstrou arrependimentos pelas escolhas feitas, mas, de modo semelhante a outros militantes, as justificou como algo característico de uma fase da vida: a juventude.

Frustrada por não desenvolver as atividades políticas que pretendia, em 1973, Ana deixou a fábrica e a militância. Assim fez, porque “ali, já tinha desistido. Não queria mais saber de fazer a revolução”⁵⁷⁹. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, com o intuito de conscientizar as pessoas através da Educação, ingressou no curso de História da UFRJ, mas nunca exerceu o magistério. Casou-se, teve filhos, foi aprovada em um concurso público, tornou-se bancária e adotou uma rotina longe dos riscos que a militância naqueles tempos impunha. Na segunda metade dos anos 1970, teve contato com alguns militantes da Ala no Rio de Janeiro, inclusive com membros de sua categoria. Interpelada por amigos para retomar a militância, não retomou, pois ainda se sentia “traumatizada” pelas dificuldades que vivera em São Paulo. Somente, no final

⁵⁷⁵ **A mulher no trabalho de fábrica: considerações a partir da experiência direta**, *cit.*

⁵⁷⁶ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁵⁷⁷ *Ibid.*

⁵⁷⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topói**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 5, jul/dez, 2002, p. 321.

⁵⁷⁹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

dos anos 1970, participaria de lutas políticas, ao se engajar nas campanhas em defesa das empresas estatais. Em 1983, tornou-se sindicalista.

Perguntada se outras mulheres da Ala se integraram na produção, afirmou desconhecer experiências além das vividas por ela e por Ângela. Embora não tenha conhecimento, outras mulheres ingressaram no “trabalho de fábrica” em São Paulo, a exemplo das irmãs Maria Lúcia e Maria Luiza Torres, integradas em metalúrgicas na capital paulista⁵⁸⁰.

A experiência de Delmar

Delmar teve motivações e seguiu rumos diferentes de Ana no processo de integração na produção. Em 1969, sua atuação política, em Cuiabá (capítulo 2), foi descoberta pelos agentes da repressão, fato que o fez se mudar para São Paulo, onde ingressou na clandestinidade. Sua chegada coincidiu com os preparativos da ação de expropriação da agência bancária da Mercedes-Benz, em maio (capítulo 3), para a qual foi recrutado. Embora defendesse a tática de luta armada no combate à ditadura, acreditava que essa só teria êxito se articulada a um trabalho de conscientização das massas. Com as ‘quedas’ entre 1969 e 1971, foi um dos que passou a defender, de modo categórico, a prioridade da linha de massas como forma de superar o isolamento social do partido. Favorável à aplicação de “Os 16 Pontos”, que, entre outros aspectos, orientava a ida da militância à fábrica, Delmar esteve entre os que seguiriam a orientação.

Temeroso de ser atingido pela repressão, a ida à fábrica se apresentava também como uma saída para continuar na militância, sem despertar a atenção dos agentes⁵⁸¹. Além disso, temia pela segurança de sua companheira Raquel Mattes, área próxima da Ala, que participava com militantes na administração de cursos de alfabetização de adultos em áreas periféricas da capital paulista. Segundo Delmar, havia a opção pelo exílio, mas ele e sua companheira descartaram a possibilidade, mesmo sabendo dos riscos que corriam no Brasil, porque acreditavam na necessidade de permanecer na luta contra a ditadura dentro do país⁵⁸². Na clandestinidade, não poderia atuar como geólogo, não lhe restando muitas opções de trabalho. Nesse caso, ir à fábrica tornou-se uma alternativa para garantir o seu sustento e o de sua companheira, que estava grávida. Em

⁵⁸⁰ Não conseguimos contatar Lúcia e Luiza Torres.

⁵⁸¹ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

⁵⁸² *Ibid.*

seu discurso, em momento algum, dissociou as decisões pessoais do que julgou ser a tarefa política.

Em 1971, Delmar ainda não possuía qualificação técnica para exercer uma atividade fabril, o que reduzia as chances como candidato a uma vaga de trabalho. Por essa razão, primeiro, buscou vagas fora do setor fabril. Estabeleceu contato com uma militante da AP, que trabalhava em uma agência de empregos temporários. Com documentação falsa, conseguiu trabalho em uma empresa belga ligada ao ramo das exportações, onde realizou trabalhos burocráticos. Numa conversa informal com um dos chefes, o sujeito lhe contou que participara de um almoço com pessoas ligadas à Oban. Naquele momento, desconversou, mas aquela informação fez com que abandonasse o emprego, temendo ser descoberto e entregue aos agentes da repressão.

Sem trabalho e fugindo da repressão, mudou de endereço diversas vezes com Raquel. A cada ‘queda’, o casal deixava a casa e pernoitava em outro ponto da capital paulista. Em 1972, o casal foi morar em São Bernardo do Campo, SP, onde Delmar fez o curso de Controlador de Qualidade no SENAI. No mesmo ano, conseguiu o primeiro emprego fabril, em uma pequena empresa fabricante de assentos automotivos na Vila Carioca, região sudeste da capital. Com o emprego, viu a oportunidade de obter o sustento familiar ao mesmo tempo em que colocaria em prática o “trabalho de fábrica”. No primeiro dia de trabalho, presenciou um acidente no qual um operário perdeu um dedo na prensa e foi imediatamente substituído por outro. Sensibilizado com a situação, evitou confrontar a chefia, porque precisava do emprego e temia levantar suspeitas das razões pelas quais estava ali. Conforme contou, a partir daquele momento, começou a compreender a verdadeira condição operária e a superexploração a qual são submetidos. Observou que, na fábrica, havia uma concentração de migrantes nordestinos, a maioria de origem camponesa, homens simples, sem escolarização, que foram para São Paulo em busca de trabalho. Não tinham experiência sindical e conheciam pouco os direitos sociais⁵⁸³.

Ainda em 1972, conseguiu outro emprego, dessa vez em uma fabricante de parafusos em São Bernardo do Campo, SP, que tinha em torno de 200 operários. Tanto nessa como na fábrica anterior, fez poucas amizades, manteve a discrição sobre a sua vida pessoal e evitou conversar sobre política para não despertar desconfianças da sua condição clandestina. No entanto, tais comportamentos não o impediram de aderir a

⁵⁸³ *Ibid.*

uma paralisação dos funcionários na segunda fábrica. O movimento tinha como reivindicação o cumprimento de normas de segurança. Com receio de ser descoberto pelos agentes da repressão, não tentou capitalizar o evento para desenvolver um trabalho político maior.

Na fábrica, sabia que precisava assumir uma linguagem verbal e corporal semelhante à dos operários, pois, caso contrário, notariam que se tratava de alguém que não tinha origem entre eles. Durante as conversas, que eram raras, às vezes, era interpelado por colegas com a pergunta: “E o doutor, o que tem a dizer sobre isso?”⁵⁸⁴. O tom irônico com que a pergunta era feita demonstrava que os colegas o viam como alguém que não pertencia à classe. Sobre a estranheza que sentia e causava no espaço da fábrica, completou:

Eu tinha que me policiar o tempo todo. Primeiro, para manter a versão do porque estava lá e, segundo, para não dar pistas da minha condição política. Imagina: eu, loiro, com uma linguagem culta dentro de uma fábrica como operário? No início, foi muito difícil⁵⁸⁵.

Para justificar a sua presença na fábrica, montou uma história fabulosa, na qual a sua família teria migrado da região Sul para o Amazonas durante o ciclo da borracha, com a expectativa de enriquecer. Como o projeto fracassou, a família perdeu todos os bens e, empobrecida, mudou-se para São Paulo em busca de trabalho.

Em 1974, foi admitido como controlador de qualidade na Arno do Brasil, filial situada no bairro Ipiranga, São Paulo, voltada para a produção de eletrodomésticos. Nas palavras do militante: “A função de controlador era a melhor para fazer um trabalho político”⁵⁸⁶, porque nela percorria todas as seções para verificar se as peças atendiam aos requisitos de qualidade, o que exigia uma circulação permanente e o colocava em contato com um número maior de operários. Ademais, desde que decidiu ingressar no “trabalho de fábrica”, tinha a intenção de trabalhar em uma empresa de grande porte, preferencialmente, ligada ao setor da metalurgia. Isso, porque a organização se baseava na premissa de que quanto maior a especialização do trabalhador maior a sua consciência da condição de explorado. Também acreditava que quanto maior o quantitativo de trabalhadores reunidos numa fábrica maiores as chances de desenvolverem estratégias coletivas de luta.

⁵⁸⁴ *Ibid.*

⁵⁸⁵ *Ibid.*

⁵⁸⁶ *Ibid.*

Na Arno, inicialmente, adotou um comportamento discreto, de modo semelhante ao que fez nas fábricas onde anteriormente trabalhou. Aos poucos, entretanto, fez amigos entre os operários e criou laços e iniciativas de solidariedade no espaço fabril. Contou que as primeiras conversas foram superficiais, não podia falar mal da ditadura, porque, naquele contexto, fazer críticas ao regime significava quase sempre ser acusado de comunismo. Observou na fábrica que, além do controle dos patrões, havia o controle político. Nesse caso, manifestar-se contra o regime colocaria em risco a sua identidade. Impedido de falar sobre política, conversava sobre futebol e, quando possível, falava sobre o aumento do custo de vida, sobre os arrochos salariais e sobre os problemas internos à fábrica.

De modo bem-humorado, relatou episódios em que acreditou que a sua identidade seria descoberta. Um deles teria ocorrido durante os jogos eliminatórios da Copa de 1974 quando, ao participar de um bolão com os colegas de fábrica, apostou que o placar seria: Holanda dois gols e Brasil zero. Foi o único a acertar e, nas brincadeiras, os demais apostadores o chamaram de comunista, porque teria torcido contra o Brasil. “Numa era de ufanismo cegante, qualquer pensamento diferente da maioria era tachado de comunismo. E eu era mesmo. Os caras só não podiam saber disso”⁵⁸⁷, recordou rindo.

Até 1975, Delmar se encontrou somente com membros da Ala paulista. As reuniões eram esparsas e aconteciam nas casas dos militantes ou em um ‘ponto’⁵⁸⁸, com a presença de três ou quatro pessoas. Depois, aconteceram encontros com militantes do Rio de Janeiro, mas esses eram mais raros. Citou Neiva como o interlocutor entre os militantes de São Paulo e do Rio. Nas reuniões, eram compartilhadas experiências do “trabalho de fábrica” vividas por militantes dos dois organismos e passadas orientações da direção nacional com o intuito de unificar as práticas. Afirmou que poucos resistiram ao cotidiano fabril, porque, além da insegurança pela presença de agentes da repressão nas fábricas, tratava-se de uma rotina difícil⁵⁸⁹.

Em 1976, organizou com os operários da Arno uma ‘caixinha’⁵⁹⁰, cuja iniciativa se desdobrou em outras experiências coletivas. A ‘caixinha’ tinha uma diretoria eleita e, além de empréstimos de dinheiro sem a cobrança de juros aos operários, promovia

⁵⁸⁷ *Ibid.*

⁵⁸⁸ Local combinado para o encontro entre militantes.

⁵⁸⁹ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

⁵⁹⁰ Poupança informal e coletiva em que os trabalhadores reúnem pequenas somas de valores para complementar salários, ajudar colegas demitidos, acidentados.

atividades de lazer, como passeios, que serviam para aproximar os trabalhadores fora da fábrica. Nota-se que a iniciativa tinha o papel de aglutinar os operários e de fortalecer os laços de solidariedade entre eles. Além disso, a sua criação rompia com antigos sistemas de agiotagem na fábrica. Vista como uma iniciativa sem conotação política, as atividades ligadas a ela não despertaram a atenção de chefes e de patrões, mas, na prática, representaram uma forma de organização operária, motivada por demandas econômicas.

Delmar também participou da criação da comissão de fábrica⁵⁹¹ da Arno e de reuniões com militantes da Ala para traçar estratégias de ação na OSM-SP. A organização não alcançou influência significativa no movimento, aliando-se, na maioria das vezes, ao setor progressista da Igreja. Durante seu depoimento, frisou que a clandestinidade foi o maior obstáculo à realização de um trabalho político de maior envergadura⁵⁹².

Em 1978, foi demitido da Arno após ser identificado como um dos organizadores da greve que agitara a rotina da empresa. Desempregado, foi dar aulas em um curso de Madureza. Questionado sobre recrutamentos que teria feito para a organização no período da fábrica, afirmou que não recrutou operários. Primeiro, porque temia por sua segurança e a de sua família. Para recrutar, teria que se identificar como militante de um partido clandestino, o que colocaria em risco à sua identidade e a do partido. Em segundo lugar, porque acreditava que o objetivo era o de fortalecer as lutas sociais para, a partir delas, impulsionar as mudanças por justiça social, não “inchar o partido”⁵⁹³.

Em 1979, com a Lei de Anistia, retomou a sua identidade e a profissão de geólogo. Diferente do início da década de 1970, no começo da década seguinte, havia possibilidades de atuação legal de luta, por meio da militância no PT e nos sindicatos, por exemplo. Nessa conjuntura, tornou-se assessor parlamentar de petistas.

Delmar aparece nas entrevistas como um dos poucos casos que permaneceram integrados na produção em São Paulo. Para alguns militantes, o caso mais bem-sucedido⁵⁹⁴. Tal interpretação se deve ao trabalho desenvolvido por ele com os trabalhadores em Vila Alpina, periferia leste da capital paulista, onde capitalizou

⁵⁹¹ As comissões de fábrica são importantes organismos de representação operária tecidos no local de produção, a partir dos quais se convocam greves e negocia-se com patrões.

⁵⁹² Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

⁵⁹³ *Ibid.*

⁵⁹⁴ Essa interpretação aparece, principalmente, nas entrevistas de Alípio Freire, Vicente Roig e Álvaro Lins à autora.

contatos feitos no chão da fábrica e propôs iniciativas que extrapolaram os limites da produção propriamente dita, como a organização de um grupo teatral, que se desdobrou em outras formas de mobilização, como comitês de apoio a greves e a formação do PT. Nas experiências vividas por ele no “trabalho de fábrica”, notamos que essas se deram de modo coadunado com as demandas pessoais. Diferente de Ana, no período em que esteve na fábrica, Delmar manteve contato com o partido, ainda que algumas vezes esparsamente.

O tempo todo, ele relacionou a vivência na fábrica à linha política da Ala, evidenciando o sentimento de pertencimento ao grupo. Sua versão de memória pode ser vista como uma necessidade, no presente, de ocupar um lugar nas lutas contra a ditadura, a partir do engajamento em uma organização marxista, portadora do ideal de justiça social. Sua lembrança se aproxima às de outros militantes que tenderam a apresentar a Ala como um grupo coeso que, até o início dos anos 1980, preservou o *status* de partido leninista.

Álvaro, Antonio, Nelson e Washington nos metalúrgicos no Rio de Janeiro

Álvaro chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1971. Ainda em São Paulo, com o intuito de se profissionalizar para atuar politicamente junto aos operários, fez o curso de Torneiro Mecânico no SENAI da Barra Funda, no segundo semestre de 1970. Até 1971, participou das ações armadas e foi um dos mentores da tentativa frustrada de captura do diplomata inglês e de empresários financiadores da ditadura. Concluiu o curso, mas, monitorado pelos órgãos de repressão, aguardou um momento propício para buscar uma vaga em uma metalúrgica.

Com a invasão do ‘aparelho’ onde morava, foi orientado por companheiros a sair de São Paulo. A fim de despistar os agentes que os seguia, passou semanas viajando de ônibus no trajeto São Paulo-Rio de Janeiro e o inverso. Na maior parte do tempo, ficava em ônibus e aproveitava as viagens para fazer as refeições e dormir. Nos raros momentos que estava fora do ônibus, ia ao cinema ou passava horas lendo em bibliotecas, para manter a lucidez diante da condição de fuga em que se encontrava. Finalmente, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde, em fevereiro de 1972, ingressou na fábrica.

Após uma breve hospedagem pela casa de parentes na zona sul carioca, alugou uma quitinete no bairro Bonsucesso, no subúrbio. Com a alta nos preços dos aluguéis, mudou-se para Mesquita, à época distrito de Nova Iguaçu, região da Baixada

Fluminense, onde permaneceu até 1974, quando se casou com a militante Vilma Costa e se mudou com ela para a Vila Kennedy, na zona oeste.

O casamento foi nos moldes tradicionais. Com o nome de Paulo Oliveira Tavares, que usava desde que chegou ao Rio, casou no civil e no religioso, conforme costumava fazer parcela considerável dos trabalhadores. A valorização de características ligadas ao cotidiano e à cultura operária era vista pelos militantes como algo importante, que ajudava no processo de integração em fábricas e em bairros, porque contribuía para aproximá-los dos trabalhadores e criar com eles uma identidade. Para a realização do casamento no religioso, também pesaram as questões pessoais de Vilma. Filha de migrantes nordestinos que, na década de 1940, chegaram ao subúrbio do Rio de Janeiro em busca de trabalho, ela era a primogênita de 12 filhos do casal e, apesar do “espírito libertário”, prezava por algumas tradições operárias e religiosas. Entre elas, estava o sacramento do matrimônio⁵⁹⁵.

Na fábrica, Álvaro recorreu a alguns artifícios para ganhar a confiança dos colegas. Como cearense, usou a sua origem para criar laços, uma vez que, nas fábricas, havia um significativo contingente de migrantes nordestinos. Para fazer amizades, conversava sobre futebol ou sobre programas de televisão e tentava agir de forma natural, como se estivesse à vontade ali. Depois de algum tempo, ganhava espaço para conversar sobre política, mas sempre com cuidado para não despertar desconfianças sobre a organização. Mudou a maneira de se vestir e procurou incorporar vocábulos próprios do cotidiano operário ao seu vocabulário⁵⁹⁶.

Até 1984, Álvaro trabalhou em diversas metalúrgicas. A primeira delas foi a Aeroquip Sulamericana Indústria e Comércio S/A, multinacional fabricante de válvulas automotivas. Depois, passou por metalúrgicas de médio porte e, no início dos anos 1980, após retomar a sua identidade, foi admitido na Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A (Ishibras). Nas fábricas, organizou os operários em torno de pequenas lutas relacionadas ao cotidiano de trabalho, como demandas por melhores condições de higiene, por fornecimento de equipamentos de segurança e por qualidade das refeições servidas aos funcionários pelas empresas. Seu objetivo era recrutar quadros entre os trabalhadores, como fez com operário Antonio Maurício de Moura Silva.

⁵⁹⁵ Entrevista de Vilma Costa à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁵⁹⁶ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. 3 de dezembro de 2012. Por *Skype*.

Diferente de Álvaro, Antonio tinha origem pobre. Natural de Pernambuco, seus pais eram lavradores, sem grau de instrução e sua mãe mantinha a tradição popular das rezadeiras⁵⁹⁷. Ainda na adolescência, migrou com parentes para São Paulo em busca de oportunidade de trabalho. No início dos 1970, chegou ao Rio, onde realizou o curso de Torneiro Mecânico no SENAI e se tornou metalúrgico. Em 1973, conheceu Álvaro e, durante um período, dividiu com ele o aluguel de uma casa simples em Mesquita, RJ. Recrutado para a organização, passou a desenvolver o “trabalho de fábrica” nas empresas onde se empregou. Na Companhia Brasileira de Válvulas (CBV), metalúrgica de médio porte no bairro da Pavuna (limite entre as cidades do Rio de Janeiro e de São João de Meriti), recrutou outros operários, entre os quais estava Nelson Vasquez⁵⁹⁸.

Do mesmo modo que Antonio, Nelson era oriundo da classe trabalhadora e, desde a adolescência, ajudava no sustento da família: a mãe e duas irmãs. No SENAI, cursou Desenho Industrial e Controlador de Qualidade. Em 1975, aos 20 anos, foi trabalhar na CBV, onde logo fez amizade com alguns operários, em especial com Antonio. Segundo Nelson, os contatos iniciais com Antonio foram por conta das conversas sobre Música Popular Brasileira (MPB). O recrutamento foi via amizade. Aos poucos, a aproximação revelou afinidades na visão de mundo. Das conversas sobre música, passaram a discutir sobre política, comunismo e militância. Contou para seu ingresso no partido o fato de “saber sobre a ditadura e ter consciência das desigualdades sociais no país”⁵⁹⁹. Aderiu à organização de modo tão intenso, que, em 1976, abandonou o antigo Segundo Grau para se dedicar integralmente ao “trabalho de fábrica” e à revolução.

Na organização, Nelson conheceu Álvaro, que cuidava da articulação política nas fábricas, mas evitava se expor publicamente, pois era procurado pelos agentes da repressão. Na CBV, Nelson recrutou colegas, como Stanley Bueno, jovem secundarista que, em 1978, aos 17 anos, conseguiu um estágio na empresa como torneiro mecânico. Nelson não tinha uma estratégia definida para recrutar as pessoas. As oportunidades se davam, na maioria das vezes, por aptidão pessoal, como ocorrera com ele. Eram com as aproximações individuais que ganhava a confiança e que sondava se a pessoa tinha o perfil para entrar na organização. Nas fábricas, conviveu com “gente interessante, de

⁵⁹⁷ Nome dado a mulheres que fazem rezas para curar doenças ou para afastar o mal. A tradição das rezadeiras tem origem no sincretismo de rituais religiosos de matrizes indígena, africana e cristã, cuja prática se baseia em conhecimentos ancestrais para curar males sem o auxílio da medicina.

⁵⁹⁸ As informações da trajetória de Antonio Maurício de Moura Silva foram extraídas das entrevistas de Maria de Fátima Souza Silva, Álvaro Lins Cavalcanti Filho e de Nelson Vasquez à autora.

⁵⁹⁹ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

boas ideias”, mas não fez convites para o partido, porque acreditava que, para fazer parte dele, era preciso uma disposição ao sacrifício que nem todos tinham⁶⁰⁰. Afinal, a militância implicava rigidez disciplinar e riscos de toda sorte.

A fim de ampliar o “trabalho de fábrica”, Álvaro, Antonio e Nelson organizaram reuniões nas quais compareciam cerca de 10 pessoas, não ligadas à Ala, para a discussão de temas políticos. Para atraí-las sem despertar suspeitas, primeiro, os militantes convidavam os colegas de trabalho para almoços, criavam alguma confraternização, para iniciarem conversas sobre política. Os militantes também aproveitavam encontros promovidos pela Igreja Católica, como os da Pastoral Operária, para desenvolver um trabalho de conscientização entre os trabalhadores. Como em outras iniciativas da Ala, a aproximação com a Igreja deve ser vista como algo estratégico que, na maioria das vezes, ocorreu sem o conhecimento de padres e de missionários de que se tratava de quadros de uma organização.

Nos encontros da Igreja, “se pensava, lógico, na ampliação do partido, mas a intenção não era encher a organização, criar dezenas de células e pronto”⁶⁰¹, disse Nelson. A ideia era identificar quadros destacados nas fábricas, nos sindicatos, para aglutiná-los nas lutas sociais. Primeiro, as lutas específicas da categoria. Depois, as lutas políticas mais amplas, visando, no médio ou longo prazo, a mudanças radicais rumo ao socialismo. Mesmo na fase pós-luta armada, a ditadura perseguia, prendia e matava pessoas. Como nem todos estavam preparados para esses enfrentamentos, poderiam atrapalhar os objetivos da organização. Daí o cuidado na escolha de quem seria recrutado. Somente depois de 1979, esse quadro mudaria e as atividades políticas começariam a acontecer de modo aberto.

Com relação ao “trabalho de fábrica”, Nelson afirmou que, na ótica do partido, além de revolucionários, os sujeitos deveriam ser ótimos profissionais na empresa, com o intuito de se tornarem referência para os colegas. Assim, “na hora da luta, da apresentação de propostas contra a empresa, as pessoas tenderiam a te levar a sério. O fato de ser um bom profissional, na cabeça da gente, ajudava nisso”⁶⁰². Como membro da organização, observava algumas contradições nas orientações para o trabalho, a exemplo do pressuposto de que os militantes deveriam priorizar contatos com os setores mais vitais da fábrica: os ferramenteiros ou os operários de seções especializadas. Em

⁶⁰⁰ *Ibid.*

⁶⁰¹ *Ibid.*

⁶⁰² *Ibid.*

sua opinião, essa era uma estratégia equivocada, porque, às vezes, era um ajudante ou um profissional de nível secundário que se interessava por política e se aproximava do partido⁶⁰³. A tática, além do pressuposto de que os operários mais especializados seriam os mais suscetíveis à politização, tinha a ver com o fato de alguns setores serem estratégicos, como o caso dos ferramenteiros, cuja adesão a uma greve levaria à paralisação dos demais setores da empresa, porque a produção ficava condicionada às tarefas desse segmento.

No decorrer da segunda metade dos anos 1970, Nelson se tornou ao lado de outro jovem militante, Washington da Costa, uma liderança da Ala nos metalúrgicos. Washington era irmão de Vilma e se aproximou da organização em 1974, quando, aos 18 anos, ingressou na categoria. Seu primeiro emprego foi no Estaleiro Caneco, situado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, empresa na qual Álvaro mantinha contatos. Assim como Antonio e Nelson, Washington vinha de uma família de trabalhadores. Era o terceiro de 12 irmãos, dos quais cinco, incluindo ele, se engajaram na Ala. O conhecimento da organização aconteceu por meio de Vilma. Além do que chamou de “questão familiar”, ingressou na militância porque tinha consciência dos arbítrios da ditadura e se sensibilizava com a existência de profundas desigualdades sociais no país. Segundo contou, Álvaro foi quem mais o incentivou a participar das lutas sindicais e da própria organização⁶⁰⁴.

Mesmo frequentando reuniões e participando de atividades da Ala desde 1974, afirmou que, somente em 1976, passou a se considerar de fato um militante. Antes disso, sindicalizou-se, atuou em pequenas lutas surgidas no interior da fábrica e esteve com Álvaro, Antonio e Nelson em iniciativas, como a criação de um jornal operário. Já nas memórias de Álvaro e de Nelson, Washington aparece desde 1975 como membro da ‘célula’ dos metalúrgicos.

Na entrevista que nos concedeu, Washington destacou que, ao ingressar na Ala, descobriu que a organização contava com um número de membros bem menor que supunha. A impressão de que se tratava de uma grande organização tinha a ver com os discursos inflamados de Álvaro e de Nelson, que propunham de modo entusiástico participações nos sindicatos, em associações de moradores e em manifestações nos primeiros de maio. O fato de a Ala ser um pequeno grupo não o desmotivou a ingressar

⁶⁰³ *Ibid.*

⁶⁰⁴ Entrevista de Washington da Costa à autora. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012.

na militância, porque, àquela altura, acreditava nas propostas de mudança do sistema econômico, visando à implantação de um governo socialista⁶⁰⁵.

O jornal, supracitado, era *O Martelo* (ver anexo III), distribuído aos operários em fábricas onde a Ala mantinha contatos. Editado pela primeira vez em março de 1976, o periódico priorizou as notícias do cotidiano fabril. Os textos eram redigidos pelos militantes. Vilma reproduzia o material em mimeógrafos manuais. Não havia uma periodicidade definida, pois dependia da disponibilidade dos militantes para confeccionar o jornal. Mesmo feito de modo rudimentar, contou com 23 números e existiu até fevereiro de 1978.

O Martelo não trouxe palavras de ordem contra a ditadura, nem propagandeou a revolução, como ocorreu nos jornais editados pela Ala nos anos 1960. Sua função era noticiar as demandas do movimento operário, como reajustes salariais, trazer reivindicações específicas das fábricas, denunciar acidentes de trabalho e incentivar as lutas do operariado. Nele, debateram-se temas abrangentes, como inflação e o aumento do custo de vida dos trabalhadores. Como era um jornal clandestino, os exemplares eram deixados em lugares estratégicos, como locais de passagem, banheiros, vestiários, refeitórios ou eram fixados nos arames dos muros das empresas, de modo que os operários vissem o material. Poucos recebiam os exemplares em mãos. Próximo ao seu fim, o jornal circulou entre os bancários e os ferroviários, categorias onde a Ala também tinha contatos.

Por orientação de Álvaro, Washington e Nelson buscaram protagonismo nos metalúrgicos. Ambos perceberam que, algumas vezes, as ações políticas dependiam muito da desenvoltura pessoal: “A gente lia os teóricos do sindicalismo, lia Marx, Gramsci, Mao, mas a luta se forjava na prática. Não tinha uma cartilha pronta sobre como devíamos agir”⁶⁰⁶, lembrou Washington. Algumas vezes, as orientações resultaram em atritos entre dirigentes e militantes de origem operária, porque os últimos conheciam melhor as demandas dos trabalhadores e propunham formas de intervenção nem sempre aceitas pelos dirigentes. Washington, Nelson e Antonio conheciam e compartilhavam por origem, não por ideologia, a cultura operária. Mesmo assim, os dirigentes preferiram impor estratégias que, na prática, não funcionavam⁶⁰⁷.

⁶⁰⁵ *Ibid.*

⁶⁰⁶ *Ibid.*

⁶⁰⁷ *Ibid.*

Até 1975, a Ala fez um pequeno trabalho no chão da fábrica. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro⁶⁰⁸ estava sob intervenção desde 1973, quando uma chapa oposicionista, organizada por uma frente de esquerda, saiu vitoriosa. De acordo com Francisco Martinho, a chapa agregou militantes do PCB, remanescentes de organizações revolucionárias e membros da Igreja Católica, que se uniram em oposição a então direção, considerada ‘pelega’⁶⁰⁹ e corrupta. A chapa foi impedida de tomar posse, porque dela faziam parte lideranças não bem-quistas pelo Ministério do Trabalho, que impôs a intervenção⁶¹⁰. A segunda após o golpe⁶¹¹.

A Ala não participou da frente em 1973, porque os poucos militantes no Rio de Janeiro estavam empenhados na reorganização do partido⁶¹². Já em 1975, compôs com o PCB e o setor progressista da Igreja a chapa de oposição, que se sagrou vitoriosa. Para evitar intervenções, os oposicionistas adotaram a estratégia de lançar nomes sem histórico de militância política ou sindical. O escolhido para encabeçar a chapa foi Adalberto de Oliveira, funcionário da Fiat Diesel de Duque de Caxias. Não tardou, entretanto, para Ala se posicionar como oposição. Logo no início da gestão, Adalberto de Oliveira passou a ser identificado pela organização e por outros segmentos de esquerda como ‘pelego’. Segundo Álvaro, isso se deu pela “forma passiva” como Oliveira conduziu as reivindicações da categoria, evitando enfrentamentos com o patronato⁶¹³. Já nas eleições de 1977, houve uma espécie unanimidade na recusa de seu nome à reeleição e os oposicionistas apostaram, então, em Oswaldo Pimentel que, tal como o seu antecessor, era funcionário da Fiat Diesel.

A escolha em duas eleições consecutivas de operários da empresa para disputar a presidência do sindicato tinha a ver com o fato de seus funcionários formarem o maior colégio eleitoral dos metalúrgicos do Rio à época⁶¹⁴. O nome de Pimentel foi aprovado com restrição por alguns militantes, em razão da sua ligação com Valdir Vicente de

⁶⁰⁸ Em 1960, com a criação do estado da Guanabara, a entidade assumiu a denominação de Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado da Guanabara. Em 1977, em decorrência da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975), a nomenclatura passou a ser Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Município do Rio de Janeiro.

⁶⁰⁹ Pelego - pele de ovelha aderente à lã utilizada como cobertura do cavalo por baixo do selim. No vocabulário sindical brasileiro, o termo é utilizado para designar o sindicalista que ‘amacia’ a exploração patronal sobre os trabalhadores.

⁶¹⁰ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Sindicato, ditadura e transição: continuidades e descontinuidades no corporativismo brasileiro (1974-1984). In: **Análise Social**, v. 52, nº 224, 2017, p. 638.

⁶¹¹ A primeira intervenção foi em 1964.

⁶¹² Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶¹³ *Ibid.*

⁶¹⁴ *Ibid.*

Barros⁶¹⁵, que presidiu o sindicato entre 1970 e 1973 e era considerado pelos opositoristas como representante do chamado sindicalismo tradicional.

Apesar das reservas, a Ala apoiou Pimentel. Contribuíram para esse apoio dois fatores: o primeiro, as críticas à administração de Oliveira, o outro, a avaliação de que não tinha influência suficiente na categoria para sugerir outra chapa com chances reais de vitória⁶¹⁶. Para Nelson, apesar da ligação de Pimentel com Valdir Vicente, o partido decidiu apoiar a chapa, porque, naquela conjuntura, Oliveira “parecia mais prejudicial à categoria”⁶¹⁷. Talvez mais prejudicial aos objetivos da Ala de obter o controle do sindicato.

Assim como ocorreu na gestão de Oliveira, passadas as eleições, iniciou-se um movimento de oposição à gestão de Pimentel por parte de seus apoiadores. No caso da Ala, as divergências surgiram em 1978, quando o partido contava com grupos fechados nas assembleias e começava a exercer influência em um número maior de militantes sindicais. A Ala vislumbrava ali a possibilidade de uma chapa própria na eleição futura. A oposição a Pimentel se intensificou em julho de 1979, quando o sindicato se posicionou contrário à greve na Fiat Diesel. Ali, “a Ala virou mesmo oposição”⁶¹⁸.

De acordo com João Leal, membro da Pastoral Operária e da comissão de fábrica da Fiat, a deflagração da greve esteve associada à forma como a campanha por reajuste salarial foi negociada com a empresa pelo sindicato⁶¹⁹. Insatisfeitos com as negociações que se arrastavam desde abril⁶²⁰, os operários realizaram uma assembleia em 22 de junho, na qual elegeram uma comissão encarregada de discutir com o coletivo dos trabalhadores a proposta de reajuste. No dia 29, após nova assembleia, a comissão encaminhou a proposta aos diretores da Fiat, que solicitaram um prazo para analisá-la. A primeira reunião de negociação aconteceu em 20 de julho e sob grande tensão, pois os representantes da empresa teriam se negado a discutir outros pontos das reivindicações dos trabalhadores, como os adicionais por insalubridade e as questões de higiene no local de trabalho. A diretoria também propôs um reajuste abaixo do esperado, o que não foi aceito pelos representantes dos operários. Alguns operários-ativistas, entre eles, Luís

⁶¹⁵ Entrevista de João Leal de Araújo à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁶¹⁶ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶¹⁷ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶¹⁸ *Ibid.*

⁶¹⁹ Entrevista de João Leal Araújo à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁶²⁰ Diferente dos demais metalúrgicos do Rio de Janeiro, cujo dissídio acontecia em agosto, na fábrica, o dissídio ocorreria em maio.

Gianinni, do Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), propuseram uma greve imediata.

Em assembleia no dia 24, a comissão de fábrica foi contrária à greve, alegando a necessidade de, antes, fortalecer o movimento. Em votação, a comissão saiu vitoriosa. Apesar da proposta de greve ter sido derrotada, alguns operários desrespeitaram as deliberações da assembleia e iniciaram uma paralisação. No dia seguinte, com a fábrica parcialmente parada, Pimentel compareceu ao local, com o objetivo de fazer refluir o movimento. Convocou uma assembleia extraordinária, na qual segmentos mais radicalizados, liderados por Gianinni, defenderam a greve. Após grande confusão, o dirigente deixou a fábrica protegido pela polícia. A paralisação foi mantida. No dia seguinte à assembleia, Gianinni, líder dos grevistas, foi preso por seguranças da empresa. Sua prisão levou outros funcionários a paralisarem as atividades, exigindo a sua libertação. Após a soltura, Gianinni discursou para os operários e rasgou, na presença deles, o comunicado de aviso prévio que havia recebido. Sua readmissão passou, então, a compor as exigências dos grevistas⁶²¹.

Após 14 dias, a Fiat cedeu, parcialmente, às exigências dos grevistas. Inicialmente, os trabalhadores reivindicaram um reajuste salarial de 90%, os adicionais de periculosidade e de insalubridade, a equiparação salarial, o fim das demissões em massa e a readmissão de Gianinni. No final, aceitaram o acordo proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de um aumento de 26%. A direção da Fiat concordou apenas em equiparar os salários e em readmitir Gianini. O movimento foi considerado vitorioso pelos trabalhadores, não do ponto de vista salarial, mas pela capacidade de organização e de luta⁶²².

A greve foi noticiada no *Jornal da Baixada*⁶²³ e ganhou uma edição-extra, inteiramente voltada para a análise do movimento. Idealizado por militantes da Ala no Rio de Janeiro, o periódico narrou a paralisação sob a ótica da luta de classes e a avaliou como vitoriosa para os operários⁶²⁴. A Ala não tinha quadros na Fiat. As notícias da fábrica chegavam aos militantes em conversas no sindicato, onde Nelson e Washington

⁶²¹ Para uma análise detalhada da greve, ver. RAMALHO, José Ricardo. **Estado-patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁶²² Entrevista de João Leal de Araújo à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁶²³ A criação do jornal foi deliberada pela direção regional, com o objetivo de auxiliar o trabalho político de militantes na Baixada Fluminense. Para detalhes da publicação, ver. RIBEIRO, 2013, *op. cit.*

⁶²⁴ Sobre a narrativa da greve pelo jornal, ver. RIBEIRO, Adriana Maria. Greve fundiu a Fiat: o movimento dos metalúrgicos de Duque de Caxias na perspectiva do *Jornal da Baixada*. Duque de Caxias, **Revista Pílares da História**, nº 16, mai, 2018.

estavam com frequência, ou em encontros casuais com amigos que trabalhavam na empresa⁶²⁵.

Após a greve na Fiat, a Ala e as outras correntes intensificaram a oposição à direção do sindicato, em especial por meio da criação da Comissão Executiva de Salário (CES) e da proposta de divisão da categoria em subáreas geográficas⁶²⁶. Na prática, a CES se tornou a responsável pela elaboração das pautas de reivindicação apresentadas aos patrões. O organismo, formado principalmente pelos ativistas, não estava previsto nos estatutos. A intenção era a de funcionar paralelamente à estrutura sindical, visando ao enfraquecimento da direção. Dada a importância da comissão junto à categoria, Pimentel a reconheceu formalmente, submetendo-a à entidade. Na opinião de Nelson, que participou da CES com Washington e outros quadros da Ala, “o atrelamento era para frear a oposição”⁶²⁷. Mesmo submetida ao sindicato, na prática, a CES seguiu controlada pela Ala e por outras correntes, que também predominaram na direção das subáreas e assumiram o Comando de Greve⁶²⁸.

A divisão em subáreas descentralizava a campanha salarial (até então negociada apenas pelo sindicato), o que completava o objetivo da CES e aumentava as chances da oposição de expandir sua influência a partir do fortalecimento de lideranças oposicionistas locais. Na visão da Ala, a divisão foi proposta para facilitar a mobilização da categoria, uma vez que possibilitava aos trabalhadores lutar por melhores salários nos próprios locais de trabalho. Já a ideia de criar a CES estava relacionada ao fato dos ativistas não considerarem a direção do sindicato “confiável” para centralizar a campanha salarial. No entanto, com as subáreas e a CES, o movimento oposicionista ganharia força, aumentando sua influência na categoria. A despeito, portanto, das intenções de mobilizar os trabalhadores, havia nessas proposições a pretensão da Ala em liderar as lutas dos operários.

Uma das maiores forças de oposição nos metalúrgicos na capital, em 1979, a Ala contou com aliados em outras cidades, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Niterói. À exceção de São Bernardo do Campo, as experiências de militantes em outras cidades paulistas se aproximavam das vivenciadas pelos militantes fluminenses, que buscavam inserção política na categoria e em sua entidade de classe. Ainda em comum, tiveram a

⁶²⁵ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶²⁶ A divisão por subáreas organizou os metalúrgicos em torno das seguintes regiões: Centro-Sul, São Cristóvão, Del Castilho, Inhaúma, Avenida Brasil (até Parada de Lucas), Área Naval, Jardim América, Vicente de Carvalho, Guadalupe, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campo Grande.

⁶²⁷ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶²⁸ MARTINHO, *op. cit.*, p. 643.

participação em movimentos oposicionistas às direções sindicais, a exemplo do que ocorreu em Guarulhos, onde militantes tentaram minar a influência pecebista no sindicato local⁶²⁹, e na capital, onde a Ala integrou a OSM-SP⁶³⁰. Quadros do Rio de Janeiro e de São Paulo costumavam se encontrar para discutir estratégias de intervenção nesses movimentos.

Presentes no Comando de Greve no Rio de Janeiro, quadros da Ala incentivaram a paralisação dos metalúrgicos. O fator preponderante para a deflagração da greve foi salarial. Sob a liderança da CES, os trabalhadores apresentaram como principais reivindicações: aumento salarial de 83%, estabilidade no emprego para os delegados sindicais e para a mulher até dois anos após o parto, pagamento de insalubridade sobre o piso salarial e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais⁶³¹. A greve foi decidida em assembleia, na qual compareceram cerca de 10 mil operários. Após 15 anos desde a última greve, os metalúrgicos do Rio de Janeiro voltaram a paralisar as suas atividades. A greve de 1979 teve início no dia 12 de setembro. Para Nelson, a adesão dos trabalhadores das subáreas foi fundamental para a eclosão e para a manutenção do movimento, indicando que a estratégia da oposição de propor a divisão funcionou⁶³².

Os grevistas receberam o apoio do Sindicato de São Bernardo e da OSM-SP. Entidades representativas de outras categorias no Rio de Janeiro ajudaram com empréstimos de carros de som e na reprodução de panfletos para a divulgação das reivindicações⁶³³. No segundo dia do movimento, a paralisação atingiu cerca de 90% das indústrias na capital e nos municípios vizinhos. O percentual foi inesperado tanto pelos ativistas como pelos patrões⁶³⁴. No auge do movimento, quase 300 mil trabalhadores haviam aderido, por isso o evento se tornou conhecido como Greve dos 300 Mil.

A fim de conter a greve, os empresários solicitaram ao Ministério do Trabalho a intervenção no sindicato e a ilegalidade do movimento. A Polícia Militar foi convocada para reprimir a prática de piquetes. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, declarou que a participação na greve poderia implicar demissão por justa causa. Fora essa declaração, o ministro não interviu no sindicato. Depois disso, os patrões apresentaram a proposta de reajuste de 73% de aumento escalonado, que foi aceita pela direção

⁶²⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁶³⁰ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

⁶³¹ MARTINHO, *op. cit.*, p. 643.

⁶³² Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶³³ *Ibid.*

⁶³⁴ MARTINHO, *op. cit.*, p. 643.

sindical, mas rejeitada pela categoria. Com o argumento de querer evitar riscos de uma intervenção federal na entidade, Pimentel propôs o fim da greve, mas foi derrotado pelo grupo encabeçado pela Ala e pelo setor progressista da Igreja, ali representado por Joaquim Arnaldo de Albuquerque, relator da CES e liderança grevista em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias. O grupo defendeu a continuidade do movimento em prol dos 83%. Os patrões fizeram uma contraproposta: conceder 75% de aumento escalonado.

A segunda proposta foi bem vista pela Ala que, aliada a outras lideranças da oposição, passou a defender a volta ao trabalho com a manutenção do estado de greve. Já as correntes radicalizadas, como o MST e a Convergência Socialista (CS), incentivaram a continuidade da greve. Em assembleia, a proposta da Ala foi derrotada e os trabalhadores decidiram pela continuidade da paralisação. Segundo Nelson, a decisão em apoiar o fim da greve estava relacionada à preocupação de não esvaziar o movimento: “A ideia era manter o fôlego da luta, porque se temia que, com o passar dos dias, a greve perdesse força”⁶³⁵.

A partir do dia 17, o movimento perdeu força. Em primeiro lugar, porque o sindicato o abandonou completamente, como estratégia para enfraquecer a CES, que, na prática, negociava as reivindicações. Outro fator foi a intensificação da repressão. Temendo represálias, muitos retornaram ao trabalho. Em assembleia, a categoria decidiu pelo fim da paralisação. Ao final, mais de 40 pessoas haviam sido presas, os dias de greve foram descontados e 45 metalúrgicos demitidos. A direção do sindicato tentou capitalizar o sucesso do movimento, porque compreendeu que não poderia ser contrária a algo com tamanha força. A CS e o MST interpretaram o final da greve como um ato de “traição” à classe operária⁶³⁶, enquanto a Ala e os outros grupos de oposição avaliaram positivamente o resultado do movimento. Para Nelson:

A partir da greve, os operários se sentiram fortalecidos. Descobriram que podiam questionar e até alterar as relações de trabalho. O movimento trouxe respeito aos operários. Forçou um diálogo não combinado nas fábricas, onde os trabalhadores passaram a ser ouvidos⁶³⁷.

A greve na Fiat (julho) e a Greve dos 300 Mil (setembro) foram antecedidas por uma expressiva greve da categoria em São Bernardo do Campo, SP, ocorrida em março. Tais movimentos, salvo as suas especificidades, fizeram parte de um contexto nacional

⁶³⁵ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶³⁶ MARTINHO, *op. cit.*, p. 646.

⁶³⁷ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

de mobilização de diversas categorias. A onda de mobilizações foi incentivada, em boa medida, pelas paralisações de maio de 1978, quando os metalúrgicos de São Bernardo inauguraram o maior ciclo grevista na história do Brasil. Passados dez anos das greves de Osasco e de Contagem, os trabalhadores reconquistaram notoriedade no cenário nacional e voz para intervir nas transformações políticas em curso no país. Revelaram capacidade de organização em um regime autoritário. A liderança dos metalúrgicos nesse processo é um aspecto importante. Somente em 1979, a categoria foi responsável por 18% das greves em todo o Brasil. Esse dado reflete um fenômeno dos anos de 1970, quando os sindicatos das indústrias automobilísticas emergiram como lideranças do operariado nas três economias mais industrializadas da América Latina: Brasil, Argentina e México⁶³⁸.

Os jornais coordenados pela Ala deram grande destaque às greves dos metalúrgicos de 1979. A exemplo do *Jornal da Baixada*, que dedicou edições-extras a greve na Fiat e a greve geral⁶³⁹. Ambas foram interpretadas como demonstração da capacidade de mobilização e de organização dos trabalhadores. Na matéria de capa sobre a greve geral, o periódico afirmou: “Sindicato ganha terreno depois de 15 anos de arrocho, pelego e repressão”. Como o título sugere, os redatores fizeram um histórico das lutas da categoria após o golpe. Destacaram as intervenções sofridas pela entidade em 1964 e em 1973 e denunciaram o uso da força policial para conter protestos e piquetes. Ao tratarem do ‘peleguismo’, criticaram antigos dirigentes e também a gestão de Pimentel.

Na visão do jornal, o sindicato ganhou terreno a partir da CES, descrita como fundamental na preparação do movimento grevista, porque mobilizou e deu à categoria autonomia para organizar as próprias pautas de luta⁶⁴⁰. O jornal publicou ainda uma entrevista com três quadros da Ala que pertenciam a CES: Washington, da Ficap S/A, na Pavuna, Agenor da Silva, do Estaleiro Caneco, na zona portuária, e Ricardo A⁶⁴¹, do Emaq, na Ilha do Governador. O trio narrou o movimento como parte do processo da luta de classes e denunciou ameaças de patrões aos grevistas⁶⁴². Para reforçar a ideia de

⁶³⁸ BRENNAN, James. El classismo y los obreros, el contexto fabril del ‘sindicalismo de liberación’ en la industria automotriz cordobesa, 1970-75. *Desarrollo Económico*, v. 32, nº 125, abr/jun, 1992, p. 2.

⁶³⁹ O *Jornal da Baixada* referiu-se ao movimento como Greve dos 250 Mil.

⁶⁴⁰ *Jornal da Baixada*, edição-extra, setembro de 1979, p. 01

⁶⁴¹ Ricardo A. é a grafia que aparece no jornal. Em seu depoimento, Nelson Vasquez citou um militante de nome Ricardo, mas não soube dizer o sobrenome.

⁶⁴² *Jornal da Baixada*, edição-extra, setembro de 1979, p. 03.

mobilização de classe, estampou-se na capa uma foto da assembleia em que trabalhadores comemoraram a aprovação da greve (ver anexo IV).

Após a Greve dos 300 Mil, o movimento oposicionista saiu fortalecido. Nas eleições de novembro de 1980, no entanto, dividiu as suas forças que, pela primeira vez desde 1973, lançaram candidaturas próprias. Concorreram quatro chapas, três de oposição. Pimentel, candidatou-se à reeleição, foi apoiado por Valdir Vicente, por outros segmentos tradicionais do sindicato e por correntes anteriormente ligadas às chapas de oposição, o MR-8 e o PCdoB. A oposição, propriamente dita, se dividiu da seguinte forma: uma chapa formada pela CS e o MST, outra lançada pelo PCB e mais uma organizada pelo Movimento União Metalúrgico (MUM)⁶⁴³.

O MUM foi organizado após a greve de 1979 sob a liderança da Ala, do setor progressista da Igreja, do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e de militantes independentes. Foi o grupo de oposição de maior expressão na disputa. A possibilidade de uma chapa conjunta da Ala com a CS e o MST era difícil, dadas as diferenças entre essas correntes na greve. À Ala não interessava compor uma chapa com correntes consideradas “mais radicais”⁶⁴⁴. É importante destacar que, no momento em que as eleições sindicais ocorreram, as forças oposicionistas compunham correntes no PT⁶⁴⁵, com exceção do PCB e do PCdoB, que lutavam pela legalização de suas legendas⁶⁴⁶, e de alguns quadros do MR-8, que optaram pelo ingresso no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁶⁴⁷.

A chapa do MUM foi encabeçada por Joaquim Arnaldo e contou com Washington e com Nelson em sua formação. A escolha de Joaquim Arnaldo para liderar a chapa teve três motivos. O primeiro passava pela ideia em lançar um nome experiente, com reconhecido respeito na categoria. O segundo tinha a ver com a sua participação destacada nos encontros nacional e estadual dos metalúrgicos. O terceiro motivo era o possível empenho da Igreja para eleger um de seus membros. A chapa contou com o apoio de lideranças operárias de São Bernardo. Entre elas, estava Luís Inácio da Silva, o Lula, mas ficou em segundo lugar no pleito. Pimentel foi reeleito presidente do sindicato.

⁶⁴³ MARTINHO, *op. cit.*, p. 647.

⁶⁴⁴ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶⁴⁵ Fundado em 10 de fevereiro de 1980.

⁶⁴⁶ O PCB reconquistou a legalidade (perdida em 1947) em 08 de maio de 1985, enquanto o PCdoB foi legalizado em 23 de maio do ano mesmo ano.

⁶⁴⁷ Fundado em 15 de janeiro de 1980.

Os militantes atribuíram a derrota a dois fatores. O primeiro fator era a denúncia envolvendo o nome do candidato a presidente. Os denunciantes acusaram Joaquim Arnaldo de ser empresário, baseado no fato de haver no nome de sua esposa uma pequena cooperativa de refrigeração, para qual ele trabalhava. Visado por participações nas lutas sindicais desde os anos 1960, Joaquim Arnaldo tinha dificuldades para conseguir emprego formal, o que o obrigava a ser autônomo. Quanto à cooperativa da qual sua esposa seria sócia, essa era uma microempresa montada com a ajuda da Diocese de Nova Iguaçu para acolher trabalhadores desempregados e perseguidos pela ditadura. Os componentes da chapa e seus apoiadores tentaram responder às acusações, mas não conseguiram desfazer a denúncia a tempo de evitar a perda de votos. A denúncia teria partido de membros da CS que, incomodados com o crescimento do MUM, tentaram sabotar a chapa⁶⁴⁸. O segundo fator diz respeito à fragmentação das forças de esquerda naquelas eleições, o que pode ter sido determinante para a derrota das oposições. Derrotadas, as oposições se mantiveram divididas.

Na eleição de 1983, pesou nas articulações para as disputas no pleito a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁶⁴⁹, da qual a Ala era uma das defensoras. Com o argumento de que a unidade era o caminho para as correntes comprometidas com a renovação sindical saírem vitoriosas das eleições, a Ala, o MEP e o PCB formaram a Chapa 1, encabeçada pelo pecebista Jorge de Carvalho⁶⁵⁰. Na composição, havia nomes ligados a Valdir Vicente e a Oswaldo Pimentel, que esperavam continuar a exercer influência na condução da entidade. O setor progressista da Igreja e os sindicalistas ligados a Lula, também engajados no PT e na criação da CUT, lançaram a Chapa 2, cujo candidato à presidência foi o membro da Pastoral Operária, José Domingos Cardoso, o Ferreirinha. Para esse grupo, era preciso consolidar, no Rio de Janeiro, um campo político declaradamente cutista⁶⁵¹. Outra razão para esse grupo ter proposto uma chapa própria foi o fato da articulação liderada pela Ala contar com nomes indicados por Pimentel e por Valdir Vicente. O MR-8, por sua vez, lançou Marcos de Carvalho pela Chapa 3. O pleito terminou empatado entre as chapas 1 e 3, o

⁶⁴⁸ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶⁴⁹ A CUT foi fundada em agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, SP, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Além de pautas específicas do movimento operário, como reajustes trimestrais dos salários e autonomia sindical, no Congresso, debateram-se temas amplos, como o fim da Lei de Segurança Nacional, as eleições diretas para presidente da República e a necessidade de uma reforma agrária controlada pelos trabalhadores.

⁶⁵⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶⁵¹ MARTINHO, *op. cit.*, p. 653.

que provocou a anulação da eleição. A próxima foi marcada para o ano seguinte. Enquanto isso, o Ministério do Trabalho determinou a permanência de Pimentel na presidência do sindicato.

Para a Ala, o fato de Pimentel e de Valdir Vicente indicarem nomes para a chapa não fez dela uma ‘candidatura da situação’⁶⁵², visto que as correntes de oposição eram maioria e controlavam a chapa. A composição de nomes revelou a fluidez existente nas chamadas oposições sindicais, cujos segmentos, algumas vezes, optavam por compor com setores tradicionais a fim de obterem o controle dos sindicatos. Para a decisão da Ala de participar da articulação, contou a visão pragmática em relação à disputa. Convencido de que a consolidação de um movimento operário renovado passava pela conquista do sindicato, o partido no Rio compôs com segmentos associados a ‘velhas práticas sindicais’. A Ala acreditava que, ao conquistar o controle da entidade, seria hegemônica na sua condução, transformando o sindicato em um “verdadeiro instrumento da luta de classe”⁶⁵³.

O resultado das eleições provocou o realinhamento de parte das oposições. Além de prosseguir com as alianças com o MEP e com o PCB, a Ala voltou a compor com o setor progressista da Igreja. Nas eleições de 1984, o grupo lançou Nelson como candidato à presidência e Ferreirinha, à vice. Já o sindicalismo tradicional unificou-se na chapa encabeçada por Valdir Vicente, que recebeu o apoio do MR-8 e do PCdoB e saiu vitoriosa. A Ala atribuiu a derrota à ausência de Lula na campanha e à falta de empenho de petistas e de pecebistas que, por divergências ideológicas, não se empenharam no apoio à chapa⁶⁵⁴. Álvaro afirmou que o insucesso naquela disputa provou que o posicionamento em favor de uma candidatura própria das forças comprometidas com a renovação sindical era “correto do ponto de vista moral, mas na prática dificilmente teria êxito”⁶⁵⁵. Em evidência pela liderança na greve de 1979, Nelson era visto como uma ativista exaltado, o que pode ter somado pontos para a derrota.

Meses antes das eleições, Nelson liderou uma paralisação no Emaq, porque a empresa estava com o pagamento dos salários em atraso. O evento aconteceu em 25 de

⁶⁵² No vocabulário sindical, o termo refere-se à chapa ligada aos membros que ocupam o poder no momento das eleições.

⁶⁵³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Orientações do Partido para o trabalho operário**. Darf, AV, DDI-III, documento 18, Aperj, janeiro de 1981.

⁶⁵⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim de Debates n° 2**. Dezembro de 1984, p. 08. Documento, gentilmente, cedido para consulta por Álvaro Lins Cavalcanti Filho.

⁶⁵⁵ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

abril, quando o Congresso Nacional se reuniu para votar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso. A PEC defendia a realização de eleições diretas para presidente da República. Na ocasião, aproveitando o clima de tensão política, o militante adentrou o pátio da fábrica em um carro com um alto-falante. O episódio, somado à candidatura à presidência do sindicato, provocou a sua demissão do estaleiro. Até 1987, Nelson trabalhou em 14 empresas, pois, toda vez que era reconhecido como sindicalista, era demitido. Uma das empresas pela qual passou no período foi a Ishibras, onde Álvaro também trabalhou⁶⁵⁶.

Desde 1984, a Ala decidiu preservar a imagem de Washington a fim de lançá-lo em candidatura futura. Por essa razão, evitou envolvê-lo em grandes embates no sindicato. Em ocasiões em que se tratavam temas muito divergentes entre os operários, Nelson e Antonio eram designados para participar das discussões⁶⁵⁷. Em 1987, a chapa encabeçada por Washington venceu as eleições. A articulação de seu nome envolveu antigos aliados, em especial o setor progressista da Igreja e o MEP. A tática de preservar a imagem de Washington parece ter ajudado na vitória, porque, longe dos grandes embates, foi apresentado como um candidato moderado que agradou tanto a votantes simpáticos à oposição como àqueles que costumavam optar por candidatos menos radicais⁶⁵⁸. Quando a eleição ocorreu, a Ala não existia mais. Mesmo assim, os militantes atribuíram a vitória à organização, interpretando-a como resultado do trabalho realizado pelo partido desde o início dos anos 1970.

A partir de 1977, a Ala ampliou os contatos nos metalúrgicos e em outras categorias. Entre elas, envolveram-se os bancários, os professores, os ferroviários, os vidreiros, os engenheiros e os economistas. Na estimativa de Nelson, a organização contou até 1982 com cerca de duzentos militantes e o triplo desse número entre simpatizantes e pessoas próximas do partido no Rio de Janeiro⁶⁵⁹. Possivelmente, superestimou os quantitativos. Ainda assim, no período, houve um crescimento razoável no número de quadros.

Nos bancários, a única categoria, além os metalúrgicos, sobre a qual tivemos algumas informações, foi liderada por Maria Imaculada Vasquez, irmã de Nelson. Imaculada entrou para a Ala em 1976, ao acompanhar as discussões políticas do irmão

⁶⁵⁶ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶⁵⁷ *Ibid.*

⁶⁵⁸ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶⁵⁹ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

com Antonio⁶⁶⁰. Assim como ocorreu nos metalúrgicos, a organização participou do movimento de oposição sindical, porém sem encabeçar chapas. Entre 1977 e 1985, manteve-se próxima do MEP e do PCB⁶⁶¹. Nas entrevistas, o pecebista Ivan Pinheiro⁶⁶² aparece como o articulador da oposição e alguém de confiança da Ala nas disputas sindicais. “Ivan resolvia tudo. Articulava as táticas de luta com a Imaculada. Ela tinha muita influência na categoria, mas era ele quem tomava à frente para resolver os impasses e unir as pessoas no movimento”⁶⁶³, afirmou Nelson. Em 1978, Pinheiro venceu as eleições para a presidência do sindicato a partir de uma chapa com nomes da Ala. Entre eles, constava o nome de Imaculada.

A Ala em São Bernardo: imprensa e cultura a serviço da causa operária

Diferente do que ocorreu na Ala fluminense, as experiências mais expressivas da Ala paulista no setor operário não se deram pela integração em fábricas, mas pela participação, em especial de ex-presos políticos, em atividades culturais e de imprensa em São Bernardo do Campo. Ao deixar a prisão, os que permaneceram no partido foram orientados a estabelecer ligação com as massas, priorizando o trabalho de organização dos operários. “Tinha a estratégia geral da direção nacional de concentrar o trabalho nos setores de ponta do proletariado. Avaliamos onde era melhor e possível fazer o trabalho”⁶⁶⁴, disse Alípio.

A estratégia de “concentrar o trabalho nos setores de ponta do proletariado” era uma deliberação antiga e relacionava-se ao postulado marxista de quanto mais especializado o operário, maior a possibilidade de ele compreender o grau de exploração capitalista. Na compreensão da Ala, os metalúrgicos representavam o setor de ponta. São Bernardo do Campo foi escolhido o “melhor” lugar para a realização do trabalho. Além de importante polo industrial, o qual concentrava montadoras automobilísticas e milhares de operários, em 1975, a ‘capital do automóvel’, como a cidade era chamada, tinha outro fator de atração: um movimento operário autônomo em ascensão.

Desde 1969, grupos marxistas, incluindo a Ala, buscaram inserção no Sindicato de São Bernardo. Tendo em vista que as primeiras experiências no “trabalho de fábrica”

⁶⁶⁰ *Ibid.*

⁶⁶¹ *Ibid.*

⁶⁶² Anteriormente ligado ao MR-8, em meados dos anos 1970, Ivan Pinheiro ingressou no PCB.

⁶⁶³ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁶⁶⁴ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

datam de 1971, até ali, a organização não contava com quadros integrados na produção, conforme era o caso da AP. Então, as atividades se restringiram a panfletagens em portões de fábrica e a capitalização por Derly de contatos para a organização. Com a desarticulação do partido e a prisão do dirigente, doravante exilado, os contatos se perderam. Entre 1972 e 1973, Ana esteve numa fábrica local ligada ao setor de bens de consumo, mas não capitalizou contatos ou avançou no trabalho para o partido. Houve outras tentativas de integração em fábricas entre 1971 e 1973, mas os envolvidos permaneceram pouco tempo na atividade⁶⁶⁵.

A partir de 1975, aconteceram novas integrações: “dois ou três casos”, incluindo um ex-presos político⁶⁶⁶. Dadas às especificidades do movimento operário de São Bernardo, o partido não precisou incentivar ali um movimento de oposição sindical, porque “a coisa já estava encaminhada”⁶⁶⁷. A missão era fortalecer aquele movimento. Talvez, por essa razão, parecesse mais produtivo inserir quadros em atividades diversas de apoio ao movimento do que no chão da fábrica. Também contou para o pequeno número de integrados na produção a recusa dos ex-presos de se engajarem nesse tipo de atividade.

Até meados da década de 1970, o Sindicato de São Bernardo foi presidido por Paulo Vidal, cuja política sindical era pautada por um posicionamento moderado. No imediato pós-golpe, de modo semelhante ao que aconteceu com diversas entidades de classe dos trabalhadores, o sindicato sofreu intervenção. Em 1969, Vidal foi eleito presidente. Na ocasião, formou-se uma chapa de oposição incentivada pela AP, mas a maioria de seus participantes foi presa, o que ajudou, em parte, a vitória de Vidal⁶⁶⁸.

Alguns pesquisadores veem um caráter ambíguo na gestão de Vidal, pois, ao mesmo tempo em que mostrou disposição em colaborar com o regime, reivindicou melhorias das condições de trabalho dos operários. Em sua gestão, o sindicato intermediou conflitos entre trabalhadores e patrões por meio do Departamento Jurídico⁶⁶⁹. Em 1972, Vidal foi reeleito, derrotando novamente uma chapa de oposição apoiada por grupos de esquerda, que, assim como a anterior, teve vários membros presos⁶⁷⁰. Lula participou dessa composição e tornou-se primeiro-secretário da entidade.

⁶⁶⁵ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶⁶⁶ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁶⁸ MOURA, *op. cit.*, p. 223.

⁶⁶⁹ A respeito dessa interpretação, ver os seguintes trabalhos: MOURA, *op. cit.*; TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. **Lugar Comum**, v. 26, 2008, p. 291-309.

⁶⁷⁰ MOURA, *op. cit.*, p. 224.

Em 1974, trabalhadores de diferentes empresas realizaram mobilizações por reajustes salariais, a exemplo do ocorrido na Ford, na Volkswagen, na Mercedes, na Villares e na Brastemp. As paralisações, organizadas por pequenos grupos nas fábricas, sinalizaram a distância entre parcela dos trabalhadores e o sindicato. O comportamento conciliador de Vidal diante das paralisações teria gerado descontentamento em alguns membros da diretoria, entre os quais estava Lula, pois defendiam a ênfase no trabalho de base da categoria. Segundo Marco Aurélio Garcia, verificou-se, naquele momento, uma cisão no interior do sindicato, porque, enquanto Vidal era um conciliador em relação a greves, o grupo agregado em torno de Lula intensificava os laços em direção às bases⁶⁷¹. No mesmo ano, organizou-se o Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base e o I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no qual se criticou a estrutura sindical⁶⁷². No início de 1975, o grupo de diretores considerado mais combativo assumiu o controle do sindicato, presidido por Lula. As eleições foram em chapa única.

O afastamento do sindicato de sua base permaneceu em 1976, quando operários de diversas empresas realizaram novas paralisações e operações-tartaruga. Para Alessandro de Moura, a primeira gestão de Lula foi, em vários aspectos, uma continuidade da administração de Vidal, uma vez que, inicialmente, a entidade não travou grandes enfrentamentos com o regime e o patronato⁶⁷³. Boa parte dos autores, entretanto, apontam mudanças nos discursos e nas práticas da entidade desde os primeiros momentos da gestão, o que fez com que a entidade passasse, progressivamente, da conciliação à contestação⁶⁷⁴. Em 1977, o sindicato subiu o tom do discurso na defesa dos interesses dos trabalhadores ao negociar o reajuste salarial da categoria. Foi a partir do ano seguinte (quando Lula foi reeleito), contudo, que o sindicato assumiu uma representação de classe mais efetiva, principalmente, por apoiar uma onda grevista de grande proporção iniciada espontaneamente pelos operários da Scania em maio. Já em 1979, a entidade articulou e dirigiu o movimento grevista, que deve ser entendido também como resultado das mobilizações gestadas pelos trabalhadores no chão da fábrica.

⁶⁷¹ GARCIA, Marco. Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. In: **Desvios**, nº 1, nov, 1982, p.10. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

⁶⁷² TIBLE, *op. cit.*, p. 299-301.

⁶⁷³ MOURA, *op. cit.*, p. 232-233.

⁶⁷⁴ Sobre essa interpretação, ver os seguintes trabalhos. SADER, 1988, *op. cit.*, NEGRO, 2004, *op. cit.*; TIBLE, *op. cit.*; ABRAMO, Laís. **O Resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999; GARCIA, 1982, *op. cit.*

De acordo com Eder Sader, “uma particularidade notável do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo residiu na sua capacidade de assimilar e de estimular as múltiplas e difusas formas de resistência operária que ocorriam nas empresas”⁶⁷⁵. De modo geral, as formas de resistência surgiram à margem do sindicato, e seus propositores viam com desconfiança a entidade que, doravante, passou a ser considerada um meio eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores. Diferente do que ocorria na capital, onde o sindicato era controlado por Joaquinção⁶⁷⁶.

A chegada de militantes da Ala em São Bernardo coincidiu com o início da primeira gestão de Lula. Foram, todavia, as notícias de formação de um movimento operário combativo, não a vitória da chapa, que atraíram as atenções do partido. Lula era uma figura pouco conhecida, alguns militantes ainda não tinham ouvido falar dele⁶⁷⁷. Mesmo assim, a aproximação com a sua gestão foi rápida e os militantes iniciaram ações em parceria com o sindicato. Em 1975, surgiu a ideia de montar um jornal voltado para as demandas do movimento operário do ABCD. A partir dessa iniciativa, os militantes se aproximaram dos dirigentes, passaram a conhecer melhor seus discursos e investiram em parcerias com a entidade.

É importante destacar que as iniciativas da Ala de fortalecimento do movimento operário e sindical foram compartilhadas em redes amplas, que envolveram desde militantes organizados e ex-militantes do partido e de outras organizações até não-militantes. Na ‘capital do automóvel’, os quadros da Ala se aglutinaram em torno do *ABCD Jornal*, um periódico alternativo⁶⁷⁸ cuja existência abriu espaço para outras experiências, como a criação de um centro cultural, e ajudou a forjar discursos e ações de valorização da proposta sindical existente em São Bernardo.

O incentivo à criação de jornais de massa⁶⁷⁹, na segunda metade dos anos 1970, foi um desdobramento da autocrítica e a sua deliberação ocorreu em 1975⁶⁸⁰. Com as publicações, esperava-se ampliar a inserção do partido entre os trabalhadores e as

⁶⁷⁵ SADER, 1988, *op. cit.*, p. 288.—

⁶⁷⁶ Trata-se de Joaquim dos Santos Andrade, que após apoiar, publicamente, o golpe foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cargo que ocupou entre 1965 e 1987. O sindicalista estabeleceu uma relação cordial com governantes e empresários, daí o porquê de ser chamado, pejorativamente, de Joaquinção pelos seus opositores. Nos anos 1970, tornou-se o símbolo do peleguismo no Brasil.

⁶⁷⁷ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁷⁸ O termo remete a periódicos que fazem contraponto à chamada imprensa oficial ou grande imprensa.

⁶⁷⁹ Termo utilizado na documentação escrita e pelos entrevistados para diferenciar os alternativos dos jornais de circulação interna. Também pode ser entendido como jornais voltados para o grande público.

⁶⁸⁰ Sobre essa deliberação, ver o seguinte documento. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Circular. Resoluções sobre a imprensa do partido.** Darf, AV, DDI-III, documento 05, Aperj, maio de 1975.

camadas pobres urbanas. Em São Paulo, a iniciativa partiu dos ex-presos. A relação entre a soltura de presos políticos e o surgimento de jornais alternativos não foi uma exclusividade da Ala. Muitos dos que participaram de periódicos eram recém-saídos do cárcere, ligados a grupos da esquerda armada ou ao movimento estudantil⁶⁸¹.

A respeito das prioridades do partido no momento em que deixou a prisão, Alípio rememorou: “Queriam que eu fosse para a fábrica. Eu sairia da cadeia para cair na clandestinidade de novo? Não! Particpei de outro jeito. Fui me ligar à classe operária no que eu sabia fazer. Fui criar jornais, como jornalista que era”⁶⁸². Possivelmente, a orientação para se engajar no “trabalho de fábrica” partiu de Álvaro e de Orly, então dirigentes nacionais. Nota-se que, entre as razões da recusa, Alípio destacou não desejar voltar à clandestinidade. Daí a decisão de ligar-se à classe operária de “outro jeito”. Na opinião de Álvaro, “o pessoal de São Paulo, principalmente os ex-presos, não se enquadrava nas deliberações”⁶⁸³, deixando, nas entrelinhas, a ideia da recusa de quadros paulistas para aderirem ao “trabalho de fábrica”.

Formado em Jornalismo em 1968, Alípio colaborou em alternativos e atuou no setor de imprensa do partido antes da prisão. Ao optar por voltar a fazer jornais, teve a chance de recuperar a identidade profissional, a qual conciliou com a práxis política. Ao sair da prisão, em 1974, colaborou em alternativos de expressão nacional: *Movimento e Versus*. Trabalhou na TV Bandeirantes e com Vladimir Herzog na TV Cultura. Nessa última, permaneceu até a prisão do jornalista, em outubro de 1975. Com a morte de Herzog, não voltou à Cultura, porque temia “ser o próximo”⁶⁸⁴, referindo-se ao receio de ser executado pelos agentes da ditadura. No mesmo ano, coordenou a criação dos jornais da Ala paulista. A respeito desse processo, disse: “Minha inserção nessa história era ajudar a montar os jornais. Não que eu fosse o responsável por eles, mas, como era um jornalista experiente, ajudei a organizá-los. A articulação dos jornais no ABCD, em Guarulhos, na periferia sul da capital, foi comigo”⁶⁸⁵.

Os jornais de massa da Ala apresentaram características próximas dos chamados alternativos basistas, destinados a narrar problemas específicos de uma região, de um bairro ou de um movimento de base. Em geral, os basistas foram jornais de reportagem, nascidos em periferias urbanas ou em distritos industriais, próximos ao ativismo político

⁶⁸¹ KUCINSKI, *op. cit.*, p. 5.

⁶⁸² Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁸³ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁶⁸⁴ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁸⁵ *Ibid.*

e inseridos em culturas locais, nas quais os códigos poderiam ser facilmente compartilhados. Esse tipo de publicação surgiu na segunda metade da década de 1970, em boa medida, associado à saturação do mercado de trabalho pelas primeiras gerações formadas pelas escolas de Comunicação, multiplicadas com a legislação de imprensa de 1969⁶⁸⁶. Essa saturação levou parcela de jornalistas a buscar espaço em periódicos ligados a sindicatos, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ou em pequenas redações e cooperativas. Nessas publicações, os profissionais adotaram uma linguagem direta entre jornalistas e público-leitor, a fim de possibilitar às camadas populares serem o sujeito e o agente do processo comunicativo⁶⁸⁷.

Em comum com os alternativos basistas, os jornais da Ala apresentaram uma linguagem coloquial, ligaram-se aos movimentos de base (operário e bairro) e mesclaram o ativismo presente nesses movimentos com o projeto político da organização. Mas, a filiação ideológica de seus idealizadores não era revelada a todos os colaboradores.

Em São Bernardo, surgiu a experiência pioneira: o *ABCD Jornal*, fundado em março de 1976. O periódico destinou-se a noticiar as lutas e o cotidiano operário nas cidades industriais do ABCD, que deu título ao órgão. Noticiou mobilizações de diversas categorias, entre elas: os bancários, os químicos, os têxteis, os rodoviários, os professores e os jornalistas. A prioridade, entretanto, continuou sendo o grupo dos metalúrgicos de São Bernardo e sua entidade de classe. O sindicato contou uma coluna no jornal. Djalma de Souza Bom, Devanir Ribeiro e Lula foram as lideranças sindicais que mais colaboraram com a publicação. A entidade tinha um órgão próprio, o *Tribuna Metalúrgica*. Mesmo assim, o *ABCD* tornou-se uma espécie de porta-voz dos metalúrgicos e de suas lideranças sindicais. No documentário *Greve*, dirigido pelo pecebista João Batista de Andrade, em 1979, há cenas do processo de impressão e de distribuição de exemplares nos portões de fábrica por Djalma e por Devanir⁶⁸⁸.

Alípio coordenou o trabalho, enquanto Marcello e Júlio de Grammont⁶⁸⁹ assumiram a liderança da publicação. Marcello e Grammont se conheceram no Tiradentes, quando cumpriam pena por crimes políticos. Como dito, no presídio,

⁶⁸⁶ BRASIL. **Decreto-lei nº 972**. 17 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil03/decreto-lei/del972.htm>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016. Por meio do decreto, exigiu-se o diploma de graduação em Comunicação Social ou em Jornalismo para o exercício da função de jornalista, o que fez multiplicarem os cursos.

⁶⁸⁷ KUCINSKI, *op. cit.*, p. 93-94.

⁶⁸⁸ *Greve!* Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 1979, 36 min.

⁶⁸⁹ Marcello faleceu em 2014 e Grammont em 1998.

conviveram quadros de diferentes organizações, cujo encontro e cuja vivência se desdobraram em redes de solidariedade, algumas vezes, transformadas em ações políticas na segunda metade dos anos 1970.

Grammont foi preso em 1971, quando prestava serviço militar obrigatório no Exército e foi identificado como membro da AP⁶⁹⁰. Na cadeia, Marcello recrutou Grammont para a Ala⁶⁹¹. Marcello, por sua vez, era bancário e, ao sair da prisão, decidiu-se pelo Jornalismo. Além de ser responsável pelo *ABCD Jornal*, mantinha-se próximo dos bancários na capital, onde participou de um movimento de oposição sindical que, em 1979, conquistou a direção do sindicato da categoria⁶⁹². No mesmo ano, Grammont assumiu a direção da *Folha Bancária*, órgão do sindicato. Possivelmente, isso ocorreu a partir de articulações feitas por Marcello⁶⁹³.

Outra contribuição para o *ABCD Jornal*, que remonta às redes de amizade do Tiradentes, veio de Otto Filgueiras, militante da AP. Fora do cárcere, Marcello, Grammont e Filgueiras se reencontraram no curso de Jornalismo da Faculdade Casper Líbero, da qual vieram outros colaboradores para o periódico⁶⁹⁴.

Além de Grammont, Marcello e Filgueiras, a equipe foi composta por jovens jornalistas. Inicialmente, colaboraram Robinson Sasaki, Luiz Guimarães, Roberto Tara, Maria Francisca Bueno, Rodolpho Gamberini Junior, Fausto Bercogge, Gaby e Jô Acs, Guilherme Bonfanti e Milton Piedade, além dos fotógrafos Carlos Lucena e Eduardo Mandell. Aparecida Fátima Carvalho Leite assumiu a direção do periódico. Meses depois, foi substituída por Odair Redondo. Em 1977, entrou para a equipe Leila Rezende dos Reis, casada com Grammont, Almir Pazzianotto, advogado do Sindicato de São Bernardo e deputado estadual pelo MDB de São Paulo, Denise Alves, Lineu Carlos, Neusa Pereira e Silvio Monteiro. No mesmo ano, Grammont assumiu o cargo de editor-chefe, no qual permaneceu até o fim da publicação em 1982. Alguns eram militantes da Ala, mas havia gente de outras organizações e os ‘independentes’⁶⁹⁵.

A ideia de convidar jornalistas profissionais para o *ABCD* tinha a intenção de fazer dele um jornal de prestígio, com pessoas contrárias à ditadura, que defendiam a autonomia sindical. Colaboraram nomes da Comunicação bastante conhecidos à época.

⁶⁹⁰ Projeto Brasil Nunca. BNM 663, fl. 512. Disponível em: <http://www.bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

⁶⁹¹ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁹² Nome oficial da entidade Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

⁶⁹³ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁹⁴ *Ibid.*

⁶⁹⁵ *Ibid.*

Entre eles, estavam João Apolinário Teixeira Pinto, ativista político e jornalista português correspondente internacional em Lisboa, Eduardo Suplicy, analista de assuntos econômicos da *Folha de São Paulo*, Ziraldo, Henfil e Angeli, cartunistas. A participação de Alípio no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e na sucursal paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual, em 1977, tornou-se presidente, contribuiu para ampliar a rede de colaboradores do periódico, porque estar nesses lugares o possibilitou contatar pessoas engajadas na luta democrática. Alguns contatos ainda vieram de redações de outros alternativos onde colaborou.

No contexto de luta democrática, intelectuais, artistas e jornalistas experientes colaboraram com a imprensa alternativa⁶⁹⁶ como forma de participarem dessa luta e também em apoio aos movimentos sociais. Mesmo sem vínculos com organizações e com partidos de esquerda, essas pessoas compartilharam com militantes organizados uma cultura política de resistência.

O *ABCD Jornal* tinha formato *standard* e periodicidade mensal⁶⁹⁷. A tiragem inicial foi de 5 mil exemplares. Depois, passou para 20 mil. A partir de 1978, chegou a 70 mil. No ano seguinte, a tiragem foi de 200 mil. O aumento da tiragem acompanhou o crescimento do movimento operário local, sobretudo o ciclo grevista. O público-leitor era majoritariamente de trabalhadores da região do ABCD, mas, em 1979, o jornal passou a ser distribuído também em pontos de concentração industrial da capital. O exemplar custava Cr\$2,00 (dois Cruzeiros), mas, nas fábricas de São Bernardo, a distribuição era gratuita. As despesas (impressão e colaboradores) eram pagas com o dinheiro de anúncios comerciais publicados no jornal, contribuições de militantes e de pessoas que simpatizavam com a ideia de uma publicação voltada para o movimento operário. Uma quantia muito pequena vinha da venda dos exemplares. Eventualmente, o

⁶⁹⁶ Durante a ditadura militar, a imprensa alternativa passou a ser associada a uma posição antigovernista generalizada. Nesse período, esse tipo de publicação ganhou fôlego, multiplicando-se por todo o país. Foi composta por uma variedade de publicações e veiculou desde discursos dogmáticos, associados às linhas de partidos e organizações de esquerda até a linguagem política pautada pelo humor, além de jornais e de revistas agregadas a diferentes matrizes discursivas. Entre elas, estavam sindicatos, dioceses e movimentos em torno das questões de gênero e de etnia. Todos os alternativos apresentaram uma posição de resistência à ditadura, denunciaram as arbitrariedades cometidas pelo regime e divulgaram as lutas pelos direitos democráticos, contribuindo na ampliação dos canais de debate em um momento de supressão pelo Estado dos espaços de manifestação política de oposição. Os alternativos atingiram o auge durante o processo de transição política.

⁶⁹⁷ Em alguns momentos, a periodicidade foi quinzenal.

sindicato dos metalúrgicos contribuía⁶⁹⁸. Derly, exilado na França, acionou grupos internacionais para financiar o *ABCD* e outros jornais da Ala paulista⁶⁹⁹.

As matérias se concentraram nas demandas dos trabalhadores, a partir do uso de códigos e de símbolos próprios do universo operário. Para atrair leitores, as reportagens abrangeram o cotidiano fora das fábricas, como os problemas dos locais de moradia (poluição do ar e contaminação dos rios pela produção fabril, falta de saneamento, precariedade nos serviços públicos de saúde). Pautas nacionais, como eleições, inflação e campanhas pela anistia política e contra a carestia dos preços também foram notícia. O jornal ainda falou de experiências sindicais de outras cidades e de outros países.

Na coluna de cultura, eram divulgadas apresentações musicais, peças teatrais, palestras e ciclos de cinema realizados em associações culturais ou patrocinados pelos sindicatos. O destaque da coluna de esporte era o futebol, modalidade bastante apreciada pelos trabalhadores brasileiros. Na coluna de emprego, publicaram-se vagas registradas na Bolsa de Empregos do Sindicato de São Bernardo. Divulgaram-se as ações promovidas pelos outros sindicatos locais, como cursos, congressos, campanhas salariais e serviços prestados pelos departamentos cultural, jurídico, previdenciário e médico-odontológico das entidades. As denúncias sobre as más condições de trabalho, os baixos salários, as pressões de chefias e a opressão de patrões foram permanentes. Lideranças sindicais de São Bernardo contribuíram com matérias e textos diversos.

As questões de gênero estiveram presentes nas reportagens, a exemplo da edição de 21 de janeiro de 1978, que tratou do I Congresso da Mulher Metalúrgica. Apesar de seu simbolismo e importância, o Congresso foi proposto pela diretoria masculina do sindicato e contou com uma presença abaixo do esperado, pois as operárias foram ameaçadas de dispensa em algumas empresas ou convocadas para compensarem horas nos dois sábados do encontro⁷⁰⁰. Com a manchete “Elas não querem mais exploração”, o jornal falou das dificuldades e das reivindicações das trabalhadoras. Enfatizou o desrespeito às garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e deu voz às operárias para denunciarem as longas jornadas de trabalho sem o pagamento de horas-extras, os assédios morais e sexuais, os riscos de acidentes pela falta de assessorios adequados para realizar atividades específicas⁷⁰¹. Na avaliação do jornal, o

⁶⁹⁸ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁶⁹⁹ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁷⁰⁰ PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 89-100.

⁷⁰¹ *ABCD Jornal*, nº 13. 21/01/1978, p. 5.

encontro foi positivo e abriu o caminho para a organização operária feminina⁷⁰². Além do destaque no periódico, o encontro foi tema do documentário *Trabalhadoras Metalúrgicas*, de Tapajós e Olga Futemma, produzido a pedido da direção do sindicato⁷⁰³.

Ao sair da cadeia, em 1974, Tapajós estava convencido de que “a redenção” para as esquerdas era ligar-se às massas, priorizando o movimento operário⁷⁰⁴. Autor do documento “Autocrítica”, sua visão relacionava-se diretamente aos debates de revisão tática do partido. Ainda no cárcere, desistiu da militância organizada, por considerar a Ala “sectária” e “desligada da realidade”⁷⁰⁵, referindo-se ao modelo leninista de organização. Desligado do partido, passou a se considerar um militante independente e manteve-se perto de antigos companheiros, com quem compartilhou experiências em torno do Sindicato de São Bernardo.

Em 1975, foi para a periferia da cidade filmar *Fim de Semana*, um documentário sobre os ‘mutirões’⁷⁰⁶, movimento popular no qual os trabalhadores se ajudam mutuamente na construção de suas moradias. Possivelmente, o título se deu em função do trabalho coletivo de construção acontecer nos finais de semana, quando os trabalhadores estavam de folga. Foi uma produção independente, que contou com a parceria de pessoas ligadas à Escola de Comunicação e Arte da USP. Segundo Tapajós, essas pessoas não estavam diretamente ligadas ao movimento operário, mas “tinham interesse nisso”⁷⁰⁷. Tratava-se de uma “classe média intelectualizada”, afirmou, em 2006, à sua entrevistadora Carolina Granato⁷⁰⁸. O documentário ganhou o prêmio Vasp da Jornada Brasileira de Curta Metragem de 1975, em Salvador. Com os recursos da premiação, criou a Oca Cinematográfica, produtora corresponsável por algumas parcerias do cineasta com o sindicato. Da parte da entidade, os recursos vinham de verbas oficiais, como o imposto sindical⁷⁰⁹.

⁷⁰² *Id.*, nº 14. 25/02/1978, p. 2.

⁷⁰³ *Trabalhadoras Metalúrgicas*. Direção: Renato Tapajós e Olga Futemma. Produção: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Oca Cinematográfica. Brasil, 1978, 16min.

⁷⁰⁴ Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva. Campinas, SP. 20 de setembro de 2006 *apud* SILVA, Maria Carolina Granato da. **O cinema na greve a greve no cinema: memórias dos metalúrgicos do ABC (1979-1991)**. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008, p. 66.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 83.

⁷⁰⁶ *Fim de Semana*. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1976, 30 min.

⁷⁰⁷ Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 66.

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 68-69.

A aproximação com o sindicato aconteceu por intermédio de José Roberto Michelazzo, outro ex-militante da Ala. Estudante de Física na USP e ativista estudantil, Michelazzo foi preso em 1968, durante uma passeata. Solto por meio de *habeas corpus*, teve o recurso suspenso com a edição do AI-5. Perseguido pelos órgãos de repressão, optou pela clandestinidade e a militância na Ala. Em 1969, foi enviado a Porto Alegre para atuar em um curso de Madureza controlado pela organização. Em 1970, foi preso na capital gaúcha por vinculação ao partido. Em 1972, deixou a cadeia e a militância organizada. Como tinha experiência enquanto professor, trabalhou em cursos particulares de Madureza em São Bernardo do Campo e, em 1974, foi convidado para dar aulas no recém-criado Centro Educacional Tiradentes (CET), ligado ao sindicato dos metalúrgicos⁷¹⁰.

Fundado em dezembro de 1973, ainda na gestão de Vidal, o CET iniciou as suas atividades em janeiro do ano seguinte. A proposta partiu de membros da diretoria, entre eles estavam Lula e Rubens Teodoro de Arruda, que formaram a chapa sindical eleita em 1975. O nome foi uma homenagem ao patrono da categoria. Além da escolarização, o CET ofereceu cursos profissionalizantes em convênio com o SENAI de São Bernardo. A iniciativa não tinha finalidade político-ideológica, era assistencialista e visava ao atendimento das demandas dos trabalhadores por escolarização e por qualificação profissional. Os dirigentes procuraram contratar “os melhores professores”⁷¹¹, como teria sido o caso de Michelazzo. Em 1975, ele assumiu a coordenação do CET, função que exerceu até 1979, quando a instituição foi extinta. Sob a sua coordenação, as aulas aconteceram em três turnos e com um sistema em que os temas não se repetiram para atender as demandas dos trabalhadores que revezavam turnos nas fábricas. Somente em 1975, estudaram no CET quase 2 mil operários, sendo a maioria associados ao sindicato. Além de Michelazzo, havia outros ex-militantes e também militantes organizados, que traziam para o trabalho docente, no Centro, as orientações de suas organizações. Entre os grupos clandestinos que atuaram na entidade, estavam a Ala, a AP, a CS e o MEP⁷¹².

Semelhantemente a Tapajós, desligado do partido, Michelazzo manteve a “crença na classe operária”. Inserido numa atividade que o permitia o contato direto

⁷¹⁰Entrevista de José Roberto Michelazzo à Kátia Paranhos. Janeiro e fevereiro de 2001 *apud* PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Mentes que brilham: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo**. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2002, p. 63.

⁷¹¹ PARANHOS, 2002, *op. cit.*, p 61.

⁷¹² *Ibid.*, p. 51-65.

com os trabalhadores, viu-se no lugar que sempre procurou estar, porque tinha a oportunidade de realizar, de modo legal, um trabalho que era ao mesmo tempo educativo e político⁷¹³.

Num contexto de ditadura, o CET constituiu uma “aura de proteção”, uma “trincheira”, onde militantes de esquerda, organizados ou independentes, se abrigaram. O sindicato, por sua vez, parecia apoiar a politização dos trabalhadores incentivada por Michelazzo e por boa parte dos professores do CET. A experiência com alunos-trabalhadores se desdobrou na criação do Grupo Ferramenta de Teatro (1975-1978). O objetivo inicial era estimular a leitura dos alunos a partir de esquetes, mas logo a iniciativa ganhou um caráter pedagógico maior: educar politicamente os trabalhadores e despertar neles a consciência de classe, usando a arte como instrumento de reflexão.

O Ferramenta se apresentou várias vezes na sede do sindicato e encenou peças de Martins Pena, Augusto Boal, Ariano Suassuna, Brecht entre outros autores conhecidos, além de textos produzidos pelos operários. Composto por trabalhadores associados ao sindicato, o Ferramenta era mantido pela entidade. Segundo Kátia Paranhos, que pesquisou a trajetória do grupo, as questões políticas e estéticas das peças eram atualizadas pelo debate entre os atores e a plateia, visto que os temas encenados visavam à reflexão dos aspectos políticos e econômicos nacionais, da exploração da classe operária e das lutas dos trabalhadores⁷¹⁴.

Por ocasião das filmagens de *Fim de Semana*, Tapajós foi convidado por Maurício Segall dar um curso de formação para expectadores de cinema no Museu Lasar Segall, na Vila Mariana, bairro da capital paulista. Maurício, diretor do museu, era filho do pintor judeu-lituano Lasar Segall que, no início dos anos 1920, mudou-se para o Brasil. No final dos anos 1960, Maurício entrou para a ALN. Em 1970, foi preso e, assim como Tapajós, ficou recolhido no Tiradentes, onde se conheceram. À frente do museu, Maurício o transformou em um terreno de resistência cultural à ditadura, exibindo, inclusive, clássicos do cinema soviético. Tapajós ainda participou de mais dois cursos na instituição. O objetivo da atividade era ajudar o espectador a decodificar os filmes que via. Para isso, o cineasta exibia uma obra e, em seguida, abria espaço para o debate sobre as questões tratadas no filme⁷¹⁵.

⁷¹³ Entrevista de José Roberto Michelazzo à Kátia Paranhos *apud* PARANHOS, 2002, *op. cit.*, p. 63.

⁷¹⁴ PARANHOS, 2002, *op. cit.*, p. 70-82.

⁷¹⁵ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 341-342.

Os dois primeiros eventos contaram com uma plateia formada predominantemente por estudantes, enquanto, no último, apareceram vários alunos do CET e os dirigentes sindicais Djalma Bom, Luiz dos Santos, o Lulinha, e Expedito Soares, todos levados por Michelazzo. O “pessoal de São Bernardo gostou”⁷¹⁶, então surgiu a ideia de fazer um curso no sindicato, patrocinado pelo museu. Michelazzo, àquela altura, plenamente envolvido com as atividades do CET e do Ferramenta, foi quem apresentou os dirigentes sindicais a Tapajós.

A experiência com os cursos foi bem-sucedida e resultou em outros a pedido do sindicato. Especificamente para os cursos na entidade, Tapajós fez um levantamento do gosto fílmico dos trabalhadores. Descobriu que a predileção era por filmes de faroeste. Com base nisso, selecionou clássicos do cinema mundial que, após exibidos, eram debatidos com os presentes. Os filmes sempre tinham uma abertura para a discussão de assuntos políticos, sociais ou ideológicos. Era um curso de leitura ideológica, mas também de leitura cinematográfica⁷¹⁷.

Interessados em investir em cinema, os dirigentes sindicais convidaram Tapajós, ainda em 1976, para dirigir na entidade um departamento voltado exclusivamente para a atividade. O Departamento de Cinema foi um desdobramento do Departamento Cultural, criado meses antes com o objetivo de centralizar as atividades com o teatro, o trabalho no CET e os bailes. Na visão de Alípio, os investimentos na cultura possibilitaram o sindicato avançar em três metas: a divulgação de reivindicações da categoria, o aumento do número de sindicalizados e a construção de sua identidade⁷¹⁸. Dos cursos, também resultou a proposta de produzir filmes a partir de temas de interesse ou ligados ao cotidiano operário. No começo de 1977, a diretoria propôs a Tapajós uma experiência com base no tema acidente de trabalho, por se tratar de uma questão preocupante e rotineira no espaço fabril. O sindicato negociou com as fábricas as filmagens internas⁷¹⁹. No mesmo ano, surgiu o documentário, didaticamente intitulado *Acidente de Trabalho*⁷²⁰.

À frente do órgão, Tapajós e sua equipe, da qual participaram militantes e pessoas próximas à Ala e a outras organizações, ofereceram cursos e produziram documentários sobre o cotidiano fabril e o movimento operário, nos quais os

⁷¹⁶Entrevista de Renato Tapajós à Kátia Paranhos *apud* PARANHOS, 2002, *op. cit.*, p. 100.

⁷¹⁷Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 85.

⁷¹⁸Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷¹⁹Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 85.

⁷²⁰*Acidente de Trabalho*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Oca Cinematográfica. Brasil, 1977, 16 min.

trabalhadores foram os protagonistas. Com a chegada de Tapajós ao sindicato, o trabalho político-educativo de Michelazzo no CET e no teatro completou-se com o cinema. É importante reforçar que Tapajós e Michelazzo não se aproximaram do sindicato por orientação da Ala, mas, lá, encontraram antigos companheiros com quem compartilharam projetos e práticas. Para Tapajós, isso ocorreu porque, entre outros fatores, a região do ABCD “se tornou polo de atração para todo mundo que fez a autocrítica da luta armada”⁷²¹.

Se, por um lado, as experiências de Michelazzo, no CET e no Ferramenta, e de Tapajós, no Departamento de Cinema, não podem ser interpretadas como práticas da Ala, pois não receberam orientações do partido para realizá-las, por outro lado, tais práticas não estiveram completamente desvinculadas das premissas e dos objetivos políticos da organização. Pioneiros na chegada a São Bernardo, Tapajós e Michelazzo ajudaram quadros organizados a ingressarem no CET, nas atividades de teatro e de cinema e articularam a realização de outras iniciativas onde a Ala esteve presente. Militantes organizados e independentes viram em São Bernardo uma possibilidade de criar condições para impulsionar o projeto socialista.

Ao falar das atividades culturais no sindicato, Tapajós disse: “O cinema era um instrumento para estabelecer contato político com os metalúrgicos. Não era um projeto pessoal. A postura era estar a serviço daquela vanguarda operária, que estava desenvolvendo uma luta de massas”⁷²². Seus documentários, incluindo aqueles produzidos de modo amador nos anos 1960, foram marcados pela militância política e, desde 1975, estiveram relacionados ao processo de autocrítica da Ala.

É difícil dizer o quanto as atividades educativas, culturais e de imprensa ajudaram no almejado processo de politização do operariado pelas esquerdas, mas a presença delas entre os trabalhadores e em sua entidade de classe ajudou, entre outros aspectos, o processo de educação sindical. O sindicato, por sua vez, investiu abertamente nesse processo a partir da oferta de atividades educativas e lúdicas que ajudaram na revalorização da entidade por suas bases e na reflexão dos trabalhadores acerca dos problemas econômicos, políticos e sociais que os afetavam.

Assim como os temas do *ABCD Jornal*, a produção fílmica de Tapajós no sindicato priorizou os temas operários e colocou em evidência os trabalhadores e as lideranças sindicais. Algumas vezes, apresentaram narrativas bastante próximas a

⁷²¹ Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 83.

⁷²² Entrevista de Renato Tapajós à Kátia Paranhos *apud* PARANHOS, 2002, *op. cit.*, p. 103.

respeito dos mesmos eventos. A partir de 1979, as greves foram o carro-chefe das reportagens e dos documentários. No jornal, o incentivo a elas foi anterior. Em fevereiro de 1978, o periódico publicou um histórico das lutas da categoria, destacando a greve de 1962 em São Paulo⁷²³. A alusão às lutas passadas teve, abertamente, a intenção de incentivar lutas no presente.

Em março, o jornal noticiou a postura dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André⁷²⁴ de não participarem, naquele ano, do dissídio coletivo, porque propunham um acordo direto com os patrões⁷²⁵. A Justiça do Trabalho, no entanto, negou o acordo e determinou um reajuste com base no índice fixado pelo governo. Com o episódio, o presidente do Sindicato de São Bernardo subiu o tom do discurso e aventou, numa entrevista publicada no jornal, a possibilidade de uma greve como estratégia de negociação⁷²⁶. Em maio, os operários da Scania iniciaram uma greve que, em poucos dias, espalhou-se por dezenas de empresas na região do ABCD, em Osasco e na Capital⁷²⁷.

A greve foi manchete de capa. Nas palavras dos redatores, aquele foi “o acontecimento político mais importante dos últimos dez anos”⁷²⁸. Embora a greve não tenha sido decretada pelos sindicatos, o jornal valorizou a atitude de apoio aos grevistas adotadas pelas direções de São Bernardo e de Santo André⁷²⁹. A solidariedade de classe de outras categorias e o apoio aos grevistas por intelectuais, por artistas e por personalidades conhecidas pelo engajamento na luta democrática, a exemplo de Dom Evaristo Arns, foram destacados⁷³⁰.

Apesar de exaltar as posturas dos dirigentes sindicais de São Bernardo e de Santo André por seus apoios aos grevistas, o jornal apontou a incapacidade desses dirigentes para mediar as negociações, em virtude de não estarem “preparados para lidar com um movimento de tão grande dimensão”⁷³¹. Ao se referirem à greve como o “acontecimento político mais importante dos últimos dez anos”, os redatores aludiram ao intervalo no movimento operário da realização de grandes mobilizações de classe

⁷²³ *ABCD Jornal*, nº 14. 25/02/1978, p. 02.

⁷²⁴ O nome oficial da entidade é Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá.

⁷²⁵ *ABCD Jornal*, nº 15. 25/03/1978, p. 03.

⁷²⁶ *Ibid.*, p. 05.

⁷²⁷ O movimento apresentou demandas específicas por fábricas. Na Scania, por exemplo, os operários exigiram uma reposição salarial de 20% e melhores condições de trabalho.

⁷²⁸ *ABCD Jornal*, nº 17. 06/1978, p. 02.

⁷²⁹ *Ibid.*

⁷³⁰ *Ibid.*, p. 04.

⁷³¹ *Ibid.*, p. 02.

desde Osasco e Contagem, ocorridos em 1968. A vitória “mais importante dos trabalhadores”, disseram, “foi a perda do medo de fazer greves”⁷³². O medo estava relacionado à existência de dispositivos legais que, desde o golpe, intencionavam coibir as paralisações⁷³³.

Após um intervalo, o movimento de São Bernardo marcou a retomada das mobilizações de massa pelos operários. Embora os dirigentes sindicais previssem a realização de paralisações em 1978, não esperavam que elas contassem com uma adesão tão expressiva⁷³⁴. Talvez daí a “incapacidade dos dirigentes” para intermediar as negociações e dirigir as lutas. Motivado, principalmente, pelo arrocho salarial, o movimento não pode ser compreendido fora do quadro de paralisações organizadas no chão da fábrica ao longo da década, a exemplo das ocorridas em 1974 e de 1976, supracitadas. Ademais, reconhecer que houve um intervalo nas grandes mobilizações operárias durante o regime ditatorial não deve levar à interpretação equivocada de que houve uma suspensão das lutas pelos trabalhadores nesse período.

O movimento de maio de 1978 motivou outras paralisações no segundo semestre em diversas empresas de São Bernardo. Com os protestos, os trabalhadores visavam à generalização dos acordos para o conjunto da categoria. O patronato, sobretudo da indústria automobilística, reagiu com demissões e com ações preventivas para coibir novas paralisações na campanha salarial de 1979. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) elaborou um documento no qual sugeriu ações de enfrentamento a greves pelo empresariado, como o não pagamento das horas paralisadas e o impedimento da presença dos grevistas nas fábricas. Em outubro, ocorreu o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, no qual se discutiram, entre outras questões, o funcionamento da estrutura sindical e as estratégias a serem adotadas pelo sindicato nas lutas do operariado. No encontro, decidiu-se que a entidade realizaria reuniões de operários por empresas, com a intenção de suprir a ausência sindical nas fábricas. Do processo de articulação do sindicato com os operários nas fábricas, surgiram algumas das principais reivindicações que motivaram a campanha salarial de 1979.

⁷³² *Ibid.*

⁷³³ Além a Lei Antigreve, de 1964, em 1978, o governo adotou outras restrições, como o veto às paralisações de trabalhadores de empresas de economia mista (Lei nº 6.128/78). Os grevistas também poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que previa pena de reclusão aos que incorressem em movimentos considerados subversivos à ordem.

⁷³⁴ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

No início de 1979, as entidades de classe do empresariado orientaram a não realização de negociações diretas com os operários, as quais deveriam acontecer somente com o sindicato. Sugeriram ainda o aumento de estoque da produção, do controle dos chefes sobre os trabalhadores e do efetivo policial em caso de greve. Em resposta, o Sindicato de São Bernardo orientou os trabalhadores a não fazerem horas-extras, a fim de evitar o aumento de produção. De acordo com Ricardo Antunes, enquanto os dirigentes sindicais de São Bernardo se preparavam para dirigir um iminente movimento grevista, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo buscava obter dos sindicatos a autorização para fazer um acordo válido para toda a categoria. A recusa do Sindicato de São Bernardo em conceder essa autorização selou a ruptura entre as duas entidades⁷³⁵. As divergências entre o sindicato e a federação se arrastavam desde o início do ano anterior.

O trabalho sindical realizado nas fábricas, desde o final de 1978, ajudou a compor a pauta de reivindicações, a qual incluiu principalmente um reajuste salarial de 77,1%⁷³⁶, piso salarial de três salários mínimos, estabilidade para os delegados sindicais, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajustes trimestrais, um delegado para cada grupo de 500 empregados, assegurando-se o número mínimo de um empregado para as empresas com menos de 500 trabalhadores⁷³⁷. A proposta de reajuste da FIESP era abaixo do exigido pelos trabalhadores, menor, inclusive, que os 43% determinado pelo governo.

No dia 13 de março de 1979, antevéspera da posse do general Figueiredo à presidência da República, os metalúrgicos do ABCD rejeitaram a proposta patronal e entraram em greve. Somente em São Bernardo, 90 mil operários de 47 fábricas paralisaram as atividades. Em Santo André, foram quase 40 mil operários de 60 empresas, que se somaram aos mais de 25 mil grevistas em São Caetano do Sul. Até o quarto dia do movimento, as cidades do ABCD somavam 170 mil operários em greve. A paralisação atingiu as seguintes fábricas: Ford, Volkswagen, Mercedes-Benz, Brastemp, Villares, Schuler, Vulcanus, Motores Buffalo, Saab-Scania, Chrysler, Cima, Cofap, Otis, General Electric, além de outras de pequeno e de médio porte. O

⁷³⁵ ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992, p. 39-42. A Federação aceitou a proposta da FIESP, validando-a para 29 sindicatos. Além do Sindicato de São Bernardo, os sindicatos de Santo André, de São Caetano, de Santa Bárbara D'Oeste e de Santos não assinaram o acordo.

⁷³⁶ O sindicato pleiteava 43% do reajuste oficial acrescido de mais 34,1%.

⁷³⁷ MOURA, *op. cit.*, p. 308.

movimento se alastrou para o interior, chegando às cidades de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Jundiaí, Campinas e Santa Bárbara d'Oeste⁷³⁸.

Na assembleia em São Bernardo, compareceram cerca de 60 mil operários. O encontro marcou o início da prática de assembleias plebiscitárias para a avaliação e para as definições de estratégias para o movimento grevista. Foi organizada uma comissão de salário que, junto à direção sindical, dirigiu a greve. Dessa comissão, participaram quadros ligados a diversas organizações. Entre elas, estavam a Ala, o MR-8 e o MEP.

Ocorrido em setembro seguinte, o movimento grevista dos metalúrgicos no Rio de Janeiro teve pontos de semelhança com as proposições da categoria no ABCD, como as reivindicações de reajustes trimestrais e a redução da jornada de trabalho, além da criação de uma comissão de salário. No Rio de Janeiro, contudo, a comissão foi criada e dirigida pelos opositoristas que, por meio dela, articularam e conduziram a greve a despeito das orientações do sindicato.

No dia 15 (data da posse de Figueiredo), a greve foi julgada ilegal pelo TRT. Mesmo assim, aproximadamente 170 mil operários permaneceram em greve no ABCD. Em assembleia realizada no Estádio da Vila Euclides, na qual os trabalhadores decidiram pela continuidade do movimento, dirigentes sindicais de São Bernardo, entre eles, Djalma Bom, propuseram a criação do Fundo de Greve⁷³⁹. O Ministério do Trabalho abriu sindicância para apurar denúncias de incitação à greve, enquanto os patrões reagiram com ameaças de demissões e de contratação de funcionários substitutos⁷⁴⁰.

Com a criação do Fundo de Greve, iniciou-se uma campanha nacional de solidariedade aos grevistas, mediante a coleta de recursos financeiros e de alimentos para os trabalhadores paralisados, que contou com o forte apoio da Igreja Católica. Militantes da Ala e de outras organizações de esquerda em São Bernardo teriam sugerido a ideia aos dirigentes sindicais, que a oficializaram⁷⁴¹. Membros do partido criaram comitês de apoio à greve nos bairros onde atuavam, a exemplo de Delmar, que criou um comitê em Vila Alpina, periferia leste da capital.

No dia 22, o ministro do Trabalho apresentou um protocolo de intenções no qual propôs a volta imediata ao trabalho, 45 dias de prazo para o patronato avaliar o reajuste reivindicado e o desconto parcelado dos dias de greve. Em assembleia realizada no dia

⁷³⁸ ANTUNES, 1992, *op. cit.*, p. 43-47.

⁷³⁹ Arrecadação de recursos para cobrir despesas de descontos salariais de dias em greve.

⁷⁴⁰ ANTUNES, 1992, *op. cit.*, p. 48-49.

⁷⁴¹ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

seguinte, os grevistas rejeitaram a proposta. O presidente do Sindicato de São Bernardo mostrou-se favorável ao acordo e alertou sobre os riscos de uma intervenção na entidade, caso a greve fosse mantida. Os trabalhadores decidiram prosseguir com o movimento. Antecipando-se aos acontecimentos, Lula afirmou que, em caso de afastamento ou da prisão dos dirigentes sindicais, a Comissão de Salário assumiria o comando da greve. Em Santo André e em São Caetano do Sul, a proposta do Ministério também foi rejeitada pelos trabalhadores⁷⁴². Com a recusa do acordo, o ministro decretou, no próprio dia 23, a intervenção nos sindicatos da categoria nessas três cidades, além de proibir assembleias no Estádio da Vila Euclides.

Em protesto às intervenções, realizou-se um ato público na Câmara Municipal de São Paulo, no qual compareceram figuras públicas engajadas na luta democrática. Operários fizeram vigília na sede dos sindicatos e foram duramente reprimidos. Os dias seguintes foram de grande tensão, marcados por confrontos de rua entre operários e policiais. A Igreja Matriz de São Bernardo tornou-se o centro de reuniões dos dirigentes sindicais e da Comissão de Salário, revelando o apoio da Igreja, em especial, da Pastoral Operária dirigida por Dom Cláudio Hummes, então bispo de Santo André, ao movimento operário do ABCD⁷⁴³.

No dia 25, Lula reapareceu à cena, ao comparecer em uma missa na Matriz. Após o rito, discursou na praça em frente para aproximadamente 15 mil pessoas. Os dirigentes sindicais cassados reassumiram ali a liderança do movimento e reafirmaram a necessidade de manutenção da greve. Dois dias depois, entretanto, Lula pediu, em assembleia, o voto de confiança dos trabalhadores para suspender a greve e negociar por eles com os patrões durante o prazo de 45 dias. Nesse período, além das negociações para alcançar um índice salarial satisfatório, comprometeu-se em garantir que as horas paralisadas não seriam descontadas, nem os grevistas seriam demitidos. Caso os patrões descumprissem as exigências, os metalúrgicos entrariam novamente em greve. Apesar dos descontentamentos, vaias e xingamentos, a maioria aceitou a proposta⁷⁴⁴.

A proposição da trégua se deu, porque, na reavaliação das lideranças sindicais, o movimento começava a entrar em refluxo, em função do retorno de um número considerável de operários ao trabalho. Ao longo daqueles dias, os dirigentes destituídos

⁷⁴² ANTUNES, 1992, *op. cit.*, p. 51.

⁷⁴³ *Ibid.*, p. 52.

⁷⁴⁴ MOURA, *op. cit.*, p. 321.

continuaram a mobilizar a categoria em reuniões na Igreja Matriz, em associações de bairro e nos portões de fábricas.

No Primeiro de Maio, 150 mil pessoas participaram de um ato no Estádio de Vila Euclides. Na data, lideranças sindicais de diversas categorias lançaram um manifesto pela criação de um partido dos trabalhadores. A Carta de Princípios, como foi chamada, foi distribuída em cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará, durante atos e comemorações pelo Dia do Trabalhador. A circulação pública do documento gerou controvérsias com outras correntes propositoras da criação do partido. Entre elas, estavam os sindicalistas do ABCD, que interpretaram como precipitada a ação do comitê. Fruto da iniciativa de um grupo⁷⁴⁵ que, entre outros, discutiu a proposta, o documento foi importante para motivar o debate, mas, devido a disputas e a contradições do movimento sindical, a discussão sobre a criação do PT prosseguiu durante todo o ano de 1979. A crise aberta no movimento grevista no ABCD, em função das intervenções nos sindicatos e pelo recuo dos dirigentes sindicais de São Bernardo ao proporem uma trégua à greve, também interferiu nos debates e no avanço, naquele momento, da criação do partido.

De acordo com Margareth Keck, desde 1978, discutiu-se, nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre, a possibilidade de lançar um partido. Lula chegou a levantar a questão no final daquele ano, durante uma conferência de trabalhadores do setor petroquímico na Bahia⁷⁴⁶. A ideia, porém, só foi oficialmente lançada em janeiro de 1979 como resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo⁷⁴⁷, realizado em Lins. A decisão sobre a política partidária convocou os trabalhadores a superarem a sua marginalização e a unirem-se para formar um partido pautado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira e pela base política independente, por meio da qual o poder seria conquistado. Na mesma resolução, pediu-se aos metalúrgicos que lançassem o processo de criação do partido em nível nacional⁷⁴⁸.

⁷⁴⁵ A Carta foi redigida por um comitê informal, do qual faziam parte lideranças de diferentes categorias. Entre elas: Henos Amorina, dos metalúrgicos de Osasco, Jacó Bittar, dos petroleiros de Paulínia, SP, Paulo Skromov do setor de couros de São Paulo e Wagner Benevides, dos petroleiros de Belo Horizonte.

⁷⁴⁶ KECK, Margareth. **PT: a lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991, p. 102.

⁷⁴⁷ Nome oficial do evento é IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

⁷⁴⁸ *Ibid.*

Ao longo de 1979, ampliaram-se o diálogo e a articulação com diversos segmentos sociais. Entre eles, estavam o setor progressista católico, os artistas, figuras públicas engajadas na luta democrática, os movimentos populares e os intelectuais marxistas⁷⁴⁹. O lançamento oficial do partido ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion de São Paulo.

Para alguns militantes, a aproximação da Ala com os sindicalistas de São Bernardo, por meio do *ABCD Jornal* e do Departamento de Cinema, contribuiu para o fortalecimento da ideia de criação de um partido de trabalhadores pelo grupo ligado a Lula. Segundo Alípio, a proposta, tal como se concretizou adiante na fundação do PT, foi apresentada, pela primeira vez, no congresso sindical em Lins, quando pessoas ligadas à organização defenderam a ideia. Na ocasião, membros da CS propuseram uma organização partidária semelhante⁷⁵⁰.

Voltando à greve, no dia 13 de maio, Lula se dirigiu aos trabalhadores em nova assembleia, na qual defendeu a não retomada da paralisação e o aceite da proposta patronal de reajuste geral de 63%. O principal argumento foi o de não comprometer a diretoria do sindicato, até ali, segundo Lula, empenhada em mediar os atritos entre o operariado, os patrões e a ditadura. O líder sindical pediu, novamente, um voto de confiança aos presentes. De modo semelhante ao que ocorreu na assembleia em que propôs a trégua, a reunião foi marcada por descontentamentos de parcela do operariado que, disposta a retomar a greve, acusou o sindicalista de peleguismo⁷⁵¹. O fim da greve foi decretado, a intervenção suspensa e a diretoria reassumiu o sindicato no dia 18.

A pedido da diretoria do sindicato, Tapajós produziu um filme com a intenção de manter a mobilização da categoria durante os 45 dias de trégua solicitados por Lula. Segundo o cineasta, Lula o teria dito: “Precisamos de um filme sobre o que está acontecendo aqui. Temos 45 dias de trégua. Dá para pegar esse material gravado até agora e fazer um filme que funcione como instrumento para que a nossa assembleia aconteça e seja um sucesso?”⁷⁵². Realizado em curtíssimo tempo, a intenção era exibir o

⁷⁴⁹ Para detalhes do processo de formação do PT, ver. HARNECKER, Marta. **O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores** narrada por seus protagonistas. Cuba: Centro de Recuperación y Difusión de la Memoria Histórica del Movimiento Popular Latinoamericano/Mepla; Casa América Livre: São Paulo, 1994; MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. MONTENEGRO, Darlan. **Classe e partido no leninismo e no Partido dos Trabalhadores**. 2002 Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002; KECK, *op. cit.*

⁷⁵⁰ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷⁵¹ MOURA, *op. cit.*, p. 332.

⁷⁵² Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 107.

documentário aos operários naqueles dias, a fim de “manter acesa a chama” para a segunda fase grevista⁷⁵³, que não viria a acontecer.

Com o sindicato sob intervenção, o filme foi produzido pela ABCD Cultural, empresa responsável pelo *ABCD Jornal* e coordenada por militantes da Ala, e a Oca Cinematográfica, que pertencia a Tapajós. O filme narrou a primeira fase da greve: as assembleias grandiosas, a vigília no sindicato, os conflitos de rua, a volta da diretoria encabeçada por Lula ao movimento e a assembleia em que a trégua foi proposta⁷⁵⁴. O destaque foram as cenas de Lula no palanque da Vila Euclides, discursando para as massas metalúrgicas. A história se desenvolveu, principalmente, em torno de sua figura, visando consolidá-la como liderança operária e política.

Interpretado como um líder carismático, a exaltação da figura de Lula gerou divergências entre Tapajós e Alípio, porque, enquanto o primeiro era contrário à exploração desse carisma, o segundo defendia a sua ênfase, a fim de fortalecer a liderança política do sindicalista no movimento operário. De acordo com Tapajós, parte da mobilização dos trabalhadores dependia do Lula e de outras dezenas de pessoas, mas era o seu carisma que alimentava a mobilização. Por essa razão, os argumentos de Alípio prevaleceram nas filmagens⁷⁵⁵. Alípio integrou a equipe de produção do documentário, que contou com outros quadros da Ala. Em depoimento à Carolina Granato, Tapajós rememorou os debates que perpassaram a produção do filme:

Às três da manhã, começamos a nos perguntar qual era a nossa postura como realizadores, como militantes políticos em relação a um líder que estava ascendendo como Lula, que estava arrastando aquela multidão de pessoas. Evitar o culto à personalidade? Assumi conscientemente. Dane-se o culto à personalidade. Entre manter a greve e fazer com que esse processo se desenvolva para alguma outra coisa, vamos correr o risco do culto à personalidade e levar isso adiante⁷⁵⁶.

Como militantes optaram por fortalecer a figura política do líder sindical, que, na visão da Ala, despontava como promissora, no momento de discussão da criação de um partido dos trabalhadores, a decisão em valorizar a imagem de Lula pareceu acertada. Inicialmente contrário à exaltação dessa figura, Tapajós preferiu correr o risco

⁷⁵³ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷⁵⁴ *Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Oca Cinematográfica/ ABCD Sociedade Cultural. Brasil, 1979, 34min.

⁷⁵⁵ Entrevista de Renato Tapajós a Maria Carolina Granato Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 109.

⁷⁵⁶ *Ibid.*

de uma produção pautada pelo o que chamou de “culto à personalidade” a perder a chance de contribuir para fazer dos acontecimentos de São Bernardo “alguma outra coisa”: ajudar a lançar o primeiro partido de base operária no Brasil. Organicamente desligado do partido, Tapajós compartilhou com antigos companheiros a visão de que, em São Bernardo, estava a vanguarda do operariado brasileiro. “Alguma outra coisa” passava possivelmente pelo fortalecimento dessa vanguarda e da projeção de Lula como liderança política dos trabalhadores.

Na interpretação da Ala, os trabalhadores ainda não contavam com uma organização sólida e uma consciência de classe aprofundada o bastante para compreender a dimensão dos acontecimentos que marcaram aqueles dias no ABCD⁷⁵⁷, daí restou aos militantes a exploração do carisma de Lula para manter o movimento em ascensão, a partir da construção de uma narrativa voltada para denotar sintonia entre a categoria e seu líder.

A cena mais emblemática do filme mostra o encontro de Lula com a multidão metalúrgica, que o carrega nos braços. A ideia inicial de Tapajós era fazer uma tomada com som direto, mas Alípio sugeriu a inserção de uma música para dar maior efeito à sequência. Para Alípio, “tinha que ser a música do Milton, que joga a sequência para cima, (...) deixa de ser uma sequência documentária e vira realmente uma peça de propaganda. Eu acabei convencido da ideia”⁷⁵⁸.

O título do filme, *Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*, foi extraído do discurso de Lula na assembleia de 27 de março, quando pediu aos operários a trégua de 45 dias e um voto de confiança para negociar em seu nome. Para ajudar na popularização do filme, Alípio sugeriu chamá-lo simplesmente de *Greve de Março*, como ficou conhecido⁷⁵⁹.

De modo semelhante ao filme, o *ABCD Jornal* exaltou o papel de liderança de Lula no movimento e narrou os acontecimentos da ótica dos dirigentes sindicais de São Bernardo. Na edição de 04 de abril, semana de lançamento do filme, o jornal estampou na capa uma foto da assembleia no Estádio da Vila Euclides com um recorte da imagem

⁷⁵⁷ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷⁵⁸ Entrevista de Renato Tapajós a Maria Carolina Granato Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.*, p. 122. A música citada é Caldera, do músico chileno Nelson Araya, e foi gravada por Milton Nascimento no álbum *Geraes*, de 1976.

⁷⁵⁹ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

de Lula discursando para a multidão e a inscrição da frase: “A partir de hoje, a gente conta 45 dias”⁷⁶⁰ (ver anexo V).

Lula foi o protagonista das matérias. O periódico fez um balanço da greve até ali e destacou a retomada do controle dos sindicatos do ABCD como a prioridade da categoria. Ao fazê-lo, os redatores, primeiro, tentaram justificar o pedido de Lula de suspensão temporária da greve, depois, relegaram as reivindicações que motivaram a greve ao fim das intervenções, de modo a apresentar os objetivos das direções sindicais, então afastadas, enquanto anseios dos metalúrgicos. Nessa edição, os colaboradores falaram da repressão policial aos trabalhadores e denunciaram a demissão de centenas de grevistas por algumas empresas, descumprindo o acordo com as lideranças da categoria⁷⁶¹.

Na edição seguinte, os redatores seguiram a mesma linha e destacaram os esforços de Lula e de seu grupo para garantir a vitória dos trabalhadores. De modo didático, publicou-se, na capa, uma série de orientações a serem seguidas pelos trabalhadores enquanto as negociações eram encaminhadas, como: não fazer horas extras, não compensar os dias da greve, procurar os dirigentes em caso de demissão, manter a mobilização nas fábricas e manter a economia em casa⁷⁶². As duas últimas orientações reforçam a ideia de que, até ali, as lideranças sindicais não descartavam a possibilidade de retomada das paralisações. Já a sugestão para não compensar os dias paralisados indica a expectativa de vitória dos trabalhadores nas negociações.

Na opinião de Alípio, num determinado momento, a retomada do controle dos sindicatos pelas diretorias eleitas pareceu mais vantajosa à continuidade da luta que a conquista imediata das reivindicações dos grevistas, o que se mostrou procedente com as greves de 1980⁷⁶³. Nesse ano, as lideranças sindicais do ABCD optaram novamente por uma campanha independente da Federação. Além de reajuste salarial e da redução da jornada de trabalho para 40 horas, os metalúrgicos exigiram a presença sindical nas fábricas, o controle das chefias pelos trabalhadores e o reconhecimento dos delegados sindicais⁷⁶⁴.

Firmes no propósito de projetar Lula como liderança política dos trabalhadores, em 1980, membros da Ala tiveram a iniciativa de organizar uma coletânea de

⁷⁶⁰ *ABCD Jornal*, n° 25, 04/04/79.

⁷⁶¹ *Ibid.*, p. 03-07.

⁷⁶² *Id.*, n° 26, 04/04/79.

⁷⁶³ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷⁶⁴ ANTUNES, 1992, *op. cit.*, p. 66-68.

entrevistas e de discursos do sindicalista⁷⁶⁵. O trabalho foi coordenado pelo sociólogo e militante João Guizzo e publicado pela ABCD Sociedade Cultural. Vários depoimentos foram originalmente publicados no *ABCD Jornal*. No ano seguinte, o trabalho ganhou uma segunda edição pela Imprensa⁷⁶⁶, ligada ao jornal *Repórter de Guarulhos*, editado por Roig.

O *Repórter de Guarulhos* foi criado no mesmo ano do *ABCD Jornal* (1976), com o objetivo de noticiar às especificidades do movimento operário local. A partir do jornal, surgiu uma associação cultural, por meio da qual militantes promoveram cursos de formação sindical e de Direito do Trabalho. A associação manteve um departamento jurídico, no qual Roig orientava a população nas causas trabalhistas. Segundo ele, o desejo de contribuir com a causa operária o levou a cursar Direito, então, em Guarulhos, buscou associar imprensa, cultura e Direito para defender e para organizar os trabalhadores⁷⁶⁷. Tanto o jornal quanto a associação se afirmaram como polo para o debate e para a realização de um trabalho de oposição sindical por militantes e por simpatizantes da Ala.

Voltando a São Bernardo, militantes criaram, em 1978, a ABCD Associação Cultural, por meio da qual promoveram debates, seminários, apresentações de teatro, exposições e festivais de cinema. De modo semelhante ao jornal, as atividades tiveram caráter político e foram centradas na esfera de interesse e no cotidiano dos trabalhadores⁷⁶⁸.

Quanto à produção fílmica de Tapajós, após *Greve de Março*, o cineasta-militante iniciou as gravações do longa-metragem *Linha de Montagem*, no qual retratou as paralisações metalúrgicas de março de 1979 até julho de 1981⁷⁶⁹. O filme estreou em abril de 1982, mesmo ano de encerramento do *ABCD Jornal*. A produção ganhou uma composição de Chico Buarque, homônima ao título do filme. A música e o filme narram o movimento como um gesto de coragem dos trabalhadores.

Perguntado se Lula ou outros dirigentes sabiam das ligações de jornalistas do *ABCD Jornal* com a Ala, Alípio respondeu que não. Sabiam que eram ex-presos políticos, pessoas com histórias de luta contra a ditadura, mas não demonstraram

⁷⁶⁵ GUIZZO, João. **Lula, Luís Inácio da Silva**: entrevistas e discursos. São Bernardo do Campo, SP: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

⁷⁶⁶ GUIZZO, João. **Lula, Luís Inácio da Silva**: entrevistas e discursos. Guarulhos, SP: Imprensa, 1981.

⁷⁶⁷ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁷⁶⁸ Entrevista de Alípio Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁷⁶⁹ *Linha de montagem*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Tapiri Cinematográfica Ltda. Brasil, 1981, 90 min.

interesse em saber detalhes ou se pertenciam a algum grupo clandestino. Se importavam com as parcerias para fortalecer a luta dos trabalhadores e as ações do sindicato⁷⁷⁰. A Ala, por sua vez, priorizou trabalhos legais, nos quais os militantes atuavam abertamente. O jornal, a produção fílmica e outras iniciativas cumpriram as normas exigidas. Como vimos, tais iniciativas contribuíram para fortalecer a imagem de Lula, de Djalma Bom, de Devanir Ribeiro e de outros sindicalistas como figuras públicas e dirigentes políticos, antes mesmo da eclosão das greves em massa a partir de 1978.

Em um contexto de ditadura, o Sindicato de São Bernardo revelou, principalmente partir de 1978, sensibilidade com as lutas iniciadas anos antes no chão da fábrica. Os militantes da Ala perceberam esse processo, razão pela qual se esforçaram para estreitar os laços com os dirigentes sindicais. A presença de militantes de esquerda (tanto da Ala como de outros grupos) ajudou na elaboração de projetos e em iniciativas para transformar a entidade em uma referência, inclusive política para os trabalhadores. Entre os desdobramentos desse processo, estão a criação do PT e da CUT, ambos nascidos da proposta sindical existente em São Bernardo.

⁷⁷⁰Entrevista de Alípio Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

CAPÍTULO 5 – NO BAIRRO TAMBÉM SE PLANTA A REVOLUÇÃO⁷⁷¹

Inicialmente, a integração dos militantes em bairros operários e em periferias urbanas foi vista como uma atividade complementar ao “trabalho de fábrica”. Visando ao fortalecimento das lutas travadas no mundo do trabalho, no decorrer dos anos 1970, dezenas de militantes se inseriram em atividades nos subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesses locais, participaram da criação de associações de moradores, de grupos teatrais, de centros culturais, de cursos de alfabetização de adultos e de jornais alternativos. Já no final daqueles anos, o bairro não era apenas a extensão da fábrica, mas lugar de luta política. Quando se vislumbrava, ainda que timidamente, o retorno à democracia, a Ala, sem abrir mão dos ideais socialistas, participou da luta democrática, entendendo-a como necessárias para o seu projeto político. Em 1979, propôs, com outras correntes e com outros setores sociais progressistas, a criação de um partido de trabalhadores, legal e de massas. As experiências nos bairros, a participação na luta democrática e a proposição da Ala para a criação de um partido de trabalhadores serão narrados neste último capítulo.

O “trabalho de bairro”

Possivelmente, foi, em meados de 1971, que o termo “trabalho de bairro” apareceu na documentação escrita. A menção foi encontrada em um boletim que reúne orientações para o processo de integração na produção. Nele, a atividade foi descrita como secundária, visto que seu objetivo era apenas o de auxiliar o processo de integração na fábrica. Na compreensão da Ala, a composição social dos trabalhadores se dava em função da produção, não de seus locais de moradia, daí o porquê de centrar a sua tática na fábrica. No documento, se observou que os bairros costumavam apresentar uma composição social heterogênea, mesmo os de maioria operária, então, nesses locais, a prioridade era aproximar-se dos operários. Uma vez no bairro, o militante deveria se esforçar para “agir como um simples morador”⁷⁷² para facilitar o trabalho político.

⁷⁷¹ A expressão alude à frase de Fátima Souza que, ao se referir ao “trabalho de bairro”, disse: “Fomos para o bairro porque acreditávamos que ali também era possível plantar as sementes da revolução”. Entrevista de Maria Fátima Souza Silva à autora. Mesquita, RJ, 18 de outubro de 2012.

⁷⁷² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno 8**. Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971, p. 03.

Em outro boletim, publicado no final daquele ano, foram lançadas perguntas sobre a prática do “trabalho de bairro”, provavelmente, questionamentos de militantes que buscavam participar dessa atividade. A principal pergunta foi: “O que fazer no bairro?”⁷⁷³. Sem respostas, no boletim seguinte, a direção nacional falou das dificuldades e as relacionou ao fato da prioridade de a linha de massas ser algo recente para o partido, o que exigia o empenho e a determinação de todos para que desse certo. Também propôs um plano de ação para organizar as atividades, por meio do qual delegou tarefas aos dirigentes regionais. Esses deveriam destacar um membro integrado na produção para coordenar o “trabalho de fábrica”, ao qual caberia identificar as dificuldades e propor ajustes à atividade, outro para coordenar o “trabalho de bairro”, que teria as mesmas atribuições daquele destacado para o setor operário, e um terceiro para articular as duas atividades⁷⁷⁴.

É importante lembrar que, naquele momento, a organização se encontrava desarticulada pelas investidas dos órgãos de repressão, e não contava com seus principais dirigentes que, semelhante à maioria dos quadros, estavam presos ou no exílio.

Desde o começo de 1969, militantes de outras capitais migraram para São Paulo, esvaziando os demais organismos do partido. Esse movimento teve a ver basicamente com dois fatores: a edição do AI-5, que empurrou, por exemplo, muitos estudantes para a clandestinidade, os quais migraram para despistar os agentes da repressão, e com a necessidade de fortalecer o partido em São Paulo, onde o grupo concentrava as suas ações. A partir de 1971, com o avanço da repressão no estado, alguns quadros se transferiram para o Rio de Janeiro, onde a Ala foi rearticulada.

No decorrer dos anos 1970, apenas os organismos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília se mantiveram ativos. Até 1976, a composição desses organismos foi minúscula. Em Brasília, restaram menos de dez militantes. Lá, não houve quadros inseridos no “trabalho de fábrica” ou no “trabalho de bairro” e, até 1977, as atividades se resumiram a discussões de textos e a debates sobre a conjuntura nacional⁷⁷⁵. No Rio de Janeiro, até 1975, o partido contou com 15 pessoas. Já em São Paulo, onde desde 1971 havia alguns quadros integrados em fábricas, surgiram, em 1974, iniciativas de um

⁷⁷³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno 9**. Darf, AV, DDI-II, documento 09, Aperj, dezembro de 1971, p. 05.

⁷⁷⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno 10**. Darf, AV, DDI-II, documento 10, Aperj, dezembro de 1971, p. 01-02.

⁷⁷⁵ Entrevista de Hélio Doyle à autora. 31 de maio de 2018. Por *Skype*.

“trabalho de bairro” sistematizado. Chamamos à atenção para esses dados, porque as propostas contidas nos documentos podem fazer supor que a organização contava com quadros para implementá-las, mas, na realidade, não os tinha. Com um efetivo extremamente reduzido, algumas vezes, as mesmas pessoas inseridas na fábrica ou no bairro eram os dirigentes e os coordenadores das ações.

Voltando aos objetivos do “trabalho de bairro”, no “Boletim Interno 10” (dezembro de 1971), frisou-se que a organização não partia “do zero”, uma vez que contava com algumas experiências nessa atividade. Reforçou-se que os militantes deveriam se apoiar nas diretrizes políticas gerais, apresentadas em “Os 16 Pontos”, para compreender os objetivos e as tarefas do trabalho de massas⁷⁷⁶. Provavelmente, entre as experiências às quais o documento se referiu estava a participação de Ana e de outros quadros estudantis de Brasília na montagem, em 1969, de turmas de alfabetização de adultos em uma área periférica da cidade (capítulo 3) e das tentativas, no início de 1971, de criação de turmas em São Bernardo do Campo, SP.

Usar Freire para chegar a Marx

Divididos, em 1971, militantes se transferiram para São Bernardo, com o intuito de organizar na localidade cursos de Madureza e turmas de alfabetização de adultos. As ‘células’ não sabiam das atividades umas das outras, possivelmente, por questões de segurança, como evitar delações de companheiros em casos de ‘quedas’. Ana integrava uma ‘célula’ da qual faziam parte Neiva e Marcello. No início do ano, o trio começou em um bairro da cidade um levantamento do número de adultos analfabetos. Durante várias semanas, os três percorreram as casas, convidando as pessoas para as aulas que aconteceriam na sede de uma igreja. A poucos dias de início da atividade, porém, Neiva e Marcello foram presos. Com medo de ser presa, Ana não retornou ao local. Ao rememorar a suspensão das aulas, lamentou: “Ali, terminava mais uma tentativa de trabalho de massas”⁷⁷⁷. A militante se referiu a “mais uma tentativa”, porque, em Brasília, o curso do qual participou também foi suspenso devido ao cerco dos agentes da repressão. Assim como em Brasília, Ana ministraria as aulas com base no método proposto por Paulo Freire.

O método consiste no levantamento de palavras do universo vocabular dos alunos, a partir do qual o professor seleciona as que servirão de base para as lições, as

⁷⁷⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno 10*, *cit.*, p. 05.

⁷⁷⁷ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

chamadas palavras geradoras. Em seguida, essas palavras são expostas em cartazes com imagens para, nos círculos de cultura (termo usado por Freire em substituição ao de turma de alunos), se iniciar um debate, dando a essas palavras significados de acordo com a realidade na qual os alunos estão inseridos. A conscientização é o ponto fundamental do método, que ocorre com a discussão de diversos temas surgidos a partir das palavras geradoras, a fim de possibilitar aos alunos a ampliação de suas visões de mundo e a compreensão da realidade social.

No início de 1971, Maria José também se mudou para um bairro de São Bernardo, com o objetivo de organizar turmas de alfabetização de adultos. Com outros militantes, conseguiu espaço em uma associação de moradores para realizar as aulas. De acordo com ela, não havia vínculos políticos com a associação e a relação dos militantes com os diretores da entidade foram superficiais, porque a intenção era usar o salão para a atividade. Como não havia outras propostas de uso do lugar, as pessoas ligadas à entidade se interessaram em cedê-lo⁷⁷⁸. Tal qual ocorreu com Ana, Maria José não levou a atividade adiante, por conta da prisão de seu companheiro Felipe, em 1971.

O uso de espaços de igrejas e de associações de moradores pela Ala foi uma questão tática para o desenvolvimento das atividades políticas, porque esses lugares agregavam trabalhadores e dispunham de espaço físico para a realização de cursos, palestras, teatro. Quanto à escolha de São Bernardo, ela se deu em função da cidade concentrar um grande contingente operário. Já as tentativas de organização dos cursos revelam o empenho dos militantes para avançarem na linha de massas, em um momento crítico do partido. Conforme rememorou Maria José:

A organização, como todas as outras, passava por seu pior momento, com as ‘quedas’ sucessivas daquele ano sinistro de 1971. A orientação, que já havia começado a ser colocada um pouco antes, no documento “Os 16 Pontos”, era então reforçada como a única saída possível: a reorganização a partir dos bairros operários e das fábricas. Começar um trabalho de conscientização política a partir da imersão nas massas, para vencer nosso completo isolamento. Devíamos, no meu caso e da companheira que foi comigo para São Bernardo, mas com o objetivo de trabalhar na fábrica, procurar nos inserir em bairros do que considerávamos a vanguarda do proletariado, o operariado qualificado das indústrias do Grande ABC⁷⁷⁹.

⁷⁷⁸ Entrevista de Maria José Rios Peixoto da Silveira à autora. 18 de junho de 2018. Por e-mail.

⁷⁷⁹ *Ibid.*

No trecho acima, Maria José citou uma companheira que se mudou com ela para São Bernardo, com o objetivo de trabalhar na fábrica, indicando a intenção, naquele momento, de alguns militantes para se integrarem na produção. Afirmou que a escolha de São Bernardo se deu, porque havia uma orientação para se inserirem em bairros onde o partido considerava estar “a vanguarda do proletariado”, referindo-se aos metalúrgicos locais.

No que se refere às iniciativas de educação popular⁷⁸⁰ (pautadas pelo método proposto por Freire), não encontramos orientações sobre a atividade na documentação escrita. Já as entrevistas indicam que a proposta surgiu como uma alternativa de trabalho de massas, a qual foi posta em prática ainda na fase militarista. Segundo Ana, as iniciativas de alfabetização de adultos foram, desde cedo, “coisa da Ala”, que via na atividade um meio para se aproximar dos trabalhadores e desenvolver com eles um trabalho de conscientização política⁷⁸¹. O uso do método proposto pelo educador cristão tinha a ver com a intenção de incentivar uma leitura conscientizada dos problemas cotidianos e da realidade social, o que favoreceria as pretensões da Ala de despertar a consciência de classe nos trabalhadores. Depois das tentativas em São Bernardo, o trabalho com educação popular ressurgiu na Ala paulista a partir de 1975. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, desde 1972, havia militantes envolvidos nesse tipo de trabalho.

Em sua pesquisa sobre os movimentos populares em São Paulo, Eder Sader encontrou pequenos grupos de militantes envolvidos com educação popular nas periferias, cujas iniciativas, algumas vezes, funcionavam em grupos ou em espaços cedidos pela Igreja Católica⁷⁸², semelhantes às experiências narradas pelos membros da Ala. O autor também identificou iniciativas autônomas, formadas por ex-militantes ou por quadros dispersos de suas organizações, que buscavam na atividade “formas de ligação com o povo”, “alternativas ao vanguardismo derrotado”⁷⁸³. O trabalho com educação popular foi um desdobramento do processo de autocrítica das organizações marxistas que, em crise, buscaram modos de aproximação de seu público: os trabalhadores e as outras camadas pobres da população. Nessa busca, as organizações diversificaram as táticas e mudaram os discursos. O trabalho foi pautado,

⁷⁸⁰ O termo é empregado, aqui, para designar iniciativas de educação com os trabalhadores e demais camadas populares.

⁷⁸¹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁷⁸² SADER, 1988, *op. cit.*, p. 167.

⁷⁸³ *Ibid.*, p. 167-168.

principalmente, pelas leituras de Gramsci, cujas teses sobre a cultura popular e o partido como intelectual coletivo pareciam abrir pistas para a prática política nos anos 1970.

Para Gramsci, as relações de classe são mantidas por uma superestrutura, que exerce dominação pelos mecanismos de hegemonia do Estado e da sociedade civil. A superação dessa hegemonia seria possível com o desenvolvimento de uma contra-hegemonia, construída pela classe trabalhadora que, junto aos intelectuais socialistas, teceria uma cultura popular (característica das classes subalternas), em oposição à cultura e à hegemonia burguesa. Desse ponto de vista, as transformações social, política e econômica passariam tanto pelo campo dos valores e das normas como pela construção de uma determinada visão de homem e de mundo. Esse processo, chamado por Gramsci de “guerra de posição”, seria marcado pelo cerco do Estado pela classe trabalhadora que, ao ampliar a contra-hegemonia, fundamentaria uma nova visão de mundo para substituir o consenso criado pela burguesia. A proposta era construir poderes de coesão popular para minar o poder até então hegemônico⁷⁸⁴.

A contra-hegemonia seria desenvolvida pelo partido de massas que, ao ser criado por todos os envolvidos no processo, assumiria um caráter orgânico, não verticalizado. O partido teria também uma função pedagógica: a de despertar nos trabalhadores potencialidades intelectuais, para que esses se engajassem na construção da contra-hegemonia. No processo revolucionário, os intelectuais socialistas atuariam como organizadores das classes subalternas. Sua tarefa seria a de participar da construção de uma nova cultura pelo partido de massas, dirigindo as aspirações da classe à qual organicamente pertencem⁷⁸⁵.

Nos anos 1970, Gramsci tomou importante lugar no repertório de leituras das esquerdas. Na Ala, seus textos eram debatidos em grupos de estudos e os militantes buscavam extrair deles elementos para pôr em prática a construção de uma cultura popular que abrisse o caminho para a revolução. Nessa busca, o processo educativo foi interpretado como um modo de intervenção na realidade, por meio do qual seria possível ampliar a compreensão de mundo dos trabalhadores, despertar-lhes a consciência crítica e formá-los para as lutas sociais. Os escritos de Gramsci ajudaram os militantes a propor ações educativas e de imprensa.

⁷⁸⁴ GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Trad. Manoel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 123-222.

⁷⁸⁵ Para o aprofundamento das formulações do autor, ver os seguintes trabalhos. COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981; SADER, Emir. (Org.). **Gramsci**: sobre poder, política e partido. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Na opinião de Sader, entretanto, Paulo Freire esteve mais presente nas tentativas de conscientizar os trabalhadores que os escritos de Gramsci, de Lenin, de Mao ou de Debray, uma vez que o trabalho educativo, a começar pela alfabetização de adultos, dominou a prática de boa parte das organizações e ofereceu aos militantes (avulsos ou organizados) a possibilidade de um trabalho legal. Havia uma grande demanda de escolarização de adultos e a atividade não levantava suspeitas⁷⁸⁶.

Como ocorreu com outras organizações, a Ala viu nas experiências de educação popular uma possibilidade de atingir objetivos políticos. Ao avançar na autocrítica, o partido investiu de modo sistemático nessa proposta, esperando politizar os trabalhadores e conscientizá-los de seu potencial revolucionário. A Ala usou Freire, portanto, para chegar até Marx, Lenin e Mao. Investiu na educação para chegar à revolução.

Inseridas no “trabalho de bairro” na zona oeste carioca, Fátima e Vilma foram pioneiras nas iniciativas de alfabetização de adultos na Ala fluminense. Ambas entraram para a organização em 1969, quando cursavam o Normal no Colégio Estadual Carmela Dutra, subúrbio do Rio de Janeiro. Moravam no mesmo bairro suburbano, o Penha. O primeiro contato com o partido aconteceu em 1968, no movimento estudantil. O pai de Fátima era escriturário e a mãe, costureira. Aos 19 anos, ela deixou a casa dos pais para se engajar na organização. O pai de Vilma, por sua vez, era comerciário e a mãe, do lar. Logo ao entrar para o partido, as duas ajudaram a datilografar documentos, entre eles, o texto “Autocrítica”, e receberam orientações de Álvaro para se integrarem em atividades nos bairros. Em 1974, dissemos, Vilma casou-se com o dirigente.

Em 1972, Fátima e Vilma foram aprovadas em concurso público para o cargo de professora primária da rede municipal do Rio de Janeiro. Planejando a inserção em uma área periférica da cidade, escolheram uma escola no bairro Vila Kennedy, zona oeste, cujo contingente era predominantemente de trabalhadores. No mesmo ano, mudaram-se para lá, dando início ao “trabalho de bairro”. De acordo com Fátima, a escolha do bairro foi discutida com o dirigente, que visava pôr em prática as orientações previstas nos documentos. A prioridade era “se embrenhar no trabalho político de massas, ir para os bairros e neles vestir-se, comportar-se como as massas, se misturar com elas. Foi por isso que a gente foi para lá. Foi assim que começou tudo”⁷⁸⁷, rememorou a militante. O fato de Fátima e de Vilma terem origens na classe

⁷⁸⁶ SADER, 1988, *op. cit.*, p. 167.

⁷⁸⁷ Entrevista de Maria Fátima Souza Silva à autora. Mesquita, RJ, 18 de outubro de 2012.

trabalhadora colaborou para seus processos de integração, porque não precisaram modificar bruscamente hábitos e comportamentos.

Na Vila Kennedy, Fátima e Vilma fizeram parte do Grupo Jovem da Igreja Católica, aproximaram-se de padres progressistas, com quem compartilharam iniciativas para melhorias no bairro, mas sem revelarem suas ligações com a organização. Apesar da necessidade de preservar a identidade política, em função das preocupações com a segurança, se tratava de uma fase diferente daquela da reclusão em ‘aparelhos’, porque as práticas de integração impunham outra dinâmica: a de participar ativamente da vida da comunidade. Vilma e Fátima tinham formação católica, o que as deixava à vontade naquele lugar. A Igreja era um espaço para conhecer pessoas, desenvolver um trabalho de conscientização e ganhar adeptos para a causa revolucionária. Mesmo conhecendo várias pessoas, foi difícil avançar com o trabalho político naqueles tempos de insegurança. Além da Igreja, fizeram outras amizades no bairro, frequentaram as casas na vizinhança, as festas e buscaram viver intensamente a rotina da comunidade⁷⁸⁸. Em 1977, Fátima foi transferida para outra localidade. Vilma permaneceu no bairro até o início dos anos 1980.

Moradoras e professoras no bairro, criaram turmas noturnas de alfabetização, nas quais utilizavam o método de Freire. Algumas vezes, os alunos eram os pais ou os irmãos das crianças para quem elas lecionavam na escola municipal durante o dia. Além de imagens, usavam músicas e filmes como facilitadores da aprendizagem. Os temas das aulas eram diversos e tinham relação com o cenário socioeconômico do país e a exploração da classe trabalhadora. As questões políticas eram debatidas, mas sem inferências contundentes à ditadura.

Em 1974, Vilma organizou uma coletânea na qual reuniu poesias e pequenas redações produzidas por seus alunos (crianças e adultos). Na apresentação, explicou que se tratava de uma “experiência no ensino cômico com o povo, resultado de um trabalho lento e contínuo”⁷⁸⁹. Em alusão ao processo de tomada de consciência da realidade social e de classe por meio da educação, completou: “Quando o homem compreende, ou melhor, descobre por si algo que lhe modifica o comportamento e enriquece a consciência, ele cria e se liberta das pressões que a sociedade lhe impõe”⁷⁹⁰. Mencionou

⁷⁸⁸ Entrevista de Vilma Costa à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁷⁸⁹ COSTA, Vilma (Org.) **O importante é a gente dizer o que sente**. Rio de Janeiro, 1974. Publicação da organizadora.

⁷⁹⁰ *Ibid.*

que, ao mesmo tempo em que ensinou, aprendeu⁷⁹¹, o que remete à premissa maoísta enfatizada no documento “Autocrítica”: “ir às massas para ensinar e aprender com elas o caminho da revolução”⁷⁹². No livro, intitulado *O importante é a gente dizer o que sente*, os adultos versaram sobre carestia, trabalho, exploração econômica, liberdade e aspectos do cotidiano. Seleccionamos dois textos que falam, respectivamente, de carestia e de liberdade. Ambos os autores eram jovens (19 anos) e participavam de uma turma equivalente à antiga terceira série primária. O primeiro era cobrador de ônibus e o segundo era operário. A seguir, suas redações e suas visões de mundo.

Mundo Cão

Sobe a carne, sobe o transporte, o preço da banha. O óleo que sumiu e o comércio abafou. Uns escondem e vendem a um preço horripilante. Enquanto o azeite ficou no mercado, onde está mais caro. De modo que somos os mais sacrificados, pensando em quem trabalha e ganha um salário, que não dá nem para viver de um modo normal. Como vai terminar esta situação? Assim não é possível. É um mundo cão. (Carlos Alberto da Silva)⁷⁹³

A importância pra mim da liberdade

Ser livre pra mim quer dizer viver uma vida independente, não ser escravo dos outros. Por isso não somos livres, somos escravos dos nossos patrões. (José Gonçalves Figueiredo)⁷⁹⁴

O primeiro rapaz fala como o aumento do custo de vida pesava na vida dos trabalhadores. Repara-se que, ao dizer “somos os mais sacrificados”, se reconhece como classe trabalhadora. O segundo autor também se identifica como membro da classe ao utilizar o termo “nosso” e ao comparar as relações capitalistas de produção à escravidão ao dizer: “somos escravos dos nossos patrões”. Não é possível afirmar se esses ou outros alunos de Vilma e dos demais militantes desenvolveram a consciência de classe no sentido marxista, mas nota-se que, ao exporem as suas visões do cotidiano, denotaram uma leitura crítica e consciente da condição de trabalhador. Como lembrou Sader, nem sempre os objetivos dos militantes estiveram em sintonia com os dos trabalhadores, porque os primeiros tinham como meta conscientizar, politizar os sujeitos, enquanto os alunos buscavam, na maioria das vezes, ampliar as chances de conquistar um emprego, de disputar uma vaga no mercado de trabalho⁷⁹⁵.

⁷⁹¹ *Ibid.*

⁷⁹² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, cit., p. 68.

⁷⁹³ COSTA, 1974, *op. cit.*, p. 55.

⁷⁹⁴ *Ibid.*, p. 48.

⁷⁹⁵ SADER, 1988, *op. cit.*, p. 148.

Outra experiência com educação popular foi vivida por Neiva. No início de 1974, após ser liberado do “trabalho de fábrica”, Neiva se engajou nas atividades de bairro. Mudou-se, com a então companheira de partido e de vida Sandra de Neiva, para o Jacarezinho, favela localizada no Complexo Industrial do Jacaré, zona norte carioca. Nesse período, estudava Economia na UFRJ e tentava recrutar quadros para a organização nos meios estudantis. Com Sandra e outros dois militantes, montou uma turma noturna na qual davam aulas para trabalhadores analfabetos ou com pouquíssima escolaridade. Os alunos, além de morarem na comunidade, trabalhavam nas fábricas do entorno, nas quais a Ala também buscava quadros. De acordo com Neiva, a experiência de alfabetização “foi produtiva”, os trabalhadores sentiam-se contentes em ampliar o seu conhecimento. Já sobre os recrutamentos, disse que a Ala contou com uma ‘célula’ operária no Jacaré, mas não soube detalhar quem dela fez parte ou quais atividades desenvolveu⁷⁹⁶.

Na segunda metade dos anos 1970, a Ala fluminense teve outros militantes empenhados na alfabetização de adultos, a exemplo da experiência de Elio Cabral e de Maria Lourdes Vieira, em Vila São Luís, bairro pobre de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em 1976, Elio saiu da cadeia em São Paulo e retornou a Goiás, sua terra natal. No ano seguinte, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde reassumiu a direção nacional e se tornou também dirigente regional. Logo migrou para a Baixada, a fim de coordenar o “trabalho de bairro” na região. Lourdes, por sua vez, era companheira de Fátima e de Vilma na Vila Kennedy. As três se conheceram nos tempos de normalista e ingressaram juntas na organização⁷⁹⁷. Com a chegada de Elio ao Rio, Lourdes foi designada para atuar com ele na Baixada. Como tinha experiência de alfabetizadora, na Vila São Luís, ministrou aulas em um espaço cedido por uma igreja. Para sobreviver e ajudar financeiramente nas atividades do partido, Elio trabalhou como vendedor autônomo e, assim como os militantes inseridos em fábricas ou em bairros, levou uma vida simples, semelhante aos costumes da comunidade em que passou a viver⁷⁹⁸.

O retorno de Elio às atividades políticas se deu em um momento em que a Ala desfrutava de um crescimento no número de quadros, inclusive jovens, os quais nutriam uma profunda admiração pelos “mais velhos”, sobretudo os ex-presos. Na opinião de Fátima, o contato com o “pessoal mais experiente, que vinha da luta armada” ajudou a

⁷⁹⁶ Entrevista de Antonio de Neiva Moreira Neto à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁷⁹⁷ Entrevista de Maria Fátima Souza Silva à autora. Mesquita, RJ, 18 de outubro de 2012.

⁷⁹⁸ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

fortalecer as atividades, porque esses quadros inspiravam a coragem para avançar com o trabalho político. “Ouvi-los, era um aprendizado e tanto, porque tinham muita bagagem”⁷⁹⁹. Possivelmente, quis dizer que ter “muita bagagem” significava ter experiência política. De fato, o retorno de militantes da fase militarista às atividades do partido contribuiu para o fortalecimento de propostas políticas nos anos 1970, a exemplo de Diniz que, ao deixar a cadeia, em 1974, passou a residir em São Paulo, onde assumiu a articulação política da Ala⁸⁰⁰.

Sobre as iniciativas de educação popular em São Paulo, não podemos detalhá-las, porque não conseguimos entrevistar quadros envolvidos nessas experiências. Encontramos pessoas próximas de militantes em iniciativas dessa natureza, a exemplo de Maria Nadja de Oliveira⁸⁰¹, que a partir de 1976, organizou cursos de Madureza em Guarulhos, onde vivia com Roig. Mas, apesar da proximidade que tinha da Ala por meio de amigos e de seu companheiro, não podemos incluir seu trabalho nas atividades do partido, porque não recebeu direcionamentos ou teve responsabilidades com o grupo.

O movimento de bairro

Além das iniciativas de educação popular, nos bairros, os militantes paulistas e fluminenses participaram de mobilizações para melhorias locais, em especial, a criação de associações de moradores que, a partir de 1975, floresceram em diversas partes do país. Naquele momento, verificou-se a retomada dos movimentos populares. Entre eles, havia o movimento de bairro, voltado para a reivindicação das questões de moradia (transporte, saneamento básico, saúde, educação), principalmente, nas periferias urbanas⁸⁰². À medida que esse tipo de movimento ganhou fôlego, a Ala incentivou a integração dos militantes nos bairros, com o intuito de intensificar ali o trabalho político.

Atraído pela ascensão do movimento de bairro na Baixada Fluminense, a partir de 1977, o partido transferiu quadros para a região com o intuito de inseri-los nesse movimento. Apesar da orientação geral para priorizar áreas de concentração industrial, a

⁷⁹⁹ Entrevista de Maria Fátima Souza Silva à autora. Mesquita, RJ, 18 de outubro de 2012.

⁸⁰⁰ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁸⁰¹ Nadja não pertenceu a uma organização. Ativista estudantil, em 1968, foi presa durante uma passeata em Fortaleza. Ficou detida alguns meses no Hospital Militar e liberada para aguardar o julgamento em liberdade. Com a edição do AI-5, decidiu sair do estado por antever a sua condenação. Se mudou para São Paulo, onde foi presa em 1972. Cumpriu a pena no Tiradentes, onde conheceu Roig, há mais de 40 anos seu companheiro de vida.

⁸⁰² A respeito desses movimentos, ver. DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

região foi escolhida em função da existência de movimentos de base, em especial, o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), na cidade de Nova Iguaçu, que foi interpretado pela direção da Ala como o movimento social “mais forte” da região metropolitana do Rio de Janeiro⁸⁰³. O contingente populacional formado predominantemente por trabalhadores também pesou na escolha. Na opinião de Vilma, esses fatores transformaram a Baixada na “menina dos olhos” do partido no Rio⁸⁰⁴.

A decisão das transferências para a região partiu de Elio, com o objetivo de inserir quadros nos movimentos populares locais. Ao chegar ao Rio, o dirigente estudou os movimentos em ascensão no estado e percebeu que, na localidade, o MAB era um importante vetor de mobilização dos trabalhadores. Com base nessa análise, usou a prerrogativa de dirigente para escolher a região como estratégica para as atividades do partido⁸⁰⁵. Além do levantamento feito por Elio, havia o fato de a localidade ser conhecida por Álvaro, que, no início dos anos 1970, residiu em Mesquita e teve contato com aquela realidade, principalmente, o dado de ser local de moradia de muitos operários da cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1977 e 1978, chegaram à Baixada cerca de 15 militantes. Entre eles, estavam Elio, Lourdes e Fátima. A ‘célula’ formada por Elio e por Lourdes, em Vila São Luís, ganhou o reforço de Warley da Costa, irmã de Vilma e estudante de História na UFRJ, que ingressou na organização em 1977. Segundo Warley, além da necessidade de combater a ditadura, a militância política era uma “questão familiar”⁸⁰⁶. Universitária, sabia que tinha “gente da Ala” na faculdade, mas preferiu não se envolver com o movimento estudantil para se dedicar ao “trabalho de bairro”⁸⁰⁷.

Álvaro cogitou mudar-se com Vilma para Duque de Caxias, mas ela resistiu, porque começava a colher os frutos de seu trabalho político na Vila Kennedy, iniciado com Fátima e com Lourdes em 1972. Em 1976, Vilma liderou a criação da associação de moradores do bairro, por meio da qual mobilizou a comunidade a lutar por calçamento e por iluminação de ruas, pela abertura de um posto de saúde e por outros serviços. Reconhecida liderança comunitária na zona oeste, se dedicou à formação de uma federação de bairro, protagonizando a criação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), em 1978. Com o

⁸⁰³ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁸⁰⁴ Entrevista de Vilma Costa à autora. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

⁸⁰⁵ Entrevista de Elio Cabral de Souza à autora. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012.

⁸⁰⁶ Entrevista de Warley da Costa à autora. Belford Roxo, RJ, 12 de outubro de 2012.

⁸⁰⁷ *Ibid.*

trabalho de Vilma, a Ala conquistou adeptos na Vila Kennedy e nas adjacências. Entre eles, havia um tenente do Exército, o único militar na organização.

Inicialmente, Fátima e Lourdes resistiram à transferência para a Baixada, mas a cumpriram, porque se tratava de uma determinação dos dirigentes. Recém-casada com o militante Antonio Maurício, Fátima primeiro morou no Paiol de Pólvora, em Nilópolis, onde Antonio mantinha contato com o Grupo Jovem da Igreja Católica. O casal ficou pouco tempo na localidade e, novamente, por determinação da direção, mudou-se para o bairro Santo Elias, em Mesquita, antigo distrito iguaçuano. Possivelmente, a mudança teve a ver com a intenção de inserir Fátima do MAB. Na Baixada Fluminense, a sua tarefa era desenvolver um trabalho semelhante ao que fizera na Vila Kennedy: se aproximar dos moradores e propor alternativas para superar os problemas locais.

Tão logo chegou a Santo Elias, Fátima pesquisou a história do bairro e soube da existência passada de uma associação de moradores, que se mobilizou para reorganizar. Fez amizades e convidou a vizinhança para discutir a retomada da entidade. A iniciativa chamou a atenção de lideranças do MAB, que buscavam incentivar a criação de associações em diversos bairros de Nova Iguaçu. Em uma das reuniões, os moradores contaram com a presença do casal de médicos-sanitaristas Antonio Ivo e Anna Leonor de Carvalho, de quem Fátima se aproximou. O casal, cujas iniciativas contribuíram para o surgimento do MAB⁸⁰⁸, militava no MR-8 e, após sair da prisão, foi morar em Nova Iguaçu, com a intenção de desenvolver na localidade um trabalho político. Apesar de ter motivações semelhantes às do casal, Fátima não conheceu de início a sua filiação ideológica, tão pouco revelou a dela. Havia a suspeita de ambos os lados sobre possíveis ligações com organizações clandestinas, no entanto, somente no começo dos anos 1980, as filiações foram reveladas.

⁸⁰⁸ Em 1974, o casal iniciou um trabalho de atendimento à saúde em um posto médico em Cabuçu, bairro distante do centro da cidade. A partir de então, adotou pequenas iniciativas para organizar a população pobre na busca de melhorias da saúde, que ultrapassavam os serviços ambulatoriais. Os resultados desse trabalho levaram a Caritas Diocesana a contratar o casal e mais dois médicos para desenvolverem o Programa de Higiene Materno-Infantil. Enquanto isso, nas paróquias, eram organizados encontros para discutir soluções para os problemas locais. Dos encontros, resultaram a formação de associações de moradores em vários bairros e o MAB, que, no final da década de 1970, era o interlocutor das associações com as instituições públicas. Sobre esse processo, ver, entre outros, MAINWARING. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu. In: Stepan, A. (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 275-301.

Além de incentivar a reorganização da Associação de Moradores de Santo Elias, Fátima participou ativamente no MAB e, em 1981, quando o movimento foi transformado em federação, integrou a primeira diretoria da entidade. Escolhida pelo partido para atuar na linha de frente no trabalho com as associações na Baixada, era importante estar na direção daquele movimento.

Surgido em 1974, com o objetivo de unificar a luta por melhores condições de vida e de acesso aos serviços públicos nos bairros, o MAB foi um dos primeiros movimentos dessa natureza no Brasil e serviu de inspiração para iniciativas semelhantes, inclusive, na própria Baixada Fluminense, onde, em 1978, foram organizados a Associação dos Bairros de Meriti (ABM), em São João de Meriti, e o Movimento União dos Bairros (MUB), em Duque de Caxias.

É importante dizer que o fortalecimento do movimento de bairros se deu em uma conjuntura nacional marcada por novas perspectivas de oposição à ditadura. As oposições cresceram, principalmente, após as notícias das mortes do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte, nas dependências do II Exército em São Paulo. Essas mortes chamaram a atenção da opinião pública, que passou a responder de forma mais veemente às arbitrariedades do regime. A partir dali, entidades como a ABI e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o setor progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil incentivaram manifestações contra a repressão política e denunciaram violações aos direitos humanos.

Essas manifestações foram acompanhadas pela efervescência de movimentos sociais surgidos ou reorganizados nesse contexto, como os movimentos identificados com as minorias políticas em torno das questões de gênero, de sexualidade e de etnia, as mobilizações de trabalhadores, organizadas a partir de um movimento operário renovado em suas práticas e estruturas representativas, e um novo tipo de organização social nascido nos bairros, voltado para a reivindicação das questões de moradia. Essas diferentes iniciativas forçaram o debate político e trouxeram à tona lutas silenciadas pela ditadura.

Voltando à transferência de militantes da Ala para a Baixada Fluminense, espalhados pelos municípios da região, eles participaram da criação de associações de moradores e de federações. De modo semelhante ao que fez Fátima, ao chegar nos bairros, os militantes buscaram se inteirar da história e das demandas locais, se

aproximar da vizinhança, frequentar espaços comunitários, como igrejas. Esse foi o caminho seguido, por exemplo, pelo dentista mato-grossense João Pedro de Souza Neto.

Na década de 1960, enquanto fazia a graduação em Odontologia na UFRJ, João militou no MR-8, foi preso e torturado, regressou a Campo Grande, MS. No início dos anos 1970, voltou ao Rio de Janeiro, onde, em 1974, entrou para a Ala. Decidido a participar do “trabalho de bairro”, em 1977, trocou a residência e o consultório em um bairro nobre carioca pelo Éden, bairro afastado de São João de Meriti, que não contava com saneamento básico, calçamento e posto de saúde. No município, participou da criação das associações nos bairros Éden, Vila Norma e São Mateus. Também ajudou a lançar as bases da ABM⁸⁰⁹.

Em 1979, João casou-se com Warley, até ali integrada às atividades da ‘célula’ de Elio e de Lourdes, em Duque de Caxias. No mesmo ano, o casal se mudou para o bairro Vila Nova, em Nova Iguaçu, onde incentivou a criação da associação de moradores. Por meio da associação, João e Warley organizaram atividades culturais, como sarais, uma cooperativa de trabalhadores artesanais e uma feira de produtos agrícolas. Mobilizaram membros da comunidade a participarem de atos convocados pelo MAB. Warley ainda integrou o Clube de Mães⁸¹⁰, que funcionava na paróquia do bairro.

No Brasil, o movimento de bairro foi, em grande medida, incentivado pelo setor progressista católico, a exemplo do ocorrido na Baixada Fluminense, cuja liderança de Dom Adriano Hypólito e de párocos progressistas da Diocese de Nova Iguaçu foi decisiva na afirmação do MAB. Isso aconteceu devido ao trabalho das CEB’s que, na década de 1970, funcionaram como polos das discussões de problemas locais e da busca de alternativas para contorná-los. Salvo as motivações religiosas, as CEB’s desenvolveram um trabalho de fortalecimento dos laços de solidariedade e da noção de comunidade, a partir do qual a Igreja Católica ressurgiu como um lugar de

⁸⁰⁹ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita, RJ, 15 de julho de 2011. Para maiores informações da trajetória do militante, ver. RIBEIRO, Adriana Maria. Entrevista com João Pedro de Souza Neto. In: FORTES, Alexandre; SALES, Jean. (Orgs.) **A Baixada Fluminense e a ditadura militar** – Movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

⁸¹⁰ Segundo Eder Sader, inicialmente, os Clubes de Mães estiveram ligados às mulheres do Lions Clube, geralmente, de origem abastada que realizavam atividades assistenciais às mulheres pobres. No começo dos anos 1970, o movimento ganhou autonomia e se tornou uma das mais importantes experiências sociais em torno dos movimentos populares nascidos na periferia de São Paulo. Apoiados nas CEB’s, sob a liderança de Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, os Clubes se firmaram em ações solidárias para aprendizagem de ofícios e de cuidados de saúde. Por meio deles, trabalhadoras e moradoras de periferias passaram a questionar o preço dos alimentos e a exigir melhores condições de vida, de saúde e de educação para as suas famílias. No final dos anos 1970, os Clubes haviam se espalhado por diversas periferias do país. Para o aprofundamento do tema, ver. SADER, 1988, *op. cit.*, p. 199-225.

reclame social das camadas pobres⁸¹¹. As atividades desenvolvidas nas paróquias contribuíram para formação de uma cultura política local participativa, que, algumas vezes, também foi tecida com a participação de quadros das organizações marxistas.

A fim de se aproximarem de seus públicos, tanto a Igreja como as organizações marxistas mostraram-se preocupadas com o cotidiano das camadas populares e dispostas a reelaborar as formas de luta contra as condições sociais vigentes, interpretando o cotidiano desses grupos como um lugar de resistência⁸¹². Empenhadas em se aproximar do povo, propuseram ações, a exemplo das iniciativas de educação popular, e forneceram aos movimentos populares elementos discursivos para a criação de canais de articulação política e de organização das formas de luta.

O fato de a maioria das experiências da Ala nos bairros se dar em espaços ou com pessoas ligadas à Igreja Católica ocorreu, porque os militantes encontraram ali um lugar de sociabilidade e de oportunidades para desenvolver um trabalho político, fosse pela oferta de espaço físico, ou porque a Igreja congregava pessoas. Foi, portanto, uma aproximação tática. Além disso, na década de 1970, as paróquias, em especial, as administradas por párocos progressistas, funcionaram como um ‘guarda-chuva’ para militantes de esquerda realizarem atividades sem levantar suspeitas.

A respeito dos usos desses espaços, um relatório do partido de 1978 enfatizou a necessidade de aproximação das paróquias, em função de reunirem um quantitativo expressivo de pessoas e de oferecerem a possibilidade de cobertura legal para as atividades nos bairros⁸¹³. Já os entrevistados frisaram que os padres, as freiras, os missionários e as demais pessoas da Igreja não tinham ligação com a Ala ou sabiam da identidade política dos militantes. Ainda que alguns párocos desconfiassem de vinculações a grupos clandestinos, mantiveram a discrição sobre o assunto. De qualquer modo, a aproximação das paróquias, das associações de moradores, de fábricas e de sindicatos possibilitou o recrutamento de quadros para a organização.

Se, em 1971, o “trabalho de bairro” foi proposto como uma “atividade secundária”⁸¹⁴, em 1977, era, na prática, uma das atividades mais importantes do trabalho de massas. Em 1978, a Ala propôs integrar trabalho e moradia, a fim de

⁸¹¹ SADER, 1988, *op. cit.*, p. 145-146.

⁸¹² *Ibid.*, p. 141. Além da Igreja Católica e das organizações marxistas, Sader identificou os sindicatos entre as instituições em crise nos 1970.

⁸¹³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Relatório do Ativo**. Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978, p. 02.

⁸¹⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno 8**, *cit.*, 1971, p. 03.

compatibilizar as atividades nas Sociedades Amigos de Bairro⁸¹⁵ com as das lutas operárias. O objetivo era combinar estratégias para ampliar os espaços de intervenção política. Sem abrir mão de um projeto de transformação social liderado pela classe operária, o partido reavaliou o “trabalho de bairro”, reconhecendo tê-lo tratado até ali como secundário⁸¹⁶. Em um documento do final de 1979, a direção afirmou o caráter revolucionário das atividades realizadas na classe operária em seu local de moradia e destacou: “A exploração da força de trabalho não se dá somente na fábrica, mas nos bairros, nas condições de vida do operário e de sua família”⁸¹⁷.

Ao reconhecer que a exploração capitalista não estava restrita ao espaço da fábrica, a Ala reinterpretou a relação trabalho-lar. Com isso, o bairro (o lar) passou a ser visto também como lugar de manifestação da consciência de classe, onde os interesses e os conflitos são percebidos em função de demandas imediatas: moradia, transporte, educação, saúde, lazer. Com a análise de que é no cotidiano doméstico que as carências se materializam, tornou-se possível a pretensão de encontrar, nele, condições favoráveis para mobilizar os trabalhadores para a luta política. Ademais, a mudança no discurso em relação ao “trabalho de bairro” ocorreu quando estavam em ascensão movimentos populares reivindicatórios de melhorias na qualidade de vida e dos locais de moradia dos trabalhadores, cuja dinâmica e cuja natureza podem ter influenciado os discursos e as formas de intervenção política da Ala, que passou a se esforçar para ter lugar nesses movimentos.

Havia, no final dos anos 1970, uma militância intensa “onde era possível estar, se deveria estar: na fábrica, no bairro”⁸¹⁸, recordou-se Washington. Ele, por exemplo, em 1977, mudou-se para Belford Roxo, antigo distrito iguaçuano, onde ajudou a formar uma associação de bairro e se envolveu na luta dos moradores pelo acesso ao abastecimento de água e a construção da rede de esgoto. Ao mesmo tempo, atuava com Álvaro, Nelson e Antonio Maurício no “trabalho de fábrica”, no Rio de Janeiro. Os demais também se envolveram em atividades nos bairros: Antonio auxiliou Fátima na formação da associação de moradores; Nelson, que, antes de entrar para a Ala, morava na Baixada Fluminense, apoiou companheiros envolvidos no movimento de bairro na

⁸¹⁵ Nome pelo qual os movimentos de bairro ficaram conhecidos no Brasil na década de 1970.

⁸¹⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Sobre o trabalho de bairro**. Darf, AV, DDI-IV, documento 19, Aperj, junho de 1978, p. 01-02.

⁸¹⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro**. Darf, AV, DDI-IV, documento 20, Aperj, novembro de 1979, p. 01-02.

⁸¹⁸ Entrevista de Washington da Costa à autora. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012.

região e Álvaro participou com Vilma de reuniões para organizar a Associação de Moradores de Vila Kennedy.

Quanto à presença de militantes da Ala paulista no movimento de bairro, sabemos que participaram da criação de associações de moradores e dos Clubes de Mães nas zonas leste e sul da capital⁸¹⁹. O Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo se tornou a experiência mais expressiva do trabalho iniciado por mulheres da periferia paulistana nos anos 1970⁸²⁰. Ao atuarem fora dos canais tradicionais de representação, as mulheres da periferia protagonizaram ações para transformar o cotidiano e os locais de moradia das famílias pobres. Os Clubes ajudaram a construir espaços democráticos de participação política e deram origem, em 1978, ao Movimento Custo de Vida. Em agosto do mesmo ano, o Movimento que, assim como os Clubes de Mães, contou com a participação do setor progressista da Igreja Católica, reuniu cerca de 20 mil pessoas na Praça da Sé, no centro de São Paulo, durante um ato público contra a política econômica do governo, conquistando, ali, papel fundamental no processo de reocupação política do espaço público, até então sufocado pela ditadura.

A diversificação das atividades: teatro, jornais e centros culturais

Nas periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo, os militantes diversificaram as atividades, por meio das quais buscaram politizar os trabalhadores. Além de iniciativas de educação popular e da participação em associações de bairro, investiram em cultura e em imprensa. Considerando bem-sucedidas algumas experiências do partido em São Paulo, em 1978, a direção regional fluminense sugeriu a criação de grupos de teatro, de ‘caixinhas’ e de jornais como forma de incentivar os trabalhadores a se engajarem na luta política⁸²¹. Entre essas experiências, estavam as de Delmar que, em 1976, organizou uma ‘caixinha’ com os operários da Arno (capítulo 4), a partir da qual criou, no mesmo ano, um grupo de teatro.

Impedido de realizar um trabalho político maior na fábrica, viu no bairro um lugar favorável para tentar alternativas de mobilização dos trabalhadores, uma vez que, no bairro, era possível “camuflar as atividades, dando-lhes uma dimensão legal e lúdica”⁸²². A imagem que tinha do bairro era semelhante à descrita no documento

⁸¹⁹ As menções a essas atividades foram feitas, principalmente, nas entrevistas de Alípio Freire, de Delmar Mattes e de Vicente Roig à autora.

⁸²⁰ Sobre essa experiência, ver. SADER, 1988, *op. cit.*, p. 199-225.

⁸²¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Relatório do Ativo**, *cit.*, p. 01.

⁸²² Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

“Autocrítica”, no qual os autores sugeriram o uso de espaços favoráveis à camuflagem das atividades políticas para levar a cabo a tarefa de conscientizar as massas⁸²³.

Como fora da fábrica os operários tinham poucas opções de lazer, Delmar propôs a montagem de um grupo de teatro. Inicialmente, poucos aderiram à ideia. As primeiras reuniões do grupo aconteceram em uma paróquia em Vila Alpina, bairro predominantemente operário e periférico de São Paulo. Gradativamente, o grupo cresceu, conseguiu uma sede própria e passou a encenar peças escritas coletivamente pelos operários e pelos seus filhos. A maioria dos textos tinha conotação política, falava de carestia, de justiça social e de exploração dos trabalhadores. Após ser demitido da Arno, em 1978, Delmar buscou fortalecer as atividades em torno do grupo que, segundo ele, ajudava ampliar a consciência dos trabalhadores para a necessidade de engajamento nas lutas coletivas.

Vale dizer, que a criação de grupos teatrais em periferias urbanas e em sindicatos nos anos 1970 esteve associada às lutas pelo retorno à democracia. Em diversos casos, a formação dos grupos foi impulsionada por militantes de esquerda, que, independentes ou organizados, viram na atividade um meio de estimular o debate político, denunciar as arbitrariedades da ditadura e a exploração da classe trabalhadora⁸²⁴.

Em torno do grupo criado por Delmar, surgiu, em 1979, o Comitê de Apoio à Greve do ABCD, voltado para a arrecadação de dinheiro e de alimentos a serem doados aos grevistas. O Comitê ainda informava a população sobre as causas da greve. De acordo com Delmar, como a Vila Alpina era um bairro de operários, onde moravam muitos metalúrgicos das fábricas em greve, houve um significativo apoio à causa dos trabalhadores. No mesmo ano, a sede do teatro que, temporariamente, se transformou no Comitê de Apoio à Greve, sediou outro comitê: o do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores.

Para Delmar, do ponto de vista político, a experiência com o grupo de teatro foi significativa, porque, a partir dela, foi possível ampliar o debate sobre problemas políticos e econômicos vividos pelos trabalhadores na produção. Ao participarem do teatro, alguns operários e seus filhos passaram a ter um interesse maior nas lutas dentro das fábricas, engajando-se em comissões e em movimentos de oposição sindical.

⁸²³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, *Autocrítica*, cit., p. 84.

⁸²⁴ Para o aprofundamento desse debate, ver. PARANHOS, 2002, *op. cit.*

Já por iniciativa de membros da Ala fluminense, surgiu, em 1978, o grupo Caminhando Contra o Vento, organizado com membros de uma paróquia em Vila Rosali, na cidade de São João de Meriti. A ideia partiu de Nelson. Morador do município e em contato com pessoas da paróquia, ele articulou a criação do grupo. Para auxiliá-lo, a organização deslocou alguns militantes para a localidade entre eles, Valter Costa, irmão-caçula de Vilma, Warley e Washington.

Valter ingressou na Ala em 1978, motivado pela “ideia de conscientizar o povo”⁸²⁵. À época, se preparava para fazer o vestibular para o curso de Medicina, mas adiou o projeto de formar-se médico para priorizar a militância. Mudou-se da zona norte carioca, onde morava com os pais, para Vila Roseli. Morou sozinho e procurou seguir as orientações da direção para se entrosar no bairro. Além das instruções gerais sobre o que falar e como vestir-se, por exemplo, foi orientado a não realizar orgias e a não promover festas noturnas na casa, a fim de evitar “ficar mal visto” na comunidade⁸²⁶.

Especificamente sobre o grupo teatral, Valter contou que os ensaios e a maioria das apresentações aconteceram na paróquia. O objetivo do grupo era encenar peças que levassem as pessoas mais simples a refletirem sobre questões políticas e sociais, os problemas locais, a exemplo da falta de saneamento básico e de creches comunitárias. “A gente focava nesses temas”⁸²⁷, disse. O grupo foi dirigido por uma produtora teatral profissional, simpatizante da Ala, contatada para ajudar a fazer do teatro um instrumento para fortalecer os movimentos sociais locais. Com essa intenção, a produtora dirigiu o grupo na perspectiva do teatro popular. Até 1981, quando deixou de existir, o Caminhando Contra o Vento encenou textos de Brecht, Suassuna, Martins Pena, entre outros autores.

Nas reuniões do partido, Valter e outros militantes discutiram sobre os temas a serem abordados e sobre como fazer da atividade um modo para incentivar a consciência de classe. A respeito da ligação com a Igreja, afirmou que além da preocupação com o espaço físico para reunir o grupo, a organização via na aproximação com a paróquia uma oportunidade para se inserir na comunidade. O teatro possibilitou aos militantes a participação nas lutas no bairro e adjacências, em especial no processo de formação de associações de moradores.

⁸²⁵ Entrevista de Valter Costa à autora. Teresópolis, RJ, 23 de setembro de 2012.

⁸²⁶ *Ibid.*

⁸²⁷ *Ibid.*

Quanto às experiências com os jornais, essas também ajudaram a fortalecer os laços dos militantes com os movimentos populares. Em 1978, em São Paulo, Alípio articulou a criação de dois periódicos: o *Jornal da Periferia*, voltado para as demandas dos moradores da periferia sul de São Paulo, e o *Repórter de Campinas*, que debateu os problemas locais, integrando as demandas dos trabalhadores nas fábricas e nos bairros. Na zona leste, não foi fundado jornal, mas um centro cultural, o Vento Leste⁸²⁸.

Também em 1978, Vilma criou o *Jornal dos Bairros*, que veiculou demandas das associações de moradores na zona oeste carioca. Em 1979, militantes inseridos na Baixada Fluminense criaram o *Jornal da Baixada (JOB)*. Segundo Álvaro, a dinâmica das atividades políticas na localidade gerou a necessidade de produzir um jornal destinado a narrar as demandas dos movimentos locais⁸²⁹. O objetivo era criar um órgão amplo, não uma publicação exclusiva da Ala. Deveria ser um jornal popular, fácil de ser manuseado e lido, com pautas que ajudassem a conscientizar as pessoas dos problemas e das lutas dos movimentos operários e de bairro⁸³⁰.

A tarefa de aglutinar lideranças comunitárias interessadas na construção do jornal coube a João Pedro. A maioria das pessoas contatadas por ele era ligada à Igreja Católica e não mantinha vínculos com organizações de esquerda. Da Igreja, vieram as principais contribuições, pois a Diocese de Nova Iguaçu auxiliou financeiramente, com matérias e com a cessão de espaços para as reuniões do projeto⁸³¹. Felipe, que retornou ao Brasil com Maria José em 1976, reuniu os profissionais da Comunicação dispostos a colaborar com o periódico. Embora tivesse experiência no Jornalismo, não assumiu a direção do jornal, porque a legislação de imprensa exigia formação específica⁸³². Então, recorreu ao amigo Alceu Nogueira da Gama, colega de curso de Maria José na UnB nos anos 1960. Alceu era um jornalista experiente, com passagens em diversos veículos da imprensa oficial, como o *Jornal da Tarde*, a *Revista Veja* e *O Globo*⁸³³. Na visão de Alceu, Felipe o convidara, porque “conhecia à sua maneira de ver o mundo e confiava em seu trabalho”. Mesmo suspeitando do “envolvimento do jornal com uma facção de esquerda”, aceitou o convite por considerar que tinha “a obrigação moral em fazer algo pelos menos favorecidos”⁸³⁴.

⁸²⁸ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁸²⁹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁸³⁰ Entrevista de Valter Costa à autora. Teresópolis, RJ, 23 de setembro de 2012.

⁸³¹ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita, RJ, 15 de julho de 2011.

⁸³² Conforme o mencionado decreto-lei nº 972.

⁸³³ Entrevista de Felipe José Lindoso à autora. São Paulo, 24 de julho de 2011.

⁸³⁴ Entrevista de Alceu Mendonça Nogueira da Gama à autora. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2012.

Com linguagem acessível e a pretensão de conscientizar os leitores sobre os problemas e as formas de organização dos trabalhadores, o jornal entrou em circulação no dia 15 de maio. Embora Alceu fosse o editor-chefe, na prática, os temas das matérias eram sugeridos pelos militantes. A aproximação de pessoas sem vínculos com a Ala ou com outra organização, a exemplo de Alceu, foi possível, porque havia de parte dessas pessoas uma disposição em apoiar os movimentos sociais no contexto de luta democrática.

O jornal teve características próprias, principalmente, o uso do humor como instrumento de crítica social. Os discursos destinaram-se a um público-leitor formado por trabalhadores e por moradores da Baixada Fluminense. O periódico noticiou greves, mas foi no movimento de bairro que as pautas se concentraram. Os redatores buscaram denunciar os problemas dos locais de moradia (falta de creches, de saneamento básico, de iluminação e de calçamento de ruas, de segurança, além do não abastecimento de água, da precariedade nos serviços públicos de saúde e de transporte).

A publicação teve periodicidade irregular e contou com apenas oito edições, duas voltadas para narrar, em 1979, as greves dos metalúrgicos da Fiat Diesel de Duque de Caxias e a Greve dos 300 Mil, essa última com uma tiragem de 20 mil exemplares, quatro vezes maior que a média das outras edições. Os exemplares eram colocados à venda em bancas e em estabelecimentos comerciais, como padarias, mas a maior parte era distribuída gratuitamente em associações de moradores e em sindicatos. Em fevereiro de 1980, o jornal foi encerrado. Entre as razões, estava a falta de recursos financeiros e o envolvimento dos militantes na criação do PT que, ali, passou a significar novas possibilidades de atuação e de luta política.

Em sua dimensão de evento discursivo, o *JOB*, bem como os demais jornais da Ala, foi propulsor de mudanças à medida que expressou uma luta contra-hegemônica, a partir de um posicionamento de oposição às condições históricas e às relações de poder vigentes na sociedade. Com os periódicos, a Ala visava se aproximar dos movimentos sociais e contribuir para conscientizar politicamente os protagonistas desses movimentos. Ademais, essas publicações significaram um espaço de ação política para militantes e para não-militantes.

De modo semelhante às experiências com os jornais em São Bernardo do Campo e em Guarulhos, SP, organizou-se um espaço cultural a partir do *JOB*: o Centro de Cultura dos Trabalhadores (Cecut), O Centro foi fundado em outubro de 1979 e localizava-se nas proximidades de Parada de Lucas com Vigário Geral, área de favelas

cariocas, onde funcionavam metalúrgicas de pequeno e de médio porte. A escolha foi estratégica, porque a área se situa no subúrbio do Rio de Janeiro e perto da Baixada Fluminense. A ideia era de o Centro funcionar como um espaço cultural amplo, e não exclusivamente em função das atividades da Ala. Na prática, a organização controlou o Centro, que contou com o apoio e a participação de outros setores engajados nos movimentos sociais, como a Igreja Católica⁸³⁵.

O Cecut promoveu cursos de formação política e sindical, oficinas artesanais, apresentações do grupo Caminhando Contra o Vento, exposições artísticas e palestras de prevenção a doenças. Recebeu para debates personalidades engajadas na luta democrática, entre eles, Ferreira Gullar, Apolônio de Carvalho e Florestan Fernandes. Também sediou assembleias de diferentes categorias de trabalhadores, a exemplo dos bancários e dos professores, e reuniões de lideranças do movimento de bairro dos municípios da Baixada Fluminense e da capital. Recém-inaugurado, o espaço se converteu em um ponto de encontro de pessoas engajadas na criação do PT.

Na caminhada, surge a possibilidade de um partido operário e de massas

No primeiro semestre de 1978, a organização realizou em Campos do Jordão, SP, um Encontro Nacional que promoveu mudanças no modelo de direção e na linha de atuação do grupo⁸³⁶. A DNP foi substituída pela Comissão Executiva Nacional, eleita para um mandato de três anos. Os nomes foram apresentados e aprovados pelos presentes⁸³⁷. Já os dirigentes regionais passaram a ser eleitos diretamente pelos membros dos organismos. Segundo Roig, a intenção das mudanças era a de democratizar o funcionamento do grupo, pois, ali, “o contexto era outro”⁸³⁸.

Das formulações tecidas no encontro, a mais importante foi o incentivo à formação de uma frente política legal e de massas. De acordo com Alípio, inicialmente, a frente foi pensada no sentido de força, e não de partido político⁸³⁹. O encontro aconteceu no mesmo ano em que se iniciaram os debates entre sindicalistas e ativistas

⁸³⁵ Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁸³⁶ Não encontramos registros escritos desse encontro. Ele foi mencionado em várias entrevistas como um marco nas formulações que possibilitaram a proposta de criação de um partido de trabalhadores, legal e de massas. Entre os que afirmaram participar do encontro, estão: Alípio Freire, Vicente Roig, Delmar Mattes, Hélio Doyle, Felipe Lindoso, Álvaro Lins, Elio Cabral e Nelson Vasquez.

⁸³⁷ A primeira Comissão foi composta por Diniz, Doyle e Jorge Bittar. À exceção de Diniz, que nos anos 1960 fez parte da DNP. Os demais eram, respectivamente, dirigentes regionais de Brasília e do Rio de Janeiro.

⁸³⁸ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁸³⁹ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

sobre a possibilidade de criação de um partido de trabalhadores. Na Ala, o grupo mais simpático a essa ideia foi aquele próximo das lideranças sindicais de São Bernardo, o qual teria inclusive incentivado Lula e outros dirigentes a defenderem a proposta.

Também em 1978, o partido deliberou o apoio a candidatos do Movimento Democrático Brasileiro-Autêntico (MDB-Autêntico) nas eleições parlamentares. Esse apoio foi discutido na ocasião das eleições de 1974, mas, naquele momento, a maioria dos quadros resistiu em aderir à proposta.⁸⁴⁰ Para justificar o apoio aos candidatos do MDB-Autêntico, argumentou-se sobre a necessidade de os comunistas aproveitarem todos os canais legais de luta para mobilizar os trabalhadores. O objetivo seria pressionar os eleitos para, ao lado das forças da pequena burguesia, do clero e dos intelectuais, impulsionarem as lutas pela distensão da ditadura.⁸⁴¹

Assim como em 1974, a deliberação gerou divergências. Na compreensão de alguns membros, o apoio às candidaturas era equivocado, porque entendiam o MDB (mesmo o setor Autêntico) como uma oposição consentida pelo regime. Já os favoráveis ao apoio defendiam que, por meio dos mandatos, seria possível fortalecer as pautas de luta dos movimentos operário e popular e os debates em prol das liberdades políticas⁸⁴².

Em São Paulo, os militantes se engajaram, inclusive por meio de matérias nos jornais coordenados pela Ala, na reeleição de Almir Pazzianotto, advogado do Sindicato de São Bernardo e colaborador do *ABCD Jornal*, para o cargo de deputado estadual⁸⁴³. No Rio de Janeiro, discutiu-se uma candidatura própria para deputado estadual, cujo o escolhido foi Jorge Bittar, ligado ao movimento oposicionista do Sindicato dos Engenheiros, mas ele recusou a tarefa. Com a recusa, optou-se pelo apoio à Heloneida Studart. Para deputado federal, o grupo apoiou Modesto da Silveira⁸⁴⁴. Todos foram eleitos.

De acordo com Maria Paula Araújo, que estudou as formas de resistência à ditadura nos anos 1970, numa conjuntura de transição marcada, entre outros fatores, pela crise econômica e institucional, pareceu importante para algumas organizações

⁸⁴⁰ Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita, RJ, 15 de julho de 2011.

⁸⁴¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Tarefa dos revolucionários na conjuntura atual**. Darf, AV, DDI-III, documento 05, caixa 03, Aperj, junho de 1978, p. 7.

⁸⁴² Entrevista de João Pedro de Souza Neto à autora. Mesquita, RJ, 15 de julho de 2011.

⁸⁴³ Não foi possível identificar quem os militantes da Ala paulista apoiaram para o cargo de deputado federal, tampouco quais foram os candidatos apoiados pelos integrantes do organismo de Brasília.

⁸⁴⁴ Heloneida Studart é escritora e feminista. Participou da criação do PT no Rio de Janeiro, partido pelo qual exerceu outros mandatos parlamentares. Modesto da Silveira era advogado e dedicou-se à defesa de presos políticos. No pleito de 1978, foi o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro. Sua plataforma concentrava-se na defesa da anistia política, da autonomia sindical e do direito de greve.

estarem nas manifestações públicas em favor do restabelecimento da democracia, porque, na compreensão dos grupos, tomar parte das lutas pelas liberdades democráticas significou participar das alternativas possíveis, naquele momento, para derrubar a ditadura e para abrir possibilidades para levar adiante o projeto socialista⁸⁴⁵.

Ao rememorar esse contexto, Alípio escreveu que, após a derrota da perspectiva de luta armada, os grupos revolucionários passaram por um processo de “readequação de suas linhas de atuação”, a partir do qual estabeleceram novas formas de ação política⁸⁴⁶. Em sua visão, esse processo ocorreu, porque as organizações entenderam ali a democracia como um elemento indispensável para a propaganda de suas propostas e o acúmulo de forças para a construção do socialismo. Com base nessa nova perspectiva, lançaram-se ao trabalho de organização do povo, reforçando iniciativas em curso ou criando canais de luta⁸⁴⁷.

A dinâmica própria dos movimentos sociais interferiu nos modos de abordagem da organização, que procurou identificar, interpretar e agir de acordo com as demandas específicas de cada movimento. Um exemplo desse processo foi a prioridade dada ao “trabalho de bairro” a partir de 1978, até então relegado ao trabalho sindical. O fato dos movimentos de massas terem surgido, principalmente, de iniciativas espontâneas das camadas pobres da população (em seus locais de trabalho ou de moradia) imprimiu aos militantes uma leitura de realidade, na qual não cabia se verem, o tempo todo, como vanguarda. Os movimentos sociais, por sua vez, encontraram nas formulações das organizações uma matriz discursiva que ajudou os sujeitos na construção de falas e de canais de articulação, de divulgação e de consolidação das formas de luta⁸⁴⁸.

A partir da segunda metade dos anos 1970, tais movimentos foram vistos como essenciais para se pensar e se fazer política. Nesse período, vimos, a Ala priorizou a participação nesses movimentos. Buscou inserção no que considerou o setor de ponta do operariado (os metalúrgicos), daí o esforço para desenvolver ações no Rio de Janeiro, em Guarulhos e, principalmente, em São Bernardo do Campo, onde, além de um movimento operário espontâneo e mobilizado, encontrou um grupo de dirigentes sindicais com discursos e com práticas que despontavam na direção de um novo sindicalismo. Nos bairros, havia um trabalho intenso nas associações. Há menções sobre

⁸⁴⁵ ARAÚJO, 2000, *op. cit.*, p. 126-127.

⁸⁴⁶ FREIRE, Alípio. **Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 70 ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos**. 20 de abril de 2006.

Disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

⁸⁴⁷ *Ibid.*

⁸⁴⁸ SADER, 1988, *op. cit.*, p. 141-195.

a participação de quadros paulistas em mobilizações populares nas zonas leste e sul e no expressivo Movimento Custo de Vida. No Rio de Janeiro, militantes foram transferidos para a Baixada Fluminense, onde o movimento de bairro se mostrou vigoroso. Em Brasília, quadros se engajaram no movimento de oposição à diretoria do Sindicato dos Jornalistas⁸⁴⁹ do qual, em 1980, Doyle se tornou presidente.

De inspiração maoísta, vertente comunista que confere às massas papel fundamental na deflagração da revolução, a Ala viu na participação nos movimentos sociais uma oportunidade, talvez a mais concreta, de cumprir aquela que acreditava ser a primeira tarefa revolucionária: organizar o povo para as lutas políticas, porque a conjuntura favorecia o trabalho de massas.

Como assinalou Roig, “o contexto era outro”⁸⁵⁰. Outro, porque se avistava um prognóstico maior de abertura do regime. Apesar da persistência dos sentimentos de insegurança e de incerteza em relação ao futuro do país – sobretudo até o final de 1979, quando o AI-5 foi revogado e a anistia política negociada –, diversos setores da sociedade diversificaram as formas de luta em prol do restabelecimento da democracia, forçando a abertura de canais públicos de atividade política⁸⁵¹. A transição foi lenta, gradual e controlada pelo Estado, que continuou a perseguir os opositores.

A discussão iniciada no supracitado Encontro Nacional ganhou fôlego e, somada às experiências nos movimentos sociais, foi fundamental para a Ala aderir à criação de um partido de trabalhadores, legal e de massas. É importante observar que a proposta foi feita em um momento de debate da reforma partidária, quando se vislumbraram, após décadas, oportunidades concretas para uma atuação política legal e continuada das organizações de esquerda no Brasil⁸⁵². Antes disso, houve apenas a breve experiência pecebista entre 1945 e 1947.

A perspectiva da legalidade é um dado importante para pensar as motivações que levaram a Ala a discutir a criação de um partido de massas. Todos os seus membros vivenciaram experiências políticas na clandestinidade. Tomando o caso dos ex-presos, nota-se a valorização nos anos 1970, da participação em atividades legais, por meio das quais prosseguiram na militância. Alípio, por exemplo, se recusou a ir para a fábrica, porque não desejava voltar à clandestinidade. Tapajós que, ao deixar o cárcere, havia se

⁸⁴⁹ O nome oficial da entidade é Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.

⁸⁵⁰ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁸⁵¹ ALMEIDA; WEIS. *op. cit.*, p. 333.

⁸⁵² FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT nas esquerdas brasileiras. FORTES, Alexandre. (Org.) **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/ Chapecó: Editora Perseu Abramo/ Argos, 2005, p. 195-196.

desligado da organização, porque passou a interpretá-la como “sectária”, foi um dos primeiros a buscar alternativas legais para contribuir com o processo de organização dos trabalhadores. Roig, além de jornalista, tornou-se advogado, porque viu no Direito “um modo aberto e legal para fazer justiça aos trabalhadores”⁸⁵³. Mesmo aqueles que não vivenciaram o cárcere, conforme foi o caso de Delmar, interpretaram a clandestinidade como o principal limitador para o avanço de um trabalho político “ostensivo e vigoroso”⁸⁵⁴. De fato, a condição clandestina impunha limites ao trabalho político. Sem contar a dimensão subjetiva dessa condição, que gerou traumas pessoais, devido ao estado emocional de permanente tensão e vigilância vivido pelos militantes⁸⁵⁵.

Desde o início, o projeto da Ala era o de construção de um partido do proletariado. No final dos anos 1960, a organização proclamou-se o embrião desse partido⁸⁵⁶. No entanto, ao reavaliar as táticas de luta no início dos anos 1970, reconheceu que não poderia se considerar como tal, porque não tinha representatividade na classe operária⁸⁵⁷. A reinterpretção da ideia de partido teve a ver também com os discursos gestados pelos grupos marxistas após a derrota política, quando se viram obrigados a rearticular as suas atividades para se aproximarem de seu público. Nesse processo, o tom radical das falas da década de 1960 cedeu lugar aos discursos de apoio às mobilizações dos trabalhadores na década seguinte. As mudanças de perspectiva não significaram a desistência do projeto de construção de um partido operário. No final dos anos 1970, a formação do PT pareceu, para alguns, a oportunidade para realizar esse projeto. Sabiam que não seria um partido leninista, como por décadas se planejou, mas esperavam, a partir dele, criar condições favoráveis rumo ao socialismo.

A princípio, seria um partido construído com um corte de classe definido, formado a partir de uma frente ampla e legal, inclusive, com a união das forças revolucionárias, empenhadas na construção de uma democracia popular⁸⁵⁸. A ideia não foi uma novidade, porque, ao avaliar as causas do isolamento social e dos reveses sofridos pelos grupos de esquerda no início dos anos 1970, a Ala sugeriu, no documento

⁸⁵³ Entrevista de Vicente Roig à autora. Entre os dias 17 e 25 de maio de 2018. Por *Skype*.

⁸⁵⁴ Entrevista de Delmar Mattes à autora. 04 de junho de 2018. Por *Skype*.

⁸⁵⁵ A respeito do tema, ver. SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

⁸⁵⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Organizar um Partido de Novo Tipo em função da luta armada**, *cit.*, p. 01.

⁸⁵⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Autocrítica**, *cit.*, p. 07.

⁸⁵⁸ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

“Autocrítica”, a adoção de uma prática unificada “de todos que lutavam pela revolução” como saída para superar a crise e levar adiante o projeto socialista⁸⁵⁹.

Porém, não houve na Ala consenso em torno da proposta de criação do PT. A maioria das resistências se concentrou no organismo fluminense. Álvaro foi um dos que viu a proposta com desconfiança, pois as articulações para a criação do novo partido passavam por dirigentes sindicais “sem tradição na esquerda”⁸⁶⁰. Em sua opinião, a iniciativa seria uma derrota do ‘trabalho de formiga’ que a Ala desenvolvia no setor operário e começava, ali, a colher os frutos. Coordenador do “trabalho de fábrica” desde 1972, esforçou-se para estender a atividade, vista por ele como o “carro-chefe” do trabalho de massas⁸⁶¹. Talvez, a sua renitência em apoiar a criação do PT tenha relação com o receio de perder o espaço político que seu grupo vinha conquistando em categorias de trabalhadores no Rio de Janeiro, em especial na dos metalúrgicos.

Outros envolvidos no “trabalho de fábrica”, a exemplo de Nelson e de Washington, defenderam prosseguir com o apoio aos candidatos do MDB-Autêntico até que se vislumbrasse uma abertura concreta do regime, porque, até fins de 1979, “ninguém sabia ao certo como tudo terminaria”⁸⁶². As incertezas persistiram por um tempo, porque o regime só acabou em 1985, com a posse de Sarney, o primeiro civil a reocupar a presidência da República.

Já o grupo fluminense inserido nas atividades nos bairros simpatizou com a ideia de criação de um partido de massas, sendo o que mais se engajou na campanha pró-PT no Rio de Janeiro. Deste grupo fizeram parte Elio, Lourdes, Fátima, João Pedro, os irmãos Warley, Vilma e Valter e o casal Felipe e Maria José, também envolvidos com o *JOB*. Para Nelson, entretanto, Elio persuadiu “o pessoal do Rio” a aderir ao PT⁸⁶³. Em Brasília, houve divergências. Doyle foi o primeiro a encampar a proposta, mas setores ligados a Diniz não aderiram. Em São Paulo, Delmar, Roig, militantes presentes na OSM-SP e nos movimentos populares foram ao lado de Alípio, Marcello, Grammont e demais inseridos em São Bernardo os maiores entusiastas da proposta de formação do partido. Houve dissenso na Ala paulista, pois, enquanto algumas pessoas se convenceram de que a iniciativa fortaleceria as lutas operárias, outras preferiram não apoiar a ideia e não ingressaram no novo partido.

⁸⁵⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica*, cit., p. 11.

⁸⁶⁰ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁸⁶¹ *Ibid.*

⁸⁶² Entrevista de Nelson Vasquez à autora. São João de Meriti, RJ, 02 de junho de 2018.

⁸⁶³ *Ibid.*

Na visão de Alípio, os que recuaram o fizeram, porque não conseguiram identificar o PT como a frente de massas proposta no encontro de 1978. Outros, porque achavam que Ala deveria ser o partido, então caberia à organização estar, em cada estado, na legenda político- institucional que trouxesse ao grupo “mais vantagens” para o seu crescimento⁸⁶⁴.

Além da campanha feita por militantes dos organismos paulista, fluminense e brasiliense, antigos membros que, após deixarem o cárcere, retornaram aos seus estados natais foram contatados para apoiar a iniciativa⁸⁶⁵.

Por meio dos jornais, dos centros culturais, das associações de bairros, dos movimentos populares e de outros espaços onde estiveram inseridos, os militantes se empenharam no Movimento Pró-PT. O *ABCD Jornal* foi o periódico mais enfático nessa campanha. Logo após o mencionado congresso ocorrido em 1979 em Lins, SP, onde a proposta de criação de um partido dos trabalhadores foi oficializada, o jornal estampou a manchete-pergunta: “Quem tem medo do Partido dos Trabalhadores?”⁸⁶⁶. Ao longo do ano, o *ABCD* publicou diversas matérias, nas quais narrou encontros de Lula com intelectuais, atos de apoio à formação da legenda e noticiou a fundação da agremiação como algo certo⁸⁶⁷. O *Jornal da Vila*, coordenado por Laís Furtado, também foi um instrumento dessa campanha. Laís participou da cisão pedecobista que originou a Ala. Nos anos 1970, cumpriu pena por crimes políticos no Tiradentes, quando se afastou da organização. Semelhantemente a Tapajós, seu ex-companheiro de partido e de vida, Laís manteve laços de amizade com militantes e participou, com eles, de iniciativas de apoio aos movimentos populares em São Paulo e da campanha pela criação do PT. A sua trajetória se parece a de outras pessoas que deixaram a militância organizada, mas continuaram na luta contra a ditadura por meio de seus ofícios.

No *JOB*, não percebemos ênfase à proposta de criação da agremiação, que foi noticiada apenas em notas. Talvez isso ocorreu devido às resistências de alguns membros da Ala fluminense em aderir à proposta. Mesmo assim, o espaço alugado por militantes para realizar as reuniões do periódico, localizado no centro de São de Meriti, foi transformado no Comitê do Movimento Pró-PT na Baixada, doravante, a primeira

⁸⁶⁴ Entrevista de Alípio Raimundo Viana Freire à autora. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.

⁸⁶⁵ Os entrevistados disseram que ex-militantes apoiaram a criação do PT em Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul.

⁸⁶⁶ *ABDC Jornal*, nº 35, 10/1979, p. 2.

⁸⁶⁷ A respeito das matérias pró-PT veiculadas no periódico, ver principalmente as edições de 27 de agosto, de 17 de setembro e de 08 de outubro de 1979.

sede do partido na cidade. Nesse local, reuniram-se forças aliadas à Ala no movimento sindical e de bairro, entre elas, o MEP e os setores católicos progressistas.

Bem como ocorreu nos centros culturais em São Bernardo, em Guarulhos e na zona leste de São Paulo, onde os espaços abrigaram reuniões e atos de apoio à formação do partido, o Cecut congregou lideranças sindicais e comunitárias engajadas na popularização de uma agremiação partidária formada por trabalhadores. A essas iniciativas se somaram a participação de militantes, a exemplo de Alípio, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e na ABI, entidades nas quais buscou ampliar o círculo de pessoas simpáticas à criação do partido e coletou assinaturas para a legalização da legenda.

A Ala foi uma das organizações revolucionárias que mais se empenhou na fundação do PT⁸⁶⁸. A dedicação de alguns quadros se converteu na participação nas primeiras diretorias do partido. Entre eles, estava o próprio Alípio, que ocupou a vice-presidência do Diretório Regional de São Paulo, entre 1980 e 1983, e de João Pedro, primeiro presidente do Diretório Municipal de São João de Meriti, RJ.

Agora, o partido é o PT

Desde fevereiro de 1980, o partido era o PT, “mas a gente (a Ala) seguiu com atividades independentes”⁸⁶⁹, afirmou Álvaro. Entre as atividades às quais se referiu, estava o trabalho de base realizado na categoria dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, o qual contribuiu para a vitória da chapa encabeçada por Washington em 1987. O discurso de Álvaro tem a ver com a atitude assumida por ele, por alguns quadros da Ala e de outros agrupamentos leninistas, que, após ingressarem no PT, insistiram em adotar um comportamento e uma linha política semelhante aos de suas antigas organizações.

Os grupos leninistas tinham um perfil ideológico definido, pautado pela perspectiva da luta de classes, não eram defensores da democracia representativa (de sentido burguesa) e se engajaram na luta democrática, porque viram, no retorno às liberdades constitucionais, uma possibilidade de ampliar a luta pela implantação do socialismo. Ao participarem da criação do PT, acreditaram que poderiam fazer dele um partido de classe. No entanto, desde a fundação, encontraram uma agremiação política bastante heterogênea⁸⁷⁰. Nela, tais grupos tenderam a assumir um comportamento

⁸⁶⁸ HARNECKER, *op. cit.*, p. 142.

⁸⁶⁹ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁸⁷⁰ A respeito das diversas forças políticas que formaram o PT, ver. KECK, *op. cit.*

político nos moldes das organizações clandestinas. Com esse comportamento, parte dos remanescentes da Ala, por exemplo, esperava manter a coesão do grupo e elaborar propostas para submetê-las ao restante do novo partido.

Em especial a partir de 1980, as divergências na Ala da fase pró-PT ganharam novos contornos. Aqueles que, inicialmente, se posicionaram contrários à formação do partido, mas aderiram à nova legenda, conforme os casos de Álvaro, Nelson e Washington, foram os que, por mais tempo, insistiram na ideia de que a Ala ainda era o partido.

Em 1981, a Ala realizou o I Congresso enquanto corrente petista. No encontro, os militantes discutiram estratégias para o trabalho de massas usando a legenda PT. Os debates foram marcados por tensões, porque, para alguns, a participação na sigla era uma forma de a corrente se fortalecer politicamente, conquistar adeptos e se tornar hegemônica no partido. Outros defenderam ser o PT a frente de massas pensada no final dos anos 1970. Nesse caso, a principal tarefa era buscar meios para fortalecer a frente e propor estratégias para, no médio ou no longo prazo, implantar o socialismo democrático no Brasil⁸⁷¹, a partir do qual seriam conquistados a autonomia das organizações populares e o primado da política dos trabalhadores sobre a economia⁸⁷².

As interpretações sobre a implantação do socialismo democrático foram diversas e geraram dissensos, porque, para um grupo, o socialismo democrático era o objetivo final a ser alcançado por meio do PT, enquanto, para outro, seria uma etapa de transição para o comunismo. Desde 1982, o primeiro grupo, composto principalmente por militantes de São Paulo, se afastou da corrente e passou a militar de modo individual no PT. Nesse ano, quadros do Rio e de Brasília também adotaram um comportamento independente no novo partido. No presente, algumas pessoas interpretaram a diluição parcial de remanescentes das organizações revolucionárias no PT, como um processo de dispersão que resultou no enfraquecimento das mobilizações populares nos anos seguintes⁸⁷³.

No Rio de Janeiro, onde permaneceu na corrente o maior número de quadros, foi decidido o lançamento de candidaturas nas eleições parlamentares de 1982, visando ao fortalecimento do trabalho de massas, interpretado, ali, como o principal instrumento

⁸⁷¹ Conforme as entrevistas de Alípio Freire, de Álvaro Lins Cavalcanti Filho, de Nelson Vasquez e de João Pedro de Souza Neto à autora.

⁸⁷² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Resolução do I Congresso**. Darf, AV, DDI-III, documento 18, caixa 02, Aperj, 1981, p. 1.

⁸⁷³ Essa opinião pode ser vista nas entrevistas de Álvaro Lins Cavalcanti Filho, de Nelson Vasquez e de Washington da Costa à autora.

para a conquista do socialismo democrático. Concorreram nomes ligados ao “trabalho de bairro”. Entre eles, estavam Vilma, líder comunitária na zona oeste, e Fátima, à época, diretora do MAB. Naquele momento, a corrente contava com mais de 20 pessoas à frente de associações e de federações de moradores na região da Baixada Fluminense e em bairros periféricos da capital, o que a fez supor que elegeria mais de um candidato. Como nenhum nome foi eleito, o lançamento de várias candidaturas foi interpretado como uma estratégia equivocada, porque dividiu os esforços de campanha e resultou na derrota no pleito.

No Rio, até 1985, a corrente continuou a elaborar pautas específicas para os movimentos operário e de bairro e a articular alianças nas disputas sindicais e pelas federações de bairro. Em São Paulo e em Brasília, nesse ano, a Ala “praticamente não existia mais”⁸⁷⁴. Debilitada, discutiu com outras correntes, entre elas o MEP, seu antigo aliado, a união de forças para ganhar espaço nas proposições no PT⁸⁷⁵. Em 1985, durante a realização de seu II Congresso, a Ala (ou o que restava dela) optou pela fusão com o MEP e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP)⁸⁷⁶ que, juntos, formaram o Movimento Comunista Revolucionário (MCR)⁸⁷⁷.

⁸⁷⁴ Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

⁸⁷⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Boletim Interno**. Abril de 1984. Documento gentilmente cedido para consulta por Álvaro Lins Cavalcanti Filho.

⁸⁷⁶ Organização formada em 1982 por ex-integrantes da Ação Popular-Marxista Leninista.

⁸⁷⁷ MOVIMENTO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Resoluções do I Congresso do Movimento Comunista Revolucionário**. Outubro de 1985. Documento gentilmente cedido para consulta por Álvaro Lins Cavalcanti Filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fui para a Ala Vermelha, porque o PCdoB não estava preparando adequadamente a luta armada. Tinha pressa. O foco era para já”⁸⁷⁸. A frase, dita por Tapajós, resume as principais motivações que levaram a Ala a se organizar. Como vimos, o partido surgiu em torno das contendas a respeito dos preparativos dos combates armados contra a ditadura e pela implantação do socialismo no Brasil. Liderada por militantes experientes, com passagens pela China, por Cuba e pela URSS e que defendiam a adoção imediata da luta armada, a Ala atraiu principalmente os quadros pcedobistas mais jovens, a exemplo do então estudante Tapajós. Esses quadros tinham urgência em iniciar aquela luta.

Recém-criada, a organização lançou-se às ações armadas, com o objetivo de reunir os recursos financeiros para preparar a guerrilha no campo. Os planos, entretanto, não saíram como o esperado. Na prática, de modo semelhante ao que ocorreu com outras organizações revolucionárias, a Ala caracterizou-se, inicialmente, como um agrupamento armado urbano. Com o avanço da repressão contra os seus quadros, no começo da década de 1970, a organização foi desarticulada. Desde então, a implantação da guerrilha rural tornou-se uma quimera.

É importante dizer que o fato de a Ala praticar ações armadas não representou uma contradição no que se referia à sua filiação ao maoísmo, porque, diferente de outras organizações, não interpretou tais ações como uma espécie de treinamento militar ou de guerrilha urbana. Além disso, desde cedo, procurou desenvolver o trabalho de massas, através de atividades, como panfletagens em portões de fábrica e a alfabetização de adultos. Seguindo, portanto, a premissa maoísta de se ligar às massas para, com elas, fazer a revolução.

Entre as razões que levaram à Ala a priorizar, no final da década de 1960, o militarismo, estava, entre outros aspectos, o cenário internacional de revoluções vitoriosas e de valorização da violência como instrumento de luta política. Numa conjuntura nacional marcada pela imposição de uma ditadura, era difícil a realização de atividades políticas legais ou abertas, o que também dificultou aos militantes desenvolverem o trabalho de massas.

⁸⁷⁸ Entrevista de Renato Tapajós à Maria Carolina Granato da Silva *apud* SILVA, 2008, *op. cit.* p. 66.

Após a sua formação, o partido contou com adeptos em alguns estados, sobretudo jovens universitários, mas a cabeça e o coração do grupo ficaram em São Paulo. Isso porque, no momento da cisão, a maioria dos quadros que formaram à Ala era do PCdoB paulista. Na capital, se concentraram a direção e a maioria das ações. Para lá, migraram quadros perseguidos em outros estados, em especial, estudantes expulsos de universidades ou perseguidos pelos agentes do Estado acusados de subversão à ordem. Em São Paulo, esses quadros se envolveram em atividades de propaganda política e nas ações de expropriação de bens e de capitais.

As mulheres não participaram diretamente das ações armadas, mas contribuíram com a logística para que acontecessem. Como o leitor notou, as vozes masculinas apareceram em maior número na tese, então, boa parte do que sabemos sobre o protagonismo feminino na Ala nos chegou por meio das falas dos homens. De acordo com eles, as mulheres foram preservadas por se tratar de atividades arriscadas. Ana, que pertenceu ao grupo nessa fase, viu, no presente, “um certo machismo” na exclusão das mulheres naquele tipo de ação⁸⁷⁹.

No segundo semestre de 1969, um grupo formado pelos dirigentes nacionais e por parcela da militância impulsionou os debates a respeito da necessidade de revisão do militarismo como tática de luta. Tais debates geraram dissensos entre esse grupo e àquele defensor do militarismo, composto pelos quadros mais jovens ou de origem operária. O primeiro grupo saiu vitorioso. As divergências resultaram em duas cisões: o MRT, formado, em 1969, em torno de quadros do setor operário e de defensores do militarismo, e o MRM, formado por ex-estudantes mineiros que migraram para São Paulo para fugir da repressão em seu estado. No caso do MRM, é curioso notar que cindiu um grupo favorável ao massismo, justamente quando o partido se esforçava para aplicar a linha de massas.

Sem conseguir organizar a guerrilha rural, duramente atingida pela repressão política e fracionada por cisões, a Ala avançou em sua autocrítica em relação à tática de luta armada. Parte do aprofundamento desse processo se deu no cárcere, onde militantes produziram um vasto documento, no qual rememoraram a trajetória do grupo, identificaram as causas dos reveses sofridos e propuseram alternativas para superar a crise e soerguer o grupo. Para seguir com o projeto socialista, a organização passou a priorizar a ligação com as massas. Uma proposta para viabilizar essa ligação foi a

⁸⁷⁹ Entrevista de Ana Amélia Lins Cavalcanti à autora. Rio de Janeiro, 02 de março de 2016.

integração de quadros na produção fabril. Apesar dos documentos trazerem diretivas explícitas a esse respeito, o partido não contava com membros em número suficiente e com orientações objetivas para efetivar a atividade. Entre 1971 e 1976, restavam poucos militantes na organização, o que ajuda a explicar o pequeno número de pessoas integradas na produção.

No Rio de Janeiro, onde militantes se inseriram entre os metalúrgicos, o “trabalho de fábrica” foi, desde o início, centralizado. Diferente de São Paulo, onde, no início dos anos 1970, encontramos iniciativas individuais e quadros dispersos, a exemplo de Ana. Sua experiência, no entanto, nos ajudou a compreender, entre outros aspectos, as dificuldades de adaptação dos militantes ao universo operário. O “trabalho de fábrica” gerou o “trabalho de bairro”, por meio do qual militantes mobilizaram trabalhadores em torno das questões de moradia. Nos bairros, desenvolveram trabalhos de educação popular, incentivaram a formação de associações de moradores, organizaram grupos teatrais e até jornais.

Pela Ala paulista, as experiências no setor operário mais expressivas nos anos 1970 foram vividas em São Bernardo, onde os militantes criaram o *ABCD Jornal*. Desde o primeiro número, o periódico incentivou a organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, apresentou um discurso de oposição às antigas estruturas sindicais, narrando-as como complacentes com o regime e o patronato. Em contrapartida, valorizou as propostas da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, apresentando-a como alternativa na construção de um novo sindicalismo. Algumas vezes, o jornal esteve tão próximo da direção do sindicato que parecia ser o órgão oficial. A renovação das práticas sindicais foi tema de diversas matérias assinadas por militantes. É preciso lembrar, no entanto, que as raízes dessa renovação remontam ao final dos anos 1960, quando grupos leninistas buscaram se aproximar da entidade. Alguns, como a AP, tiveram quadros integrados na produção em fábricas locais e ajudaram os trabalhadores a forjarem discursos e práticas combativas.

Com a autocrítica, a Ala priorizou alternativas de aproximação dos trabalhadores, razão pela qual incentivou e participou de diversos movimentos sociais. Através dessa participação, pretendia alcançar influência para organizar politicamente os trabalhadores. Nas releituras do passado, todavia, os militantes negaram a intenção de ‘aparelhamento’⁸⁸⁰. Tendo em vista que os eventos são lembrados à luz da

⁸⁸⁰ Expressão usada para se referir à prática de alguns grupos de transformarem uma entidade ou um movimento social em instrumento para alcançar seus objetivos.

experiência e das necessidades do presente⁸⁸¹, afirmaram que a intenção era contribuir para o avanço de um movimento sindical autônomo e apoiar as lutas populares, esperando, com isso, obter espaço para debater o projeto socialista. Nota-se, nas entrevistas, a preocupação em negar a existência de um comportamento vanguardista nos anos 1970.

Naqueles anos, os estudantes continuaram a ser o grupo social predominante na organização. Diferente dos anos 1960, quando um dos fatores de atração de jovens para o partido foi a possibilidade de fazer a luta armada, o atrativo era o engajamento no trabalho de massas. Em comum, os jovens revolucionários dos anos 1960 e os da década seguinte expressaram o desejo de integrar as lutas contra a ditadura e em favor da igualdade social.

O primeiro grupo foi composto por indivíduos que cresceram sob o signo da mudança, das transformações propaladas por uma gama de artistas e de intelectuais nacionais nos anos 1950, os quais propuseram novas leituras da cultura e da realidade nacional, valorizando a diversidade. Viu florescer os movimentos reivindicatórios de direitos sociais no campo e na cidade e a tentativa de interrupção desses movimentos com o golpe. Assistiu à transição de um regime democrático a um regime autoritário, a suspensão dos direitos e das garantias constitucionais, a intensificação da repressão política. Participou das ações armadas. Foi duramente atingido pela violência estatal.

O grupo que ingressou no partido nos anos 1970 adoesceu na ditadura, portanto cresceu sob o signo do autoritarismo. Suas atividades se concentraram no trabalho de massas, porque, nesse contexto, a violência política tinha perdido terreno para outras formas de luta. Ao lado de militantes experientes, os mais jovens compartilharam práticas no movimento operário e em outras mobilizações populares. O grupo viveu com o anterior as lutas pelo restabelecimento da democracia. Os dois se engajaram nessa luta, não porque a Ala era democrata, mas porque interpretou, naquela conjuntura, que o retorno ao Estado democrático era importante para expandir as ideias e as propostas socialistas.

A participação em diferentes frentes da luta democrática não representou o abandono da perspectiva revolucionária. O que houve foi a incorporação de novas formas de ação política que foram possíveis a partir da autocrítica, quando a organização desistiu da ideia da tomada imediata do poder pelas armas. Quando a

⁸⁸¹ FERREIRA, 2002, *op. cit.*, p. 321.

expressão democracia aparece na documentação política e nos depoimentos, não é em defesa de uma democracia de sentido liberal ou burguesa, mas de uma democracia popular, liderada por trabalhadores, portanto associada à construção do socialismo.

Em tempos de mudanças na conjuntura, o grupo mudou discursos e passou a investir em iniciativas pautadas pela atuação política legal, inclusive a formação de um partido de massas, o PT, inicialmente interpretado como um instrumento para a construção do socialismo democrático no Brasil. Para a proposta de criação do partido, confluíram vários fatores: a conjuntura nacional de abertura política, a vivência dos militantes nos movimentos sociais, a possibilidade de uma atuação política legal das forças de esquerda. O PT, no entanto, nunca se tornou um partido socialista, tampouco se converteu em um meio para se chegar ao socialismo no país. Mas essa é uma outra história...

REFERÊNCIAS

Fundos documentais

Acervo da Imprensa Alternativa. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Acervo de Periódicos. Centro de Documentação e Memória. Universidade Estadual Paulista
Arquivo Edgard Leuenroth. Universidade Estadual de Campinas
Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Processos do Supremo Tribunal Militar. Brasil: Nunca Mais Digital
Relatórios. Brasil: Nunca Mais Digital

Periódicos

ABCD Jornal (1976-1982)
A Classe Operária (PCdoB – 1967)
Brasil Livre (Ala Vermelha – 1969)
Jornal da Baixada (1979-1980)
Jornal da Vila (1979-1980)
Luta Proletária (Ala Vermelha – 1969-1970)
O Martelo (Ala Vermelha – 1976-1978)
Repórter de Guarulhos (1977-1978)
Unidade Operária (Ala Vermelha – 1969-1970)

Entrevistas concedidas à autora

Alceu Mendonça Nogueira da Gama*
Alípio Raimundo Viana Freire*
Álvaro Lins Cavalcanti Filho*
Ana Amélia Lins Cavalcanti*
Antonio de Neiva Moreira Neto*
Delmar Mattes
Elio Cabral de Souza*
Felipe José Lindoso*
Hélio Doyle
João Leal de Araújo*
João Pedro de Souza Neto*
Lúcia do Amaral Lopes
Maria Fátima Souza Silva*
Maria José Rios Peixoto da Silveira.
Nelson Vasquez
Valter Costa*
Vicente Eduardo Gomez Roig
Vilma Costa*
Warley da Costa*
Washington da Costa*

* Depoimentos doados ao Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Os demais não foram doados, porque não foram gravados ou porque não obtivemos dos entrevistados a carta de cessão de direitos.

Entrevistas concedidas a terceiros

Derly de Carvalho à Carolina Ruy (Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br>)
Margarida do Amaral Lopes (Memorial da Resistência de São Paulo)
Renato Tapajós a Carlos Carneiro Costa (Disponível em: <http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo.php>)
Renato Tapajós a Marcelo Ridenti (Arquivo Edgard Leuenroth/ Unicamp)
Vicente Eduardo Gomez Roig a Marcelo Ridenti (Arquivo Edgard Leuenroth/ Unicamp)
Vicente Eduardo Gomez Roig (Memorial da Resistência de São Paulo)
Wladimir Pomar a Augusto Buonicore (Disponível em: <http://grabois.org.br>)

Documentários

- A Batalha da Maria Antônia*. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 2013, 76min.
- Acidente de Trabalho*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Oca Cinematográfica. Brasil, 1977, 16 min.
- Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewsk. Distribuição: Imovision. Brasil, 2009, 92 min.
- Família Carvalho – Retrato da resistência operária contra a ditadura*. Produção: TVT. Brasil, 2013, 47 min.
- Fim de Semana*. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1976, 30 min.
- Greve!* Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 1979, 36 min.
- Linha de montagem*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Tapiri Cinematográfica. Brasil, 1981, 90 min.
- Nada será como antes, nada?* Direção: Renato Tapajós. Distribuição: Tapiri Cinematográfica. Brasil, 1984, 43min.
- O que é isso, companheiro?* Direção: Bruno Barreto. Distribuição: RioFilme e Miramax. Brasil, 1997, 105 min.
- Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Oca Cinematográfica/ ABCD Sociedade Cultural. Brasil, 1979, 34min.
- Trabalhadoras Metalúrgicas*. Direção: Renato Tapajós e Olga Fudemma. Produção: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Oca Cinematográfica. Brasil, 1978, 16min.
- Um por cento*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Brasil, 1967, 24min.
- Universidade em crise*. Direção: Renato Tapajós. Produção: Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e Centro Acadêmico de Jornalismo da Cásper Líbero. Brasil, 1965, 20min.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, mai/ago de 1997, nº 5.
- _____. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1996.
- ABRAMO, Laís. **O Resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lílían (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Orgs.) **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, nº 2, 2007.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. *O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: Edusc, 1999.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- _____. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.
- _____. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. (Orgs.) **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BAHIA, Juarez. **Dicionário de Jornalismo - Século XX**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Experiência**. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio: história do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (Orgs.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

- _____. Os Partidos. In: REYMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.
- BORBA, Carlos Alberto Vieira. A Questão Agrária no governo de Mauro Borges. (1961-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307634841>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko. A vanguarda brasileira: a juventude no discurso da Revista Editora do Brasil S/A (1961-1980). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301078186>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.
- BRENNAN, James. El classismo y los obreros, el contexto fabril del ‘sindicalismo de liberación’ en la industria automotriz cordobesa, 1970-75. **Desarrollo Económico**, v. 32, nº 125, abr/jun de 1992.
- CAMPOS, Esteban. **La organización Descamisados**: entre la Democracia Cristiana, el peronismo revolucionario y la lucha armada. Disponível em: <http://conicet-ar.academia.edu/EstebanCampos>. Acesso em: 11 de novembro de 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CAMPOS, Pedro Henrique. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura. Niterói: Eduff, 2017.
- CARDOSO, Irene. A geração dos anos 60: o peso de uma herança. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, nº 2, 2005.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Ecos de 1968: 40 anos depois. **Recôncavos** [online]. Ano I, v. 2, 2008.
- CARDOSO, Ruth. Novas formas de participação popular no Brasil contemporâneo. **Revista da Fundação Seade**, São Paulo, v. 1, nº 3, set/dez, 1985.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- CARVALHO, Yuri; KONRAD, Diorge. Os irmãos metralha: a trajetória da família Carvalho na luta contra a ditadura militar-civil. In: **Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP**. Campinas, SP, set, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.
- CARVALHO, Yuri. **Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria (RS), 2014.
- CARUTH, Cathy (Org.). **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: London, The John Hopkins University Press, 1995.
- COSTA, José Caldas da. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007.
- COSTA, Vilma (Org.) **O importante é a gente dizer o que sente**. Rio de Janeiro, 1974. Publicação da organizadora.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- CRUZ, José Vieira da. A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste, 1964-1967. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: Edise, 2015.
- DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2008.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Volume 4. Coleção Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**. A Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 5, jul/dez de 2002
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FICO, Carlos. **O grande irmão - Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo - O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. [online]. V. 24, nº 47, 2004.

FILHO, João Roberto Martins. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) **As esquerdas no Brasil**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT nas esquerdas brasileiras. In: FORTES, Alexandre. (Org.) **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/ Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005.

FREIRE, Alípio. **Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 70 ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos**. 20 de abril de 2006. Disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

FREIRE, Alípio. ALMADA, Izaías; PONCE, Granville J.A. (Orgs.) **Tiradentes, um presídio da ditadura**. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, Singh (Org.). **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução. In: ARAÚJO, Ângela. (Org.) **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. In: **Desvios**, nº 1, nov, 1982. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

GILLESPIE, Richard. **Soldados de Perón**. História crítica sobre los Montonero. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Trad. Manoel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUEVARA, Ernesto. Guerra de guerrilhas. In: **Obras completas**. São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. **Textos revolucionários**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental. **Revista Tricontinental**. Havana: Secretaria Executiva da Organização de Solidariedade com os povos da Ásia, África e América Latina, 1967. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1967/04/tricontinental.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

_____. **Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUIZZO, João. **Lula, Luís Inácio da Silva: entrevistas e discursos**. São Bernardo do Campo, SP: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARNECKER, M. **O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas**. Cuba: Centro de Recuperación y Difusión de la Memoria Historica del Movimiento Popular Latinoamericano/MEPLA; Casa América Livre: São Paulo, 1994.

HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Viva la revolución**. A era das utopias na América Latina. BETHELL, Leslie. (Org.). São Paulo: Cia da Letras, 2017.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrada: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado). 2005. Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

KECK, Margareth. **PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LANUSSE, Lucas. **Montoneros**. El mito de sus 12 fundadores. Vergara, 2005.

LEITE, Isabel Cristina. Apontamentos sobre as tradições da cultura política de comunistas e trabalhistas entre as organizações guerrilheiras no Brasil dos anos 1960/70. **Saeculum Revista de História**, nº 24, jan/ jun, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilyitch. **Que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.

- _____. **Por donde empezar:** acerca de la prensa y la literatura. Buenos Aires: Anteo, 1965.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LINDOSO, Felipe. **Heróis e militantes**. 10 de março e 2017. Disponível em: <http://www.zagaia.blog.br>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.
- LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo:** história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu. In: Stepan, A. (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MANNHEIN, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice. (Org.) **Mannheim:** Sociologia. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- _____. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- MÁREK, Franz, A desagregação do stalinismo. In: HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo**. Volume 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MARINI, Ruy Mauro. Processos e tendências da globalização capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Sindicato, ditadura e transição: continuidades e descontinuidades no corporativismo brasileiro (1974-1984). In: **Análise Social**, v. 52, nº 224, 2017.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. Retrospectiva e comemoração: reflexões sobre usos jornalísticos do passado. **Comunicação & Sociedade**, v. 31, nº 53, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:** os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 1995.
- _____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MISKULIN, Sílvia. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória, 2008. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/anphlac.fflch.usp.br/files/silviamiskulin>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.
- MONTENEGRO, Darlan. **Classe e partido no leninismo e no Partido dos Trabalhadores**. 2002. Dissertação (Mestrado Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.) **Culturas políticas na História:** novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.
- MOURA, Alessandro. **Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista:** rupturas e continuidades. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2015.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.
- NEGRO, Antonio Luigi. Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson, TELES; Janaína de Almeida (Orgs.) **Desarquivando a ditadura – memória e justiça no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. **Linhas de montagem:** o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. Pés e mãos do Brasil grande e potente: as greves de 1968, em Contagem e no ABC. In: **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, nº 6, jul/dez de 2002.
- NERCESIAN, Inés. **La política en armas y las armas de la política:** Brasil, Chile y Uruguay 1950-1970. Buenos Aires: Clacso, 2013.

OLIVEIRA, Mônica. **Militantes operários e operários militantes: a experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2005.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. **Mentes que brilham: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo**. 2002. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2002.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). **História dos jovens II: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PITTS, Bryan. O sangue da mocidade está correndo: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. **Revista Brasileira de História** [online]. V..34, nº 67, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000100003>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Global 1980.

PORTELA, Fernando. **A Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs.) **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. 1968: o curto ano de todos os desejos. In: **Tempo Social**, nº 10, 1998.

_____. Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs). **História do marxismo no Brasil**. Volume 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Ditadura e sociedade, as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. As esquerdas no Brasil. Culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.) **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REYMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está**. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

_____. Greve fundiu a Fiat: o movimento dos metalúrgicos de Duque de Caxias na perspectiva do *Jornal da Baixada*. Duque de Caxias, **Revista Pilares da História**, nº 16, mai, 2018.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN**. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas (1964-1974). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá Patto. (Orgs.) **O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. (Org.). **Gramsci: sobre poder, política e partido**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALES, Jean Rodrigues. (Org.). **Guerrilha e revolução. A luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

_____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

- _____. **Partido Comunista do Brasil - PCdoB**: propostas teóricas e prática política - 1962-1976. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.
- _____. O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Diálogos**, Maringá, v. 6, 2002.
- _____. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.
- _____. **A luta armada contra a ditadura**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- _____. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. In: SILVA, Haíke R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- SILVA, Izabel Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada**: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2009.
- SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: **Política e Sociedade**, v. 11, nº 20, abr, 2012.
- SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. **O outro lado da rua Maria Antônia**: a atuação das juventudes de direita em 1960. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2015.
- SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Tese. 1993. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- SILVA, Ângela Moreira Domingues da. Ditadura e Justiça Militar no Brasil: o papel do Superior Tribunal Militar no julgamento de crimes políticos. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois** – a ditadura em debate. Aracaju: Edise, 2015.
- SILVA, Maria Carolina Granato da. **O cinema na greve a greve no cinema**: memórias dos metalúrgicos do ABC (1979-1991). 2008. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008.
- SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974). 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- SILVA, Magno Francisco da. **Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL, 2017.
- SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. **Lugar Comum**. [online]. V. 25, 2008.
- TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina**. La Izquierda Revolucionaria Uruguaya, 1955-1973. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006.
- TSE TUNG, Mao. **Obras escolhidas**. Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- _____. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**: memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, nº 5, 1972. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/200>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

ANEXOS

Anexo I



Capa do jornal *Unidade Operária*, nº 1. Junho de 1969.
(Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho, Aperj)

Anexo II



Capa do jornal *Brasil Livre*, nº 1. Abril de 1969.
(Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho, Aperj)

Anexo III



Capa de *O Martelo*, nº 23. Fevereiro de 1978.
(Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho, Aperj)

JORNAL DA *Silva* EDIÇÃO EXTRA
BAIXADA

Pobre, atrevido, independente



Chico Bé conferiu:
patrões não evoluíram
nada

GREVE DOS 250 MIL METALÚRGICOS

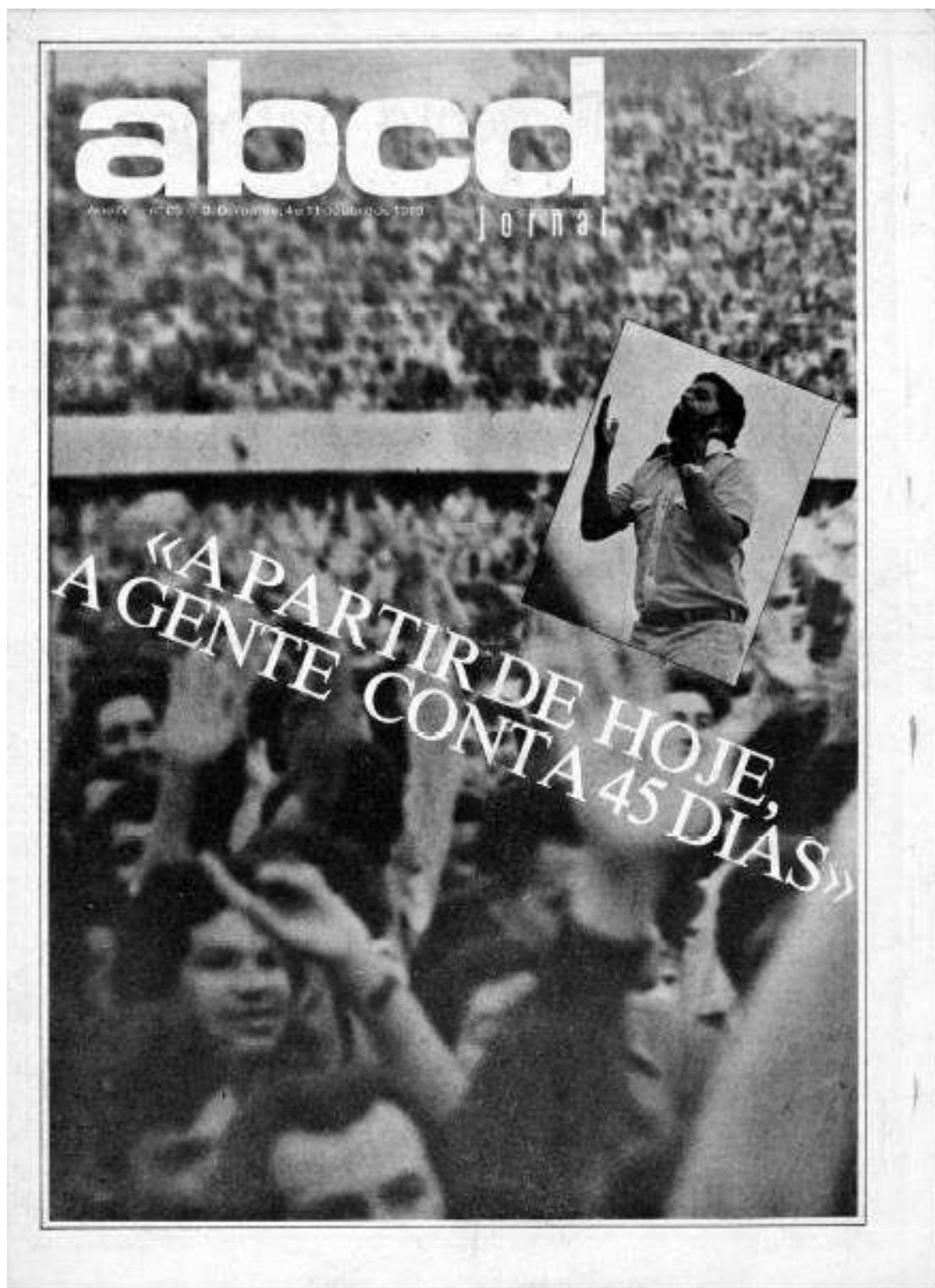
*Sindicato recupera terreno depois de
15 anos de arrocho, pelego, repressão*

**Diretor de estaleiro ameaçou entregar
fotos e fichas de operários no Doi-Codi**

Mulheres na linha de frente da greve

Capa do *Jornal da Baixada*, edição-extra. Setembro de 1979. (Cedim/ UFRRJ)

Anexo V



Capa do *ABCD Jornal*, nº 25. 04 de abril de 1979. (Cedem/ Unesp)